

SERGIO ALVAREZ DA SILVA

A ESCOLA SINDICAL SUL NA EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE
FORMAÇÃO DA CUT: CAMINHOS DA EDUCAÇÃO DE TRABALHADORES POR
TRABALHADORES.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
Campus de Dourados, para a obtenção do título de Mestre
em História.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Valentim Biasotto.

Dourados – 2002

SERGIO ALVAREZ DA SILVA

A ESCOLA SINDICAL SUL NA EXECUÇÃO DA
POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CUT:
CAMINHOS DA EDUCAÇÃO DE TRABALHADORES
POR TRABALHADORES.

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador.....

2º Examinador.....

3º Examinador.....

Dourados, _____ de _____ de _____.

DADOS CURRICULARES

SERGIO ALVAREZ DA SILVA

NASCIMENTO 04/10/1965 – COLORADO - PR

FILIAÇÃO Manoel Tomé da Silva

Basilía Alvarez Silva

1986/1990 Curso de Graduação em História

Universidade Estadual de Maringá, UEM

1991/1994 Curso de Pós Graduação em História, nível de

Especialização em História Social do Trabalho, na

Universidade Estadual de Maringá, UEM – Maringá – PR

DEDICATÓRIA

À Tânia, minha esposa, com quem escolhi dividir minha vida.

Aos nossos frutos: Maysa e os gêmeos Lara e Sergio Jr, nascidos durante o mestrado.

Aos meus colegas do curso Formação de Formadores da Escola Sul, turma 1996/1997.

Aos meus mestres formadores da Escola Sul.

Aos trabalhadores da base sindical da CUT.

Às minhas irmãs Cleide, Izabel e Vera Lúcia e meus sobrinhos Chrystian, Rafael e Danylo.

À memória de meus pais Manoel e Basília.

À memória de meus avós paternos Vicente e Sebastiana, que deixaram o Nordeste Brasileiro para construir o Norte do Paraná.

À memória de meus avós maternos Benito e Amélia, que deixaram a Espanha, e depois o Estado de São Paulo, com a mesma intenção.

À memória de meu irmão Florisvaldo e meu sobrinho Erich.

Aos meus colegas da Biblioteca Central da UEM, pelos onze anos de convívio.

À memória de meu sogro José Pacheco, em agradecimento pela Tânia.

“Aqueles que passam por nós,
não vão sós, não nos deixam sós.
Deixam um pouco de si,
levam um pouco de nós”
(Antoine de Saint-Exupery)

AGRADECIMENTOS

A Deus, sempre em primeiro lugar.

Ao Prof. Dr. Wilson Valentim Biasotto, pela orientação e incentivo.

Aos professores Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz e Dr. Cláudio Freire de Souza, pelas sugestões ao trabalho durante o exame de qualificação.

Aos professores do Programa de Mestrado em História da UFMS, por suas contribuições.

Aos colegas do Mestrado em História da UFMS, turma 2000, por nossos debates e pela salutar convivência; em particular ao Ciro de Naviraí-MS, agora aluno da turma 2001.

À Escola Sul, Secretaria Nacional de Formação da CUT, CUT- Santa Catarina, à Biblioteca do Centro Universitário de Dourados (CEUD-UFMS), à Biblioteca Central da UEM, ao Sinteemar e ao Sindicato dos Urbanitários de Maringá, pelo acesso às fontes que deram suporte a este trabalho.

Às pessoas que concederam as entrevistas.

Ao Adilton de Paula, educador da turma Formação de Formadores 1996/1997, por descortinar a formação sindical.

Aos funcionários do Expresso Maringá pelo atendimento distinto e eficiência profissional com que me atenderam durante as viagens Maringá – Dourados e vice-versa.

Aos amigos que nos ajudaram a cuidar das crianças: Teresa Cristina, Lindinalva, Iza e João, Célia, Regina, Dona Mílcia, Divina, entre outros.

À CAPES e à UFMS pela concessão da bolsa de estudos que viabilizou esta pesquisa.

A todos que me incentivaram durante o percurso do mestrado.

POR QUE CANTAMOS

Se cada hora vem com sua morte
se o tempo é um covil de ladrões
os ares já não são tão bons ares
e a vida é nada mais que um alvo móvel

você perguntará por que cantamos

se nossos bravos ficam sem abraço
a pátria está morrendo de tristeza
e o coração do homem se fez cacos
antes mesmo de explodir a vergonha

você perguntará por que cantamos

se estamos longe como um horizonte
se lá ficaram árvores e céu
se cada noite é sempre uma ausência
e cada despertar um desencontro

você perguntará por que cantamos

cantamos porque o rio está soando
e quando soa o rio / soa o rio
cantamos porque o cruel não tem nome
embora tenha nome seu destino

cantamos pela infância e porque tudo
e porque algum futuro e porque o povo
cantamos porque os sobreviventes
e nossos mortos querem que cantemos

cantamos porque o grito só não basta
e já não basta o pranto nem a raiva
cantamos porque cremos nessa gente
e porque venceremos a derrota

cantamos porque o sol nos reconhece
e porque o campo cheira a primavera
e porque nesse talo e lá no fruto
cada pergunta tem a sua resposta

cantamos porque chove sobre o sulco
e somos militantes desta vida
e porque não podemos nem queremos
deixar que a canção se torne cinzas

(Mario Benedetti)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	09
LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS	12
Resumo	14
<i>Abstract</i>	15
INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I: Discutindo a Formação Sindical.....	19
1.1 – A formação sindical como instrumento de organização dos trabalhadores.....	19
1.2 – O movimento sindical brasileiro: do ostracismo no regime militar, à fundação da CUT. O resgate histórico do sindicato	25
1.3 – A CUT: da organização estrutural e política à formação como prioridade	33
1.4 – A formação sindical entra em cena.....	37
1.5 – Organização e gestão da política nacional de formação.....	42
1.6 – Reestruturação da política nacional de formação (1993-1996).....	47
1.7 – Qualificação/formação profissional, a nova estratégia da educação sindical cutista e a discussão histórica de seu financiamento: desencontros e divergências internas.....	57
1.8 – Escolas de trabalhadores: palco privilegiado da práxis da contra-hegemonia sob a ótica proletária cutista	96
1.8.1 – Exercícios de contra-hegemonia nas estratégias educativas da CUT.....	103
CAPÍTULO II: A formação na Escola Sul nos anos 90: implementando a formação e o saber proletário – sistematizando dados	116
2.1 – A Escola Sul da CUT: da concepção à prática	116
2.2 – Escola Sul, os primeiros passos: fase 1 (1990/1991 a 1994).....	127
2.3 – Escola Sul: fase 2 – A criação da Rede Regional Sul de Formação – 1995.....	148
2.3.1 – Construção da estrutura física da Escola Sul: um berço para o estudo, a elaboração e a pesquisa no movimento sindical cutista – 1995/1996.....	167
2.3.2 – 1997: início das atividades da nova sede da Escola Sul	180
2.4 – Escola Sul: fase 3 – Expansão das atividades educativas para além do movimento sindical: a implementação dos projetos de qualificação/ formação profissional (1998).....	185

CAPÍTULO III: Formação Sindical: a proposta da Escola Sul.....	220
3.1 – Escola Sul: uma política pedagógica	220
3.1.1 – Escola Sul e seu primeiro momento pedagógico: educação voltada para o interior do movimento sindical.....	222
3.1.2 – Novas diretrizes pedagógicas para a Escola Sul.....	233
3.2 – Os formadores da Escola Sul: um olhar sobre os desafios enfrentados pela formação	241
3.2.1 – O conturbado diálogo entre formadores e dirigentes sindicais cutistas.....	246
3.2.2 – A prática formativa e a busca do conhecimento crítico: dogmatização ou suporte teórico?.....	252
3.2.3 – Formação de quadros X titulação de dirigentes sindicais profissionais	256
3.2.4 – Formação sindical X Qualificação/formação profissional: duas vertentes educacionais disputando espaços na Escola Sul.....	259
CONCLUSÃO.....	269
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	274
Anexos.....	284

LISTA DE TABELAS

- Tabela 01:** Eixos e Objetivos Centrais das atividades na Região Sul do País: 1983 a 1989.
- Tabela 02:** Dados sobre os seminários realizados com visitas à implantação da Escola Sul: local, data de realização e número de participantes.
- Tabela 03:** Eixos e Objetivos da formação sindical, bem como atividades desenvolvidas e número de participantes, na Região Sul em 1990.
- Tabela 04:** Escola Sul: atividades de formação em 1991.
- Tabela 05:** Escola Sul: outras atividades desenvolvidas em 1991.
- Tabela 06:** Eixos e Objetivos da formação sindical, bem como atividades desenvolvidas e número de participantes, na Região Sul em 1991.
- Tabela 07:** Atividades desenvolvidas, duração e número de participantes, em 1992.
- Tabela 08:** Tempo despendido para o desenvolvimento de diferentes programas e atividades no ano de 1992.
- Tabela 09:** Assessoria e acompanhamento à sindicatos da região sul em 1992: Programas desenvolvidos, número de participantes e duração.
- Tabela 10:** Público alcançado pelos programas da Escola Sul em 1992.
- Tabela 11:** Procedência geográfica do público presente nas atividades formativas em 1992.
- Tabela 12:** Representação, por gênero, dos participantes nas atividades formativas em 1992.
- Tabela 13:** Reuniões realizadas pela equipe técnico-pedagógica e administrativa da Escola Sul em 1992.
- Tabela 14:** Atividades de auto-capacitação dos educadores formadores da Escola Sul em 1992.
- Tabela 15:** Eixos e Objetivos da formação sindical, bem como atividades desenvolvidas e número de participantes, na Região Sul em 1992.
- Tabela 16:** Atividades de formação desenvolvidas em 1993 : duração e número de participantes.
- Tabela 17:** 1993 : Concepção, Estrutura e Prática Sindical - CEPS.
- Tabela 18:** 1993 : Negociação Coletiva.
- Tabela 19:** 1993 : Planejamento e Administração Sindical Cutista - PASC.
- Tabela 20:** 1993 : Processo de trabalho e Organização por local de trabalho – PT/OLT.
- Tabela 21:** 1993 : Formação de e das Direções.
- Tabela 22:** 1993 : Formação dos Trabalhadores Rurais.
- Tabela 23:** Recursos Humanos, Pedagógicos e Metodológicos – RPHM – (Programa de Formação de Formadores – FF), 1993.
- Tabela 24:** 1993 : Mercosul.
- Tabela 25:** Atividades voltadas para a sociedade – Atividades desenvolvidas em 1993 com a sociedade.
- Tabela 26:** Origem do público: número e porcentagem de participantes por estados nas atividades de formação da Escola Sul - 1993.
- Tabela 27:** Gestão da Escola Sul: 1993.
- Tabela 28:** Eixos e Objetivos da formação sindical, bem como atividades desenvolvidas e número de participantes, na Região Sul em 1993.
- Tabela 29:** Eixos e objetivos da formação sindical, bem como atividades desenvolvidas e número de participantes, na Região Sul em 1994.
- Tabela 30:** Microrregionais do Sul do País.

Tabela 31: Eixos e Objetivos da formação sindical, bem como atividades desenvolvidas e número de participantes, na Região Sul em 1995.

Tabela 32: Atividades de formação realizadas pela Escola Sul/Rede em 1996.

Tabela 33: Atividades de formação realizadas pela Rede em 1996.

Tabela 34: Atividades de Intercâmbio - 1996.

Tabela 35: Participação da Escola Sul em Congressos, Plenárias e outras atividades em 1996.

Tabela 36: 1996: Totalização.

Tabela 37: Eixos e Objetivos da formação sindical, bem como atividades desenvolvidas e número de participantes, na Região Sul em 1996.

Tabela 38: Creche: distribuição de crianças por turma.

Tabela 39: 1997: Atividades formativas.

Tabela 40: 1997: Atividades organizativas.

Tabela 41: 1997: Participação da escola em outras atividades.

Tabela 42: 1997: Totalização.

Tabela 43: Eixos e Objetivos da formação sindical, bem como atividades desenvolvidas e número de participantes, na Região Sul em 1997.

Tabela 44: 1998: Atividades da Escola Sul.

Tabela 45: Eixos e Objetivos da formação sindical, bem como atividades desenvolvidas e número de participantes, na Região Sul em 1998.

Tabela 46: Eixos e Objetivos da formação sindical, na Região Sul, em 1999.

Tabela 47: 1999: Atividades do Projeto Integral.

Tabela 48: 1999: Atividades do Projeto Integração.

Tabela 49: 1999: Atividades do Projeto CUT/Contag.

Tabela 50: 1999: Atividades do Projeto Alicerce.

Tabela 51: 1999: Atividades do Projeto Recomeçar.

Tabela 52: 1999: Atividades do Projeto Terra Solidária.

Tabela 53: 1999: Atividades do Programa Integrar.

Tabela 54: 1999: Atividades do Programa Integrar/Formação de dirigentes.

Tabela 55: 1999: Atividades do Programa Integrar/Alimentação.

Tabela 56: 1999: Atividades do Programa Integração de Lideranças.

Tabela 57: Distribuição dos Projetos por categorias: nacionais, regionais e em parcerias.

Tabela 58: 1999: Atividades de Assessoria à CUT Nacional.

Tabela 59: 1999: Assessoria / Consultoria em Organização e Gestão.

Tabela 60: 1999: Atividades de Assessorias aos Coletivos Regionais, Micros e Estaduais.

Tabela 61: 1999: Atividades de Desenvolvimento Social e Solidário.

Tabela 62: 1999: Atividades de Globalização, desigualdades Sociais e Sindicalismo.

Tabela 63: 1999: Atividades Organizativas da Escola Sul.

Tabela 64: 1999: Atividades de Gestão da Escola Sul.

Tabela 65: 1999: Atividades Formativas.

Tabela 66: 1999: Atividades Organizativas.

Tabela 67: 1999: Atividades Formativas da Escola Sul – Total Geral.

Tabela 68: 1999: Atividades Organizativas da Escola Sul – Total Geral.

Tabela 69: 1999: Atividades Formativas e Organizativas da Escola Sul – Total Geral.

Tabela 70: 2000: Projeto Integração – CUT Nacional (PNQP).

Tabela 71: 2000: Projeto Integração – Formação de dirigentes – CUT Nacional (PNQP).

Tabela 72: 2000: Formação de Lideranças ligadas a Agência de desenvolvimento solidário.

Tabela 73: 2000: Projeto Recomeçar - (PNQP) - CUT – Elevação da Escolaridade.

Tabela 74: 2000: Projeto Recomeçar - (PEQ) - SC – Elevação da Escolaridade.

Tabela 75: 2000: Projeto Recomeçar - (PEQ) - RS – Elevação da Escolaridade.

Tabela 76: 2000: Projeto Terra Solidária - PNQP - CUT Nacional, Elevação da Escolaridade.

Tabela 77: 2000: Projeto Terra Solidária - PEQ's –PR/SC/RS - Elevação da Escolaridade.

Tabela 78: 2000: Convênio com Federação Nacional dos Estivadores - Portuários - PNQP – CUT Nacional.

Tabela 79: 2000: Atividades de Convênio e Assessorias.

Tabela 80: 2000: Convênio Projeto Saúde, Trabalho e Meio Ambiente.

Tabela 81: 2000: Convênio CNM/CUT – Projeto Integrar Formação de Dirigentes.

Tabela 82: 2000: Atividades Organizativas e de Gestão.

Tabela 83: 2000: Atividades Formativas – Total Geral.

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

ABCD – Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema (cidades que compõem o pólo automobilístico do Estado de São Paulo)
AI – 5 – Ato Institucional nº 5
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
ANAMPOS – Articulação Nacional do Movimento Popular e Sindical
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CD – Conselho Diretor
CE – Coordenação Executiva
CECUTs – Congressos Estaduais da CUT
CEPS – Concepção, Estrutura e Prática Sindical
CGIL – Confederação Geral Italiana do Trabalho
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores
CIOSL – Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres
CISL – Confederação de Sindicatos de Trabalhadores da Itália
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNM – Confederação Nacional dos Metalúrgicos
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
COLEFOR – Coletivo Estadual de Formação
CONAFOR – Coletivo Nacional de Formação
CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CONCLAT – Coordenadoria Nacional da Classe Trabalhadora
CONCUT – Congresso Nacional da CUT
CONEFOR – Coletivo Nordeste de Formação
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CP – Conselho Político
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DESER – Departamento de Estudos Sócio-econômicos Rurais
DGB – Confederação Alemã de Sindicatos
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos
DNTE – Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação
DSS – Desenvolvimento Sustentável e Solidário
ECO – Escola Sindical Centro-Oeste
ENAFOR – Encontro Nacional de Formação
ENESFOR – Encontro Estadual de Formação
ENOS – Encontro Nacional das Oposições Sindicais
ENTOES – Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical
ETPA – Equipe Técnico-Pedagógica e Administrativa
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FD – Formação de Dirigentes
FF – Formação de Formadores
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FNV – Federação dos Sindicatos Holandeses
ICCO – Organização Inter-eclesial para a Cooperação e o Desenvolvimento
IG – METALL – Sindicato Nacional dos Metalúrgicos da Alemanha

ILDES – Instituto Latino-americano de Desenvolvimento Econômico e Social
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MERCOSUL – Mercado Comum do Cone Sul
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NC – Negociação Coletiva
NET – Núcleo de Educação do Trabalhador
NNG – Núcleo Nacional de Gestão
NTs – Núcleos Temáticos
NUSES – Núcleo Sindicato, Estado e Sociedade
ONGs – Organizações não Governamentais
PASC – Planejamento e Administração Sindical Cutista
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PEA – População Economicamente Ativa
PEQs – Planos Estaduais de Qualificação
PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNF – Política Nacional de Formação
PNQP – Plano Nacional de Qualificação Profissional
PT/OLT – Processo de Trabalho e Organização por Local de Trabalho
RHPM – Recursos Humanos, Pedagógicos e Metodológicos
SEF – Secretaria Estadual de Formação
SEFOR – Secretaria de Formação Profissional do Ministério do Trabalho
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional da Indústria
SESC – Serviço Social do Comércio
SESI – Serviço Social da Indústria
SINDPREVS – SC – Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Serviço Público Federal de Santa Catarina
SINE – Serviço Nacional de Emprego
SNF – Secretaria Nacional de Formação
SPPE – Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
SRFs – Secretarias Regionais de Formação
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNISOLI – União e Solidariedade
UNITRABALHO – Rede Inter-Universitária de Estudos e Pesquisas Sobre o Trabalho

RESUMO

Este trabalho é direcionado ao estudo de uma instituição educacional idealizada, e implementada por trabalhadores para a educação de trabalhadores. Trata-se da Escola Sindical Sul, localizada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. O objetivo da pesquisa consiste em desvelar a política pedagógica, ou as políticas pedagógicas pensadas e executadas por esta instituição ao longo de mais de uma década de funcionamento. Para o desenvolvimento deste trabalho, analisou-se tanto fontes documentais, como fontes orais, a partir de entrevistas realizadas com os educadores da escola, e um destacado dirigente sindical cutista. A teoria proposta por Gramsci para a compreensão do fenômeno social que envolve a luta dos trabalhadores, permitiu a análise das fontes coletadas. A Escola Sul é organicamente ligada à Central Única dos Trabalhadores, CUT, uma das centrais sindicais brasileiras. Sendo uma escola orgânica segue as diretrizes nacionais preconizadas na chamada Política Nacional de Formação da CUT. Assim, em última análise, a política pedagógica da Escola Sul, nada mais é do que um reflexo da educação sindical desenvolvida por esta central. A educação de trabalhadores em suas organizações de classe não constitui-se em um fenômeno novo. Inúmeras entidades classistas mantiveram ao longo do século passado, iniciativas próprias de auto-educação, uma educação que foge aos padrões da educação oficial. Como a Escola Sul mantém uma dependência umbilical para com a CUT, fez-se necessário antes de analisar o objeto na condução de seu processo educativo, acompanhar também a evolução da Política Nacional de Formação da CUT. A educação sindical da escola e da CUT em um primeiro momento esteve voltada para o interior de seu movimento sindical, privilegiando a formação de quadros dirigentes e de quadros de educadores sindicais, caracterizados como intelectuais sindicais orgânicos e, num segundo momento, para além do movimento, com a implantação dos chamados projetos de qualificação/formação profissional de trabalhadores. Essa nova opção pedagógica suplantou, com o passar do tempo, a educação voltada para o âmbito sindical, provocando uma crise de caráter político-organizativo na sua Política Nacional de Formação. As fontes utilizadas apontam para a necessidade de uma reflexão, por parte de formadores e dirigentes, acerca dos rumos que a formação deverá tomar no âmbito do movimento sindical cutista. Reflexão essa que conduza a Política Nacional de Formação ao fortalecimento de suas propostas e ao encontro de um equilíbrio, traduzido na total sintonia entre as futuras ações educativas implementadas e as concepções ideológicas da Central.

ABSTRACT

An educational institution, called *Escola Sindical Sul* (ESS), in Florianópolis SC Brazil, planned and organized by workers for their own qualification, is analyzed. The aim of our research was to put in the limelight the pedagogical policy or policies, which have been planned and carried out by the institution for more than a decade since its establishment. Documentary and oral sources were used. The latter were collected from interviews with school educators and with a high trade union official of the General Workers' Organization (GWO). Gramsci's theory on the social phenomenon that involves the workers' struggle was applied for source analysis. The ESS is linked to the GWO, one of the Brazilian workers' general union, and tows the national directives lined within the National Policy of Trade Union Formation of the GWO. Since the pedagogical policy of the ESS merely reflects the trade union education developed by the GWO, the workers' education in their class organization is really no innovation. During the last century many class organizations provided self-education for their members which, as the name implies, was somewhat foreign to the official one. Since the ESS is dependent on the GWO, it is first necessary, even before investigating the subject's educational process, to analyze the evolution of the GWO's National Policy of Trade Union Formation. First the ESS and the GWO's trade union education concentrated itself inwardly, towards the trade union movement, and enhanced the formation of leaders and educators who were characterized as trade union organic intellectuals. Secondly, activities looked outward, beyond the movement, and aimed at the establishment of projects involving the workers' professional qualification and formation. After some time this alternative replaced the type of education concentrated on the trade union proper. Needless to say, a political and organizational crisis developed within the National Policy of Trade Union Formation. Sources indicate the need of serious reflections by officers and educators on the educational path to be envisaged within the GWO trade union system. The above reflection will surely strengthen the National Policy of Trade Union Formation at its bases and help it discover an equilibrium. It will be reflected in the full tuning between future educational activities and GWO's ideological concepts.

INTRODUÇÃO

Variadas experiências no campo da educação fogem aos padrões formais da chamada escola oficial. Dentre essas, destaca-se a auto-educação de trabalhadores, implementada por suas organizações de classe. No panorama político nacional a Central Única dos Trabalhadores (CUT), é uma dessas organizações classistas que desenvolvem a educação informal.

Iniciativas classistas de auto-educação não são um fato novo entre as organizações de trabalhadores. Experiências dessa ordem remontam ao surgimento da classe operária brasileira no início do século XX.

A crise do paradigma socialista, a globalização, o neoliberalismo e as conseqüentes transformações ocorridas no mundo do trabalho, na última década do século passado colocaram em evidência a educação dos trabalhadores, particularmente a educação informal empreendida por estes sujeitos.

No âmbito do movimento sindical brasileiro a CUT tem se destacado como uma das maiores empreendedoras dessa educação tendo construído, desde a sua fundação em 1983, uma complexa estrutura educativa, de abrangência nacional.

Apoiada nas mencionadas experiências históricas de auto-educação dos trabalhadores brasileiros, a CUT implementou uma rede de escolas sindicais que se constituem como um espaço educativo privilegiado.

Como parte desta estrutura encontra-se sediada na cidade de Florianópolis Estado de Santa Catarina, a Escola Sindical Sul da CUT.

A Escola Sul constitui-se em uma experiência singular de auto-educação empreendida pelo movimento sindical cutista, tendo se tornado uma referência, nessa modalidade educativa, no sul do Brasil.

A motivação para o desenvolvimento deste trabalho é resultante da atuação do pesquisador como dirigente sindical cutista ao longo de quase cinco anos, como também de sua prática como educador (formador) diplomado pela Escola Sul.¹

¹ O pesquisador foi Secretário Geral do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Maringá (Sinteamar), cuja base sindical compreende a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e as escolas particulares em todos os níveis da cidade de Maringá PR, entre julho de 1995 e fevereiro de 2000. Foi aluno do curso Formação de Formadores da Escola Sul entre os anos de 1996 e 1997. Atuou como um dos coordenadores da Microrregional de Formação Sindical Norte do Paraná da CUT-Paraná, que abrangia as

Para o desenvolvimento do tema, este trabalho está dividido em três capítulos assim organizados:

O capítulo um caracteriza-se por conter uma revisão bibliográfica concretizada em três momentos, articulados entre si, na tentativa de se compor uma discussão acerca da formação sindical. Inicialmente privilegiou-se situar a formação sindical como uma alternativa educacional pensada pelos trabalhadores. Em seguida destaca-se a retomada do movimento sindical brasileiro no fim do Regime Militar e a conseqüente discussão, nesse meio, da refundação de um organismo centralizador das lutas sindicais. As históricas divergências contidas no movimento sindical brasileiro, não permitiram que a concepção de uma central sindical única fosse implementada. Nesse contexto, surge uma facção que se denominou Central Única dos Trabalhadores (CUT). Dentre as estratégias de luta implementadas por esta central sindical encontra-se a educação de trabalhadores, que é assumida por esse grupo político de forma planejada, passando a ocupar um espaço distinto dentro dessa estrutura. Uma vez implementada, a educação sindical cutista enfrenta percalços que vão desde a sua própria organização, passando pela indefinição da origem dos recursos financeiros para viabilização de suas ações, até a estruturação de um projeto pedagógico que defina de forma clara qual o conteúdo a ser priorizado, a quem este conteúdo deve ser direcionado e como operacionalizar suas ações pedagógicas. No terceiro momento, discute-se a condução do trabalho educativo desenvolvido pela CUT, à luz da concepção gramsciana de educação, numa perspectiva de construção de hegemonia.

No capítulo dois busca-se situar o objeto específico dessa pesquisa: a Escola Sindical Sul da CUT. Para isso tem-se como ponto de partida a gênese da escola, desde seu momento embrionário, quando essa foi idealizada no âmbito do movimento sindical cutista da Região Sul do Brasil, até a efetiva implementação de suas atividades educacionais, junto aos trabalhadores da base sindical da CUT nessa região. Em seus doze anos de existência, a Escola Sul, tanto assumiu as diretrizes educacionais preconizadas pela CUT no âmbito nacional, quanto desenvolveu os projetos educacionais diretamente afetos aos interesses específicos de sua área de abrangência geográfica gestados em seu interior. O período histórico estatisticamente trabalhado nesta pesquisa corresponde ao período compreendido entre os anos de 1990 a 2000.

idades-pólo de Londrina, Maringá e Umuarama, entre 1996 e 1997. Foi coordenador da Microrregional de Formação Norte Novo do Paraná, que congrega a cidade de Maringá e região, entre os anos de 1998 e 1999.

O capítulo três consiste em uma investigação acerca da prática pedagógica dos educadores sindicais da Escola Sul, e da concepção de educação sindical destes agentes de formação. Para tanto, recorreu-se aos métodos da história oral, realizando-se diversas entrevistas com os educadores da Escola Sul, e um destacado dirigente sindical cutista, os quais se posicionaram tanto com relação às diretrizes nacionais da CUT para a educação dos trabalhadores quanto sobre ações regionais encaminhadas pela Escola Sul. O movimento sindical constitui-se em um difícil objeto de pesquisa, pois possui dinâmica e cultura próprias. Nesse sentido, a fim de permitir uma maior liberdade de expressão aos entrevistados, ou evitar que seus posicionamentos os colocassem em dificuldades políticas internas, optou-se por não identificá-los. As entrevistas foram realizadas em outubro/novembro de 2001. Os nomes que constam como autores dos depoimentos são fictícios. A pesquisa envolveu ainda a análise de fontes documentais fornecidas pela escola. O conteúdo desse material serviu como subsídio para o desenvolvimento das entrevistas com os formadores, e com o dirigente sindical, as quais corroboraram, em diferentes momentos, o conteúdo das fontes bibliográficas e documentais.

Finalmente, procurando-se formular uma conclusão, discutem-se os possíveis resultados dos (des)-caminhos trilhados pela Escola Sul, na condição de executora da Política Nacional de Formação, e pela própria CUT, enquanto o maior organismo de representação da classe trabalhadora no Brasil. Presume-se que os reflexos dessas ações implementadas por essa central sindical resultarão em uma maior compreensão das necessidades e anseios educacionais da classe trabalhadora, e conseqüentemente, na formulação de propostas que respondam, cada vez mais, a essas necessidades.

CAPÍTULO I

DISCUTINDO A FORMAÇÃO SINDICAL

1.1 – A formação sindical como instrumento de organização dos trabalhadores

A educação no Mundo Ocidental, até a instituição da Reforma Protestante, esteve ligada ao monopólio religioso da Igreja Católica. Uma pequena parcela da população, notadamente os nobres e clérigos, tinham acesso ao que poderia ser chamado então de educação.

Uma migração restrita das chamadas camadas populares para a educação somente ocorreu com o advento da Reforma, como uma forma de permitir que estas camadas pudessem ter acesso à leitura da Bíblia. O que podemos chamar de “escolas para ler e escrever”, embrião da futura escola pública, iniciou-se com forte conotação religiosa nos países protestantes europeus. (PAIVA, 1984, p. 18)

Este momento histórico vivido entre os séculos XVI e XVIII coincide com o processo de acumulação do capital e da formação dos primeiros Estados Nacionais, antecedendo a instauração da ordem burguesa.

A superação da mentalidade religiosa foi um processo lento, que culminou com a separação definitiva entre o Estado e a Igreja. Uma vez instaurada a ordem burguesa, o Estado laico vislumbra a necessidade de dar continuidade à educação das massas, agora sob a égide do pensamento burguês.

A idéia da educação como dever do estado se difunde e se firma dentro deste processo de emancipação política e fortalecimento dos Estados nacionais e da ordem burguesa; os enciclopedistas e os pensadores liberais arrancam a discussão relativa à educação das massas do plano religioso para o plano laico e estatal. E a formação do cidadão e a realização da declamatória igualdade burguesa através da democratização do ensino (igualdade de oportunidades entre seres formalmente iguais na ordem competitiva) aparecem no pensamento burguês em versões que vão desde o radicalismo rousseauiano à proposta clara de uma educação dual por Locke (PAIVA, 1984, p. 19).

A instauração da burguesia como classe dominante não eliminou os conflitos sociais ou de classes anteriormente existentes, estes simplesmente foram substituídos por outros, como argumentou Marx. A burguesia tem nos trabalhadores o seu

contraponto como classe social. Ambos foram gestados no mesmo processo de acumulação capitalista iniciado com a derrocada do modo de produção feudal.

Os trabalhadores, classe social antagônica e dominada (subalterna) dentro da sociedade capitalista, comporiam, a partir de então, as camadas populares para as quais a burguesia, classe hegemônica, direcionou a educação oficial do Estado.

A educação que o Estado burguês implementou a partir do século XIX nasceu impregnada dos interesses políticos da burguesia e dos inúmeros conflitos criados com a instauração da ordem social capitalista.

Um intenso debate sobre qual educação deveria ser implementada percorreu todo o século XIX e estendeu-se pelo século XX. Os trabalhadores e suas entidades de classe criadas a partir da organização destes pregavam que o ensino oficial deveria ser democratizado, propiciando a todos o acesso ao conhecimento sistematizado. O discurso do Estado não era diferente, havia a necessidade de se levar a “instrução” à sociedade como um todo:

O pensamento socialista e o movimento dos trabalhadores, por sua vez, irão se apropriar das propostas burguesas em sua versão radical, ou seja, da posição em favor da democratização do ensino e da cultura e contra a segmentação da escola, pela escola comum, única, capaz de ser oferecida a todos pelo Estado. Na verdade, entre as propostas liberais e as aspirações proletárias de acesso ao saber e à escola se encenou ‘em pequeno’ a luta maior: a derrubada da velha ordem e a contenção burguesa da revolução proletária (PAIVA, 1984, p. 19).

Como pano de fundo para ambos os discursos, temos a sociedade capitalista procurando qualificar mão-de-obra para o trabalho e os trabalhadores buscando acesso à cultura, cultura esta que esteve quase sempre usurpada pelas classes hegemônicas. Assim institucionalizou-se a escola pública, obrigatória e gratuita, não sem muita luta por parte dos trabalhadores. (PAIVA, 1984)

No Brasil, a exemplo do caso europeu, a educação caminhou primeiro pelas mãos da Igreja - onde se destacou a educação ministrada pelos jesuítas -, passou pela sociedade laica até chegar ao controle do Estado no século XIX, início do século XX.

A elite colonial acabou absorvendo a instrução religiosa ministrada pelos jesuítas, ou seja, na sua origem, a educação em nosso país possuía um caráter excludente, ou de “privilégio”:

A obra de catequese, que, em princípio, constituía o objetivo principal da presença da Companhia de Jesus no Brasil, acabou gradativamente cedendo lugar, em

importância, à educação da elite. E foi com esta característica que ela se firmou durante o período em que estiveram presentes no Brasil os seus membros e também com essa mesma característica que ela sobreviveu à própria expulsão dos Jesuítas, ocorrida no século XVIII. Dela estava excluído o povo e foi graças a ela que o Brasil se ‘tornou, por muito tempo, um país da Europa’, com os olhos voltados para fora, impregnado de uma cultura intelectual transplantada, alienada e alienante (ROMANELLI, 1991, p. 35).

A educação como privilégio das classes dominantes manteve-se no período imperial brasileiro, embora houvesse discussão no âmbito do executivo e legislativo, tanto no governo central como nos governos provinciais, sobre como deveria ser a instrução pública, quando o Estado já buscava tomar as rédeas da educação. As relações escravistas de produção predominantes na sociedade de então não geravam as demandas necessárias por educação pública própria de relações capitalistas mais avançadas.²

Embora houvesse frutificado uma legislação educacional (pensada pelas elites), na prática não houve de fato mudança estrutural, e o discurso, sempre muito “cheio de intenções” não se concretizava.³

Para Romanelli:

...a educação dada pelos jesuítas, transformada em educação de classe, com as características que tão bem distinguem a aristocracia rural brasileira, que atravessou todo o período colonial e imperial e atingiu o período republicano, sem ter sofrido, em suas bases, qualquer modificação estrutural, mesmo quando a demanda social de educação começou a aumentar, atingindo as camadas mais baixas da população e obrigando a sociedade a ampliar sua oferta escolar. Era natural que assim fosse, porque este tipo de educação veio a transformar-se no símbolo da própria classe, distintivo desta, fim, portanto, almejado por todo aquele que procurava adquirir status (ROMANELLI, 1991 p. 35-36).

A instituição da República não mudou o caráter elitista, sedimentou-se, nas palavras de Romanelli, o sistema dual de ensino iniciado no Império: de um lado a

² Segundo Faria Filho, as recentes pesquisas sobre a educação brasileira no século XIX, apontam que havia um intenso debate em várias províncias do império “acerca da necessidade de escolarização da população, sobretudo das chamadas ‘camadas inferiores da sociedade’.” (FARIA FILHO, 2000)

³ Quanto à legislação do período imperial Faria Filho (2000) enfatiza ser esta fruto da tentativa das elites de construção da nação brasileira e do Estado Nacional: “...que via na instrução uma das principais estratégias civilizatórias do povo brasileiro, tal qual, frações importantes da elite concebiam e propunham-se a organizar. Instruir as ‘classes inferiores’ era tarefa fundamental do Estado brasileiro e, ao mesmo tempo, condição mesma de existência desse Estado e da nação. (...) Na verdade, buscava-se constituir, entre nós, as condições de possibilidade da governabilidade, ou seja, a criação das condições não apenas para a existência de um Estado independente, mas, também, dotar esse Estado de condições de governo. Dentre essas condições, uma das mais fundamentais seria, sem dúvida, dotar o Estado de mecanismos de atuação sobre a população. Nessa perspectiva, a instrução como um mecanismo de governo permitiria não apenas indicar os melhores caminhos a serem trilhados por um povo livre mas também evitaria que esse mesmo povo se desviasse do caminho traçado.” (FARIA FILHO, 2000)

educação da classe dominante (escolas secundárias e escolas superiores) e do outro a educação destinada às classes populares (escola primária e escola profissional) (ROMANELLI, 1991, p. 41).

A emergência das relações capitalistas de produção em substituição ao modo de produção escravista, ocorrida em fins do século XIX, início do século XX, traz em seu bojo um processo acelerado de urbanização e a emergência de novos estratos sociais: a classe média, a burguesia industrial brasileira e a classe trabalhadora assalariada.

No contexto de emergência das relações capitalistas de produção no Brasil, com a instalação das primeiras indústrias na última década do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, entra em cena o trabalho assalariado, e conseqüentemente o surgimento de nossa classe operária.

Os imigrantes, contingente populacional que se deslocou para o país a partir da segunda metade do século XIX, trabalharam inicialmente como mão-de-obra agrícola. Com o surgimento do “parque industrial”, a maior parte desta população, pela especialização que trazia de seus países de origem, acabou por formar a maioria do operariado nacional no período anteriormente citado.

Na República Velha, diversas reformas da instrução pública foram empreendidas pelos estados. A reforma, ocorrida particularmente em São Paulo, possuiu motivações sociais, econômicas e eminentemente políticas, visto que nesse estado estavam localizados geograficamente tanto as indústrias como o maior número de imigrantes. As populações operárias que empreenderam os primeiros movimentos de reivindicação classista, na década de dez (século XX), eram formadas eminentemente por imigrantes. As elites preocuparam-se em utilizar a educação como instrumento de dominação, buscando nacionalizar este contingente de rebeldes (CARVALHO, 2000).

O nascente capitalismo industrial nacional, instalado definitivamente a partir dos anos 30, impõe a necessidade da educação das massas. Essa nova contingência ocorre no Brasil com quase um século de defasagem em relação aos países europeus, há muito inseridos no capitalismo:

Desde a segunda metade do século XIX, os países mais desenvolvidos vinham cuidando da implantação definitiva da escola pública, universal e gratuita. De fato, esse século se caracterizou, quanto à educação, pela acentuada tendência do Estado de agir como educador. É que as exigências da sociedade industrial impunham modificações profundas na forma de se encarar a educação, e em conseqüência, na atuação do Estado, como responsável pela educação do povo. As mudanças introduzidas nas relações de produção e, sobretudo, a concentração

cada vez mais ampla de população em centros urbanos tornaram imperiosa a necessidade de se eliminar o analfabetismo e dar um mínimo de qualificação para o trabalho a um máximo de pessoas. O capitalismo, notadamente o capitalismo industrial, engendra a necessidade de fornecer conhecimentos a camadas cada vez mais numerosas, seja pelas exigências da própria produção, seja pelas necessidades do consumo que essa produção acarreta. Ampliar a área social de atuação do sistema capitalista industrial é condição de sobrevivência deste. Ora, isso só é possível na medida em que as populações possuam condições mínimas de concorrer no mercado de trabalho e de consumir. Onde, pois, se desenvolvem relações capitalistas, nasce a necessidade da leitura e da escrita, como pré-requisito de uma melhor condição para concorrência no mercado de trabalho (ROMANELLI, 1991, p. 59).

As relações capitalistas de produção instaladas no país trazem consigo os conflitos de classes, que existiam anteriormente, mas com uma outra roupagem. O espaço educacional oficial, como não poderia deixar de ser, constituiu-se, a partir da terceira década do século XX, num campo de disputa que vai da simples busca de espaço pelas classes sociais envolvidas à aberta luta ideológica na disputa pela hegemonia.

Neste contexto, em um patamar infinitamente inferior, surgem inúmeras experiências educativas que fogem ao espaço oficial de educação engendrado pelo Estado.

Os sindicatos, órgãos de representação classista dos trabalhadores, são instâncias onde esta educação não oficial é desenvolvida, incluindo-se as entidades sócio-culturais. A educação trabalhada por estas entidades é denominada costumeiramente neste meio de Formação Sindical⁴:

Denominamos de educação sindical aquelas práticas educativas mais sistemáticas, intencionalmente programadas, como por exemplo: os congressos de trabalhadores, cursos, seminários, palestras, etc., promovidas por entidades de classe, ou outras organizações sócio-culturais, com o intuito de veicular projetos e propostas político-sindicais e formar quadros organizativos. Caberia ainda incluir entre as atividades de formação sindical, aquelas iniciativas de formação político-ideológica que se destinam a grandes grupos de trabalhadores – a imprensa sindical, programas de rádio e televisão, boletins, revistas, teatro, cinema etc...(MANFREDI, 1994, p. 6).

O termo educação, na forma aqui retratado, permite vislumbrar a disposição da classe trabalhadora em promover sua auto-educação. O sindicato, sua entidade

⁴ Os educadores que executam essa proposta de educação são denominados no movimento sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT), de formadores. Em um trabalho desprovido de análises ideológicas Barranechea (1965), denomina Formação Sindical como: “tudo aquilo que prepare pessoalmente os trabalhadores para melhorar sua condição como grupo; que desenvolva suas faculdades intelectuais e volitivas; o aprendizado de um ofício.” Classifica de Formação Metódica o: “...ramo da Educação de Adultos especializada em promover: 1) a compreensão do movimento sindical dos trabalhadores; 2) a incorporação ao mesmo e 3) a preparação ou aperfeiçoamento para exercer funções técnicas ou dirigentes nos sindicatos. (BARRANECHEA, 1965, p.22-23)

representativa por excelência, é o ponto de partida, assim como os movimentos reivindicativos por ele encaminhados:

É na teia da constituição dessas lutas que se forjam as condições para a tomada de consciência do que significa ser trabalhador (como sujeito coletivo). Essa aprendizagem que se dá no cotidiano e nos momentos de embates envolve ensinamentos adquiridos através da vivência, mas também está perspassada por um conjunto de práticas e experiências educativas mais sistemáticas realizadas em espaços de troca, reflexão e teorização (MANFREDI, 1994, p. 6).

A formação sindical seria uma prática educativa que foge à dimensão ideológica de dominação de classe encontrada no ensino oficial.⁵

Os trabalhadores estariam desta forma promovendo sua auto-educação. Uma vez que o saber historicamente acumulado não é propriedade das classes dominantes, os trabalhadores, ao fazer formação sindical, estariam se apropriando deste saber, sistematizando-o em sua linguagem própria e socializando-o com os demais. Cria-se assim um processo de troca, distinto do processo tradicional de ensino aprendizagem, que permitiria a reelaboração do saber histórico acumulado, buscando conseqüentemente o resgate e a compreensão das lutas historicamente encaminhadas pelos seus pares. Este saber refutaria ou complementararia o conteúdo repassado nas escolas oficiais, sob a ótica dos trabalhadores.

Segundo Manfredi, estas práticas alternativas e sistemáticas de educação ou formação sindical sempre fizeram parte do movimento operário-sindical brasileiro, praticamente nasceram junto com as entidades de representação criadas no país. Os anarcos-sindicalistas no início do século XX já empreendiam atividades educacionais.

A educação no âmbito evocado não foi uma prática empreendida somente por entidades de representação de classe. A formação dos trabalhadores, por conter elementos que podem significar o controle ou a superação da classe trabalhadora, encontrou no Brasil, e em diversos países, inúmeras organizações e instituições que desenvolvem ou desenvolveram esta atividade, alicerçada em parâmetros ideológicos que não necessariamente são aqueles que interessam à classe trabalhadora⁶.

⁵ Muito embora existam no Brasil, e no exterior, entidades sindicais que executam essa proposta educacional alinhadas com as classes patronais e seu discurso ideológico.

⁶ Para maiores informações a respeito dessas entidades ver: BARRANECHEA, 1965; MANFREDI, 1983; MANFREDI, 1994.

Muitas destas organizações e instituições estão diretamente ligadas aos interesses das classes dominantes, às classes patronais, a entidades religiosas, entre outras. No embate pela hegemonia de classe, obviamente a formação sindical constitui-se num espaço a ser conquistado por ambos os lados, como em um campo de batalha.

1.2 – O Movimento Sindical Brasileiro: do ostracismo no Regime Militar à fundação da CUT. O resgate histórico do sindicato

A legislação trabalhista e a estrutura sindical impostas durante a Era Vargas estabeleceram um forte aparato institucional, social e porque não dizê-lo político, que limitou a atuação das entidades sindicais, e conseqüentemente o encaminhamento das reivindicações de classe dos trabalhadores, notadamente as econômicas e políticas. O Estado varguista cooptou a maioria das reivindicações dos trabalhadores, “presenteando-os” com uma legislação que atenuava os conflitos capital-trabalho daquele período e, cujos reflexos ainda se encontram presentes, antes que os trabalhadores colocassem em perigo a organização da sociedade.⁷ A estrutura sindical fascista outorgada aos trabalhadores por Vargas acabou com a pretensa liberdade e autonomia sindical embrionariamente praticada até então.

Apesar dos impedimentos institucionais, o sindicalismo praticado no limiar dos anos sessenta foi marcado por grande efervescência e,

...caracterizava-se por ser combativo, com um alto poder de mobilização, contudo pouco voltado para sua própria auto-organização. No período que antecede a 1964, as formas de luta, de organização e mobilização eram muito mais orientadas a partir das ‘instâncias’ situadas no vértice da estrutura sindical, do que em função de mobilização feita a partir das bases... (MANFREDI, 1986, p. 35)

O Golpe Militar de 1964 constituiu-se em um divisor de águas nos conflitos de classe produzidos no interior da sociedade brasileira. Este golpe,

⁷ A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto Lei nº 5.452 de 01/05/1942, é o conjunto da legislação trabalhista brasileira outorgado pelo Estado Novo de Vargas. A CLT encontra-se ainda em vigor, embora seja constantemente emendada na perspectiva de adequação aos novos conflitos trabalhistas que surgem originados na relação capital-trabalho.

...fez erigir, (...), uma forma de domínio político ditatorial, cuja finalidade imediata era recompor o conjunto heterogêneo das frações burguesas (nacionais e internacionais) em um novo bloco no poder (ANTUNES, 1992, p. 114).

A nova ordem provocou a redefinição na sociedade brasileira das

...relações entre Estado e sociedade civil de modo que o primeiro, a partir de 1964, assume um caráter cada vez mais autoritário e instrumentalizador dos interesses das 'classes dominantes'. Dessa maneira ficam cada vez mais restritas as possibilidades de ver o 'Estado' como sendo um caráter 'neutro' de mediação entre as classes sociais, na medida em que aquele passa a ter um controle cada vez mais rígido das organizações e movimentos da classe trabalhadora, utilizando todo o seu aparato jurídico, policial e militar para conter qualquer possível avanço político-organizativo das classes trabalhadoras (MANFREDI, 1986, p. 151).

A intervenção armada planejada pelas elites, temerosas de perderem o *status quo*, relegou particularmente o movimento sindical a um longo período de hibernação, caracterizado pela repressão, intervenção e cooptação das entidades representativas dos trabalhadores.

O governo militar despojou as entidades sindicais de suas funções de representação classista. As centrais sindicais foram extintas. Intervenções e destituição de diretorias tornaram-se práticas corriqueiras. “As intervenções do Ministério do Trabalho deram-se em 70% dos sindicatos com mais de 5 mil membros, em 38% daqueles com filiação entre mil e cinco mil membros, em 19% nos sindicatos menores, com menos de mil filiados” (SCHÜRMAN, 1998, p.29).

Adotaram-se entre outras, as seguintes medidas de controle:

1) a intervenção direta do Estado na arrecadação do imposto sindical e na fiscalização dos recursos provindos dessa fonte. Os sindicatos ficam obrigados a restringir o uso desses recursos à compra de imóveis e à assistência médico-dentária; 2) o Estado possui também um estreito controle do aparelho sindical, na medida em que vai peneirar, através da exigência de um 'atestado de ideologia', os possíveis concorrentes a cargos de direção. Tal medida fez com que, nos primeiros anos que se sucederam ao golpe, a maior parte dos ativistas que pleiteavam cargos para a direção dos sindicatos fossem oriundos (...) das correntes não contestadoras da ideologia dominante; 3) a proibição através da lei (...) o que torna qualquer greve ilegal e, portanto, sujeita à repressão militar (MANFREDI, 1986, p. 89-90).

Ainda que tolhidos em sua livre expressão política, os trabalhadores mantiveram formas camufladas de organização e articulação, destacando-se em 1968 as greves de Osasco e Contagem.

O AI-5 complementava em 1968 o quadro de repressão social do regime, era o golpe dentro do golpe. O ensaio da retomada das lutas sindicais então tentado pelos trabalhadores malogra, obviamente reprimido com truculência.

O regime lançou mão, em seguida, de

...alguns mecanismos legais visando a consolidação de um sindicato acomodado, passivo e tutelado: a proibição de greves, seguida de repressão aos grevistas (...); reajustes salariais anuais, com índices controlados e determinados pelo governo (...); e a proibição das negociações diretas com o patronato, que passaram a ser intermediadas pela Justiça do Trabalho. Foi criado também o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, FGTS (...), que eliminou a estabilidade do trabalhador (...). O FGTS, facilitou dispensas sumárias de líderes e ativistas sindicais, promoveu a rotatividade entre os trabalhadores e, em consequência, a insegurança entre eles (SCHÜRMAN, 1998, p. 28).

Estes expedientes reduziram os sindicatos a simples “agências prestadoras de serviços assistenciais, predominantemente médicos e jurídicos” (SCHÜRMAN, 1998, p. 28).

A função básica dos sindicatos, historicamente construída pelos trabalhadores, perdeu-se no regime de exceção.

O quadro conjuntural desfavorável aos trabalhadores e sindicatos não impediu que ao longo da década de setenta, entre os anos de 1973 e 1977, ocorressem discretos movimentos grevistas em diferentes categorias (MANFREDI, 1986, p. 103).

Os trabalhadores levaram a cabo no período diversas estratégias de luta que não configuraram o enfrentamento direto ao regime e ao capital. Apesar da ausência política das entidades sindicais de então e do distanciamento dos seus dirigentes, ocorreram as seguintes práticas de resistência: operação tartaruga, operação zelo, pequenas sabotagens, quebra de ferramentas, fabricação de peças defeituosas, fazer “cera”, entre outras (ANTUNES, 1992, p. 14-15) (MANFREDI, 1996, p. 111-112).

Nas palavras de Manfredi,

...essas pequenas lutas (...) tiveram maior incidência em São Paulo e no ABCD, nos setores mais dinâmicos da economia capitalista, onde predominam as grandes empresas multinacionais. Contudo não ficaram restritas a essas regiões (MANFREDI, 1986, p. 102).

Com os sindicatos distanciados de suas bases, forçosamente ou por opção de alinhamento com o regime, a organização necessária para essas práticas, algumas coletivas,

outras com o caráter de rebeldia individual, foi decisiva nos enfrentamentos que veremos adiante.

A crise econômica mundial a partir de 1973 atingiu diretamente o Regime Militar e o chamado “milagre econômico”.

Esta crise ao atingir a materialidade da sociedade civil (...), pelo seu caráter determinativo, também repercutiu intensamente nos outros níveis da totalidade concreta, em particular no nível político. É no esgotamento do padrão de acumulação (...) que se encontram as raízes mais profundas das formas e metamorfoses do Estado na década de 70 (ANTUNES, 1992, p. 112).

Em 1974, a oposição consentida venceu as eleições.⁸ Iniciou-se então o período de crise política do regime. “As manifestações no interior dos locais de trabalho eram tidas, dessa forma como sinais do desgaste do regime e como parte de um descontentamento generalizado presente no meio da sociedade” (ALMEIDA, 1998, p. 27).

A famosa “distensão” caracteriza politicamente o governo Geisel. O Estado militar iniciou mudança em sua forma, procurando fazer migrar seu caráter militar para o de uma república tutelada⁹ (ANTUNES, 1992, p. 124).

Os anos de 1978, 1979 e 1980 marcaram o ressurgimento do movimento operário e sindical brasileiro. Após o longo período de repressão e inatividade política dos trabalhadores, os metalúrgicos da região do ABCD paulista deflagraram movimentos grevistas que puseram em xeque, ao mesmo tempo, o Estado e seu aparato político institucional decadente, o sindicalismo controlado, assistencialista e acomodado e a superexploração do trabalho aliada ao arrocho salarial a que eles estavam submetidos. A crise econômica em curso, gerada pelo fim do milagre econômico, contribuiu para compor o quadro conjuntural.

As práticas subterrâneas utilizadas por esses trabalhadores, mencionadas anteriormente, fizeram com que estes movimentos tivessem, segundo Antunes, um caráter de espontaneidade, na maioria das vezes deflagrados única e exclusivamente pela vontade

⁸ O Regime Militar no Brasil compreendeu o período de 1964-1985. O período 1965-1980 caracterizou-se pela imposição do bi-partidarismo. Em 1965, os partidos políticos existentes são extintos pelo Ato Institucional nº 2. A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) atuava como partido de situação, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) exercia a função de oposição. Esta oposição era consentida porque mesmo abrigoando em seu seio comunistas de diferentes matizes era composta, em sua maioria, por liberais que, embora discordassem da ditadura não eram contrários ao ideário defendido pelo partido situacionista, a ARENA.

⁹ A distensão é o início do processo de abertura política, “lenta, gradual e segura” cujo ápice encontra-se no final da década de setenta, início da década de oitenta.

dos trabalhadores em seus locais de trabalho, à revelia das entidades sindicais. A presença do sindicato flutuava ora como elemento aglutinador das atitudes espontâneas dos trabalhadores, ora como negociador, ora como mentor político.

Essas greves históricas possuíram como características determinantes os aspectos comuns de um processo grevista: dimensão econômica ou política, espontaneidade e não-espontaneidade (direção política consciente)¹⁰ (ANTUNES, 1992, p. 206-207).

Embora levasse adiante a política de distensão e abertura política, o Regime Militar, aliado ao capital, lançou mão, especialmente nos movimentos de 1979 e 1980, de práticas repressivas, tais como intervenção nos sindicatos, cassação de diretorias, prisões e o enquadramento de dirigentes sindicais na Lei de Segurança Nacional.

Os movimentos grevistas, ainda que haja divergências entre diversos autores sobre as conquistas econômicas e políticas do triênio 1978-1980, no que tange a vitórias ou derrotas, particularmente em 1979 e 1980, marcaram o nascimento do chamado “Novo Sindicalismo”, sinteticamente apresentado como o resgate histórico do sindicato, enquanto órgão político da classe trabalhadora, lançando um questionamento à prática e à estrutura sindical vigente.

Os trabalhadores e os dirigentes sindicais, excluídos até então da cena política, reapareceram de forma triunfal.

As indústrias automobilísticas do ABCD e suas congêneres constituíam-se no setor mais moderno da produção industrial nacional. Os trabalhadores dessas indústrias, por conseguinte, também foram considerados o setor moderno da classe operária brasileira, em fins dos anos setenta. Ao reivindicarem através de seus movimentos procedimento que lhes eram próprio, embora ligados a uma determinada estrutura econômica, desencadearam um processo que influenciou a retomada das lutas adormecidas por trabalhadores das mais diversas categorias ao longo dos anos seguintes, culminando com a fundação de uma nova central sindical em 1983 (ALMEIDA, 1998, p. 21).

Uma das características históricas mais marcantes do movimento sindical encontra-se em sua grande heterogeneidade. Diversos grupos políticos, concepções e

¹⁰ Antunes trabalha as inúmeras motivações para que ocorram greves. Quanto à questão da espontaneidade ou não espontaneidade das greves, estas poderiam ser definidas, grosso modo, greves com ou sem o controle das entidades sindicais e seus dirigentes. O autor utiliza-se de conceitos de Gramsci em sua análise. Citando Gramsci, argumenta que: “Esta unidade da ‘espontaneidade’ e da ‘direção consciente’, ou seja, a ‘disciplina’, é precisamente a ação política real das classes subalternas enquanto política de massas e não simples aventura de grupos que se limitam a apelar para as massas” (ANTUNES, 1992, p. 207)

práticas sindicais estavam presentes, em fins dos anos setenta e início dos oitenta, quando a idéia de uma central sindical é retomada.

Os diversos movimentos grevistas mencionados, com ou sem o controle das entidades sindicais e seus dirigentes, levaram os agentes do processo a sentir e pensar na necessidade de um organismo centralizador como projeto político.

Inequivocamente, as inúmeras concepções e práticas sindicais daquele momento tornavam difícil a convivência entre as diversas correntes políticas, em atividade no movimento sindical de então. Essas correntes político-sindicais disputavam entre si a hegemonia política no movimento, mas buscavam uma linha de atuação conjunta, que congregou avanços e retrocessos (ALMEIDA, 1998, p. 50).

Segundo Almeida, a primeira tentativa de uma conferência das classes trabalhadoras se deu em 1977, quando da realização da Conferência Nacional das Classes Produtoras. Alguns dirigentes sindicais procuraram o então ministro do trabalho no intuito de obter autorização para a realização de uma intersindical, sendo desencorajados (ALMEIDA, 1998, p. 50-51).

A partir de 1978 a idéia de uma central sindical foi ganhando força dentre diversas tendências sindicais: Unidade Sindical (reformistas); Anampos (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical), que congregava o novo sindicalismo do ABCD, as oposições sindicais (Enos ou Entoes) e uma parcela dos chamados pelegos, entre outras.

Segundo Antunes, duas destas tendências acabaram confluindo nesta ação: o novo sindicalismo e as oposições sindicais.

Antunes caracteriza as principais tendências:

...de um lado o novo sindicalismo nascente em meados dos anos setenta e que, atuando por dentro da estrutura sindical, pouco a pouco foi iniciando um lento processo de mudança e transformação desta mesma estrutura sindical atrelada. O caso exemplar..." discutido anteriormente, "... que marcou a história sindical do país e por isso simboliza esta tendência foi dado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, com Lula à frente. Metalúrgicos, petroleiros, bancários, médicos, professores além de inúmeros sindicatos vinculados aos trabalhadores rurais, muitas categorias aglutinaram-se em torno do novo sindicalismo (ANTUNES, 1995, p. 28).

Definindo as oposições sindicais:

...num trabalho árduo e persistente, nas situações mais adversas, vinham as oposições sindicais, mais refratárias à ação por dentro da estrutura sindical, e que traziam como bandeira central a luta pelo organismo de base, especialmente pelas

comissões de fábrica, independentes da estrutura sindical (ANTUNES, 1995, p. 28).

A Unidade Sindical foi caracterizada como o: “...sindicalismo mais conciliador e moderado...”, fruto de uma aliança entre o “...peleguismo moderado (...), e os setores sindicais vinculados à esquerda tradicional, PCB e MR-8, a qual contou com a adesão de sindicalistas ligados ao PCdoB” (ANTUNES, 1995, p. 30).

Essas tendências realizaram nos anos seguintes, 1979 e 1980, inúmeros encontros em âmbito estadual e nacional, onde a questão foi discutida politicamente. O discurso de unificação tomou vulto, assim como o que pregava o fim das divisões no movimento sindical.

Entrementes, setores ligados ao novo sindicalismo, grupos de esquerda e a Igreja Católica articularam a formação de um partido político que encaminhasse para além do plano sindical a representação do proletariado:

...a fundação de um partido dos trabalhadores, cuja proposta de organização ‘subvertia’ o processo idealizado de uma ‘reforma partidária’ pensada para acomodar os diversos setores conservadores, teve um papel importantíssimo. Nascida da necessidade de se criar um canal de expressão das demandas populares, a discussão sobre o Partido dos Trabalhadores aglutinou os setores mais representativos do movimento sindical e popular e ganhou um espectro amplo, democrático congregando diferentes posições na perspectiva de formular um projeto de um novo modelo de sociedade, constituindo-se, assim, num curto espaço de tempo na grande ‘novidade’ política, do chamado período de transição (ALMEIDA, 1998, p. 196).

As discussões em torno da criação do Partido dos Trabalhadores, com seu manifesto de fundação lançado em fevereiro de 1980, comprometeu em parte as discussões, retardando o debate sobre a central sindical.

A tendência Unidade Sindical ganhou espaço político durante a organização do encontro nacional das classes trabalhadoras convocado para viabilizar a criação da central única.

Os atores políticos, apesar dos avanços e retrocessos e do grande jogo de cena preparatório, realizaram, de 21 a 23 de agosto de 1981, o I Conclat (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora), em Praia Grande, Estado de São Paulo. Diversos segmentos estiveram representados:

...com a presença de 1.091 entidades sindicais, 5.036 delegados representando entidades vinculadas aos assalariados urbanos e rurais, operários fabris e

funcionários públicos, assalariados médios e bóias frias, trabalhadores em serviços e despossuídos de terra (ANTUNES, 1995, p. 28).

Os temas debatidos na conferência e conseqüentemente as resoluções aprovadas, permitiam que qualquer lado os interpretasse a partir de suas conveniências políticas (ALMEIDA, 1998, p. 142).

A criação da central única dos trabalhadores acabou adiada para uma futura Conclat, a ser convocada para 1982.

As divergências políticas entre as tendências perceptíveis no processo que antecede à conferência, durante sua realização e nas posturas tomadas após, segundo Almeida, demonstraram claramente a existência de projetos políticos irreconciliáveis. A princípio poderiam aparentar diferentes leituras da mesma realidade, porém representavam nada mais nada menos do que uma luta política, a qual acompanha o movimento sindical até nossos dias. A Conclat, apesar de ter sido um marco na história sindical, possuía uma unidade artificial, que expôs os antagonismos dentro da classe trabalhadora brasileira. Os caminhos que foram buscados poderiam, significar – e de fato, significaram – a divisão (ALMEIDA, 1998, p. 124 -143).

As divergências se aprofundaram em 1982. As dificuldades para construir politicamente uma proposta que contemplasse todas as tendências acabaram por esvaziar a pretensa união em torno da criação da central única.

Discussões a respeito dos princípios que deveriam nortear a central única foram encaminhadas pelos diferentes personagens. A divisão se instalou e a comissão pró-CUT adiou indefinidamente a realização da II Conclat.

No plano institucional, o processo de redemocratização deslanchado pelo Regime Militar, ainda em curso, perpassou mudanças na política salarial, entre outras, e o processo eleitoral em fins de 1982, e culminou com grande vitória dos chamados setores democráticos ligados à oposição, aglutinados em grande parte no partido de maior expressão, o PMDB.

A intenção de realizar o II Conclat foi retomada em fins de 1982, início de 1983.

A polarização de tendências, para Antunes – de um lado as que defendiam um sindicalismo classista e combativo, e do outro as que buscavam um modelo conciliador e moderado – deu o tom político entre 1981 e 1983. Os setores ligados à tendência influenciada pelo braço combativo do movimento sindical “Novo Sindicalismo” foram os responsáveis pela criação da CUT, no II Conclat, realizado em 23 de agosto de 1983. A

hegemonia pretendida pela Unidade Sindical não foi alcançada e esta tendência não participou do congresso de fundação da central. O novo sindicalismo combativo venceu a “disputa” (ANTUNES, 1995, p. 29, 30).

O congresso, realizado em São Bernardo do Campo, contou com a participação de “...5.059 delegados representando 912 entidades.” As federações e confederações estavam ausentes (ALMEIDA, 1998, p. 192).

Estava fundada dessa forma, pela parcela mais combativa do movimento sindical brasileiro de então, a Central Única dos Trabalhadores – CUT.

Os grupos políticos ausentes, entre eles a Unidade Sindical, formariam o contraponto da CUT ainda em novembro de 1983 – a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), denominada a partir de março de 1986 de Central Geral dos Trabalhadores – CGT.

A Unidade Sindical, então, foi a tendência que deu origem à CGT. Antunes a caracteriza como uma

...tendência emergente com o surgimento do novo sindicalismo e que aglutinava centralmente a esquerda tradicional (o PCB e MR-8), além de amplos segmentos ligados à burocracia sindical e mesmo ao peleguismo que, com o advento do novo sindicalismo, iniciou um projeto de modernização sindical. Eram, em sua maioria, sindicalistas vinculados ao PMDB e que recusavam e rechaçavam as ações mais combativas da CUT (ANTUNES, 1995, p. 35-36).

Divergências políticas dentro desta Central fizeram emergir a partir de abril de 1989 uma outra CGT, a Confederação Geral dos Trabalhadores.

No início da década de noventa, a Central Geral dos Trabalhadores mais uma vez se subdivide. Novas divergências políticas internas provocaram uma crise que resultou no surgimento de outra central sindical, com atuação por demais “amigável” para com o capital e seus representantes, denominada Força Sindical (março,1991)(MANFREDI, 1996, p. 157-161).

1.3 – A CUT: da organização estrutural e política à formação como prioridade

A CUT, como ficou evidenciado no item anterior, foi fruto de um momento histórico importante, marcado pela retomada das manifestações classistas dos trabalhadores e do movimento sindical no final dos anos setenta e início dos anos oitenta,

em um processo que envolveu discussões, embates de opiniões, divergências de tendências políticas, e de diferentes concepções de sindicalismo.

Criada a partir dos setores mais combativos do movimento sindical, a tarefa mais importante nos primeiros anos era consolidar-se enquanto interlocutora das classes trabalhadoras. A central evidentemente necessitava sedimentar-se, assim “... deitou suas raízes em quatro expressivas fatias da classe trabalhadora brasileira; no operariado industrial, nos trabalhadores rurais, nos funcionários públicos e nos trabalhadores vinculados ao setor de serviços” (ANTUNES, 1995, p. 30).

Os embates travados durante a década de oitenta pela CUT acabaram por transformá-la na mais importante central sindical do panorama político nacional. Esta constatação pode ser feita empiricamente, como também é alicerçada na opinião de diversos autores que analisam o movimento sindical brasileiro.

Entre estes embates, Antunes apresenta dois eixos para os quais a central direcionou sua atuação:

... a luta contra o arrocho salarial, contra a superexploração da força de trabalho, contra a política econômica, tanto do regime militar quanto da ‘Nova República’”. Sendo “...inegável que a atuação da CUT, nesta década de oitenta, teve um papel decisivo na democratização da estrutura sindical em especial na luta pelo fim da ingerência do Estado (ANTUNES, 1995, p. 31).

A presença da CUT no panorama político sindical neste período foi uma constante. Trabalhadores das mais diversas categorias empreenderam movimentos reivindicatórios ou de paralisação após 1983. A CUT esteve presente ora como desencadeadora, ora como suporte às greves (ANTUNES, 1995, p. 31).

Atuando nos primeiros anos com os limites impostos pela legislação da estrutura sindical, a CUT impôs sua existência com uma marcante atuação política.

Os grupos denominados “oposições sindicais”, presentes na central, iniciaram uma vitoriosa disputa por bases sindicais de diferentes categorias, expandindo a representação da organização.

Após o fim do regime militar em 1985, a sociedade civil organizada implementou um amplo debate buscando modificar a estrutura jurídica herdada. Os trabalhadores e suas entidades participaram ativamente nos debates políticos da Assembléia Nacional Constituinte. Com a Constituição Federal de 1988, a CUT conquistou sua existência jurídica.

O movimento sindical adquiriu assim, juridicamente, uma central sindical com abrangência nacional. Antunes argumenta que da fundação da Confederação Operária Brasileira (COB) no ano de 1906, à criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1962, por diversas vezes os trabalhadores e suas entidades tentaram a criação, e, por conseguinte, a sobrevivência desta espécie de organização. As classes dominantes, porém, nos diversos momentos em que procuraram manter a sua “ordem” as colocaram na ilegalidade¹¹(ANTUNES, 1995, p. 27-28).

Posteriormente ao seu encontro de fundação, entre 1983 e 1984, a CUT foi administrada por uma direção colegiada, de caráter interino, composta por setenta e sete membros efetivos e sessenta e seis suplentes.

Em 1984 a CUT realizou seu primeiro congresso, o I Concut, onde foi eleita sua primeira direção nacional, tendo como presidente Jair Meneguelli, presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Este fato demonstrou a força política deste segmento nos primeiros passos da organização, consolidada nos demais congressos, criando uma tradição – um metalúrgico na presidência – quebrada somente no VII Concut realizado no ano 2.000. A direção nacional foi formada inicialmente por setenta e cinco membros efetivos e setenta e cinco membros suplentes, e uma diretoria executiva de quinze membros (CUT, 1987, p. 7, 8).

Uma direção nacional composta por grande número de pessoas caracterizou, provavelmente, uma tentativa da nascente central em acomodar todos os segmentos e tendências nela representados.

Nos seus primeiros anos de existência a CUT procurou expandir-se pelos demais estados da federação, fundando as chamadas CUTs estaduais, no que logrou êxito. Em 1986, quando da realização de seu II Concut, praticamente todos os estados brasileiros já possuíam sua respectiva organização. O seu reconhecimento nas esferas internacionais, pelas organizações de trabalhadores do exterior, encontrava-se também efetivado (CUT, 1987, p. 7, 9, 14).

O alinhamento da CUT com estas organizações internacionais foi motivo de intenso debate interno, no início dos anos noventa.

¹¹ A título de registro, temos em 1929, a Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB); em 1935, a Confederação Sindical Unitária Brasileira (CSUB); em 1945, o Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT) e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGTB). (CUT, 1987, p. 2-4)

Tal organização exigia um estatuto que expressasse claramente aos trabalhadores, às entidades filiadas e à sociedade brasileira em geral, o que era a CUT e para que viera.

Em seu congresso de fundação, um estatuto provisório foi aprovado. O estatuto definitivo foi aprovado no I Concut em 1984. O atual estatuto da central foi formulado durante o III Concut, realizado em 1988, na cidade de Belo Horizonte. Sofreu alterações nos diversos congressos e plenárias realizados posteriormente, particularmente no: IV Concut em 1991; na 5ª Plenária Nacional, em 1992; na 6ª Plenária, em 1993; no V Concut, em 1994, e na 9ª Plenária Nacional, em 1999 (CUT, 1994 b) (CUT, 1999 a, p. 3).

Essas alterações foram fruto da dinâmica interna da entidade em busca de uma maior organicidade, como também dos embates políticos travados pelas diversas tendências presentes na CUT.

Do estatuto vigente estão destacados a seguir as partes que abrangem o caráter da central e sua organização. Em seu estatuto a CUT se auto-define como:

...uma organização sindical de massas em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, cujos fundamentos são o compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção ao socialismo (CUT, 1999 a, p. 7-8).

Afirma o documento, que o objetivo maior da instituição é:

...organizar, representar sindicalmente e dirigir, numa perspectiva classista, a luta dos trabalhadores brasileiros da cidade e do campo, do setor público e privado, ativos e inativos, na defesa dos seus interesses imediatos e históricos (CUT, 1999 a, p.8).

A sua organização compreende dois níveis, a saber: vertical e horizontal.

O nível de organização horizontal, privilegiado pela central, é formado pela CUT Nacional e pelas CUTs Estaduais e Regionais.

A organização vertical é constituída pelas organizações sindicais de base, sindicatos por ramos de atividade econômica, confederações e federações nacionais por ramos de atividade econômica. O quadro associativo é formado pelas organizações sindicais de base e pelas entidades sindicais filiadas (CUT, 1999 a, p. 12-14).

A incorporação de um sindicato ao quadro associativo pressupõe geralmente um congresso deliberativo dos trabalhadores filiados à entidade ingressante.

As instâncias deliberativas estão assim compostas: Congresso Nacional (Concut) - realizado a cada três anos, podendo ser convocado extraordinariamente; Plenária Nacional - as ordinárias são realizadas anualmente, as extraordinárias quando necessárias. As CUTs estaduais também possuem seus respectivos congressos, suas plenárias estaduais e direções.

O Estatuto prevê ainda como instâncias deliberativas, uma Direção Nacional composta pela Direção Executiva mais oitenta e três membros efetivos representantes das CUTs estaduais e de sua estrutura vertical. A Diretoria Executiva é composta por vinte e cinco membros efetivos mais sete suplentes. A diretoria executiva é composta pelos seguintes cargos: presidente, vice-presidente, secretário-geral, primeiro secretário, tesoureiro, primeiro tesoureiro, secretário de relações internacionais, secretário de política sindical, secretário de formação, secretário de comunicação, secretário de políticas sociais, secretário de organização e mais treze diretores executivos. As direções são eleitas pelo período de três anos, com o mandato vigente entre os interstícios dos congressos ordinários.

1.4 – A formação sindical entra em cena

As experiências educacionais alternativas desenvolvidas pelos trabalhadores, que remontam ao início do século XX, continuaram existindo, mesmo que de forma camuflada (desenvolvidas por grupos politicamente organizados nos sindicatos, nos movimentos populares entre outros espaços), no contexto de resistência dos anos de repressão ao movimento sindical. As entidades sindicais e suas lideranças que participaram da fundação da CUT buscaram logo de início resgatar estas estratégias de educação existentes fora do âmbito oficial.

Entre as estratégias pensadas a partir da vivência, ou prática coletiva dos trabalhadores destaca-se a formação sindical.

A questão da formação sindical era vista como uma estratégia que deveria ser consolidada.¹² Implementar uma formação sindical cutista¹³ aparentemente foi uma

¹² A bibliografia sobre a formação da CUT é basicamente produzida por esta Central, via SNF, e servem de fontes para diversas publicações da própria CUT, e trabalhos como MANFREDI (1994), TUMOLO, (1998) entre outros.

¹³ A CUT é uma facção da classe trabalhadora brasileira, nesse sentido a expressão: implementar uma formação sindical cutista.

prioridade, tanto que no I Concut em 1984, foi instituída uma Secretaria Nacional de Formação (SNF) para a nascente organização.¹⁴

A CUT adotou as experiências anteriores de educação popular, historicamente presentes nos movimentos populares e sindical como linha pedagógica mestra.

Afirmando querer resgatar não somente os sindicatos para os trabalhadores, mas também os trabalhadores enquanto sujeitos sociais e históricos arquitetos de sua atuação como classe social, a CUT tomou para si a responsabilidade sobre esta educação.

As diversas categorias de trabalhadores inseridas repentinamente na central (um organismo centralizador), apesar de possuírem concepções sindicais e práticas políticas semelhantes, para que se enxergassem como iguais necessitavam de uma identidade própria. A tentativa de implementar uma formação sindical, logo de início, nos permite inferir que esta prática pode ter sido utilizada na construção desta identidade ou no próprio processo de consolidação da CUT.

O período compreendido entre a fundação da central em 1983, passando pelo I Concut em 1984, até a realização do II Concut em 1986, pode ser caracterizado como uma fase de implantação da organização, pois os esforços estavam aparentemente, empenhados em tal questão. A SNF, não conseguiu criar sua própria equipe de trabalho, embora tenham sido realizados diversas atividades e encontros regionais para tal finalidade. Uma organização da SNF, na acepção da palavra, não se efetivou.

As CUTs estaduais, em funcionamento em quase todo o território nacional, iniciaram no período as atividades de suas respectivas Secretarias Estaduais de Formação (SEFs), processo esse encaminhado pela Secretaria Nacional de Formação (SNF).

O II Congresso Nacional da CUT (Concut), realizado em 1986, no Rio de Janeiro, elegeu a formação sindical como uma das cinco prioridades nacionais. Em seu Plano Geral de Ação para 1987 a recém-eleita Direção Nacional definiu em relação à formação:

¹⁴ As atribuições da SNF foram assim definidas: “Desenvolver atividades de formação da CUT como palestras, seminários e encontros de formação; acompanhar, avaliar, sistematizar e socializar as experiências e atividades das CUTs estaduais e regionais; fazer o levantamento das experiências de luta e organização dos trabalhadores do Brasil; elaborar e editar material de formação, publicações, áudio-visuais e filmes; documentar e analisar todos os fatos relacionados à CUT, buscando a construção permanente de sua memória histórica, e organizar o arquivo da CUT; manter contato e orientar as secretarias de formação estaduais e regionais; manter relacionamento, em vários níveis, com os centros experiências de formação. (CUT, 1994 b, p. 23)

A consolidação da CUT, o encaminhamento das decisões do congresso e desse plano de ação exigem a constituição de uma atividade permanente de formação política e sindical, que tenha como objetivo o desenvolvimento da consciência classista, a compreensão da concepção sindical e política da CUT e a visão concreta da realidade, para garantia de nossa intervenção permanente no movimento e na luta sindical (CUT, 1994 b, p. 25).

Uma organização de abrangência nacional imprescindivelmente deveria investir em um planejamento para direcionar sua atuação, e assim foi feito com a sua formação sindical.

A Secretaria Nacional de Formação formulou então um plano de trabalho para o ano de 1987, onde foram estabelecidos os fundamentos da Política Nacional de Formação (PNF) com: metas, princípios, estratégia de implantação, prioridades e organização da Secretaria Nacional. As principais metas definidas foram:

- promover a definição e implantação da Política Nacional de Formação da CUT, assegurando atividades permanentes de formação político-sindical;
- estruturar a Secretaria Nacional de Formação e apoiar a estruturação e funcionamento das secretarias estaduais e regionais;
- oferecer atividades de formação de acordo com as prioridades políticas da CUT;
- participar da coordenação de todos os encontros, seminários e conferências a serem realizados pela CUT (CUT, 2000 a, p. 16) (CUT, 1994 b, p. 26).

A busca por elementos que levassem à idealizada política de formação envolveu a realização de dez seminários estaduais e cinco de âmbito regional.¹⁵ Ao todo estiveram envolvidos vinte estados da federação, onde a central encontrava-se organizada. Destes eventos, foram tirados os subsídios para formulação da PNF. As diversas experiências de formação dos agentes envolvidos passam a ser articuladas (CUT, 1994 b, p. 26).

Em 1987 a CUT instituiu o chamado Plano Anual de Formação, no intuito de “...articular ações formativas, sistematização, avaliação e reelaboração dos conteúdos e métodos de abordagem” (CUT, 2000 a, p. 16).

¹⁵ Estes seminários foram realizados em 1987.

Os Planos Anuais de Formação foram elaborados e publicados rotineiramente até 1998. Segundo a Central, os planos anuais¹⁶

... buscam articular ações formativas, sistematização, avaliação e reelaboração dos conteúdos e métodos de abordagem. Este processo envolve os diversos agentes da Rede Nacional de Formação: as Secretarias Estaduais de Formação, as Secretarias de Formação das Confederações e Federações Nacionais, os Sindicatos e as Escolas Sindicais da CUT (CUT, 2000 a, p. 16-17).

Entre os anos de 1987 a 1993, esta central sindical colocou em prática uma Política Nacional de Formação (PNF), com a seguinte sustentação:

a) princípios político-metodológicos, a partir dos quais se buscou formular uma concepção de educação sindical alternativa à educação dominante (autoritária, elitista e excludente) e implementar uma nova prática educacional, gestada e assumida pelos trabalhadores, considerando as múltiplas dimensões da vida cotidiana e tendo como meta a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática. b) uma Rede Nacional de Formação, buscando viabilizar a realização de um trabalho de formação amplo, planejado, sistemático, integrado e qualificado em todos os níveis da Central. A idéia de rede se baseou tanto na necessidade de atingir desde as organizações de base até as instâncias e direções nacionais como na perspectiva de assegurar que esse trabalho fosse unificado nos seus pressupostos e descentralizado na sua elaboração e execução, garantindo o respeito às diversas realidades existentes no Brasil. c) programas e atividades, constituídos de eixos programáticos comuns, orientados pelas resoluções da Central e pelos seus desafios políticos pedagógicos (CUT, 2000 a, p.17).

Em março de 1988 foi realizado o 1º Seminário Nacional com os Secretários de Formação, posteriormente denominado: Encontro Nacional de Formação¹⁷ (Enafor).

¹⁶ A dinâmica dos Planos Anuais de Formação foi modificada nos debates empreendidos durante o 13º Enafor, realizado em Natal, Rio Grande do Norte, em dezembro de 1998. Essas discussões foram publicadas no caderno: Diretrizes e Estratégia da PNF – 1999/2000 (CUT, 1999 b). O grande eixo da discussão deste fórum foi direcionado para o planejamento das ações formativas, no âmbito nacional, mais a longo prazo. Assim, ficou definido que o Plano de Formação refletiria estratégias bienais, tanto que o Plano Nacional de Formação de 1999 segue este entendimento. As diretrizes aprovadas possuíam um caráter de “experimentação de um novo processo de planejamento, execução e gestão da formação de forma integrada”. Essa experimentação bienal buscava implementar a partir do 7º Concut (2000), Planos Trienais de Formação, coincidindo a partir daí os planos de formação, com o mandato trienal da direção nacional da Central, e das CUTs estaduais, entre outras instâncias. “Tal decisão, deu-se a partir de dois aspectos que têm caracterizado nossos debates nos fóruns da PNF nos últimos períodos: a) Desde o início do processo de reestruturação da PNF – 1994 – em que pese os avanços ocorridos, a dinâmica de estabelecimento de diretrizes anuais para a PNF/CUT, não tem nos permitido avaliar, com segurança, os impactos e a eficácia das mudanças que implementamos desde então; b) A disposição dos vários agentes da Rede Nacional de Formação de avançar na implementação e consolidação de Diretrizes Trienais que dialoguem, inclusive, com a gestão das respectivas Direções das Instâncias.” (CUT, 1999 c, p. 4) As resoluções do 7º Concut (2000), não apresentam nenhuma discussão nesse sentido. O 14º Enafor de 2001, reitera um planejamento bienal para a PNF. Muito provavelmente esta discussão integrará os debates do 8º Concut.

¹⁷ O Enafor é o fórum máximo de deliberação das estratégias e diretrizes formativas da formação cutista (PNF), foi realizado anualmente até 1998, quando já estava em sua décima terceira edição. Neste encontro

Segundo Nascimento, participaram deste encontro vinte Secretarias Estaduais de Formação (SEFs)¹⁸ (NASCIMENTO, 2000).

Os programas de formação, inicialmente denominados eixos de formação, definidos em 1988, foram avaliados anualmente, ficando com a seguinte apresentação em 1993/1994: Concepção, Estrutura e Prática Sindical da CUT (CEPS); Negociação e Contratação Coletiva (NC); Planejamento e Administração Sindical da CUT (PASC); Processo de Trabalho e Organização no Local de Trabalho (PT/OLT); Formação das Direções (FD); Formação de Formadores (FF); Formação Sobre Relações Sociais Entre Homens e Mulheres; Formação Para Trabalhadores Rurais (RSHM); Cooperação e Intercâmbio Nacional e Internacional (CINI); Memória e Documentação da CUT (MD). (CUT, 1994 a, p. 54-56) (CUT, 2000 a, p.17) (CUT, 1994 b, p. 32-37)

Em 1994, a partir do primeiro Plano Nacional de Formação (1987), passando por outras instâncias de discussões, a formação sindical da CUT norteava-se pelos seguintes princípios:

- Classista e de massas;
- Resoluções são a referência;
- Unificada e descentralizada;
- Metodologia coerente com o projeto;
- Integridade do ser humano;
- Instrumento de reflexão crítica e de libertação;

deliberou-se que esse deveria ser realizado, a partir daquele momento, de três em três anos. “Considerando a perspectiva de implantação do Plano Trienal, deve-se aprofundar o debate em torno da periodicidade do Enafor (se continua anual ou trienal, dialogando com o mandato da Direção da CUT). Essa questão deve ser melhor avaliada, para não se tomar uma decisão que implique prejuízos ao acúmulo de debates sobre a PNF no interior da CUT.” (CUT, 1999 b, p. 25-26) O 14º Enafor realizado em 2001, ratificou a decisão de encontros trienais. Ainda que esta decisão esteja ligada a lógica de planejar a formação à longo prazo, esta decisão transfere para um espaço de tempo relativamente longo, discussões que tradicionalmente requerem atualmente uma interação cada vez mais articulada de seus protagonistas. Este fórum é composto pelas escolas sindicais da CUT; a Executiva Nacional; a Secretaria Nacional de Formação; as Secretarias Nacionais de Formação das Confederações, Federações ou Departamentos (instâncias verticais da CUT) e as Secretarias Estaduais de Formação (SEFs).

¹⁸ Nascimento acrescenta que neste I Enafor, foram definidos então os eixos prioritários da PNF: Concepção e Prática Sindical; Planejamento e Administração Sindical Cutista (PASC); Economia Política Básica; apoio ao Desenvolvimento das Lutas Prioritárias da CUT e Desenvolvimento de uma Linha Metodológica de Formação da CUT (Metodologia). No II Enafor realizado em março de 1989, os eixos da PNF foram ampliados, para responder aos desafios lançados pelo III Concut (Set.1988). Foram acrescentados: Comunicação e Expressão Sindical, Formação Sobre a Questão Rural e Formação Sobre a Questão da Mulher Trabalhadora. O III Enafor realizado em fevereiro de 1990, redefine os eixos da formação. Assim Metodologia passa a ser denominado Recursos Humanos, Pedagógicos e Metodologia no Trabalho da Formação Cutista (RHPMTF), abrangendo o campo da Formação de Formadores. Neste encontro foi lançada a Revista Forma & Conteúdo. O IV Enafor, realizado em fevereiro de 1991 ampliou a quantidade dos eixos para onze, sendo incluído Formação das Direções e Cooperação e Intercâmbio Nacional e Internacional.

- Contra as discriminações;
- Dimensões: ideológica, política e técnica;
- Formação é processo;
- Permanente, planejada e sistematizada;
- Indelegável;
- Relação com entidades de apoio(CUT, 1994 b, p. 30-31).

Os princípios da formação cutista, com ligeiras alterações, atualmente são os seguintes:

- Classista e de massas;
- Indelegável;
- Democrática, plural e unitária;
- Unificada e descentralizada;
- Integridade do ser humano;
- Instrumento de reflexão crítica e de libertação;
- Contra as discriminações;
- Dimensões ideológica, política e técnica;
- Processual, permanente, planejada e sistematizada (CUT, 2000 a, p. 26-28).

1.5 – Organização e Gestão da Política Nacional de Formação

Tendo como origem o pensamento de que a formação cutista deva estar sempre em permanente construção, a CUT criou no início dos anos noventa¹⁹ diversas estruturas e fóruns de organização e gestão. A formação apresentava a partir de então uma estrutura organizacional chamada de Rede Nacional de Formação.

A Rede Nacional de Formação é uma estrutura orgânica da CUT, sob a responsabilidade das instâncias componentes da Central, devendo contribuir para o avanço e o aprimoramento desta e se viabilizar como uma política essencial.

Essa estrutura abrange os instrumentos da formação em todos os níveis e instâncias da Central, inclusive as escolas sindicais. É uma organização nacional de formação da CUT, possuindo princípios e eixos comuns e unificadores. Visando

¹⁹ O V Enafor realizado em fevereiro de 1991, estruturou organicamente a PNF, ou seja seus atores, fóruns e gestão. (NASCIMENTO, 2000) Entre o VI e o VIII Enafor (1992-1994) a proposta foi incrementada e solidificada.

contemplar as especificidades e demandas locais, regionais e das diversas categorias, a Rede concede autonomia descentralizada.

A idéia do funcionamento da formação em rede tenciona otimizar recursos, organizando planos integrados a mecanismos de avaliação dos resultados. A PNF da CUT trabalha com uma concepção coletiva, democrática e participativa nas práticas de elaboração, execução e gestão da Rede de formação, procurando fortalecer as instâncias da Central, que apreciam e deliberam sobre os planos da formação em todos os níveis da estrutura, sempre levando em consideração o caráter hierárquico.

Levando-se em consideração a necessidade de cooperação e intercâmbio com entidades ou organizações nacionais e internacionais, uma iniciativa constante da CUT, a Rede é utilizada como um dos interlocutores privilegiados da Central.

A CUT determina os seguintes objetivos gerais para sua Rede Nacional de Formação:

- estimular e solidificar a PNF como uma prática de formação planejada, articulada e sistemática em todo o país;
- viabilizar o desenvolvimento da formação de forma duradoura, sem que haja rompimentos por uma eventual mudança nas equipes de direção da CUT (mudança na composição dos dirigentes sindicais à frente da executiva nacional, ou das direções estaduais) ou dos formadores;
- descentralizar as ações de formação, procurando torná-las mais próximas e adequadas às diferentes realidades do movimento sindical cutista;
- fortalecer a formação orgânica à CUT, integrando os seus instrumentos (escolas sindicais, as secretarias de formação, os coletivos de formação entre outros);
- robustecer igualmente todas as instâncias da formação;
- intensificar a constituição de coletivos de formação para que atuem em todos os níveis;
- capacitar os dirigentes cutistas e os trabalhadores para os inúmeros desafios da prática sindical e do movimento sindical;
- viabilizar a integração dos inúmeros planos de formação (nacional, estadual, microrregional), buscando otimizar o trabalho dos formadores das instâncias cutistas, assim como os recursos, os equipamentos, os materiais pedagógicos, os estudos, as pesquisas entre outros;

- estimular as diversas instâncias cutistas a produzirem uma formação de qualidade, direcionada para a organização e a ação sindical;
- empregar instrumentos de avaliação no impacto da formação junto ao movimento cutista, e estabelecer critérios comuns de acompanhamento;
- assegurar uma melhor cooperação e intercâmbio com universidades, organizações não governamentais (ONGs), ou demais entidades que trabalhem com formação sindical.

Compõem a Rede Nacional de Formação da CUT, equipes, secretarias, coletivos, departamentos, escolas sindicais e todas as iniciativas que desenvolvem formação no interior da Central. A Rede trabalha com Planos Anuais de Formação integrados entre si. Esses planos são previamente apreciados pelas instâncias de direção desta Central Sindical. Nesse sentido o Plano Nacional de Formação é o conjunto dos planos desenvolvidos em todo o país.

A Rede Nacional de Formação possui cinco âmbitos assim distribuídos hierarquicamente:²⁰

- âmbito nacional;
- âmbito regional;
- âmbito estadual;
- âmbito microrregional;
- âmbito local.

O âmbito nacional da Rede é composto pelo Enafor, Encontro Nacional de Formação; o Conafor, Coletivo Nacional de Formação²¹; SNFs, Secretarias Nacionais de

²⁰ A Rede Nacional de Formação, com suas instâncias é subordinada às instâncias máximas da CUT: a) Congresso Nacional da CUT (Concut); b) Plenária Nacional da CUT; c) Direção Nacional; d) Executiva Nacional.

²¹ O Coletivo Nacional de Formação é um fórum voltado para os ajustes e adequações anuais necessários à aplicação dos Planos de Formação de todas as instâncias, gerenciando também as decisões do Enafor. Os Coletivos de Formação são formados pelos sujeitos que encaminham a formação nos diversos âmbitos. Os coletivos podem ser (microrregionais (desde que estejam organizados), os estaduais, interestaduais, e como já foi dito, nacional. Fazem parte destes coletivos: formadores, dirigentes sindicais, coordenadores da formação, entre outros. “Os coletivos são instâncias de encaminhamento, gestão e supervisão das diretrizes político-operacionais sugeridas nos encontros...” (nacional, interestadual, estadual e microrregional) “...e aprovadas nas demais instâncias da CUT. O Coletivo Nacional de Formação foi criado em 1990 e reúne-se de duas a três vezes ao ano. Participam do Conafor: as escolas, as secretarias estaduais de formação (SEFs), uma para cada região geopolítica do país, (...) e as secretarias e/ou departamentos de formação das instâncias verticais nacionais.” (MANFREDI, in CUT, 1997 a, p. 43-44)

Formação: da CUT, das Confederações e Departamentos Nacionais e pelo Núcleo Nacional de Gestão (NNG).²²

Essas estruturas nacionais são responsáveis pelo balanço anual²³ e definições do conjunto da PNF para serem submetidas à direção nacional da CUT. São responsáveis ainda pela coordenação nacional da execução da PNF na sua totalidade, assumindo diretamente a realização das ações de formação (estudos, pesquisas, capacitação e assessoria) de abrangência nacional.²⁴

O âmbito regional²⁵ é composto pelos Coletivos Regionais de Formação e pelas Escolas Sindicais de Formação. Os Coletivos Regionais de Formação são compostos pelas escolas sindicais, as secretarias estaduais de formação, uma representação da respectiva região e das secretarias nacionais de formação das confederações, caso estejam presentes na região. Estes coletivos são a instância de elaboração, aprovação e acompanhamento do plano regional de formação, e da PNF na região, atendendo às diretrizes deliberadas no âmbito nacional e pela direção nacional da CUT. Este plano deve contemplar ainda as atividades de formação da região e o papel das escolas sindicais nos respectivos planos estaduais de formação, assim como a participação da região no plano nacional de formação.

²² O Núcleo Nacional de Gestão é um instrumento ou fórum auxiliar da PNF, criado no 13º Enafor, sendo composto por representantes das regiões e escolas sindicais, reunindo-se três a quatro vezes ao ano, encaminhando e operacionalizando as decisões do Enafor e Conafor. Atua nacionalmente também voltado para a gestão dos Projetos de Qualificação e Formação Profissional. O 14º Enafor instituiu Núcleos Regionais de Gestão e Núcleos Estaduais de Gestão.

²³ O Enafor, como já foi dito desde 1998, é trienal. São realizados também encontros de formação: regionais, estaduais e microrregionais. Apesar da mudança da periodicidade do Encontro Nacional de Formação, esses encontros de formação continuam com periodicidade anual. Geralmente são realizados no último trimestre de cada ano. Nestes encontros são avaliadas as atividades do ano em curso e programadas as do ano seguinte. Os encontros regionais e estaduais são realizados desde 1988. Os encontros microrregionais de formação, no caso da região sul, são realizados desde 1995, quando entrou em atividade a Rede Regional Sul da CUT.

²⁴ Segundo a CUT a construção da PNF: "...tem como um dos suportes fundamentais a constituição da Rede Nacional de Formação, constituída basicamente pelos seguintes aspectos: Os agentes da formação – reunindo as sete escolas sindicais da CUT (...), as Secretarias Estaduais, Nacionais e Departamentos de Formação dos Sindicatos e um amplo leque de colaboradores. São esses os agentes responsáveis por desenvolver os programas formativos em todo o país. Os fóruns da formação – formados por coletivos, encontros, plenárias de formação, reunindo os agentes formativos e as instâncias sindicais, organizados em diversas esferas de abrangência (nacional, regional, estadual, setorial, microrregional e local). Em âmbito nacional foram constituídos o Encontro Nacional de Formação (Enafor), o Coletivo Nacional de Formação (Conafor) e o Núcleo Nacional de Gestão da PNF. Esses espaços, em articulação com as instâncias horizontal e vertical da Central, são os responsáveis pela elaboração e coordenação dos planos de formação articulados nacionalmente. (CUT, 1999 d, p. 45-46)

²⁵ O âmbito regional possui caráter interestadual, ou seja, fica circunscrito à área de abrangência de sua respectiva escola sindical.

O âmbito estadual da Rede Nacional de Formação é composto pelo Enesfor (Encontro Estadual de Formação), pelo Colesfor (Coletivo Estadual de Formação), pelas Secretarias Estaduais de Formação (SEFs) da CUT e pelas federações e departamentos estaduais.

As SEFs coordenam a PNF no âmbito estadual, implementando e avaliando o Plano Estadual de Formação. Este plano estadual deve contemplar as atividades do estado nas atividades regionais, as atividades de responsabilidade do próprio estado e das microrregionais. Os planos estaduais são apreciados e aprovados pelas instâncias estaduais da CUT.

O âmbito microrregional²⁶ da Rede Nacional de Formação é composto pela Plenária de Formação dos Sindicatos da Microrregião e pelo Coletivo Microrregional de Formação. O coletivo microrregional de formação é composto por dirigentes sindicais e formadores, representando na prática a efetivação da descentralização pretendida pela CUT para sua PNF. Sua atuação busca incorporar os sindicatos de cada microrregião à idéia de formação, realizando um trabalho de formação intercategorias (entre diversas categorias de trabalhadores), atendendo assim de maneira coletiva às demandas específicas dos sindicatos da microrregião.

O âmbito local da Rede Nacional de Formação é composto pelas secretarias ou departamentos de formação dos sindicatos. Cada sindicato deve elaborar seu plano de formação contemplando suas especificidades e buscando privilegiar iniciativas intercategorias em conjunto com o coletivo microrregional.

A formação sindical cutista, tal como está organizada a CUT, também apresenta-se com estrutura horizontal e estrutura vertical. Desta forma as instâncias acima exemplificadas guardam a seguinte distribuição:

Embora nem todas as instâncias que compõem a rede formativa estejam estruturadas e em funcionamento, existem na CUT dois tipos de estruturas formativas: as da estrutura horizontal, de tipo intercategoria, e as da estrutura vertical, por categorias específicas de trabalhadores. As instâncias formativas que compõem a estrutura horizontal são: secretarias estaduais e regionais de formação e os coletivos de formação (que dependendo do estado podem ser: regionais, municipais ou intermunicipais).²⁷ No plano vertical há as secretarias de

²⁶ São as microrregiões de formação localizadas no interior dos estados.

²⁷ Os coletivos intermunicipais de formação são as chamadas Microrregionais de Formação Sindical. Essas micros alcançaram na Região Sul uma maior organização e estruturação que as demais regiões do país, fazendo parte da Rede Regional Sul de Formação da CUT, capitaneada pela Escola Sul.

formação dos sindicatos, das federações, confederações e/ou departamentos nacionais por categoria profissional (MANFREDI, in CUT, 1997 a, p.42).

Por razões as mais variadas, como demonstrado na citação anterior, a Rede Nacional de Formação não alcança a capilaridade pretendida pela CUT. As dificuldades de organização do movimento e da formação cutista, as especificidades regionais e as dimensões continentais do Brasil estão entre alguns dos impedimentos.

1. 6 – Reestruturação da Política Nacional de Formação (1993-1996)

O movimento sindical brasileiro, que nos anos oitenta havia experimentado seu grande momento de retomada de lutas, quando os trabalhadores das mais diversas categorias realizaram, nas palavras de Schürmann, o seu 1978, inicia os anos noventa enfrentando uma profunda crise, ainda em curso.

As transformações ocorridas durante a década de oitenta nos países capitalistas centrais chegam ao Brasil nos anos noventa. As novas formas de acumulação do capital engendradas pelo neoliberalismo, consubstanciadas em termos como globalização, flexibilização, transformações no mundo do trabalho, reestruturação produtiva, passam a fazer parte do cotidiano dos trabalhadores brasileiros e de suas entidades de representação, gerando essa crise:

Não bastasse a intensidade das transformações que atingiram a materialidade e a objetividade do ser-que-vive-do-trabalho, a crise atingiu diretamente a subjetividade do trabalhador, sua consciência de classe, afetando seus organismos de representação, dos quais os sindicatos e os partidos são expressão. Os sindicatos foram forçados a assumir uma ação cada vez mais defensiva, cada vez mais atada ao imediatismo, à contingência, regredindo em sua já limitada ação de defesa de classe no universo do capital. Gradativamente foram abandonando seus traços anti-capitalista visando preservar a jornada de trabalho regulamentada, os demais direitos sociais já conquistados. E quanto mais ‘a revolução técnica’ do capital avançava, maior era a luta para manter o mais elementar e defensivo dos direitos da classe trabalhadora, sem o qual sua sobrevivência está ameaçada: o direito ao trabalho, ao emprego (ANTUNES, 1995, p. 52).

O sindicalismo combativo, tendo a CUT como seu grande expoente no Brasil, entrou na defensiva²⁸. Neste novo quadro conjuntural “acentuaram-se as tendências econômicas, políticas e ideológicas que inseriram o nosso sindicalismo na onda defensiva e crítica”(ANTUNES, 1995, p. 53).

As novas tecnologias que acompanham o novo avanço do capital, entre elas: “A automação, a robótica e a microeletrônica, desenvolvidas dentro de um quadro recessivo intensificado, desencadearam um processo de desproletarização de importantes contingentes operários...”²⁹ (ANTUNES, 1995, p. 53).

Esta nova realidade faz com que os agentes da formação cutista percebam “limites” em sua “prática formativa”, ou um “esgotamento do modelo”. Entre os anos de 1993 a 1996, a CUT promoveu uma reestruturação em sua Política Nacional de Formação.

Este processo de reestruturação foi marcado por discussões e avaliações³⁰ que foram iniciadas no 7º Encontro Nacional de Formação (Enafor) em 1993 e culminaram

²⁸ As profundas mudanças estruturais e conjunturais externas e internas, desencadeadas no início da década de noventa acabaram provocando uma mudança nas atitudes de confronto adotadas pela CUT, contra o capital e seus agentes, durante os anos oitenta. Os diversos autores consultados são unânimes quanto a isso. A própria central assume em suas publicações que a partir do IV e V Concuts foi “definida uma estratégia de resistência propositiva ao neoliberalismo”. No pensamento de SCHÜRMAN, por exemplo “...esta reformulação obedeceu também à nova estratégia da Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres, CIOSL, que em seus dois últimos congressos, sugeriu a estratégia da concertação social, resultado de negociações tripartites – governo, empresários e trabalhadores – como instrumento de transformações sociais rumo à estabilidade democrática e a uma sociedade mais justa”. (SCHÜRMAN, 1998, p. 113-114). A partir do V Concut surgiu o discurso: “...que incorporou definitivamente a nova estratégia de negociação e participação nos problemas nacionais e de políticas públicas para o país. Os participantes do congresso reconheceram o caráter conflitivo das relações capital-trabalho, negaram a ideologia empresarial de parceria, mas ao mesmo tempo defenderam que as respostas sindicais deveriam estabelecer formas democráticas e ampliadas de formulação e gestão de todas as políticas que atuam sobre o desenvolvimento industrial.” (SCHÜRMAN, 1998, 114) Embora se defina como uma organização de caráter classista e socialista, a CUT adotou a estratégia de agir por dentro do capital. Esta postura faz com que, tentando dar respostas à avassaladora incorporação dos Brasil, e de suas classes dominantes ao projeto neoliberal, a CUT ora o confronto com todas as suas baterias, ora, sugira alternativas tentando evitar que o novo modelo de avanço do capital esmague definitivamente a classe trabalhadora. Evidentemente que esta postura política não tem sido assimilada por todas as tendências políticas que atuam dentro da central sindical, principalmente as “mais à esquerda”. Os embates travados nos congressos realizados nos anos noventa beiram a velha dicotomia do “bem” e o “mal”. Em seu discurso no VII Concut, realizado em 2000, Luis Inácio Lula da Silva, dirigente sindical que atuou como um dos fundadores do Novo Sindicalismo, e talvez a maior liderança dos trabalhadores na história do país, criticou as disputas internas: “Antigamente tínhamos divergências, mas haviam objetivos comuns, hoje as divergências parecem ser o fim em si mesmo.” (CUT, 2001 a, p1b)

²⁹ No Brasil, dentre as categorias de trabalhadores que mais sofreram com a emergência dessas novas tecnologias, encontram-se os bancários e os trabalhadores da indústria automobilística.

³⁰ Simultaneamente a toda a discussão e avaliação interna da formação então produzida nos seus fóruns habituais, externamente foi realizada uma outra avaliação por uma Comissão de Avaliação Externa. Os membros desta comissão eram professores universitários. Esta iniciativa foi financiada pela central sindical holandesa FNV (Federação Holandesa de Sindicatos) e pela agência financiadora, não governamental ICCO (Organização Intereclesiástica para a Cooperação e o Desenvolvimento). Os trabalhos da comissão foram desenvolvidos entre 1994-1995, e limitaram-se mais ao âmbito das escolas sindicais da CUT. O relatório final desta comissão foi publicado no livro: Avaliação Externa da Política Nacional de Formação da CUT,

com as mudanças na estratégia formativa, referendadas no 9º Encontro Nacional de Formação, realizado em 1994.

O período 1993-1994 foi marcado por um diversificado e longo processo de avaliações críticas sobre a eficácia da formação como suporte referencial estratégico da ação sindical, sendo detectado o que a CUT reconheceu como uma crise de organicidade da PNF. Para Nascimento os debates da época apontaram para três nós críticos: a) organicidade; b) sustentação financeira; c) os programas de formação então vigentes; d) a gestão da PNF (NASCIMENTO 2000).

Os limites estavam relacionados ao tratamento de alguns temas considerados emergentes para a prática formativa vigente então na Central: a globalização, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva. Os programas de formação não apresentavam um conteúdo dinâmico para fazer frente às temáticas impostas pelas novas contingências históricas impostas pelo capital.

O alcance da capacitação dos dirigentes sindicais e dos militantes de base através da formação apresentava, no entendimento da CUT, um estrangulamento.

Tal problema se manifestava, como reflexos imediatos e perceptíveis no cotidiano da Rede, em uma insuficiente articulação/diálogo com as demais instâncias políticas da Central, o que repercutia no pouco envolvimento desses sujeitos políticos nas definições estratégicas da PNF nos seus diferentes âmbitos; no baixo índice de investimentos financeiros próprios, que por sua vez agravou a dependência externa; ausência da participação efetiva das direções não apenas nos fóruns de gestão da PNF (Enafor e Conafor), mas também nas atividades regulares de formação dos planos nacional, regionais e locais. Por outro lado, sob a ótica interna da Rede Nacional de Formação, identificava-se uma certa dificuldade de pensar um processo de formação mais global, não apenas no sentido de conceber o sujeito na sua integralidade, mas também com abordagens que dessem conta das complexidades temáticas que envolvem o projeto sindical da Central e das novas demandas advindas das mutações em curso nos mundos do trabalho e, mesmo, da vida em sociedade. Isso caracterizava, em suma, uma departamentalização dos conteúdos e a fragmentação do processo formativo em contradição à concepção metodológica desenvolvidas e defendida estrategicamente pelos sujeitos da PNF (CUT, 1998 a, p. 62).

Os debates acabaram confluindo para a própria estratégia formativa da PNF, provocando nesta, profundas mudanças:³¹

São Paulo: Xamã, 1997. “Em meados de 1993, alguns parceiros internacionais da CUT, a ICCO e FNV (...) cuja cooperação tem sido fundamental para a viabilização das atividades formativas que compõem os planos nacionais de formação, solicitaram uma avaliação ampla da PNF, para se obter visibilidade do que tinha sido empreendido até então, e para levantar indicações sobre a validade e pertinência de tal investimento, assim como orientações para a continuidade.” (CUT, 1996 a, p. 20-21)

³¹ Em outro documento da CUT o entendimento que norteou esta opção encontra-se explicitado: “Uma das principais consequências dos objetivos traçados no processo de reestruturação da PNF foi uma reorientação

A principal delas foi em relação à maneira de definir esta estratégia. Se antes era a própria formação sindical que a elaborava, ainda que a partir de uma análise consistente dos desafios do movimento sindical e de suas prioridades, a partir de então passam a ser as instâncias e estruturas do sindicalismo cutista que a definem, num diálogo permanente com os agentes e fóruns da própria formação (CUT, 2000 a, p. 18).

Assim os antigos programas de formação são extintos,³² e a partir de então, os planos de formação seriam elaborados entre os dirigentes sindicais, os formadores e os próprios dirigentes da formação, numa dinâmica constante de mediação e interação, envolvendo realmente todos os interessados no processo educativo. Com isso a CUT procurou dar maior organicidade a sua Política Nacional de Formação:

Dessa forma, a definição de prioridades é feita considerando-se tanto as necessidades imediatas e estratégicas do sindicalismo cutista como o potencial e a capacidade da Rede de Formação responder a tais demandas (CUT, 2000 a, p. 19).

As questões nacionais com suas respectivas demandas permaneceram em pauta, no entanto, compreendidas também

na própria definição das estratégias formativas: a partir de então, são as instâncias e estruturas do sindicalismo cutista que passam a defini-las, buscando a relação que estas guardam com as necessidades e questões regionais e locais, sem perder a identidade nacional. Com isso, os planos de formação devem ser elaborados a partir de um processo permanente de diálogo e mediação entre os sujeitos da estrutura cutista (Estaduais da CUT, estrutura vertical e sindicatos), e os agentes da Política Nacional de Formação (Secretaria Nacional de Formação da CUT, Secretarias Nacionais de Formação dos Ramos, Secretarias Estaduais de Formação, Escolas, etc). As prioridades, portanto, devem levar em conta as necessidades imediatas e estratégicas daqueles sujeitos e também as sugestões, o potencial e a capacidade da PNF de responder às demandas colocadas. Busca-se, desta forma, garantir na agenda da PNF as questões nacionais, vistas também pelo ângulo das regiões e distintos locais, as questões especificamente locais ou regionais e, sobretudo, a combinação da formação com as necessidades de organização e ação sindical de cada instância. Nesse aspecto, se reveste de particular importância a interação entre pesquisa e formação, como forma de contribuir efetivamente na elaboração de propostas e maior interação com as instâncias da CUT, em particular com a estrutura vertical na qual já existem várias iniciativas em curso.” (CUT, 1999 d, p. 44-45)

³² As propostas de reestruturação formuladas a partir do 7º e 8º Enafor, foram referendadas pelo 9º Enafor, realizado em 1994. Os programas de formação foram abandonados sendo substituídos pelos chamados Núcleos Temáticos (NTs). Os aspectos positivos da extinta estrutura de programas foram o ponto de partida para a elaboração dos Núcleos Temáticos, sendo que este fórum apontou para a necessidade de preservar dentro dos NTs estes pontos positivos. Nos documentos da CUT estes aspectos estão assim destacados: “acúmulos temáticos através do aprofundamento, do estudo, do debate e da abordagem especializada; constituição de uma identidade a partir da articulação entre os agentes da rede nacional com irradiação dos programas para as regiões; criação de uma oferta de atividades em âmbito nacional; produção de materiais específicos com maior quantidade.” (CUT, 1995 a, p. 29)

...pelo ângulo das regiões e distintos locais, bem como o tratamento das questões especificamente locais, regionais e de categorias. Sobretudo, continuou-se a conciliar a formação com as necessidades de organização e ação sindical de cada instância (CUT, 2000 a, p. 19).

Segundo a CUT, como fruto das discussões e na busca por preservar o acúmulo temático adquirido com os programas de formação:³³

Outro aspecto importante foi a maior atenção dada à interação entre pesquisa e formação, como forma de contribuir efetivamente na elaboração de propostas e na maior organicidade com as instâncias da CUT. Para Tanto foram criados os Núcleos Temáticos, que, reunindo os agentes da Rede, colaboradores e dirigentes, constituem-se como espaços voltados para a sistematização, a elaboração e a socialização de subsídios pedagógicos num processo de interação com as políticas da CUT (CUT, 2000 a, p. 19).

Os Núcleos Temáticos passam a se articular a partir de eixos temáticos prioritários para a Central e para a PNF, no intuito de subsidiar as atividades formativas em seu desenvolvimento, sem, contudo, possuir a determinação de realiza-las:

Diferentemente dos programas os Núcleos Temáticos foram concebidos como espaços que devem dialogar com as demandas e estratégias dos sujeitos políticos da CUT e da PNF. Logo não têm como “tarefa fim” a oferta de atividades para a Rede. Sua tarefa primordial é a de, a partir do seu eixo temático, detectar e analisar aspectos/elementos que o caracterizam como questão e/ou desafio, suas implicações na ação sindical e formativa, desenvolvendo-o como nova proposta de

³³ Os documentos da CUT alegam que “...nesse processo persistia a preocupação com a especialização temática (acúmulos já obtidos que não poderíamos perder) e mesmo, com a potencialização da capacidade formativa da PNF. Como dialogar com as demandas de cada sujeito político da Central nos seus diferentes âmbitos, sem perder a identidade nacional? Como viabilizar um espaço na Rede que permitia o aprofundamento das reflexões e do conhecimento através do estudo, da pesquisa (aspecto bastante frágil na estratégia anterior), que possibilite a recriação do saber, inclusive para responder com maior eficácia os novos desafios, tanto do ponto de vista das mudanças mais globais, quanto dos aspectos que caracterizam a construção do projeto sindical da CUT, seus avanços, obstáculos e indefinições? Foi neste contexto que definiu-se no 9º Enafor (dez.94) que estes importantes aspectos deveriam ser preservados na nova estratégia, com a criação dos Núcleos Temáticos, os quais deveriam perseguir os seguintes objetivos: - Continuar o aprofundamento através do estudo, da pesquisa e do debate, da elaboração de materiais, etc, inclusive de forma mais integrada com as demais políticas da Central e entre si; - Estabelecer uma relação de subsídio, colaboração, interação com as estratégias, planos e até demandas dos agentes, com a perspectiva de ir construindo toda uma nova compreensão do processo de articulação da ação formativa da CUT, em todos os Núcleos. Assim surgem os Núcleos Temáticos. Um espaço que se coloca como possibilidade real de se avançar na articulação entre pesquisa-estudos-formação-avaliação-investimentos, numa dialética que pressupõe uma dinâmica de sistematização permanente, já que uma coisa implica noutra, com o desenvolvimento de planos de trabalho intrínsecos às ações e demandas dos sujeitos da PNF e das demais políticas da Central. Por conseguinte, os Núcleos Temáticos da Formação devem ser compreendidos como um espaço privilegiado de aprofundamento de temas relevantes para a ação sindical e, neste sentido, constituem-se momento essencial de articulação da formação, entre si e com as demais políticas. (...) ...o que se pretende com essa concepção é incorporar e socializar acúmulos, conhecimento, numa lógica de trabalho articulado e não de sobreposição ou de substituição de espaços. Exatamente por essa razão, é que se concebe o Núcleo Temático como espaço de estudo, pesquisa, reflexão elaboração e sistematização de conteúdos, constituídos enquanto instrumentos da PNF, que se organizam a partir de eixos temáticos que se relacionam com o projeto sindical da CUT e sua Política Nacional de Formação.” (CUT, 1998 a, p. 63-64)

prática e abordagens (subsídios), para os sujeitos políticos da Rede da PNF, respectivamente. Neste sentido, cabe-lhes: a) Sistematizar e aprofundar conteúdos através de pesquisas, debates e reflexões, com vistas à capacitação e assessoria à organização e ação sindical da CUT, devendo considerar para tanto os acúmulos internos e externos à CUT, problematizando inclusive, as elaborações da Central na temática que lhes é pertinente; b) Contribuir na elaboração e implementação das estratégias formativas dos diversos sujeitos políticos da CUT (sindicatos, instâncias, horizontais e verticais) sem, no entanto, substituí-los nessa função estratégica; c) Subsidiar o desenvolvimento (elaboração, execução e avaliação) das atividades formativas propostas pelos sujeitos políticos cutistas e executadas pelos agentes da PNF, sugerindo novas formas de abordagens, a partir dos estudos, da avaliação e reelaboração permanente da temática que lhes cabe (CUT, 1998 a, p. 65).

Quando de sua criação os NTs foram assim determinados:³⁴ a) Gestão sindical; b) Educação do trabalhador; c) Transformações do mundo do trabalho; d) Organização sindical cutista e OLT (Organização por Local de Trabalho); e) Sistema democrático de relações do trabalho e Negociação coletiva; f) Integração econômica mundial e Mercosul; g) Sindicato, Estado e sociedade; h) Relações sociais de gênero (CUT, 1995 a, p. 38-39).

A implantação destes núcleos ocorreu a partir do mesmo ano (1995). O primeiro e o segundo anos de atividade serviram como um período de transição.

Os referenciais pelos quais os núcleos se norteavam são os seguintes:

- a combinação entre os aspectos estratégicos e/ou gerais da política da CUT com as demandas imediatas e/ou específicas colocadas pelos sindicatos, estruturas verticais e CUTs Regionais, Estaduais e Nacional;
- a sintonia com as resoluções políticas da CUT e com a produção dos grupos de trabalho das diversas políticas da CUT (sindical, social, relações internacionais, organização, comunicação e pesquisa), sem contudo perder de vista a capacidade crítica nem o movimento constante de criação e recriação dos saberes;
- a integração entre si, tanto em momentos específicos de reflexão, como na atuação conjunta no desenvolvimento de atividades formativas (interdisciplinaridade);
- a socialização permanente de suas elaborações, reflexões e sistematizações na Rede Nacional de Formação Cutista e nos demais espaços da CUT;
- o relacionamento com outros centros de produção teórica, técnica e científica, fortalecendo a política de cooperação e intercâmbio entre esses centros e a CUT;
- a flexibilidade e a avaliação e reavaliação permanentes dos eixos temáticos em torno dos quais se constituem, refletindo as prioridades nacionais; e a

³⁴ Os eixos iniciais dos NTs estavam relacionados com as discussões realizadas nos debates do 9º Enafor (dezembro de 1994), no planejamento da Executiva Nacional da CUT (fevereiro de 1995), e no 10º Conafor (Reunião do Coletivo Nacional de Formação), de março de 1995. (CUT, 1995, p. 38) Em 2000, refletindo o momento da formação no final da década de noventa, os NTs eram os seguintes: Educação do Trabalhador; Globalização, Mercosul e Sindicalismo; Agricultura e Desenvolvimento Sustentável; Gestão e Organização Sindical; Transformações no Mundo do Trabalho; Relações de Gênero; Trabalho, Raça e Desigualdades. (CUT, 2000 a, p. 19)

possibilidade de constituição de núcleos que reflitam as prioridades/demandas regionais;
- *as estratégias, planos e demandas dos sujeitos políticos e agentes da Rede Nacional de Formação (CUT, 1995 a, p. 37-38).*

As Escolas de Formação da CUT foram eleitas como bases destes núcleos temáticos. Cada escola especializou-se a partir de então na produção intelectual de cada um dos diversos núcleos, procurando desenvolver conhecimento especializado (sistematizado), ou aprofundado, nos moldes acadêmicos científicos.

A composição interna dos núcleos ficou assim definida:

- Escolas sindicais;
- SNFs da estrutura vertical;
- SEFs; Coletivos de formação;
- Dirigentes e assessores das demais políticas da CUT (Grupos de Trabalho da CUT Nacional);
- Colaboradores.

Cada núcleo possuía uma coordenação ligada diretamente ao organismo da CUT, e todos eles buscavam manter-se articulados nacionalmente³⁵.

Os núcleos³⁶, por conseguinte, também produziam seus respectivos planos de trabalho, onde obrigatoriamente deviam estar contidas:

³⁵ O NT **Educação do Trabalhador**, foi composto basicamente por educadores ligados as escolas sindicais da CUT e dos coletivos da rede nacional de formação desta central, contava com a eventual colaboração de agentes de outras experiências formativas e da academia. A coordenação foi feita pela Secretaria Nacional de Formação da CUT e pela Escola Sindical São Paulo. O NT **Globalização, Mercosul e Sindicalismo**, foi um espaço permanente de estudo desenvolvendo subsídios que levassem os trabalhadores e sindicalistas a se entenderem como protagonistas empenhando-se pela globalização de direitos trabalhistas e sociais. A coordenação deste, estava a cargo da Escola Sindical Sul e da Secretaria Nacional de Formação, em cooperação com a Secretaria de Relações Internacionais. O NT **Trabalho, Raça e Desigualdades** foi criado na 16ª Reunião do Coletivo Nacional de Formação no início de 1998, objetivando que o movimento sindical cutista desenvolvesse uma proposta política de combate a discriminação racial no mercado de trabalho, utilizando-se para isso de pesquisas, estudos, debates entre outras práticas de conscientização. Coordenam este NT, a Escola Sindical São Paulo, a Escola Sindical 7 de Outubro e a Escola Sindical Sul. O NT **Agricultura e Desenvolvimento Sustentável**, foi também criado no início de 1998, agora com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) filiada à CUT, surgiu a necessidade de sistematização de conteúdos direcionados ao setor rural. O NT **Transformações no Mundo do Trabalho** foi um espaço de reflexão e elaboração das mudanças em andamento no mundo do trabalho e suas implicações na ação sindical e nas relações de trabalho. A sua coordenação estava a cargo da Escola Sindical São Paulo e Escola 7 de Outubro. O NT **Gestão e Organização Sindical** tinha como função sistematizar e elaborar propostas em gestão sindical a partir de demandas das entidades filiadas, sendo coordenado pela Escola 7 de Outubro. E finalmente, o NT **Relações de Gênero** foi coordenado pela Secretaria Nacional de Formação e a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora desde 1995. Seu objetivo estava voltado para refletir questões referentes à Reestruturação Produtiva e à Formação Profissional sob a ótica de gênero. (CUT, *Plano Nacional de Formação*, 1995-1999)

- as atividades próprias do núcleo (reuniões, seminários para estudos, pesquisa, produção de materiais, entre outras);
- as atividades de integração com os outros núcleos e com a Rede de Formação³⁷;

Atualmente a CUT destaca como estratégia de sua Política Nacional de Formação: “... contribuir para qualificar a intervenção da CUT frente aos vários desafios existentes na agenda sindical. Busca-se situar a formação no campo da Educação e na sua relação com o debate sobre o futuro do trabalho e o projeto de desenvolvimento” (CUT, 2000 a, p.21).

O 13º Enafor, realizado em dezembro de 1998, destacava, na estratégia da Política Nacional de Formação da CUT, os seguintes objetivos³⁸:

- *Contribuir com as instâncias da CUT no debate sobre a atualização e a consolidação do seu projeto sindical e da sua proposta organizativa, considerando a globalização e os processos de integração regional, a relação com o sindicalismo internacional, as transformações no mundo do trabalho e as alternativas de desenvolvimento;*
- *Qualificar a ação e a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho a partir da abordagem crítica do processo de reestruturação produtiva, das novas formas de gestão do trabalho implementadas pelas empresas e dos novos espaços e processos de contratação coletiva;*
- *Elaborar uma estratégia de ação que contribua para o fortalecimento do papel da CUT e enfrente as novas exigências da formação sindical, derivadas da crescente presença da PNF no sindicalismo internacional;*
- Em relação à educação, à qualificação profissional e ao diálogo com a sociedade:*
 - *Avançar na formulação de políticas educacionais que integrem a educação básica, a qualificação profissional e a formação sindical, tendo como referência tanto as experiências desenvolvidas no campo da educação popular como as formulações presentes na CUT – em especial no setor da educação – e visando uma relação permanente entre a Central e os demais sujeitos que influenciam o debate sobre a educação no Brasil, assim como o estabelecimento de bases comuns de interação entre estas dimensões;*
 - *Aprofundar a discussão sobre as ações da CUT relacionadas à constituição de um sistema público de emprego e qualificação profissional não estatal;*
- Em relação à estratégia da Rede Nacional de Formação:*
 - *Avançar na formulação sobre a sustentação financeira da PNF;*

³⁶ A viabilização financeira dos NTs segundo a central deveria ser baseada em condições mínimas de trabalho para as referidas coordenações, transporte, alimentação e hospedagem para os educadores responsáveis pelas atividades de cada núcleo, suporte para o lançamento de publicações e realização de oficinas. Foi previsto ainda que os NTs possuíam seus respectivos orçamentos anuais.

³⁷ Discutir-se-á as dificuldades de operacionalização dos NTs, no capítulo: O formador cutista e a política pedagógica: avanços e retrocessos na prática formativa.

³⁸ Os objetivos da PNF, em linhas gerais, são reafirmados a cada encontro de formação, (vide fontes), contudo sem evidenciarem mudanças mais substanciais.

- Contribuir para o fortalecimento dos vários agentes da Rede, com destaque para as Secretarias Estaduais e as Secretarias Nacionais de Formação da Estrutura Vertical da CUT;
- Consolidar os coletivos de formação em todos os âmbitos da Rede;
- Sistematizar as práticas e os processos formativos desencadeados no âmbito da Rede;
- Consolidar os princípios metodológicos unificadores da Política Nacional de Formação da CUT;
- Implantar uma matriz metodológica para o planejamento e a avaliação do plano nacional de formação;
- Avançar na afirmação dos agentes da Rede como produtores de conhecimento e irradiadores da cultura dos trabalhadores, fortalecendo os instrumentos e canais de comunicação entre a PNF/CUT, as ONGs, as Universidades e os diversos centros de pesquisa (CUT, 2000 a, p. 21-22).

A formação da CUT elege os seguintes “eixos temáticos” que direcionariam sua ação formativa:

- trabalho, educação;
- projeto sindical;
- desenvolvimento e democracia;
- consolidação da rede nacional de formação.

Estes abrangeriam discussões que transitam pelo mundo do trabalho; pelo que a central entende como as “várias dimensões da educação – educação formal, profissional e formação sindical”; por um projeto sindical sob a sua ótica; pela inserção da CUT no processo de desenvolvimento e democracia; e finalmente pela busca da consolidação de sua rede nacional de formação, para fortalecê-la internamente (CUT, 2000 a, p. 23-24).

A CUT implementa sua formação sindical norteando-a pelos seguintes princípios:

- classista e de massas;
- indelegável;
- democrática, plural e unitária;
- unificada e descentralizada;
- integridade do ser humano;
- instrumento de reflexão crítica e de libertação;
- contra as discriminações;
- com dimensão ideológica, política e técnica;
- processual, permanente, planejada e sistematizada (CUT, 2000 a, p. 26-28).

O processo de reestruturação da Política Nacional de Formação da CUT (extinção dos programas de formação e criação dos núcleos temáticos³⁹) provocou no período de transição, de uma prática para outra (1995-1997), uma situação ambígua. As temáticas dos antigos programas continuaram sendo implementadas mescladas com os novos temas propostos pelos NTs. Essa realidade foi particularmente intensa nas microrregionais de formação do Paraná, criadas em 1995, ano de implantação dos NTs.⁴⁰

Ao descentralizar a formação sindical a SNF/PNF manteve sob sua responsabilidade o gerenciamento nacional e repassou para os executores das atividades e dos planejamentos a decisão do que fazer e quando fazer. Essas ações permitiram uma “flexibilização” na condução das atividades pelos agentes da formação. Dito de outro modo, se no momento anterior as discussões giravam em torno de uma linha de formação mais engessada e pronta (os programas), a implementação da Rede Nacional de Formação, construída quase ao mesmo tempo da reestruturação,⁴¹ de uma certa maneira possibilitou que a formação se destacasse como a parte mais organizada da Central. Essa afirmação é comum no discurso cutista, sendo encontrada freqüentemente nos seus documentos. Essa iniciativa fez crescer consideravelmente a quantidade de atividades formativas, notadamente quando entraram em funcionamento as microrregionais de formação.

A situação criada pela reestruturação da formação cutista não tardou a entrar em declínio. Espalhados pela estrutura das escolas sindicais da CUT, os NTs não se desenvolveram nem se consolidaram como o planejado, por inúmeros fatores diferenciados,⁴² muitos destes característicos da atuação de uma ou de outra escola.

No entanto, o fator determinante para que os NTs não se consolidassem como os novos referenciais da educação sindical cutista foi a inserção da CUT na questão da chamada qualificação/formação profissional. É o que será abordado a seguir.

³⁹ Como uma das ações prioritárias para 1998, a CUT procurou reorganizar os núcleos temáticos numa tentativa de lhes definir um melhor papel, buscando garantir a estes uma melhor estruturação e condições de funcionamento.

⁴⁰ Embora as diversidades regionais, na formação da CUT, sejam consideráveis, essa realidade do Paraná pode ter sido experimentada em outros lugares. Com o processo de reestruturação, os agentes da formação podem eleger qualquer temática nos seus planos de formação, nas microrregionais principalmente. No caso específico das microrregionais paranaenses ainda é possível encontrar temas que faziam parte dos antigos programas de formação, ou dos que foram implementados nos NTs.

⁴¹ Um dos nós críticos apresentados por Nascimento (2000), a questão da sustentação financeira da formação da CUT ainda persiste, como veremos em seguida.

⁴² Parte das dificuldades enfrentadas pelos Núcleos Temáticos serão apresentadas no item um do capítulo três.

1.7 – Qualificação/formação profissional, a nova estratégia da educação sindical cutista e a discussão histórica de seu financiamento: desencontros e divergências internas

O processo de instituição do capitalismo como modo de produção envolveu em seu bojo todas as relações humanas. Entre essas relações encontra-se a apropriação por parte do capital de todo o processo de produção de mercadorias. Assim, o capital excluiu o homem do domínio da produção, fazendo com que o artesão, agora um trabalhador assalariado, ficasse sob as estruturas próprias desse sistema, a maioria delas alienantes, inclusive as educacionais.

No Brasil, a primeira metade do século XX caracteriza-se como um período em que o Estado capitalista cria uma série de novas relações que vão além das circunscritas à produção. Entre essas iniciativas encontram-se: a regulamentação das relações de trabalho; atos legais que visam disciplinar a atuação dos sindicatos; medidas de caráter educativo que buscam formar mão-de-obra barata, entre outras. As políticas educativas de então vão além do chamado ensino escolar, e voltam-se para a educação profissionalizante ou formação profissional.

Uma pequena parcela do ensino público é voltada para a função profissionalizante. No início da década de 40, o Ministro da Educação do governo Vargas, Gustavo Capanema, inicia o processo de reforma do ensino médio e primário⁴³. Regulamentam-se em 1942 a Lei Orgânica do Ensino Industrial⁴⁴ e a Lei Orgânica do Ensino Secundário⁴⁵, e em 1943 a Lei Orgânica do Ensino Comercial⁴⁶. Posteriormente, em 1946, já no governo Dutra, é aprovada a Lei Orgânica do Ensino Agrícola⁴⁷. Estas leis revelam a preocupação oficial por parte do Estado com a formação de mão-de-obra. Entretanto, com a preocupação de suprir rapidamente as necessidades do mercado de trabalho e as dificuldades de implementação em larga escala do ensino profissional, são

⁴³ Decreto-lei nº 8.529, de 02/01/1946, Lei Orgânica do Ensino Primário e Decreto-lei nº 8.530, de 02/01/1946, Lei Orgânica do Ensino Normal.

⁴⁴ Decreto-lei nº 4.073, de 30/01/1942.

⁴⁵ Decreto-lei nº 4.244, de 09/04/1942.

⁴⁶ Decreto-lei nº 6.141, de 28/12/1943.

⁴⁷ Decreto-lei nº 9.613, de 20/08/1946.

tomadas iniciativas estatais que excluem os trabalhadores quase que definitivamente do domínio e até mesmo da participação no processo organizado de transmissão de conhecimento profissional, configuradas na criação do conhecido Sistema S, composto pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Social do Comércio (Sesc) e Serviço Social da Indústria (Sesi).⁴⁸

Por intermédio destas medidas os governos Vargas e Dutra repassam para as classes patronais a incumbência de formar a mão-de-obra a ser utilizada na produção, particularmente à Confederação Nacional da Indústria (CNI), e à Confederação Nacional do Comércio (CNC), órgãos máximos de representação patronal na indústria e no comércio e serviços, respectivamente.⁴⁹

Evidentemente as entidades representativas dos trabalhadores estavam excluídas diretamente da formulação e gestão das entidades criadas. O Senai e o Senac destinavam-se ao aprendizado profissional para suprir seus respectivos segmentos. O Sesi e Sesc, complementando o caráter ideológico destas escolas patronais, executavam serviços assistenciais voltados para o lazer, a saúde entre outros aspectos, embora desenvolvam atualmente, em pequena escala, cursos profissionalizantes.⁵⁰

⁴⁸ O Senac foi instituído pelos Decretos-lei nº 8.621 e 8.622 de 10/01/1946; o Sesc através do Decreto-lei nº 9.853 de 13/09/1946; o Senai foi criado pelo Decreto-lei nº 4.048 de 22/01/1942 e o Sesi pelo Decreto-lei nº 9.403 de 25/06/1946.

⁴⁹ Para uma referência mais aprofundada sobre a questão, particularmente o contexto de fundação do Senai e Sesi, ver WEINSTEIN, 2000.

⁵⁰ Na década de noventa foram criados novos serviços nacionais sociais e de aprendizagem: o Senar, o Senat/Sest e o Sebrae. O Senar, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, foi criado pela lei nº 8.315/91, de 23 de dezembro de 1991, e regulamentado pelo Decreto nº 566 de 10/06/1992. É mantido pela classe patronal rural ligada à Confederação Nacional da Agricultura (CNA). O Senar organiza, administra e executa nacionalmente, formação profissional e promoção social no meio rural. Atua junto aos trabalhadores rurais, implementando cursos sobre questões ligadas à agroindústria, agropecuária, extrativismo vegetal e animal e cooperativas rurais. O Senat e o Sest foram criados através da Lei nº 8.706/93 de 14/09/1993. O Senat, Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes, executa atividades para jovens e adultos na área de transporte, implementando cursos sobre temas ligados a esse segmento. O braço assistencial do Senat é o Sest, Serviço Social dos Transportes e ambos são administrados pela entidade patronal, Confederação Nacional dos Transportes (CNT). Atuam disponibilizando: Ensino à Distância; Centros para Formação de Condutores; Cursos Presenciais; Atendimento Médico-Odontológico e Esporte, Lazer e Cultura. O Sebrae, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, foi criado no ano de 1990, pelas leis nº 8.029/90 e 8.154/90, e regulamentado pelo Decreto nº 99.570. Atua no apoio ao desenvolvimento da atividade empresarial de pequeno porte, fomentando e difundindo programas ou projetos que buscam a promoção e o fortalecimento das micro e pequenas empresas. É ligado às confederações patronais mantenedoras do Sesc, Sesi, Senai e Senac e implementa cursos para micro e pequenos empresários nas áreas da indústria e comércio. O Sebrae é financiado por 0,3% das contribuições sociais encaminhadas ao Sesc, Sesi, Senai e Senac. (SOCHACZEWSKI, 2000) (www.cnt.org.br, www.sebrae.com.br e www.senar.org.br 26/06/02, 11:45, 11:58 e 12:15)

Essas entidades formaram ao longo do século passado uma extensa rede e encontram-se presentes atualmente em todo o território nacional. Dessa forma a educação profissional dos trabalhadores brasileiros ficou quase totalmente subordinada às classes patronais, sendo que no âmbito da educação estatal essa educação limitou-se quase exclusivamente aos cursos profissionalizantes de ensino médio e às chamadas Escolas Técnicas Federais. A Lei 5692/71, por exemplo, obrigava à habilitação profissional no ensino médio, (artigo 5º, parágrafo 2), em consonância com as necessidades do mercado de trabalho. Essa obrigatoriedade resultou no fracasso dessa profissionalização “estatal” e, atualmente a nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) prevê que a profissionalização fique a critério da instituição formadora. Segundo Ferreti (1999), com o Decreto Federal 2.208/97 a educação profissional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi subdividida em educação profissional tecnológica, educação profissional técnica e educação profissional básica. “A educação tecnológica é posterior ao nível técnico, a educação técnica situa-se naquele nível onde atuavam anteriormente as escolas técnicas, e a educação profissional básica, direcionada aos adolescentes, crianças, desescolarizados, pouco escolarizados, desempregados etc., abrange os cursos atualmente cobertos pelo FAT”⁵¹(FERRETTI, 1999).

A legislação educacional brasileira nos anos noventa, particularmente a voltada para o ensino profissional, sofreu influência das profundas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, a maioria delas de caráter macroeconômico:

No desenvolvimento atual do sistema capitalista, o mundo do trabalho é objeto de um amplo processo de reestruturação da organização da produção. As mudanças são tão profundas e radicais que parecem tratar-se de uma “vingança” do capital em relação ao trabalho. Surge mesmo uma nova forma de capitalismo global, muito diferente do capitalismo multinacional. Um dos signos principais da globalização do capitalismo é o desenvolvimento do capital em geral, superando mercados e fronteiras, regimes políticos e projetos nacionais, regionalismos e geopolíticas, culturas e civilizações. No centro do processo encontra-se a crise do mundo do trabalho. O que caracteriza o mundo do trabalho no fim do século XX é que ele se globalizou na mesma escala em que se globalizou o capitalismo. A globalização capitalista, vista como processo civilizatório, atinge o conjunto da sociedade humana, e rompem-se os quadros sociais e mentais de referência. Esta “desordem do trabalho” atua sobre a vida social: surgem novas formas de sociabilidade, novo tipo de individualismo, novas religiões, crise de representação, violência e barbárie. As instituições (sindicato, partido, escola, família, Estado, Nação...) sofrem os efeitos da reestruturação do processo de produção. Por exemplo: no mundo do trabalho, as noções de espaço, tempo e

⁵¹ A educação profissional básica cujo público alvo são os adultos pouco escolarizados, os desescolarizados e os desempregados ou em vias de perder o emprego, constitui-se atualmente (desde 1998), no maior campo de atuação da educação sindical da CUT.

função estão sendo alteradas de forma radical, obrigando a uma revisão da relação entre o tempo e a natureza do trabalho (AZEVEDO, NASCIMENTO, in CUT, 2000 b, p. 27).

Os trabalhadores constituem o contingente populacional mais atingido pelas transformações ocorridas, pois são diretamente atingidos pelos efeitos da era do não-emprego.

Diversas iniciativas no intuito de ajustar-se às novas contingências foram desenvolvidas no âmbito do governo federal, no entendimento do Estado, para minimizar os efeitos econômico-sociais dessas mudanças.

As políticas públicas de geração de emprego estão agora no centro das atenções, segundo LIMA (2000), como também a capacidade do governo federal em gerar recursos para aplicação dessas políticas. Para implementá-las este lança mão dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Evidentemente, segundo Lima, essas políticas são motivo de controvérsias quanto a sua abrangência ou eficácia:

A principal fonte de financiamento das ações que embasam as políticas públicas de emprego é o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O FAT é um fundo contábil, de natureza financeira, vinculado ao Ministro do Trabalho, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, ao pagamento do Abono Salarial e ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico. Sua criação está prevista no Art. 201, inciso IV e art. 23 da Constituição Federal de 1988. A Lei nº 7.998/90 o instituiu - para custeio do Programa Seguro-Desemprego e Abono Salarial, e financiamento de programas de desenvolvimento, mas as leis nº 8.019/90, 8.458/92 e 8.900/94, ampliaram o seu raio de ação. O FAT é custeado pela sociedade: arrecadação do PIS/PASEP; remuneração dos empréstimos a bancos; remuneração de depósitos especiais; remuneração e saldos remanescentes do pagamento Seguro-Desemprego e Abono; e pela parcela de 20% do Imposto Sindical, descontada dos trabalhadores anualmente. Deste montante 60% são aplicados ao Sistema Público de Emprego, enquanto que o restante vai para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), para financiar programas especiais ligados à geração de emprego e renda (LIMA, 2000, p. 44).

Ainda segundo Lima (2000), os recursos destinados ao Sistema Público de Emprego⁵² são geridos pelo Codefat, Conselho Deliberativo do FAT⁵³. Este conselho é

⁵² Segundo Lima (2000), um embrião de Sistema Público de Emprego no Brasil é o SINE, Sistema Nacional de Emprego, criado em 1975, e institucionalizado na Constituição Federal de 1988.

⁵³ Em abril de 2002, o Codefat, possuía esta composição: Presidência do Conselho; Secretaria Executiva; Representantes do Governo: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA); Representantes dos Trabalhadores: Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT); Força Sindical; Central Única dos Trabalhadores (CUT); Social Democracia Sindical (SDS); Representação dos Empregadores: Confederação Nacional da Indústria (CNI); Confederação Nacional do Comércio (CNC); Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF); Confederação

tripartite, ou seja, formado por representantes dos trabalhadores, através das centrais sindicais, da classe patronal e do governo federal. A representação no conselho é paritária, este é composto por doze conselheiros, sendo quatro membros de cada um dos segmentos.⁵⁴

O FAT financia diversos programas voltados para ações do Sistema Público de Emprego: Informações Sobre o Mercado de Trabalho; Seguro-Desemprego; Intermediação da mão-de-obra; Qualificação Profissional; Geração de Emprego e Renda (Proger). (LIMA, 2000)

As ações voltadas para a qualificação são gerenciadas pela Secretaria de Formação Profissional do Ministério do Trabalho:⁵⁵

O programa de qualificação profissional é entendido como a promoção de ações com o objetivo de proporcionar ao trabalhador a aquisição de conhecimentos básicos, específicos e/ou de gestão que facilitem o processo de entrada no mercado de trabalho. O responsável pela execução da política pública de qualificação profissional tem sido a Secretaria de Formação Profissional do Ministério do Trabalho (agora Trabalho e Emprego, a SEFOR/MTE). Entretanto esta política tem interfaces com as políticas educacionais envolvendo o ensino médio e profissional regulares (2º grau profissionalizante, Escolas Técnicas, Agrotécnicas, etc.) que são atribuições do Ministério da Educação (MEC). O CODEFAT, discute anualmente a quantidade de recursos a serem utilizados em qualificação profissional e os critérios referentes a esta utilização (LIMA, 2000, p. 45).

A partir deste contexto, segundo Lima (2000), a Sefor, empreende convênios com as Secretarias de Trabalho dos Estados (Planos Estaduais de Qualificação (PEQS), e no âmbito nacional, com diversas instituições que na prática executam cursos e atividades formativas de educação profissional. Estas instituições são as universidades, diversas organizações não governamentais (ONGs), fundações, e as centrais sindicais,

Nacional da Indústria (CNA); Possuía ainda a Secretaria Executiva do Codefat. (www.cut.org.br) 04/07/02 – 16:40

⁵⁴ Como membro do Codefat a CUT é ao mesmo tempo, segundo Lima, gestora e executora de suas políticas. (LIMA, 2000)

⁵⁵ Em 1999, a Secretaria de Formação Profissional (SEFOR) mudou sua denominação para Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE). (BATISTA, 2002)

entre elas a CUT.⁵⁶ Estes convênios formam o chamado Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor)⁵⁷ (LIMA, 2000).

O Planfor entrou em atividade em 1995, subordinado ao Ministério do Trabalho e Emprego. Os recursos para suas atividades são provenientes do FAT. O objetivo primordial do Planfor constitui-se em implementar aos poucos a oferta de educação profissional, buscando promover a qualificação ou requalificação, anualmente, de 20% da população economicamente ativa (PEA):

...o PLANFOR não foi pensado como programa de treinamento em massa, mas sim como uma estratégia de articulação, fortalecimento e/ou reestruturação da competência e da disponibilidade de recursos físico-financeiros existentes no país, para a Educação Profissional. Concebido sob diretrizes de descentralização, participação e parceria, o PLANFOR está sendo implementado por meio de dois mecanismos fundamentais: - Planos Estaduais de Qualificação (PEQs), coordenados pelas Secretarias Estaduais de Trabalho, sob orientação e supervisão das Comissões Estaduais e Municipais de Emprego, mediante convênios firmados entre os governos estaduais e a União via MTE⁵⁸, com prioridade de atendimento a trabalhadores de baixa escolaridade, empregados atingidos por processos de privatização e modernização tecnológica, assim como

⁵⁶ Os recursos disputados pela CUT no âmbito do Codefat financiam a formação profissional levada a cabo pela CUT, a partir da segunda metade da década de noventa. Este tema será tratado ainda neste item.

⁵⁷ Segundo Batista, o Planfor, foi instituído em 1995 e implementado a partir de 1996, nos termos da Resolução nº 126/96 do Codefat: “O PLANFOR é um programa concebido pelo governo como um instrumento de política pública de qualificação profissional, que deve ser desenvolvido de forma articulada e integrada com outros programas e projetos financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ou por outros fundos públicos. Portanto, o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) insere-se no conjunto das denominadas Políticas Públicas de Trabalho e Renda (PPTR), que são desenvolvidas pelo governo federal e financiadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). As ações e programas desenvolvidos com recursos desse Fundo dependem da aprovação do Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT, um órgão tripartite e paritário, composto por representantes do governo, dos empresários e dos trabalhadores, ou seja, das Centrais Sindicais. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) o objetivo do PLANFOR é qualificar ou requalificar a força de trabalho, especialmente os setores que tradicionalmente tiveram dificuldades para se qualificar, como os desempregados de baixa escolaridade, os afetados pela reestruturação produtiva e os que estão fora do mercado de trabalho formal. (...) A implementação do PLANFOR se deu através da consolidação gradativa de dois mecanismos, que foram: 1) os Planos Estaduais de Qualificação (PEQs), que são executados pelos governos estaduais e 2) as Parcerias Nacionais e Regionais (PARCs), celebradas com entidades não governamentais, cujas ações são complementares às dos PEQs, visando assegurar a consolidação do PLANFOR. Os PEQs e as PARCs são geridos pelo MTE/SPPE (antigo MTb/SEFOR), sob homologação e deliberação do CODEFAT. A integração e articulação desses dois eixos resultam nos projetos: avanços conceituais e articulação institucional. A implementação dos PEQs e das PARCs seguiram a orientação das diretrizes de participação, descentralização e fortalecimento da capacidade de execução local. (...) os dois mecanismos principais na implementação do PLANFOR, envolvem uma cadeia estratégica e operacional que articula o Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE), as Secretarias Estaduais do Trabalho (STBs), os Conselhos Estaduais do Trabalho (CETs), as Comissões Municipais do Trabalho (CMTs), Entidades Parceiras e toda a Rede de Educação Profissional (Sistema S, Escolas Técnicas Federais e Estaduais, Escolas Sindicais etc.) (BATISTA, 2002, p. 106-108)

⁵⁸ Ministério do Trabalho e Emprego.

para pequenos produtores, trabalhadores de mercado informal, do setor urbano e rural; - Parcerias – mediante convênios, termos de cooperação técnica, protocolos de intenções – com organizações governamentais e não governamentais, para implementação de programas de âmbito nacional ou regional, não cobertos pelos PEQs. A execução descentralizada do PLANFOR mobiliza, por meio desses dois mecanismos, uma rede de institutos, escolas e agências de educação profissional existentes abrangendo: os sistemas de ensino técnico federal, estadual e municipal, as universidades públicas e privadas (serviços de extensão), o chamado Sistema S (SENAI/SESI, SENAC/SESC, SENAR, SENAT/SEST, SEBRAE), sindicatos de trabalhadores, escolas e fundações de empresas, organizações não-governamentais, ensino profissional livre (CUT, 1999 h, p. 33).

O movimento sindical brasileiro, incluindo todas as concepções sindicais que atuaram politicamente no século passado, manteve uma certa proximidade com a questão da formação profissional.⁵⁹ Esse flerte foi um pouco mais intenso no âmbito do

⁵⁹ Para Manfredi e Bastos, o interesse dos trabalhadores e do movimento sindical brasileiro pela formação profissional não é um fato novo, tendo existido ao longo do século 20 inúmeras iniciativas históricas com esse intento. “Num levantamento por nós realizado, que inclui jornais sindicais das mais variadas categorias (alfaiates, gráficos, metalúrgicos, bancários), encontramos indícios, algumas chamadas, anunciando a promoção – por parte dessas entidades – de cursos de breve duração com temáticas de caráter profissionalizante. Encontramos referências de tais cursos na imprensa sindical, desde o início do século até o final da década de 1930, e nos períodos subsequentes a partir da criação dos sindicatos oficiais, durante o Estado Novo.” Como exemplos Manfredi e Bastos citam: “...curso de corte e desenho (envolvendo modelagem, corte e costura de roupas femininas e masculinas), ministrado pela União dos Alfaiates (Rio de Janeiro, 1923); curso de novas técnicas (abordando estudos de cálculo sobre as velocidades de impressão das novas máquinas de imprensa), ministrado na União dos Trabalhadores Gráficos (Rio de Janeiro, 1930); cursos de línguas e contabilidade ministrados pela Associação dos Funcionários de Bancos do Estado de São Paulo (São Paulo, 1923). Essa associação organizou, em 1929, o primeiro curso de contabilidade, que tinha a duração de três anos, e nele podiam matricular-se os trabalhadores bancários assalariados, seus familiares e parentes. Outras iniciativas no campo da formação profissional serão reiteradas após a transformação da associação em sindicato, em meados da década de 1930. Além dessas iniciativas, convém fazer uma menção especial à famosa Escola Proletária, mantida pelo Departamento Cultural da UTG São Paulo, na década de 1930, que teve como mestres ilustres intelectuais brasileiros, como Aziz Simão e Raquel de Queiroz. Segundo os documentos encontrados, esta escola oferecia cursos de educação supletiva (de 1ª à 4ª série), designados, na época, de ‘cursos de madureza’, de cujo currículo constavam as seguintes disciplinas: português, aritmética, francês, história, geografia e ciências naturais. A criação do sindicalismo oficial impediu a proliferação dessas experiências autônomas, posto que a própria imprensa sindical menciona a extinção de tais iniciativas de qualificação profissional (que quase sempre faziam parte de programações que também incluíam atividades político-culturais e recreacionais). Ainda segundo Manfredi e Bastos, em fins da década de 40 e início da década de 50 “...época de ascenso do sindicalismo oficial, muitos sindicatos tomaram a iniciativa de construir e organizar escolas regulares de 1º grau (envolvendo o antigo primário – de 1º à 4º série) e técnicas de nível ginásial: cursos noturnos supletivos de alfabetização, de admissão ao ginásio (para o ingresso no ciclo de 5ª à 8ª série); cursos noturnos intensivos de formação profissional em áreas como desenho técnico, português e redação, contabilidade, prática bancária, corte e costura e culinária (sendo estes dois últimos mais voltados para associadas e familiares do sexo feminino). Essas iniciativas respaldavam-se na legislação sindical da época, que vinculava a aplicação dos recursos financeiros obtidos através do imposto sindical a atividades assistenciais e educacionais. Neste período destacam-se as iniciativas tomadas pelos sindicatos de trabalhadores metalúrgicos, gráficos, bancários, portuários, entre outros. Segundo Manfredi e Bastos no estado de São Paulo entre os anos de 1962 e 1974 haviam três tipos “...de atividades educativas mais sistemáticas desenvolvidas em sindicatos: os cursos regulares de 1º e 2º graus, cursos pré-convencionais (cursos profissionalizantes de curta duração) e cursos especiais. Duas características a respeito destas atividades de educação merecem destaque: a primeira refere-se ao fato de que eram realizadas mediante convênios com entidades oficiais – Senai, Sesc Sesi e/ou órgãos competentes ligados do (sic) Ministério do Trabalho. Através de tais convênios, os sindicatos entravam com a sede e a infra-estrutura físico-administrativa e as entidades conveniadas, com os professores e os materiais pedagógicos. A proposta

sindicalismo assistencialista que foi imposto ao movimento sindical pelo Estado. No caso da CUT não foi diferente, e diversas entidades ligadas a esta central sindical mantiveram um ou outro trabalho assistencial voltado para a questão da profissionalização (TUMOLO, 1998, p 181).

A inserção da CUT no desenvolvimento de políticas específicas para a educação profissional ocorreu em meados da década de noventa, quando se fizeram sentir, particularmente no Brasil, os impactos das transformações em curso no mundo do trabalho e todas as suas implicações.⁶⁰ “Estas transformações no mundo do trabalho, o aumento do

curricular era desenvolvida pelas agências educativas sem a participação das direções sindicais. A segunda característica diz respeito à proliferação, em entidades sindicais dos chamados cursos de supletivos de 1º e 2º graus (de 5ª à 8ª série e/ou colegial), que se transformaram em verdadeiros refúgios para alguns militantes de esquerda, durante o período dos governos militares (principalmente entre 1968 e 1974. De modo geral, estes dois tipos de iniciativas estavam desarticulados das demais atividades de formação político-sindical desenvolvidas pelas novas direções sindicais, durante o período do surgimento do novo sindicalismo, no final da década de 1970 e toda a década de 1980. Durante esse período, a grande maioria das entidades sindicais ora suprime os convênios e os cursos supletivos (mesmo naqueles em que haviam gestado experiências inovadoras, do ponto de vista político-pedagógico), ora dá continuidade aos cursos regulares e aos cursos profissionais, redesenhando os currículos e assumindo o controle político-pedagógico-administrativo)”. (MANFREDI, S.M., BASTOS, S., 1997, p. 119-120)

⁶⁰ Segundo Lima (1999), “...o interesse recente do movimento sindical brasileiro pela qualificação profissional parece recuperar uma dupla herança: a luta pela educação (inclusive profissional), presente na imensa maioria dos movimentos populares brasileiros do século XIX (sic), e a preocupação do movimento sindical socialista e libertário com a educação integral do trabalhador. Podemos apontar as seguintes demandas como motivadoras da ascensão da qualificação profissional na agenda do movimento, nos anos 90: a) A reestruturação produtiva, que desmonta, no local de trabalho, o modelo sindical vigente, forjando um novo modelo produtivo baseado na relação empresa-trabalhador (excluindo, portanto, o Estado e o Sindicato). A qualificação profissional aparece como uma possibilidade de retomada da discussão sobre o controle do processo de trabalho e da organização local correspondente; b) A necessidade de se estabelecer uma nova concepção (e novas relações) de Estado, devido à queda do socialismo real e da ascensão do neoliberalismo. Não basta apenas a negação do Estado capitalista “inimigo”, nem o sonho com o Estado socialista “provedor”. No imediato, trata-se de defender, preservar e democratizar os embriões, ainda remanescentes, do Estado-do-bem-estar-social, exigindo uma diferenciação entre público e estatal e uma ação em conselhos; c) Interligado com o item acima, a “convocação” para a participação da CUT (e de outras Centrais) nos Conselhos de Emprego, de caráter permanente, tripartite e deliberativo (inclusive quanto a recursos), que incentivou e legitimou tal atuação; d) A intensa pressão das bases de trabalhadores por educação básica e profissional, em parte de caráter subjetivo (intensa campanha na mídia, difundindo a noção de empregabilidade), mas, sobretudo, como uma necessidade real de resgate da dívida social com a educação, a partir da relação desta com a manutenção (ou modificação) do status social.” (LIMA, 1999, p.62-63) Nesse sentido o movimento sindical atuando via de regra, a partir de demandas geradas pelos trabalhadores, e temeroso de que esses encontrem guarida a essas demandas somente entre as classes patronais, interfere na questão da qualificação/formação profissional buscando uma formação profissional dos trabalhadores para os trabalhadores, como expressado no pensamento de Pereira (1999): “Uma regra básica da ação sindical é procurar partir sempre das necessidades e reivindicações efetivamente existentes, de fato sentidas e expressas (com maior ou menor nitidez) pelos trabalhadores. O desemprego em massa é uma realidade hoje. Os empresários, muitas vezes por necessitarem de trabalhadores mais qualificados, outras para rebaixarem os custos da folha e quebrarem a capacidade de luta e organização dos trabalhadores, exigem maior escolaridade, maior capacidade de trabalhar em grupo, maior capacidade de adaptação a condições de trabalho que podem mudar subitamente etc. Isso é claramente percebido pelos trabalhadores, que *traduzem* esse problema *sob a forma* de demanda por cursos de formação e requalificação profissional. Essa demanda se orienta, em primeiro lugar: para os órgãos que fornecem esse tipo de cursos – órgãos quase sempre empresariais e estatais. Portanto, em torno da questão central do desemprego, desenvolve-se a possibilidade concreta de os trabalhadores verem a saída de seus problemas ligada ao empresariado e ao Estado e não aos

desemprego e as novas exigências educacionais postas para os trabalhadores, com ênfase na elevação da educação básica e de formação profissional, colocaram novos desafios para o sindicalismo cutista” (CUT, 2001 b, p. 31).

Dessa forma, internamente na CUT, tem início no mesmo período um intenso debate colocando estes temas em evidência.⁶¹

As instâncias majoritárias desta central sindical aprovam paulatinamente, ao longo da década, resoluções que inserem a CUT definitivamente na gestão e execução de políticas voltadas à formação profissional.⁶²

...que apontam a formação profissional como um patrimônio social, colocando para os trabalhadores – ao lado da tarefa de lutar por uma escola pública, gratuita, laica e universal – a responsabilidade na construção de alternativas para a sua formação profissional, com metodologias inovadoras. Para a CUT, não se sustenta a dualidade entre educação básica e profissional, sendo uma complementar à outra. Investir numa qualificação centrada no saber técnico, desvinculada do saber geral, implica a fragmentação do conhecimento e uma formação restrita ao treinamento (CUT, 2001 b, p. 32).

Assim a CUT passa a desenvolver formação profissional articulada à educação básica dos trabalhadores⁶³ segundo esta Central, buscando diminuir a distância

sindicatos e centrais. Pior: fortalece-se a idéia de que a saída é individual e não coletiva, competitiva e não solidária.” (PEREIRA, 1999, p. 19)

⁶¹ Segundo Manfredi e Bastos, “Embora o interesse e a necessidade de as entidades sindicais desenvolverem iniciativas de educação profissional tenham variado ao longo do século, constatamos que a apropriação e a manutenção do saber técnico constituem uma das “bandeiras históricas” do movimento operário brasileiro, contra a crescente desqualificação e a expropriação do saber a que o capital os têm submetido. Isso também é apontado por autores como Braverman, Michelle Perrot, Hobsbawm, (sic) Thompson, dentre outros, em seus estudos sobre o movimento operário europeu e americano. (...) a história das práticas de educação profissional entre os trabalhadores organizados são indicativos, por um lado, da relevância que o “saber técnico” possui para os trabalhadores, tanto no plano individual, como coletivo; por outro, que as iniciativas de profissionalização emergem com mais intensidade nos períodos em que ocorrem transformações nas bases técnicas e organizacionais, nos sistemas de produção. Sendo assim, recorrentemente, a partir dos anos 90 os trabalhadores e suas organizações passam a ter que enfrentar os desafios provenientes das transformações técnicas e organizacionais decorrentes da globalização da economia capitalista e, conseqüentemente, as questões referentes à formação profissional.” (MANFREDI, S.M., BASTOS, S., 1997, p. 120-121)

⁶² Estas decisões foram tomadas no 5º Concut em 1994, na 7ª Plenária Nacional da CUT em 1995 e na 9ª Plenária Nacional em 1999. No interstício entre a realização desses fóruns, uma série de iniciativas produziu subsídios para a inserção da CUT nessa questão. Segundo NASCIMENTO (2000), desde 1994 existia na CUT o Fórum de Formação Profissional. Em 1995/1996 a SNF e a Secretaria de Políticas Públicas da CUT, promoveram dois seminários sobre qualificação profissional. Por iniciativa da Escola Sindical São Paulo, ainda em 1995/1996, foram realizados dois seminários sobre formação profissional. No 12º Enafor de dezembro de 1997, aconteceu um debate sobre o mesmo tema.

⁶³ Para Manfredi e Bastos (1997), a discussão sobre esta temática alcançou um marco oficial dentro da CUT em 1992. Naquele ano formaram-se uma série de comissões com o objetivo de levantar questões relevantes, merecedoras de um posicionamento mais enfático desta central sindical. Uma das comissões, a de educação, centralizou seu trabalho no eixo educação e trabalho. “Esta decisão traduzia a necessidade que a Central

existente entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, muitas vezes imposta pela produção. Em seu entendimento, “a formação profissional conectada a processos de geração de emprego e renda e à escolarização básica, pode romper com esta histórica dicotomia” (CUT, 2001 b, p. 32).

Desta forma, a CUT insere-se como ator social no debate sobre uma nova política de educação profissional no país, no campo conceitual e das experiências concretas, que comprovam a premência de novos conteúdos/métodos e de um novo tipo de gestão, a serem aplicados na educação profissional pública, como parte da luta por melhor distribuição de renda, envolvendo outros atores sociais que, no seu cotidiano, vêm enfrentando os efeitos da reestruturação produtiva, da

vinha sentindo, já há alguns, de elaborar uma proposta sobre formação profissional. Como resultado do trabalho da comissão de educação, foram elaborados e apresentados dois documentos à direção nacional. Depois de um grande debate, o texto intitulado “Contribuição para a definição de uma política de formação profissional da CUT” foi considerado como mais representativo no entendimento da CUT: reconhecia o direito de todos os trabalhadores à escola básica, pública, gratuita e de qualidade, mas entendia como dever da Central a defesa da organização de diferentes modalidades de ensino profissional em centros públicos ou privados e em entidades comunitárias e sindicais, articuladas ao sistema regular de ensino. Parte deste debate aconteceu no V Concut, realizado em agosto de 1994, e que, pela primeira vez, apresenta resoluções sobre a questão da formação profissional. A concepção da CUT, refletida nas resoluções daquele fórum, é representada por afirmações tais como: “A formação profissional é, numa concepção cutista, parte de um projeto educativo global e emancipador (...) A formação profissional é patrimônio social e deve ser colocada sob responsabilidade do trabalhador e estar integrada ao sistema regular de ensino, na luta mais geral por uma escola pública, gratuita, laica e unitária, em contraposição à histórica dualidade do sistema educacional brasileiro (...) A formação profissional deve estar submetida ao controle direto do Estado e os trabalhadores devem intervir nesse processo, participando, através de suas organizações, da definição, da gestão, do acompanhamento e da avaliação das políticas e dos programas de formação profissional.” Em setembro de 1995, agora com um debate mais aprofundado e com algumas experiências sendo realizadas baseadas na concepção discutida, além de uma participação mais organizada em fóruns institucionais, a questão da formação profissional volta a ser colocada por ocasião da 7ª Plenária Nacional da CUT. Além de reafirmar a concepção anterior, alguns acréscimos são feitos, no sentido de especificar melhor a concepção de formação profissional da CUT. Por exemplo: “Contrapondo-se à concepção restrita de formar para responder às necessidades da produção sob a ótica do lucro, a formação profissional que interessa ao trabalhador é aquela que amplia a satisfação das necessidades múltiplas do ser humano. (...) Na perspectiva da classe trabalhadora, o ensino profissional tem por objetivo contribuir para a formação de trabalhadores tecnicamente competentes e politicamente comprometidos com a luta pela transformação da sociedade.” Entre 1995 e 1997 a 8ª Plenária Nacional da CUT referendou as decisões do fórum anterior. Manfredi e Bastos (1997), tendo como fonte os textos base do VI Concut realizado em agosto de 1997, transformados posteriormente em resolução argumentam que: “...a direção nacional propõe que o VI Concut avance no sentido de garantir uma intervenção mais clara da CUT na área da educação profissional, seja na criação e consolidação dos Centros Públicos de Ensino Profissional, no desenvolvimento de uma estratégia nacional no âmbito da PNF (Política Nacional de Formação da CUT), no estímulo aos sindicatos filiados a considerar esse tema como uma questão importante da ação sindical, ou no aprimoramento da participação nos fóruns institucionais.” Ainda segundo Manfredi e Bastos (1997), “Todo esse debate que vem sendo travado no âmbito da CUT sobre a formação profissional tem tido como conseqüência um conjunto de projetos de qualificação e requalificação profissional, elaborados e executados por instâncias da Central: Sindicatos, Federações, Confederações, e também por Escolas Sindicais orgânicas à CUT. Embora várias dessas instituições já tenham uma história na área de formação profissional que influenciou o debate dentro da Central, os projetos que vêm sendo realizados mais recentemente refletem e estão embasados nas resoluções congressuais pós V Concut.” Manfredi e Bastos (1997), citam como exemplo destes projetos os do Sindicato dos Bancários de São Paulo, realizado a partir de 1996 com recursos do FAT, e o Projeto Integrar da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM), cujas discussões para implantação iniciaram-se em 1995, culminando com sua efetivação em 1996, financiado também com recursos do FAT. (MANFREDI, S.M., BASTOS, S., 1997, p. 130-132)

introdução de novas tecnologias, dos novos modelos de gestão e da reforma do Estado. A concepção metodológica e a prática pedagógica baseiam-se na construção coletiva do conhecimento, na transparência dos objetivos e na valorização e consideração dos educandos, relacionando-os com os conhecimentos historicamente acumulados, numa perspectiva libertária e transformadora. Portanto a proposta de Educação Profissional que a CUT constrói, articulada à escolarização, é fundamentada no entendimento do homem como um ser integral (CUT, 2001 b, p. 33).

Utilizando-se de suas experiências educativas, anteriormente voltadas somente para o âmbito do movimento sindical - educação político-sindical - a CUT implementa a partir de 1998⁶⁴ diversos programas de abrangência nacional e regional, direcionados à educação profissional, buscando com isso “o desenvolvimento e validação de metodologias que representam a contribuição concreta da Central para a construção de políticas públicas para a Educação Profissional dos trabalhadores” (CUT, 2001 b, p. 33).

É a partir deste acúmulo que a Central tem participado ativamente na construção de um debate público sobre as políticas de educação e formação profissional, apontando para a necessidade de uma nova política de educação profissional para o país, superando as concepções e políticas atuais, hegemônicas pelos empresários e pela lógica do adestramento (CUT, 2000 b, p. 8).

Os programas regionais de formação/qualificação profissional estão assim distribuídos geograficamente:

- Programa Flor de Mandacaru, abrange a Região Nordeste, sendo desenvolvido pela Escola Sindical Nordeste;
- Programa Semear, em desenvolvimento pelas Escolas Sindicais São Paulo e Sete de Outubro na Região Sudeste;
- Programa Terra Solidária, desenvolvido pela Escola Sindical Sul, na Região Sul;
- Programa Hotelaria e Turismo, que abrange o Estado de Santa Catarina, sendo desenvolvido pela Escola Sindical Sul;
- Programa Vento Norte, desenvolvido na Região Norte, pelas Escolas Sindicais Amazônia e Chico Mendes;

⁶⁴ Neste ano, segundo NASCIMENTO (2000), a PNF da CUT assume a qualificação profissional/formação profissional de forma organizada. Vários projetos são enviados ao Planfor, e desenvolvidos a partir de 1999. Dessa maneira a CUT implementa o seu Projeto Nacional de Qualificação Profissional, organizado nos programas acima mencionados. O Programa Integral, capacitação de conselheiros e educadores em qualificação/formação profissional foi realizado em 1998/1999 pelas escolas sindicais da CUT também sob essa égide, como demonstrado no próximo capítulo.

- Programa Educação Integrada do Trabalhador para o desenvolvimento Sustentável e Solidário no Brasil Central, em desenvolvimento através da Escola Sindical Centro-Oeste, na Região Centro-Oeste;
- Programa de Qualificação e Requalificação Profissional dos Trabalhadores da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, destinado à complementação de formação de trabalhadores na área da saúde em nível técnico (CUT, 2001 b, p. 25-26).

Os programas⁶⁵ executados em âmbito nacional são os seguintes:

- Programa Integração, desenvolvido pela SNF, em dezesseis estados⁶⁶ e o Distrito Federal junto aos ramos, escolas sindicais e CUTs, para várias categorias (intercategorias);
- Programa Integrar, desenvolvido pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) em doze estados⁶⁷;
- Programa Nacional de Qualificação Profissional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, desenvolvido em todo o território nacional, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) (CUT, 2001 b, p. 26-27).

Para a CUT suas estratégias de formação

...partem do entendimento do homem como um ser integral, que se constitui mediante relações sociais advindas do trabalho, assim como na relação com a natureza; relações que devem ser objeto de uma reflexão crítica, visando a libertação das condições de opressão social, em particular as provenientes de valores e atitudes de cunho discriminatório quanto às questões raciais, sexuais, religiosas, de gênero, dentre outras, concebendo a educação e a formação como direitos dos trabalhadores (CUT, 2001 b, p. 17).

Neste novo contexto da educação sindical cutista, esta central sindical concebe agora a sua formação como sendo articulada em três âmbitos: a formação sindical, a educação profissional e a educação geral. Na prática a educação da CUT estaria voltada para três vertentes: a formação sindical, direcionada para o seu movimento sindical (dirigentes sindicais); a educação profissional, voltada para os seus projetos de aprendizagem de um ofício clássico (hotelaria e turismo e o curso técnico de saúde); e a

⁶⁵ Para uma melhor referência sobre esses programas ver: MATTE, 2000, p. 10-45, 84-100.

⁶⁶ Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pará, Rondônia, Amazonas e Acre.

⁶⁷ Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

educação geral, inserida na discussão da formação profissional, tendo como alvo seus próprios dirigentes sindicais e trabalhadores desempregados ou em vias de desemprego.

Segundo a CUT, a sua inserção na questão da educação/formação profissional objetiva aprofundar o debate sobre o tema sem que a sua inserção assumira um papel que é eminentemente do Estado:

A CUT tem contribuído concretamente no atual debate sobre uma nova política de educação profissional no Brasil, seja no campo conceitual, seja no campo das experiências práticas. Experiências que não têm o objetivo de assumir a responsabilidade do Estado na educação pública, na medida em que envolve a Educação Profissional vinculada à educação básica; mas que buscam consolidar alternativas para a educação dos trabalhadores, com metodologias inovadoras e adequadas ao ponto de se tornarem uma referência para a constituição de políticas públicas de Educação Profissional. Na mesma linha, tais experiências apontam também a necessidade de constituição de Centros Públicos de Educação Profissional, considerando que a formação profissional e a escolarização básica, conectadas a processos de geração de emprego e renda, podem ter o papel de difundir os conceitos de sustentabilidade e solidariedade. Os programas de educação profissional desenvolvidos pela CUT buscam fortalecer uma nova institucionalidade da Educação Profissional, com um novo enfoque conceitual e metodológico, como um exercício de cidadania sintonizado com as demandas dos trabalhadores no atual processo de transformação no mundo do trabalho. Neste sentido, a participação e atuação da CUT no PLANFOR e na educação dos trabalhadores contribui com a perspectiva de fortalecer mecanismos sociais de participação, seja na relação direta entre Capital e Trabalho, seja na definição e controle social das políticas públicas, em uma conjuntura de crescente exclusão social e desemprego, marcas da atual configuração do modelo hegemônico de desenvolvimento (CUT, 2001 b, p. 18).

A CUT concentrou sua atuação, dentro do conceito de educação profissional que se propôs, nas suas escolas sindicais e nos ramos produtivos, possibilitando assim envolver todo o território nacional. Dessa maneira as diversas confederações e federações nacionais de trabalhadores estão inseridas nestas ações.⁶⁸As escolas sindicais da CUT

⁶⁸ A estrutura e organização da CUT se apresenta, horizontalmente e verticalmente. Horizontalmente através da CUT Nacional, CUTs Estaduais, CUTs Regionais e sindicatos. Verticalmente através das Confederações Nacionais, Federações e Sindicatos. Atualmente estão em atividade por volta de dezesseis ramos dentro da CUT, estruturados ou não. Os ramos são a forma encontrada pela CUT de aglutinar os trabalhadores de determinada área de atividade, por exemplo o Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação (DNTE) aglutina todos os trabalhadores ligados à educação e filiados a sindicatos cutistas: professores da rede pública e privada, servidores das universidades, funcionários de escolas entre outros. Através da estrutura vertical organiza estes trabalhadores, tratando questões específicas dos trabalhadores metalúrgicos (CNM), bancários, da área de saúde (CNTSS, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social), da área dos transportes (CNTT, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes) e os demais ramos de atividade profissional. A designação ramos, nas publicações e na cultura interna da CUT possui algumas variações que podem ser: ramos de atividade profissional, ramos de produção, ramos produtivos, ou simplesmente ramos. Vale lembrar que a primeira experiência da CUT em formação profissional, na estratégia a que se propôs e disputando os recursos do FAT, deu-se em 1996 através da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM), filiada a esta central sindical, com a implantação de seu Programa Integrar no estado de São Paulo. Este programa posteriormente foi implementado nacionalmente.

iniciaram assim em fins dos anos noventa, mais precisamente em 1998, todo um trabalho voltado para a chamada educação profissional articulada à escolarização. Esta escolarização prevê a certificação dos trabalhadores no ensino fundamental e no ensino médio.

Evidentemente esta nova postura educacional da CUT gerou inúmeras controvérsias internas. No campo educacional propriamente dito, a formação sindical que a CUT fazia tradicionalmente, com o surgimento dos projetos apresentados para a disputa de recursos no âmbito do FAT/Codefat, foi colocada em um plano inferior. Isto decorreu da inserção avassaladora dessa estratégia educacional na educação até então praticada.⁶⁹

Ainda que a CUT tenha feito esta opção alicerçada em discussões políticas que abrangeram o conjunto de suas instâncias, esta opção causou um desequilíbrio acentuado na postura educacional que foi historicamente construída por esta central sindical. Recém-saída de um processo de avaliação interna e externa, e de uma reestruturação que apontava para outros caminhos, a nova estratégia provocou o esfacelamento dos chamados Núcleos Temáticos ainda na fase de consolidação, com a conseqüente diminuição do trabalho voltado exclusivamente para o interior do movimento sindical cutista.

Nesse sentido, os educadores sindicais da CUT, mais precisamente os educadores que atuavam no final da década de noventa, na Escola Sindical Sul da CUT, objeto deste trabalho podem apresentar alguns elementos que nortearam esta iniciativa:

A CUT quando entrou nessa questão da formação profissional, não sei se isto estava muito claro do ponto de vista da estratégia e dos objetivos. Mas, hoje acho que está ficando cada vez mais claro, e penso que em breve a CUT deverá se definir de uma forma mais concreta e objetiva. Nós temos inúmeras experiências acontecendo hoje no Brasil, na área do ensino fundamental. Me parece que o laboratório já foi feito, e isso significa mostrarmos para a sociedade, governos, população e os trabalhadores que é possível termos um ensino diferente e que responda as necessidades, mais especificamente às dos trabalhadores. Esse era o objetivo da CUT, mostrar que era possível construir uma política pública de ensino capaz de responder às demandas que estão colocadas atualmente. Acho que nós temos que ter presente que estatisticamente por volta de 70% da população adulta brasileira não tem ensino fundamental completo. Então, como se resgata essa dívida social? A CUT mostrou uma forma de resgatar isso. Mostrou que é possível fazer isso de uma maneira competente que qualifique não somente dando um certificado. Nós da CUT não podemos também criar uma indústria de

Sendo assim, o trabalho com formação profissional, foi introduzido nas escolas sindicais da CUT, a partir da atuação dos ramos de produção.

⁶⁹ No capítulo 3 é possível observar com mais propriedade alguns desafios colocados para a CUT com essa nova opção.

certificados, para que os trabalhadores tenham somente um certificado, mas que possam resgatar a sua própria experiência, seu conhecimento, e como complemento que os conhecimentos transmitidos nos cursos possam qualificar os trabalhadores. Eu acho que esse é o ponto que me parece que deve ser encarado pela CUT com urgência, quer dizer, a nossa experiência mostra que é possível termos uma política educacional diferente que resgate essa dívida social e qualifica o trabalhador ao mesmo tempo. Nós da CUT devemos sistematizar isto e apresentar de uma forma objetiva e clara para ser disputado na sociedade. Isso não significa que a proposta a ser implantada no Brasil tem que ser a da CUT, mas ela deve ser apresentada e discutida pela sociedade, pelos diferentes segmentos da educação, pelo governo entre outros. Assim, a partir disto que resulte numa política que seja capaz de fazer o resgate social e histórico da sociedade brasileira. Se a CUT não for capaz de fazer isso de forma rápida, urgente até, vai se perder, e transformar algo que era para ser um projeto piloto, uma experiência, em algo permanente, e acho que não é o papel da CUT fazer isso. Essa é a minha opinião, não sei se ela está de acordo com a opinião dos dirigentes da formação da CUT. Mesmo na questão propriamente da formação estritamente profissional, nós temos que pegar a experiência da Escola de Turismo e Hotelaria que a Escola Sul está desenvolvendo em Florianópolis, sistematizar e apresentar para a sociedade e o governo e dizer que é possível termos um curso técnico de turismo e hotelaria que qualifique profissionalmente e deixe as pessoas qualificadas para irem para o mercado de trabalho sob uma outra ótica, sob uma outra metodologia, uma outra visão. Uma visão que faz com que as pessoas tenham um entendimento diferente da sociedade e possam também participar no processo de mudança da sociedade. Penso que se a CUT não conseguir fazer isso ela vai se perder. Eu acho que não é papel da CUT se constituir numa rede paralela de educação e nem advogar para si o papel da qualificação profissional dos trabalhadores. A CUT, no meu entendimento, tem de defender a qualificação como um direito a ser buscado pelo trabalhador dentro da sociedade, através de uma política pública adequada, inclusive com a participação do capital que explora o trabalhador (Formador Ulisses).

A afirmação acima, de que a CUT aparentemente não tinha muita clareza ao iniciar sua intervenção na questão da formação profissional, pode estar baseada no fato de que a primeira experiência deliberada da central nessa área se deu através de decisão de um congresso da CNM, um de seus ramos produtivos, realizado em 1995. Dessa maneira as demais instâncias cutistas absorveram esta iniciativa, não que isso tenha se dado desaperebidamente, ao contrário, decisões desse tipo evidentemente demonstram vontade política de fazê-lo.

O entendimento da CUT, como ficou claro, é construir experiências diferenciadas de escolarização em ensino fundamental e médio, buscando também com isso a elaboração de políticas públicas de ensino que traduzam o anseio dos trabalhadores. A expressão “experiências” utilizada não evidencia um aspecto temporário da intervenção da CUT neste campo. Ao que parece é improvável que os subsídios acumulados sejam deixados de lado, uma vez que esta questão está sendo tratada como estratégica, sendo que

sua importância dentro da CUT, como já foi dito, acabou por tornar-se superior à educação praticada anteriormente.⁷⁰

Colocar para a sociedade o mais rapidamente possível uma sistematização do que está sendo executado na abordagem cutista de educação profissional consubstancia-se realmente em uma urgência. Esta urgência é mais salutar para a CUT, até como uma premissa de bom gerenciamento dos recursos do FAT utilizados como suporte financeiro. Segundo Nascimento (2000), não está sendo feita uma socialização ampla do que efetivamente vem sendo feito com a denominação de formação/qualificação profissional, nem para a sociedade nem internamente na Rede de Formação da CUT. Com isso, diversas posturas preconceituosas conceituaram a proposta como uma iniciativa sem caráter ideológico.

A CUT, pelo contrário, em suas publicações, segundo os depoimentos colhidos nesta pesquisa, está desenvolvendo uma abordagem específica de educação básica e de educação profissional sob o seu prisma ideológico,⁷¹ dentre as muitas que existem sob os mais variados entendimentos ou influências ideológicas.

⁷⁰ Inúmeras fontes cutistas, tanto orais como documentais, apresentam a nova estratégia da educação sindical cutista como experiências. Esta expressão adquiriu um caráter extremamente ambíguo, pois existe uma indefinição quanto à temporalidade dessa educação, até mesmo de forma proposital. A princípio, segundo as fontes orais deste trabalho, essas “experiências” apresentavam-se como transitórias, com o passar do tempo, o crescimento dos projetos de qualificação/formação profissional no âmbito nacional e o crescente volume de recursos demandados do FAT, elas foram adquirindo um aspecto de políticas permanentes na educação cutista. Uma fonte recente contraria o aspecto permanente que está sendo dado a educação em curso, trata-se das resoluções de um Enafor, fórum máximo da formação cutista, mais precisamente o 14º Enafor, realizado em 2001. Essas resoluções reiteram que a CUT deve aprofundar os debates internos sobre os impactos desta iniciativa na Rede Nacional de Formação, e conseqüentemente nas formulações e ações cutistas, em consonância com as estratégias da Central na disputa de hegemonia neste campo. Consideram ainda que a CUT deva “Explicitar a natureza e a dimensão de transitoriedade das experiências em curso no campo da educação dos trabalhadores e sua relação com as estratégias da Central para a definição, em 2002, da temporalidade destas ações, considerando que estamos realizando um projeto experimental para a consolidação de metodologias a serem disputadas no âmbito das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos e Formação Profissional. Sendo assim, é necessário também precisar melhor os termos e conceitos relacionados às ações no campo da Educação do trabalhador, e aprimorarmos os instrumentos que permitam a sistematização do conjunto das experiências que estamos desenvolvendo para refletirmos os avanços e dificuldades existentes na perspectiva de analisarmos a viabilidade concreta para a sociedade.” (CUT, 2001 c, p. 22 –23) Este documento parte das visões dicotômicas dentro da CUT, da viabilidade ou não dos projetos de qualificação/formação profissional, mais particularmente a questão da educação básica. O alerta para o caráter transitório da nova fase da educação sindical cutista, foi aprovado em um fórum exclusivo da formação, e o âmbito da formação constitui-se no espaço mais qualificado para discutir com propriedade as questões relacionadas a esta temática. No entanto, o Enafor pode no máximo sugerir possíveis decisões neste sentido, pois somente o Concut como instância máxima da Central pode deliberar sobre a continuidade ou não da opção cutista pela qualificação/formação profissional. Na 10ª Plenária Nacional da CUT em 2002, nada foi deliberado neste sentido.

⁷¹ Esta afirmação consta em todas as fontes coletadas, nem sempre de maneira explícita.

Assim, segundo a CUT, sua intervenção na questão evidencia o caráter ideológico dessa sua iniciativa, ainda que esteja participando do Planfor, que nada mais é do que uma das engrenagens montadas pelo Estado neoliberal brasileiro dos anos noventa.⁷²

Minha opinião particular é de que sempre deveríamos ter tido uma preocupação com a educação dos trabalhadores, e aí está entendido a educação escolar, a educação profissional, e a educação político sindical. Então acho fundamental termos esse projeto político. Evidentemente estamos disputando com um projeto político de corte neoliberal. Mas porque isso? Porque o projeto político neoliberal, ou seja qual for o nome que queiram dar, se preocupa com a chamada empregabilidade, colocando na consciência do trabalhador, que a tarefa de gerar emprego ou se manter no emprego é uma tarefa individual. Isso não é verdade. A tarefa de gerar emprego é uma tarefa da sociedade, das políticas econômicas, e por último do indivíduo. A formação profissional da CUT, procura conceituar na mente dos trabalhadores que é necessário ter habilidades, mas também é preciso mudar a sociedade. Acho que também nos contrapomos a Força Sindical e mostrarmos a diferença entre as centrais sindicais, suas origens e suas práticas. Uma central nasceu da luta dos trabalhadores, a outra nasceu a partir de um governo farsante, com aliados empresariais para barrar a luta de uma central autêntica e legítima. Uma é autônoma de partidos políticos e de governos, a outra não é uma central sindical, é uma farsa sindical. Estamos disputando também com um modelo sindical que é nocivo para os trabalhadores (Formador Alberto).

Encontra-se aqui na declaração acima elementos característicos da disputa de diferentes concepções de sindicalismo existentes entre as centrais sindicais brasileiras. Além das justificativas cutistas para a execução dos projetos de educação/qualificação profissional, está implícita a disputa por espaço político dentro do movimento sindical como um todo. Ainda que haja veementes negativas no âmbito da CUT, esta central sindical não permitiria sem um contra-ataque, o livre acesso da Força Sindical ao Planfor e conseqüentemente aos recursos do FAT. Nesse caso a CUT abriu duas frentes de atuação,

⁷² Segundo Batista (2002), “A implementação do PLANFOR, sobretudo, através das denominadas Parcerias Nacionais e Regionais (PARCs), com a celebração de contratos do MTE/SPPE com entidades não governamentais, revela que o mesmo se conforma no processo de reforma do Estado sob os pressupostos neoliberais. Pois, este fato evidencia uma privatização das políticas públicas através das chamadas parcerias. (...) Nesse processo em curso, o pressuposto do governo – MTE/SPPE – é que o desemprego é consequência da baixa escolaridade e desqualificação do segmento mais vulnerável da população, já que, acredita que no complexo da reestruturação produtiva são requeridos novos conhecimentos científicos e tecnológicos, novas atitudes, habilidades e competências dos trabalhadores. Nesse sentido, as noções de competência e a ideologia da empregabilidade estão inseridos na retórica do governo e do meio empresarial que, com a utilização desses conceitos, procuram responsabilizar o indivíduo pela sua inserção ou exclusão do mercado de trabalho. Esta ideologia desconsidera todos os fatores e determinações macro econômico e social do desemprego. O governo, ao propor através do PLANFOR, a meta de qualificar ou requalificar 20% do PEA ao ano, tem como pressuposto ideológico que o desemprego tem como causa a falta de qualificação profissional, nesse sentido oculta as determinações econômicas e sociais responsáveis pelo desemprego. (BATISTA, 2002, p. 126,127) Para maior interação sobre as dimensões conceituais, ideológicas e práticas do Planfor, ver (BATISTA, 2002).

uma contra o domínio do empresariado na educação profissional através do Sistema S, e outra contra a Força Sindical e suas práticas do sindicalismo de resultados, que sempre denunciaram sua proximidade com as classes patronais:

Nós não concordamos com a formação que é feita pela Força Sindical, e até mesmo muito do que é feito com os recursos do FAT. A Força Sindical faz coisas muito pontuais, ainda mais que o Sistema S. Faz coisas que nós criticamos há muito tempo. Então o que estamos fazendo hoje não é contra a Força Sindical, é contra o sistema. Nós entendemos que a formação profissional não tem que ser tecnicista, e ao mesmo tempo rediscutimos o que estamos fazendo, como fica essa parte da profissionalização. É mais ou menos assim: como conjugamos isso na nossa concepção de central sindical. E na nossa concepção a educação é algo integral, uma conjugação de todas as partes que compõem a educação. Nós não desenvolvemos educação simplesmente para nos contrapormos a outra central sindical, é uma estratégia, uma disputa de hegemonia na sociedade. É um laboratório onde desenvolvemos propostas alternativas de políticas públicas, uma relação inclusive de objetivos. O grande debate dentro da CUT é que nós temos que pegar os recursos do FAT, mas não podemos nos tornar dependentes, porque não sabemos até quando eles vão existir. Se, por um acaso, estes recursos existirem daqui a cinquenta anos, estaremos utilizando e aprimorando sua utilização. Estaremos rediscutindo sempre o que fazemos, porque o grande debate hoje é se não vamos nos tornar uma grande escola com certificação, e assim por diante. Eu acredito que isso não vai acontecer. Aqui na Região Sul, temos grandes debates e afirmamos através deles que não é isso que queremos, muito pelo contrário, já é o momento de darmos um outro passo, ou seja, continuamos com os recursos do FAT, mas não ficarmos pensando em certificação de ensino fundamental, mas nos concentrarmos na parte que diz respeito mais em atuar junto a políticas públicas de educação. Assim sendo poderíamos transferir a responsabilidade da certificação e ficarmos com uma co-atuação e uma co-gestão. Nós queremos gerir também as políticas públicas e isso é uma reivindicação dos trabalhadores, não queremos que isso seja gestado apenas pelos empresários e pelo Estado. Nós da CUT queremos fazer parte disso, e nesse sentido estamos atuando realmente buscando intensificar nosso trabalho de educação tanto na área sindical como na profissional. Não concordamos com a formação tecnicista, mas sim com uma formação integral complementar ao que vem se fazendo, por exemplo, em determinadas áreas. Devemos intensificar o Formação de Formadores, trabalhar inclusive junto aos professores, para que eles possam estar atuando nos espaços das políticas públicas, nos âmbitos da educação pública e da privada também, a partir de uma outra concepção. Eu penso que a estratégia passa por aí. A estratégia é de que consigamos fortalecer o pensamento da CUT de transformar a sociedade. Pode haver desvios no que estamos fazendo, mas no geral acredito que seja isso que estamos fazendo (Formadora Rosa).

A CUT estaria desenvolvendo uma proposta de educação integral, e no seu entendimento a educação forma um todo indissociável. A lógica da formação profissional combatida seria a do adestramento, ou o aprendizado puro e simples de um ofício, sem que o trabalhador possa ter uma dimensão crítica do mundo ao seu redor.

A disposição da CUT em interferir nas políticas públicas de educação apresenta-se como sendo, talvez, a parte principal da estratégia atual de sua educação ocupar espaços em nome dos trabalhadores, nem que para isso essa se exponha a uma crescente dependência dos recursos do FAT. No depoimento anterior fica evidenciado que esta situação não é tolerada por parte de sua estrutura, porém, aparentemente tanto os contrários como os favoráveis possuem dimensão política e consciência de que isto está acontecendo, principalmente porque está em jogo a autonomia da CUT perante o Estado.

Eu diria que a estratégia de fazermos educação profissional também é para nos contrapormos à Força Sindical, e fazermos isso enquanto os recursos do FAT estiverem disponíveis. Creio que esta nova fase de nossa educação pode ter um caráter temporário, na perspectiva de apreender experiências, acumular, elaborar e formular em cima disso. Não podemos trabalhar somente com a perspectiva de nos contrapormos a esta ou àquela central sindical, porque penso que fazendo isso é um sinal de que nós da CUT estamos muito pobres e caindo pelas tabelas. Eu penso que é muito mais na perspectiva de termos um acúmulo nessa área e de darmos a ela um salto de qualidade. Quando nós tivermos no movimento sindical um grande contingente com capacidade de fazer intervenção nas políticas públicas, com propriedade, nós com certeza vamos apresentar à sociedade políticas que serão realmente abrangentes e de qualidade (Formador Alexandre).

A “ocupação de terreno” pretendida pela CUT, no âmbito das políticas públicas, educacionais ou não, não deixa de ser uma estratégia singular no movimento sindical brasileiro. As iniciativas pretendidas, aliadas ao trabalho em educação sindical anteriormente desenvolvido por esta central, poderia resultar em uma intervenção qualificada em nome da classe trabalhadora, desde que se mantenha o horizonte ideológico da questão.

Os depoimentos aqui apresentados deixam transparecer uma confiança até certo ponto exagerada da CUT na dimensão da educação ora planejada e executada. Explicitar à sociedade o que está sendo feito requer por parte da central um esforço similar ao dispensado nas ações que abrangem o conjunto da atual fase da educação cutista, sob pena do movimento sindical cutista ficar “dialogando” consigo mesmo, sem interlocutores externos. Este raciocínio está particularmente contemplado no depoimento a seguir.

Os trabalhadores perderam a batalha para o Fordismo e o Taylorismo, mesmo que num estilo meio precário e sanguinário que foi implantado no Brasil. Isso acabou fazendo com que na década de quarenta, com a criação do Sistema S, e com ofensiva do Estado em criar mão-de-obra os trabalhadores ficaram alijados da questão da profissionalização. A formação profissional que vem sendo feita desde a década de quarenta e cinqüenta, ficou entre o Estado e os empresários com o Sistema S, fazendo uma educação absolutamente patronal. (...) A inserção da CUT na disputa de verbas públicas tem como objetivo acumular conhecimentos

para fazer uma disputa por um sistema público de formação profissional e de emprego. Esse sistema público implicaria na participação de vários setores da sociedade, não somente da CUT, mas também do Estado, dos empresários, dos trabalhadores, dos professores e dos alunos, os principais interessados. Então, os trabalhadores, completamente alijados durante anos, precisavam ter a possibilidade de desenvolver massa crítica, mostrar o que temos do ponto de vista metodológico, da transparência com o uso zeloso de recursos públicos, que somos superiores a todos os que dominam essa área. Eu acho que ainda não demonstramos tudo isso. Espero que possamos fazê-lo logo. Não sei se nós ainda mantemos a estratégia que nos levou a ter acesso a esses recursos, porque uma grande quantidade de entidades nossas passaram a ter acesso, fazer escolarização, e vêm desenvolvendo muitos programas dessa formação. Eu não vejo ainda nenhuma campanha nacional pela melhoria do ensino público e gratuito, ou pela constituição de centros públicos de ensino visando transformar o Senac, o Senai, enfim, o Sistema S todinho num sistema público com participação quadripartite. Penso que a estratégia inicial não foi abandonada, porque continua nas atribuições. É currículo, mas não é currículo em ação. Assim aí nós temos debilidades. É necessário aprofundar essa formulação e a CUT tem estado preocupada com isso; mas eu diria que isso não é objeto de preocupação do conjunto das pessoas que hoje fazem formação profissional. Esse é um ponto de estrangulamento que precisa ser debatido, olhado com carinho, porque senão o objetivo principal que nos levou a nos inserir nessa educação é abandonado, e nós nos perdemos e passamos a substituir o Estado, o que não é o objetivo estratégico colocado. Agora, se nós estamos fazendo formação profissional de fato, ou se é uma formação mais política do que profissional, que tipo de formação que é, eu diria que nós temos cursos que são efetivamente profissionalizantes, a cursos que têm uma visão de formação integral, e eu acho que é isso que tem predominado. Atualmente, e eu acho que esse é o atraso do Sistema S, tanto o profissional que vai atuar no mercado de trabalho, quanto o ser humano que a CUT quer construir, não é um ser segmentado, mas alguém com capacidade de criação, que tenha valores, que consiga ter uma perspectiva. E na nossa perspectiva o ser humano é integral, um cidadão, então, a perspectiva maior da formação que fazemos é essa. Como é que nós vamos fazer formação para agricultores familiares se a maioria não sabe ler? O analfabetismo, seja ele real ou funcional, é muito grande no Brasil, daí, a escolarização que fazemos acabou sendo uma decorrência.(...) E acho que nesse sentido nós temos demonstrado uma superioridade muito grande do ponto de vista de qualidade, segundo algumas avaliações a que nossos alunos do Recomeçar foram submetidos, como é o caso daquela avaliação que as pessoas adultas fazem para entrar no ensino regular. (...) Isso é inegável, mas é insuficiente. É necessário agregar o que fazemos a uma política de disputa para a escola pública, essa tem que ser a grande bandeira da CUT. Eu acho que aí nós estamos devendo. Não digo que está fora da agenda, mas não tenho visto a prioridade que merece o assunto. Quanto ao aspecto político, eu não vejo como separar as coisas. Uma formação profissional na nossa metodologia que parte do aluno e do ambiente social em que ele vive e procura ter como temas geradores a realidade em que ele está vivendo, não tem como evitar que haja uma politização. Não uma politização partidária, mas uma politização no sentido das pessoas refletirem a respeito da realidade em que vivem e se posicionarem socialmente. Então, eu acho que em relação a isso o nosso método é muito bom (Formador Paulo).

Segundo o depoimento acima, a CUT tem falhado em popularizar sua pretensão de criação de um sistema público de emprego, na busca de democratização do

Sistema S e na valorização da escola pública, ações estas que deveriam acompanhar sua intervenção na escolarização. Como esses itens constituem parte de sua estratégia na educação sindical colocada em prática no final da década de noventa, e caso se configurem em realidade as falhas apontadas acima, a CUT corre o risco de comprometer a dimensão política da proposta, ficando a iniciativa ao sabor da conveniência sedutora da utilização dos recursos do FAT.

A nossa formação profissional, principalmente o que chamam de elevação de escolaridade, é uma coisa que eu acho que existe porque existem os recursos do FAT. Tem uma discussão sobre a importância da CUT com esse tipo de trabalho: desenvolver experiências que possam propiciar a construção de um projeto alternativo de educação na sociedade brasileira. Isso levando em consideração toda a organização que os trabalhadores da educação possuem, e no início foi muito tenso dentro da central, tendo em vista o que já era feito neste setor. Até hoje ainda há muita tensão nesse sentido, quer dizer, mas o que a CUT quer mesmo fazer? É uma polêmica muito forte, ainda temos vestígios dessa polêmica. Então, internamente na CUT se fala muito disso: de experiências que permitam, digamos, os governos democráticos populares construir a partir de nosso trabalho políticas públicas no campo da educação, de geração de emprego e renda entre outras coisas. Esse, penso, é o discurso consensual em relação a essa educação que estamos fazendo. A Força Sindical faz um trabalho com esse tipo de educação, mas trabalham de uma outra maneira, sem entrar aqui na discussão se eles desviam recursos do FAT ou não. Agora, dizer se o que estamos fazendo é temporário ou se é uma estratégia mais a longo prazo, eu diria que esta é uma boa discussão que está colocada para nossos fóruns majoritários. Continuamos com os recursos do FAT? E se continuamos, em que condições? Na dinâmica atual, está se vendo principalmente em nossas escolas sindicais, que é profundamente negativo pois, além da dependência financeira, que pode se tornar política, tem também uma dependência no campo da metodologia (Formador Heitor).

A continuidade ou não desta nova estratégia educativa, como não poderia deixar de ser, fica a cargo dos fóruns majoritários da CUT. No depoimento acima, o formador Heitor alega que o direcionamento da questão para as escolas sindicais é danoso tanto financeiramente, pois os sindicatos cutistas não aportam mais recursos para a formação nesses centros de estudo,⁷³ como também no aspecto metodológico, já que este direcionamento as mantém dependentes. Esta dependência metodológica estaria vinculada ao espaço tomado pela educação/qualificação profissional no âmbito das escolas sindicais e às necessárias adaptações na metodologia de trabalho de uma iniciativa educacional para outra.

⁷³ E, se o fazem são recursos infinitamente inferiores ao advento dos recursos do FAT, como é o caso da Escola Sul.

Como espaço de teorização e elaboração dentro da rede de formação, as escolas sindicais da CUT foram quase que automaticamente engajadas no processo da atual proposta de formação desta Central, pois a CNM e os ramos de produção, onde se iniciou esta proposta, não possuíam e não possuem o acúmulo teórico/metodológico das escolas para encaminharem sozinhos a questão:

Nós não construímos programas simplesmente para nos contrapormos à Força Sindical. Eu acho que nós estamos desafiados a produzir programas de formação profissional nessa visão de formação integrada para nos colocarmos como interlocutores na sociedade, tanto para negociar com os governos como para dialogar com nossos parceiros dentro da CUT, e com os trabalhadores da educação. Atualmente não estamos preparados totalmente, mas penso que acumulamos muito na perspectiva de formular projetos para o Brasil, e para os âmbitos estadual e municipal, e não tínhamos essa condição três anos atrás. Se hoje um governo, por exemplo, se o companheiro Lula, nos chamar para discutir educação de adultos no Brasil, nós temos condições de reunir as equipes de nossas escolas sindicais, as equipes das confederações e as equipes nacionais de formação da SNF e produzir uma proposta para o Brasil, e como disse, essa condição não tínhamos há três, quatro anos atrás. No que diz respeito ao financiamento desse trabalho, a ampla maioria da CUT não tem esse estigma de que nós pegamos recursos públicos e portanto estamos ficando coniventes, aliados ao outro lado, nos comprometendo ou perdendo nossa pureza. Penso que internamente já superamos esse debate, mesmo que várias tendências políticas dentro da CUT não tenham assimilado isso, não aceitem isso, e vão fazer esse tipo de debate por tempo indefinido. Mesmo que para isso vivam contradições profundas, façam crítica como a que vi recentemente em um seminário, de que a CUT não deve utilizar os recursos do FAT, mas o sindicato do autor da crítica tem um dirigente na executiva nacional da CUT, e aprova isso. Inclusive a contradição está na fala deste crítico: Eu tenho divergências pelo fato de a CUT utilizar recursos do FAT, mas o meu sindicato os utiliza. Nós temos dirigentes sindicais que fazem críticas por utilizarmos recursos do FAT e fazem programas de formação com os recursos. Nós debatemos isso, e, se tivermos clareza de que nós temos que ter uma boa parte da nossa política de formação e da sua estrutura bancada pela CUT, a possibilidade de disputarmos recursos que hoje são usados pelos empresários, ou por ONGs, ou pelas instâncias do governo, pode potencializar a ampliação das políticas que nós estamos desenvolvendo. Não na perspectiva de que temos que substituir o Estado. Nós temos muita clareza de que nós não somos uma central sindical ou sindicato que vai substituir o Estado, mas cada vez mais nos qualificando para disputar com esses atores na sociedade esse tipo de política. Essa é a visão que nós temos. Talvez, se não existissem os recursos do FAT, hoje poderíamos estar discutindo formação profissional com outro tipo de recursos, inclusive com recursos próprios. Agora, eu não acho que entramos nos programas de formação profissional porque havia recursos do FAT, dinheiro fácil e barato. Acredito que a questão da qualificação profissional entrou na CUT, e na sociedade, porque fomos todos forçados ao debate da reestruturação produtiva que está acontecendo no Brasil. A profunda transformação que está ocorrendo no local de trabalho, e a questão do desemprego. E também porque os empresários e o governo tentaram jogar para os trabalhadores a responsabilidade do desemprego, que este se daria por falta de qualificação profissional. Os programas que nós estamos fazendo estão mostrando que isto não é verdade, o problema do desemprego no Brasil não é porque os trabalhadores estão mais, ou menos qualificados, é porque existe uma política de reestruturação

macroeconômica, e o plano econômico do governo, que efetivamente criam a situação do desemprego, e não pelas condições objetivas e imediatas dos trabalhadores (Ivo:líder sindical da CUT Nacional).

As divergências internas quanto à atual iniciativa educacional da PNF seguramente possuem inúmeras origens, sendo difícil quantificá-las ou enumerá-las. Entre essas podem ser detectadas as seguintes: quanto ao tipo da educação que está sendo feita e à origem de seu financiamento. No discurso da CUT esta iniciativa educacional é uma questão estratégica. Ora, se é estratégica, qual o motivo dos embates inclusive com os sindicatos cutistas na área da educação?⁷⁴

Segundo Nascimento (2000), com esta postura educacional a CUT estaria se aproximando das origens de sua educação sindical, ou seja, das vertentes da educação popular paulofreireana e a marxista gramsciniana, após o que este denomina como um predomínio da orientação pragmática sindical na formação da CUT.

Mesmo com o desequilíbrio evidente entre a formação político-sindical, digamos, clássica, empreendida até 1998, e a educação profissional nos moldes que a CUT desenvolve, o cerne das divergências poderia estar localizado na questão do financiamento da formação/educação sindical, e a conseqüente participação desta central sindical no Planfor.

⁷⁴ Segundo o formador Heitor, como esta iniciativa educacional partiu majoritariamente da CNM, que representa os metalúrgicos, segmento muito forte politicamente dentro da CUT, inclusive sendo o maior responsável na criação da Central, os trabalhadores da educação abrigados no DNTE/CUT, particularmente na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), não participaram do processo de discussão e de encaminhamento da questão, nem quando esta chegou até as Escolas Sindicais. Esta opinião é compartilhada pelo formador Lutero no capítulo três. Nesse sentido Rummert (1998), enfatiza que fontes documentais cutistas afirmam a necessidade de "...retomar de "forma coesa" as propostas ou ações, a fim de dar-lhes continuidade e desenvolvimento. Esse discurso recorrente denota que, na realidade, no que tange à educação básica, a CUT não atingiu um patamar básico de reflexão nem de ação. Um aspecto particular de seus impasses internos pode ser evidenciado quando considerarmos o fato de que a CUT, ao contrário das demais Centrais, dispõe, em sua estrutura interna, de um Departamento voltado especificamente para a educação, O DNTE, que aglutina entidades nacionais representantes de todos os graus de ensino. Entretanto, analisando as particularidades e o movimento interno da Central, identifiquei uma característica que aponta para o fato de que a reflexão acumulada pelo Departamento não é incorporada, em seus fundamentos, pelas demais instâncias – talvez porque não seja suficientemente difundida." Rummert (1998), argumenta que tal afirmação vai de encontro a sua análise das fontes documentais. "A preocupação da CUT com a questão da educação básica vem sendo construída lentamente, fora do DNTE, a partir das dificuldades e dos impasses enfrentados no campo da formação profissional. Na realidade, são as demandas de qualificação postas pelas novas tecnologias que estão, de fato, despertando, gradativamente, os dirigentes e demais membros da Central para a problemática da *educação básica de qualidade*, uma vez que se evidencia o fato de que ações de caráter compensatório não se fazem suficientes, dado a baixa média de escolaridade do trabalhador brasileiro." (grifo de Rummert) (RUMMERT, S., 1998, p. 33) Ainda segundo Heitor a situação mencionada por Rummert, manteve-se inalterada até o 14º Enafor em 2001, quando para se tentar uma aproximação com as entidades representativas contidas no DNTE, foi aprovado a inclusão de uma de suas integrantes, a CNTE, no Núcleo Nacional de Gestão.

No depoimento acima, o líder sindical Ivo, afirma que a Central foi forçada a entrar na questão e no debate da qualificação/formação profissional, por uma contingência histórica. Os programas de formação profissional da CUT poderiam estar sendo desenvolvidos com outros tipos de recursos, não resta dúvida, porém não na mesma intensidade e volume como estão sendo implementados. Uma outra questão está posta a partir deste pensamento: como o movimento sindical da CUT sustentaria essa nova estratégia, uma vez que nunca conseguiu sustentar financeiramente a sua formação tradicionalmente posta até 1998, com recursos próprios?

O encaminhamento dado para a educação cutista ao final da década de noventa não deixa de ser uma intervenção singular dos trabalhadores em um campo tradicionalmente dominado pelo Estado e pelas classes patronais.⁷⁵ As experiências

⁷⁵ Neste sentido Manfredi e Bastos (1997), argumentando sobre o que revelam as iniciativas e potencialidades decorrentes da atuação das organizações dos trabalhadores na questão da qualificação/formação profissional indicam que: “Uma tentativa de resposta, ainda que incompleta, deveria considerar, em nossa opinião, pelo menos dois movimentos diferentes, conexos e complementares: o primeiro, relativo à dinâmica interna dos movimentos e das organizações de trabalhadores e, de outro, de caráter mais abrangente, envolvendo a relação destas com a sociedade civil, no que diz respeito à construção de políticas públicas, na perspectiva da democracia e da cidadania. As transformações que estão ocorrendo nos setores da economia brasileira da atualidade, redefinindo os mercados de trabalho e de emprego, estão obrigando as organizações de trabalhadores (notadamente os sindicatos) a repensarem projetos, estratégias de organização, de luta, enfrentamento, negociação etc.) Nesse sentido, a redescoberta da formação parece ser indicativa de uma busca de formas alternativas, por intermédio das quais se tenta recompor a própria identidade a partir do trabalho e reconstruir laços de solidariedade entre os trabalhadores, em face da desagregação e da atomização geradas pelos processos globais de reestruturação do capitalismo, em nossa sociedade. Visto que a formação profissional, neste momento, responde a necessidades reais e concretas dos trabalhadores, ela se constitui num campo privilegiado para repensar e planejar estratégias de ação coletivas que articulem, no âmbito dos direitos sociais, lutas e reivindicações em prol do emprego, do trabalho e da educação. Embora não seja a fórmula mágica para o enfrentamento dos grandes problemas socioeconômicos da atualidade, a formação profissional representa uma demanda concreta dos trabalhadores dos diferentes segmentos de nossa sociedade e, nesse sentido, propostas e iniciativas formativas levadas a efeito com esta finalidade podem propiciar a criação de novos elos entre os trabalhadores (empregados e desempregados) e suas organizações, de modo a permitir um revigoramento das possíveis estratégias de ação que venham a ser adotadas pelos movimentos sindical e popular. Por outro lado, a participação e a presença crescente, durante os anos 80 e 90, das organizações dos trabalhadores como interlocutoras legítimas e representativas, no cenário político brasileiro, também agregam aos desafios anteriores outros de natureza político institucional. A participação em fóruns coletivos e institucionais exige dos próprios trabalhadores uma atuação mais qualificada, à medida que requer a formulação e a fundamentação de propostas, em condições de dialogar e competir com aquelas apresentadas pelos demais interlocutores. Tais interlocuções demandam, por sua vez, dos representantes dos trabalhadores intervenções qualificadas, exigindo um esforço formativo adicional, numa perspectiva de uma maior fundamentação no campo técnico-científico, além do manejo político institucional. Finalmente, a participação e a atuação das entidades representativas de trabalhadores no campo da formação profissional, seja na figura de agentes de formação, seja como porta vozes de seus interesses e de suas propostas de políticas de formação, tenderão, em nossa opinião, a influir positivamente na construção de mecanismos mais democráticos, tanto no plano de sua concepção como na gestão de políticas educacionais específicas e gerais.” Segundo Manfredi e Bastos (1997), a perspectiva de formação técnico-profissional constantes em suas fontes documentais, do movimento sindical e popular, entre elas a da CUT, “...não se inscreve na lógica das concepções produtivistas, orientadas primordialmente para as necessidades do mercado e da produção.” Citando Frigotto (1996), Manfredi e Bastos (1997), argumentam que os entendimentos das organizações dos trabalhadores, orientam-se para uma perspectiva de ampliação e conquista da cidadania e da democracia. Reivindicando a ampliação da escolaridade básica e a incorporação

cutistas neste campo, sendo temporárias ou não, podem até se tornar referência para a sociedade, mas o que pode definir a autonomia da CUT, em relação à problemática que está posta, é realmente o projeto sindical que a CUT defende ou defenderá agora ou no futuro próximo.

A discussão em torno da qualificação/formação profissional pode ter aflorado realmente como uma contingência histórica, mas os recursos do FAT se apresentam como a parte mais favorável desta contingência, pois eles estão disponíveis para quem quiser utilizá-los, e a CUT se habilitou a isso.⁷⁶ É comum um discurso interno nesta central sindical afirmando que esses recursos são dos trabalhadores, e que se a CUT não os disputar, as classes patronais e a Força Sindical vão usufruir deles. A maior e mais perigosa consequência da disputa pelos recursos do FAT é a dependência da educação sindical cutista destes recursos, qualquer que seja ela, tanto a formação sindical, voltada para o movimento sindical, como a educação geral/qualificação profissional implementada a partir de 1998. Isto pode acarretar a perda da autonomia do movimento sindical cutista, caso não sejam criados urgentemente mecanismos internos que revertam ou amenizem este quadro.

Financiar a sua educação sindical sempre provocou discussões internas na CUT, pois implementar programas, atividades ou uma rede de formação demanda grande quantidade de recursos financeiros, além do que, esta questão fica ao sabor do entendimento que os dirigentes sindicais tenham a respeito da formação.

Os recursos financeiros para viabilizar a maior parte da formação cutista, vale destacar, nunca proveio de fontes internas: sindicatos, federações e confederações

da educação do 2º grau como extensão da escolaridade básica, os trabalhadores, através de suas organizações, têm enfatizado que tanto a educação escolar quanto a formação profissional constituem condições necessárias para sua inserção no mundo do trabalho e para o exercício da cidadania. Aliás, é no âmbito da construção da cidadania que o conjunto das organizações de trabalhadores tem centrado suas atenções, seja formulando propostas alternativas, a exemplo dos centros públicos de Formação Profissional, seja tentando influir na formulação e na gestão das políticas públicas de educação. A entrada destes novos atores na cena dos debates e da construção de políticas públicas de formação profissional acabará por romper alguns monopólios, tradicionalmente detidos por especialistas em educação e por representantes de empresários, bem como tenderá a alargar as fronteiras e os limites estreitos em que vêm sendo concebidas e desenvolvidas as políticas públicas de educação básica e de educação profissional no Brasil. (MANFREDI, S.M., BASTOS, S., 1997, p. 137-139)

⁷⁶ As práticas de formação profissional não eram novidade na CUT. Segundo Lima, a primeira resolução de uma instância superior da CUT direcionada para a questão, aprovada na 7ª Plenária Nacional em 1995, "... veio legitimar internamente a prática de ações sindicais em qualificação profissional (particularmente no setor privado – metalúrgicos e bancários)." Para Lima, os princípios desta resolução, se chocaram com a "cultura vigente e concepções dominantes de ação sindical." Esta norteou as ações seguintes neste campo sendo ainda muito atual. (LIMA, 1999, p. 63) O interesse da CUT nesta questão certamente é favorecido pela existência desses recursos.

filiadas. Desde a priorização da formação como uma de suas principais estratégias até o advento dos projetos de qualificação/formação profissional, a formação da CUT dependia quase que exclusivamente de recursos advindos de cooperação internacional.

Essa cooperação internacional não é novidade no âmbito cutista. No final da década de setenta e início dos anos oitenta, durante o processo de constituição da central, setores ligados ao novo sindicalismo (Anampos) receberam ajuda de diversos organismos internacionais de trabalhadores (centrais sindicais ou sindicatos)⁷⁷(JAKOBSEN, 2000) (BARGAS, 1991).

A cooperação internacional foi importantíssima nos primeiros anos de atuação da CUT. Segundo Jakobsen, em 1983, logo após a fundação da central, 20% do orçamento total da CUT provinha de recursos dos sindicatos filiados, e o restante de cooperação internacional. Isto não ocorre atualmente, pois 90% do orçamento provêm de recursos próprios e 10% de recursos internacionais.⁷⁸

O movimento sindical cutista, em que pese à dependência inicial, acabou revertendo este quadro, segundo Jackobsen, e para esse:

O mérito por esse resultado é dos dirigentes das diversas instâncias da CUT e seus sindicatos filiados, mas, sem dúvida, a cooperação sindical internacional também cumpriu um papel importante ao garantir a estrutura em momentos chave, bem como, da formação de nossos quadros políticos (JAKOBSEN, 2000, p. 13).

Esta cooperação internacional, para Jakobsen,⁷⁹ não se desenvolveu sem problemas, devido à dificuldade dos dirigentes cutistas entenderem que a cooperação é “... em primeiro lugar uma relação política e não meramente financeira” (JAKOBSEN, 2000, p. 13).

No caso da formação os projetos que demandaram maior volume de recursos financeiros, onde houve a necessidade de construção de infra-estruturas, escolas sindicais, por exemplo, enfrentam dificuldades de auto-sustentação. Estas

⁷⁷ Na pesquisa de Almeida (1998), este argumenta que embora existam indícios de ajuda internacional durante as greves de 1978, 1979 e 1980, ou aos setores ligados ao Novo Sindicalismo, esta é de difícil comprovação documental.

⁷⁸ Esses percentuais não se aplicam a recursos destinados à formação.

⁷⁹ Kjeld Aagaard Jackobsen, membro do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Elétricitárias de Campinas – SP, foi tesoureiro da CUT entre 1991-1994, e atua na Executiva Nacional da CUT como Secretário de Relações Internacionais desde 1994. Em 2000, respondeu interinamente pela presidência da central.

...não conseguem ainda se manter somente com as atividades de formação, pois os sindicatos não investem o suficiente na formação sindical e, em alguns casos não havia planos para políticas de auto sustentação dos projetos⁸⁰ (JAKOBSEN, 2000, p. 13).

No início dos anos noventa um intenso debate interno na central propunha o alinhamento da CUT com centrais sindicais internacionais, mantendo-se a independência política e ideológica⁸¹.

Essas discussões possuíam argumentos que remetiam à identidade de classe, no sentido de que as lutas encaminhadas contra o capital, pelos trabalhadores, em todas as partes, tornavam imperativo que suas entidades representativas mantivessem intercâmbio, evitassem isolar-se, e até mesmo por solidariedade de classe, produzissem reflexões conjuntas, ou tomassem atitudes políticas semelhantes, frente aos novos desafios impostos⁸².

Nas Resoluções da 5ª Plenária Nacional da CUT, quando a discussão chegou a termo, encontra-se:⁸³

A filiação da CUT a uma central sindical internacional resulta da necessidade de respondermos aos problemas concretos colocados para os trabalhadores representados pelos nossos sindicatos. Nossa filiação não significa um alinhamento político-ideológico a qualquer das correntes que disputam a hegemonia do movimento sindical internacional. Ela expressa a nossa vontade de confrontar, no plano internacional, essa nossa concepção e prática sindical com a de outras centrais. Portanto, ela deve significar a vontade política da CUT de contribuir na necessária redefinição do movimento sindical internacional. (...) A CUT entende que a CIOSL é hoje a única central mundial suficientemente pluralista e representativa capaz de aglutinar as diversas concepções e distintas culturas sindicais existentes no mundo (COSTA, 1995, p. 139).

⁸⁰ Esta observação de Jakobsen se aplica mais propriamente às escolas sindicais da CUT, implementadas com recursos internacionais e à Escola Sul. As dificuldades enfrentadas na prática, pela formação cutista discutiremos mais detidamente quando analisarmos nosso objeto de estudo e a atuação dos formadores.

⁸¹ As centrais sindicais internacionais atuantes no período são: Confederação Mundial do Trabalho (CMT); Federação Sindical Mundial (FSM); Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL). (CUT, 1987, p.16-39)

⁸² Esta discussão produziu reflexos positivos nos recursos destinados futuramente à formação sindical. Durante a realização do V Concut em 1991, foi aprovada a filiação a uma central sindical mundial, porém não ficou indicada qual seria, muito embora houvesse sido manifestada no congresso a proposta de filiação a Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL). Nos anos oitenta setores da CUT (entre eles a tendência política majoritária Articulação), se aproximaram da CIOSL. Esta organização foi uma das que injetaram recursos financeiros no processo de fundação da CUT. As divergências internas quanto à filiação ou não, a esta central pautavam-se em relação à sua postura social-democrata. Na 5ª Plenária Nacional realizada em julho de 1992, a filiação a CIOSL foi aprovada.

⁸³ Para maiores esclarecimentos vide Costa (1995).

A política de relações internacionais da CUT - em cujo ponto alto encontramos a filiação à Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL) - acaba por viabilizar o financiamento de grande parte de sua formação sindical até perto do final da década de noventa.⁸⁴

A Secretaria de Relações Internacionais da CUT, ao que tudo indica, desenvolveu um trabalho intenso em conjunto com a Secretaria de Formação Sindical. Um olhar sobre a presença de organismos internacionais de trabalhadores em fóruns de discussão da formação cutista corrobora esta suposição.⁸⁵

⁸⁴ Os recursos internacionais aportados para a formação da CUT, durante o final dos anos oitenta e no decorrer da maior parte da década de noventa, viabilizaram a instalação da maioria de suas escolas sindicais, inclusive da Escola Sul, objeto deste trabalho. Os recursos internacionais destinados à formação viabilizaram ainda a estruturação da PNF e da Rede Nacional de Formação, conforme se apreende na afirmação a seguir: “A avaliação sobre o apoio externo à formação sindical da CUT é extremamente positiva, constatada através do Projeto de Avaliação Externa realizado em 1995, com a participação da FNV, ICCO (Organização Intereclesiástica de Cooperação da Holanda) e ISS (Institute for Social Studies), também da Holanda, e de algumas universidades do Brasil. O êxito também se verifica quando vemos a SNF e a PNF estruturadas, sete escolas sindicais em funcionamento, e, principalmente pela qualificação política dos ativistas da CUT.” (JAKOBSEN, 2000, p.12)

⁸⁵ A Secretaria Nacional de Formação realizou de 16 a 19/11/2000, em Belo Horizonte - MG, a 1ª Conferência da Política Nacional de Formação. Participaram do evento dirigentes sindicais, assessores de formação, educadores pesquisadores de universidades, organizações não governamentais (ONGs) e convidados internacionais envolvidos com formação sindical. Dentre os convidados internacionais encontravam-se representantes de centrais sindicais e organizações governamentais de dezenove países de três continentes diferentes (Europa, África e América (Latina e do Norte) a saber: Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT), da Venezuela; Programa Laboral de Desenvolvimento (PLADES), do Peru; Central de Trabalhadores da Argentina (CTA); Confederação de Sindicatos Sul-Africanos (COSATU), da África do Sul; Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru (CGTP); Comissões Obreras da Espanha (CCOO); Confederação Francesa Democrática dos Trabalhadores (CFDT) da França; Plenário Intersindical de Trabalhadores – Confederação Nacional dos Trabalhadores do Uruguai (PIT-CNT); Central Unitária dos Trabalhadores (CUT) da Colômbia; Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) da Argentina; Federação Nacional dos Sindicatos Holandeses (FNV) da Holanda; Instituto Sindical para Cooperação e Desenvolvimento (ISCOS) da Itália; Confederação de Sindicatos de Trabalhadores da Itália (CISL); Confederação Geral de Trabalhadores da Itália (CGIL); Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical (CGTP-IN) e Confederação do Trabalho do Canadá, (CLC). (CUT, 1999 e, p. 13) A Conferência da Política Nacional da CUT foi implementada pelo 13º Enafor, realizado em 1998. Na ocasião dentre os objetivos para essa formulados encontrava-se: “Promover o intercâmbio de experiências no campo da Educação de jovens e adultos, visando aprofundar a reflexão sobre as relações entre educação Formal, Educação Profissional e Formação Sindical, no contexto das mudanças em curso nos mundos do trabalho, do Estado e da Sociedade, tendo como perspectiva avançarmos na formulação de estratégias educativas que integrem as dimensões da cidadania, da cultura e do Trabalho.” (CUT, 1999 b, p. 27-28) O 14º Enafor em 2001 reiterou a realização deste evento com uma periodicidade de três anos, definindo-o como: “um evento estratégico de divulgação e socialização ampla das experiências de Educação do Trabalhador desenvolvidas na Rede, bem como um espaço privilegiado de diálogo com outros atores sociais que atuam no campo da Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores.” A plenária desse Enafor indicou a realização da II Conferência da PNF-CUT para o ano de 2002. (CUT, 2001 c, p.35) Esta II Conferência teve início em julho de 2002, com uma plenária virtual. A etapa presencial foi marcada para o segundo semestre/2002 com as seguintes temáticas: Conferência A: “Estado, Sociedade e Cultura: o papel da educação na construção da contra-hegemonia”; Conferência b): “Mundos do Trabalho e Educação dos Trabalhadores: contexto, desafios e perspectivas”; Conferência c): “Trabalho, Desenvolvimento, Educação e Sindicalismo: condicionantes para a construção de um Projeto sob a ótica dos trabalhadores”. Na programação constava ainda a realização de Seminários Temáticos acompanhando cada uma das conferências, mais um debate para “Enfoque Metodológico”. (www.cut.org.br) 04/07/2002 – 16:30 A

Durante a década de noventa a CUT procurou criar uma “cultura de auto sustentação-financeira” para sua formação sindical, como uma “necessidade política”. A CUT alegava que diversos avanços foram alcançados neste sentido. Um intenso trabalho de “convencimento” da importância da formação era visto como uma necessidade, como também, produzir internamente um debate sobre quais seriam as fontes de financiamento desta prática.⁸⁶

O 9º Encontro Nacional de Formação (Enafor)⁸⁷ promoveu debates sobre alternativas para financiamento da educação sindical cutista (PNF). Por tratar-se de um tema que envolve a construção de um consenso interno, os debates foram inconclusos. A origem das fontes de financiamento da formação, ficaram centralizadas em três pontos: recursos próprios (orçamentários) fixos; - receitas captadas pela formação através de atividades e assessorias; recursos de cooperação nacional e internacional (CUT, 1995 a, p. 33).

Os avanços idealizados pela CUT em busca da auto-sustentação da formação, algo de difícil constatação documental, não chegaram a transformar em realidade o objetivo pretendido. A intenção da CUT era que à medida que fosse cessando o repasse de recursos de solidariedade internacional direcionados à formação, internamente seriam gerados mecanismos para tanto suprir os primeiros, quanto fazer do segundo uma prática corriqueira.

No entanto o que o movimento sindical cutista assistiu, quase que passivamente, foi a substituição dos recursos de solidariedade internacional pelos recursos do FAT, que a partir de 1998 financiam praticamente toda a educação sindical patrocinada

Secretaria Nacional de Formação orientou ainda as instâncias de formação, em 2002, que fossem realizadas no período anterior à conferência nacional, encontros no âmbito estadual e regional, ou seja conferências estaduais e regionais.

⁸⁶ A CUT considera como fontes internas de financiamento: contribuições regulares dos sindicatos filiados; as taxas de inscrições dos cursos ou atividades formativas; subsídios de entidades públicas; serviços profissionais e assessoria paga; venda de publicações e materiais didáticos de formação. (CUT, 1997 a, p. 205)

⁸⁷ O 9º Enafor, foi realizado em Belo Horizonte de 10 a 13 de dezembro de 1994, na Escola Sindical 7 de Outubro. Participaram deste encontro, oitenta pessoas, sendo: sete da Executiva Nacional da CUT; vinte e três representando as Secretarias Estaduais de Formação; oito pessoas ligadas às Escolas Sindicais da CUT; nove pessoas envolvidas com a coordenação dos então programas de formação; dois representantes da formação da estrutura vertical da central; sete pessoas da Equipe Nacional da SNF; e vinte e quatro convidados. (CUT, 1995 a, p. 28)

por esta central sindical, tanto a educação sindical proposta até então, ou o que restou dela, quanto os projetos de qualificação/formação profissional.⁸⁸

Ao movimento sindical cutista, que segundo suas publicações avançava a passos largos rumo à auto-sustentação da formação até final dos anos noventa, restou financiar uma pequena parcela das atividades voltadas somente para o âmbito do movimento sindical.

Essa realidade gerou um grande debate - tanto no âmbito da formação quanto nas demais instâncias cutistas - nunca antes visto, em torno do financiamento da formação. A dependência de recursos externos ao movimento sindical, para o financiamento da formação cutista, é célebre, e sua origem envolve inúmeros fatores, constituindo-se numa tarefa árdua identificá-los.⁸⁹

O depoimento a seguir demonstra em parte o teor deste debate no âmbito da CUT:

A educação nunca foi prioridade dos governantes, e eu diria que mesmo no movimento sindical, sempre houve muita reserva em assumir claramente a educação como uma questão estratégica. O apoio internacional que o movimento sindical da CUT recebeu foi realmente muito significativo, e não foi somente a Escola Sul que o recebeu. Esses apoios foram fundamentais para nós podermos construir um projeto de educação. O movimento sindical sempre foi muito alheio às questões do financiamento e da educação, e penso que continua. A substituição dos recursos anteriores pelo acesso às verbas públicas penso que não foi integral, porque creio que ainda deve haver algum recurso internacional, em pequena escala.⁹⁰ O acesso às verbas públicas facilita as coisas para os dirigentes sindicais da CUT, por exemplo: nós tínhamos inúmeros dirigentes sindicais, confederações e ramos que nunca deram a mínima importância para a formação. A partir do momento que houve a possibilidade de termos acesso aos recursos, estes começaram a disputá-los e a quererem fazer formação. Com isso eu diria que se

⁸⁸ Os recursos do FAT/Planfor aos quais a CUT teve acesso no final da década de noventa, segundo o Ministério do Trabalho, e Codefat, foram: três milhões de reais em 1998; vinte e um milhões de reais em 1999, e para 2000, estava previsto o repasse de trinta e cinco milhões de reais. (CUT, 2000a, p. 62) Segundo BATISTA (2002), os recursos do FAT são estimados em aproximadamente trinta e cinco bilhões de reais. No caso do Planfor, segundo Lima (2000), em 1995, os recursos eram da ordem de 40 milhões de reais; duzentos e sessenta e nove milhões de reais em 1996; trezentos e sessenta e oito milhões em 1997; quatrocentos e catorze milhões em 1998; trezentos e cinquenta milhões em 1999, após o acordo governamental com o Fundo Monetário Internacional; em 2000, estavam previstos quatrocentos e oitenta e oito milhões de reais. (LIMA, 2000, p. 56)

⁸⁹ É possível identificar um ou outro destes fatores de forma mais objetiva nos capítulos dois e três, deste trabalho. Esses fatores, como de praxe, estão ligados ao entendimento que cada instância cutista (ou seus dirigentes) possuem sobre a importância da formação.

⁹⁰ Os recursos internacionais destinados à formação são alocados atualmente na SNF, não sendo possível verificar nesta pesquisa onde exatamente são aplicados. O depoimento se refere mais especificamente aos recursos internacionais viabilizados pelo Observatório Social da Escola Sul, cujas funções estão apresentadas no capítulo dois.

chega ao objetivo por caminhos que não são aqueles que nós gostaríamos. Agora nos restam alguns problemas: qual é a nossa capacidade; qual tem sido a prioridade; qual tem sido a intensidade que temos trabalhado na gestão desses recursos e no próprio desenvolvimento da atividade formativa, visando conscientizar os dirigentes, de que se nós queremos fazer uma educação sindical autônoma, sem dependência de ninguém, temos que financiá-la. Essa discussão tem estado em nosso ponto de pauta, posso assegurar que está em nossa agenda sindical, está presente nos debates aqui da Escola Sul, em todos os momentos.(...) Eu acho que é um desafio imenso porque nós vínhamos construindo essa questão da auto-sustentação financeira para a formação, nos libertando gradativamente do apoio internacional, porém, com o acesso às verbas do FAT, muita gente que já financiava pouco passou a financiar nada. Então, o desafio é muito grande, mas está colocado. Eu acho que se nós da CUT não investirmos nisso, vamos ter problemas, e diria mais: acho que verbas públicas não deveriam financiar a formação sindical, isso tem que ser uma meta nossa. Essas verbas têm que ser disputadas visando à construção de centros públicos de ensino. Se nós continuarmos entendendo a disputa dessas verbas como estratégia, nós da CUT não teremos como combater a Força Sindical, que faz inúmeras barbaridades com sua forma de atuar. O problema não é somente moral, é político: recursos públicos não podem ser privatizados, seja para os trabalhadores ou para os empresários. Toda a crítica que nós fizemos em relação à privatização do Estado pela burguesia, com a nossa postura, estamos sem capacidade nenhuma de fazê-lo. Apesar que, dos setecentos milhões de reais em recursos que estão disponíveis no FAT, a CUT fica com trinta e cinco, o que representa cinco por cento (Formador Paulo).

O depoimento acima compara a prioridade dada pelos dirigentes sindicais cutistas à dispensada pelos governantes à educação formal. Para alguns vale a pena, para outros nem tanto. E o que é mais preocupante, a abundância dos recursos do FAT é que despertou muitos dirigentes e instâncias da CUT para fazerem formação, e também provocou a diminuição dos recursos que tinham sua origem no movimento sindical. Nesta fala encontra-se ainda uma preocupação em relação à absorção, por estes recursos, da educação anteriormente praticada:

É sabido, e isso é histórico dentro da CUT, que o movimento sindical cutista - e o movimento sindical antes da existência da CUT também - não consegue financiar as suas atividades de formação. Essa polêmica é velha, e não é somente uma polêmica, mas um dilema. O movimento sindical cutista, ao mesmo tempo que acha que a educação é prioritária, não traduz isso do ponto de vista de criar uma base para políticas de sustentação financeira. Então, o que aconteceu dentro da CUT? Desde a criação da CUT nós sempre tivemos uma dependência externa para sustentar toda a política nacional de formação da CUT. Inicialmente nós buscamos recursos de fontes internacionais, não governamentais, ou às vezes até governamentais, mas, que vinham através de outras instituições. Esses recursos internacionais vinham de centrais sindicais, de ONGs, ou de outras entidades que buscavam recursos públicos, no caso, na Comunidade Econômica Européia, ou de governos como o da Itália, Holanda, Alemanha, entre outros, e os canalizavam para a sustentação da política de formação da CUT. Inclusive os canalizavam para as escolas sindicais da CUT. De 1997 para cá, com a abertura da possibilidade de se ter acesso a recursos públicos no Brasil, no caso o FAT, houve

uma guinada, nós deixamos de depender de recursos externos, de outros países ou instituições, mas ficamos dependentes dos recursos públicos brasileiros. O que tem acontecido? Eu acho que não é uma questão de incoerência buscarmos esses recursos, pois a CUT defende a questão da transparência e do uso desses recursos públicos para a finalidade a que eles foram destinados. Assim, quando nós vamos buscar financiamento ou no Ministério do Trabalho, ou numa Secretaria Estadual do Trabalho, os recursos vêm predeterminados, ou seja, nós temos que cumprir metas, como: número de turmas, carga horária, conteúdos, e uma série de outras questões que nos são colocadas. Eu acho que esse processo nos engessou e nos colocou numa perspectiva onde aparentemente a qualificação/formação profissional suplantou o trabalho anterior de formação sindical. Sem dúvida nenhuma que pelo volume de recursos que a CUT buscou e pelo volume das atividades também, ela ocupou nesse processo, seus dirigentes e seus educadores muito mais na formação/qualificação profissional do que na sindical. As atividades nessa nova perspectiva educacional são muito maiores do que fazíamos há quatro ou cinco anos atrás. Agora, é o que eu te digo, a discussão da auto-sustentação é difícil de ser feita no movimento sindical. Eu diria que estou participando desse processo há mais de vinte anos, e o fato é que nós nunca conseguimos fazer com que a CUT pudesse se definir por uma política de sustentação de sua didática de formação. Essa é uma questão para ser resolvida, e vai ser definidora inclusive do que será a política de formação da CUT nos próximos anos (Formador Ulisses).

A iniciativa de qualificação/formação profissional, como evidencia o depoimento anterior, ocupou todo o espaço da educação cutista. Houve assim uma inversão de prioridades, a capacitação dos dirigentes sindicais da CUT ficou em segundo plano. Tal inversão provocou uma estagnação na formação política, exatamente daqueles de quem os trabalhadores filiados a esta central sindical esperam respostas históricas e qualificadas ao neoliberalismo. No que diz respeito aos educadores sindicais que trabalhavam na rede de formação da CUT, mais precisamente na Região Sul do país, esta iniciativa gerou entre estes uma espécie de profissionalização. No período anterior, segundo o formador Lutero, quando imperava a lógica da formação voltada para o âmbito do movimento sindical, estes educadores eram voluntários, ou seja, faziam educação sindical por idealismo, sem que para isso fossem remunerados. Ainda segundo Lutero, com o advento dos projetos de qualificação/formação profissional parte destes, os que preenchiam as exigências legais desses projetos (licenciatura), foram contratados pela nova estrutura, inclusive com carteira assinada. A experiência do formador Ulisses no movimento sindical abrange a existência da CUT desde sua fundação, e acompanha a evolução da educação cutista, ou seja, comprovadamente a questão da auto-sustentação financeira da formação da CUT não se configura em uma tarefa fácil de ser equacionada:

Há uma crise financeira, pois os recursos do FAT criaram no movimento sindical uma dependência muito parecida daquela que o viciado de drogas tem do

traficante, ou seja, ele vai experimentando, experimentando, e daqui a pouco está tão envolvido que não sabe mais sair disso. E hoje em dia se nós perdermos as fontes de financiamento provavelmente fecham todas as escolas sindicais da CUT (...) porque não conseguimos construir com os trabalhadores a idéia de auto-sustentação de classe. Isso traz uma crise muito forte de projeto sindical, uma crise em relação à auto-sustentação financeira, e também gera uma crise dentro das escolas sindicais, pois o grande número de pessoas e de projetos envolvidos gera diversos conflitos. A CUT não produziu dirigentes à altura de acompanhar e conduzir este processo que estamos vivendo. As disputas que ocorrem quando se tem muito dinheiro em jogo são muito duras (Formador Lutero).

Essa analogia proposta por Lutero suscita reflexão e preocupação, revelando quanto essa dependência se choca com valores solidificados ao longo de duas décadas no movimento sindical cutista. Estes valores foram postos em xeque com essa tendência do movimento de financiar-se com recursos públicos. Ao que parece essa dependência gerou uma crise para a CUT no plano político, mas principalmente provocou uma “fragilização moral” em seus integrantes. Tal pensamento encontra-se na argumentação final do depoimento anterior do formador Paulo, ou seja, esta central sindical está na mesma posição daqueles que utilizam recursos públicos com fins privados.

Os depoimentos utilizados como fontes orais para esta pesquisa nos mostram os educadores e dirigentes cutistas constantemente buscando argumentos que justifiquem sua participação no Planfor e a utilização dos recursos do FAT, como sustentação das atividades, ainda que a justifiquem sob o prisma da disputa por hegemonia. Esta atitude poderia denotar que estes poderiam não estar efetivamente convencidos da necessidade de tal intervenção política e de unanimidade na utilização dos recursos públicos na formação.

Tomando de empréstimo um conceito da psicanálise, os discursos dos dirigentes e educadores da CUT revelam a utilização de um *mecanismo de defesa*: a *racionalização*. Ou seja, os diferentes discursos analisados procuram tornar aceitável, através de argumentos socialmente reconhecidos, situações e atitudes consideradas imorais e impossíveis de serem aceitas, pelos próprios dirigentes e educadores. (D’ANDREA, 1997, p. 24)

A opção da CUT por fazer qualificação/formação profissional, participando do Planfor e disputando os recursos do FAT, obrigou-a a fazer um exercício constante de auto-convencimento, justificando em cada documento, em cada fala de seus representantes, não apenas a necessidade, mas as boas intenções, e o fato de que tal opção é inofensiva à integridade moral desta central, levando-se em conta seus princípios, e o que esta construiu tendo como base o conteúdo político e moral.

No pensamento de Pereira (1999), o movimento sindical cutista ao fazer qualificação profissional está transformando uma demanda legítima dos trabalhadores, a qualificação, em princípio uma iniciativa individual, em uma ação coletiva. Com isso as saídas para o problema do desemprego seriam, por conseguinte, também coletivas. Estas iniciativas fariam com que o movimento sindical identificasse as necessidades dos trabalhadores, fortalecendo a solidariedade e a ação coletiva, em busca de soluções coletivas. Isso justificaria a busca de recursos em órgãos governamentais e o estabelecimento de parcerias. Segundo Pereira, o movimento sindical sairá fortalecido, “somente se forem claramente compreendidos e preservados os critérios, objetivos e métodos independentes, autônomos, próprios dos movimentos dos trabalhadores”, pois as entidades patronais que patrocinam qualificação profissional primam pelo entendimento individualista da questão. (PEREIRA, 1999, p. 19-22)

Uma dificuldade se mostra presente na manutenção da autonomia das iniciativas de qualificação profissional desenvolvidas pela CUT: no depoimento seguinte, observamos que os projetos cutistas estão sujeitos ao estabelecimento de metas. Esta afirmação encontra-se também na fala de muitos dos entrevistados nesta pesquisa. Ainda que a metodologia de ensino esteja a cargo do movimento sindical, o estabelecimento de metas a serem cumpridas inevitavelmente influenciaria no desenvolvimento satisfatório dos encaminhamentos pedagógicos. Somente esta constatação compromete em parte a autonomia pretendida pela CUT e apregoada por Pereira. A independência pedagógica presume-se deveria ser a principal salvaguarda da CUT ao se dispor a fazer parte do Planfor e disputar os recursos públicos, pois caso contrário a intenção de fazer diferente e melhor do que a educação profissional em voga não se concretizará, e cairia por terra o discurso de que a CUT está fazendo qualificação profissional de uma maneira diferenciada das classes patronais.

Em 2001, a Secretaria Nacional de Formação da CUT, reiniciou o debate em torno da auto-sustentação da formação cutista. A iniciativa poderia estar ligada aos rumores provocados internamente pelas inúmeras tendências políticas abrigadas na central, em torno da nova opção da formação, e a conseqüente dependência financeira em relação aos recursos públicos. No entanto, a retomada dessa discussão, invariavelmente remete a CUT a discutir qual será a política de formação a ser priorizada. Este pensamento está contemplado no depoimento a seguir:

Espero que a CUT consiga avançar nessa questão da auto-sustentação, porque eu considero a política de formação algo estratégico. (...) Eu espero que a CUT Nacional esteja mesmo preocupada, e que esta questão faça parte de nossa próxima plenária nacional e das plenárias estaduais. Em debates eu já ouvi algumas conversas sobre a questão de a CUT ter um percentual próprio para a formação. Agora, isso não vai resolver o problema se nós não conseguirmos discutir uma política para definir o que realmente queremos fazer com a formação. As entidades da central, os ramos produtivos principalmente, vão deixar de buscar os recursos do FAT? Para mim, o problema não está somente na auto-sustentação da formação, é termos uma política de educação clara e a auto-sustentação como consequência. Eu acredito que a CUT está virando refém desses recursos. Embora eu também ache que tem muita gente com consciência e estão se apercebendo disso. Nós temos essa questão como um ponto de discussão e de debate, de revermos o que estamos fazendo atualmente. Uma leitura que se faz em alguns espaços internos é que na época em que não tínhamos recursos do FAT, nós conseguíamos mobilizar mais do que atualmente. Eu penso que as direções sindicais e as instâncias da CUT estão se apercebendo disso. Percebemos isso aqui no espaço da Escola Sul. Existem debates de que é necessário revermos tudo isso o que fazemos hoje, ou seja, essa formação massiva. Eu não vejo a educação que fazemos atualmente como algo ruim, pelo contrário, tem muita coisa positiva, nunca nós da CUT atingimos tantas pessoas como tivemos oportunidade através dos programas de qualificação/formação profissional. Nós não podemos ficar reféns dos recursos do FAT, e mais do que isso das metas que nos são estabelecidas. Nós vamos até o FAT, pegamos os recursos para desenvolver um projeto de educação alternativo ao formal, voltado para a educação de jovens e adultos, e a partir daí nos impõem metas cada vez mais exigentes, difíceis de serem cumpridas. Isso acaba fazendo com que nos distanciemos dos objetivos a que nos propusemos. São muitos os questionamentos sobre a educação que fazemos hoje, não há consenso sobre isso. Eu não acharia ruim se diminuíssem os recursos do FAT, se isso acontecesse impulsionaria uma reflexão sobre o que estamos fazendo. Nós temos que ir para outros espaços, para a sociedade, mostrarmos o projeto político pedagógico da qualificação/formação profissional da CUT, levarmos para dentro dos espaços públicos. Nossa experiência vem sendo adotada em alguns espaços, e eu acho que isso é um grande avanço, um ponto positivo de nos termos proposto a fazer isso. Nós da CUT fomos muito ousados, temos experiências muito lindas, que foram desenvolvidas, e que não excluem a dimensão política, estamos formando cidadãos. Essas experiências, só quem vive isso, acompanha todo o seu desenrolar pode ter uma dimensão exata. Existem aquelas que são frustrantes também, mas em sua maioria são de fato diferentes. Temos educadores da rede pública que trabalharam em nossos projetos de qualificação/formação profissional que também se formaram em nossa perspectiva, e estão levando isso para os espaços públicos, e vão fazer educação de forma diferenciada de antes. Nós somos referência para universidades montarem currículos. Eu participei da discussão do currículo do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual que está sendo fundada pelo governo do Rio Grande do Sul, e isso significa que somos mesmo referência. Falta agora, reestruturarmos isso, a CUT entender realmente o que ela quer, para onde é que está indo, qual o nosso espaço, nossa estratégia, porque assim, nós da formação da CUT, - embarcamos junto (Formadora Rosa).

O próximo depoimento caracteriza a auto-sustentação da formação como sendo um grande desafio, que demandaria vontade política, colocando a CUT como tendo

condições de instituí-lo. Essa vontade política propalada no depoimento evidentemente só pode ser mensurada nas decisões exaradas nas instâncias superiores da central.

É um desafio muito grande para o movimento sindical cutista buscar uma independência de recursos para fazer formação. (...) Muito mais do que discurso em defesa dessa questão, essa iniciativa depende de boa vontade, de uma ação concreta, vontade política mesmo. Acredito com muita sinceridade, e estou muito tranqüilo quanto a isso, que a CUT tem condição de desenvolver um projeto de auto-sustentação da formação. Temos que buscar essa autonomia (Formador Alexandre).

A retomada do debate em torno da auto-sustentação da formação, foi sendo encaminhada pela SNF, durante o período que antecedeu a 10ª Plenária Nacional da CUT, segundo maior fórum deliberativo desta central sindical, realizado em maio de 2002, como pode ser observado no depoimento a seguir, do secretário nacional de formação da CUT.⁹¹

Discutimos em um seminário na Escola Sul,⁹² um projeto de formação para dirigentes sindicais com o objetivo de atingirmos em dois anos cem mil dirigentes de base, nos locais de trabalho, nas direções dos sindicatos, nas instâncias da CUT e em outros níveis. A compreensão clara é de que temos que desenvolver esse projeto com financiamento da rede de formação. São vários os problemas que influenciam nessa questão do financiamento. A CUT é muito grande e a nossa base sindical é muito extensa. Temos ousadia para fazer formação e uma grande necessidade de formarmos dirigentes, formadores/educadores, darmos formação para os trabalhadores de base, nas fábricas e nos locais de trabalho. Olhando para o que acontece na questão da formação dos trabalhadores ao redor do mundo, as mais variadas experiências nos mostram que dificilmente teremos condição de mantermos esse trabalho com financiamento próprio. Penso que mesmo daqui a dez anos ainda vamos necessitar de apoio externo, de outras fontes, para termos programas de formação mais ousados ou fazermos formação massiva. Alguns programas de formação, tal como esse debate que estamos fazendo de desenvolvermos uma formação de dirigentes em massa, a curto prazo, devem ser encarados como prioridade. Nós temos que fazer um movimento muito grande de convencimento dos nossos sindicatos, que é preciso investir em formação, que educação é um investimento estratégico e tem resultados muito poderosos para qualquer entidade política, em qualquer lugar do mundo em qualquer momento histórico. Acho que o conjunto da rede de formação da CUT e principalmente os nossos sindicatos não perceberam a importância disso. A formação geralmente é colocada em segundo, terceiro, até sétimo plano, nas

⁹¹ O 14º Enafor realizado em 2001 determinou que o Núcleo Nacional de Gestão (NNG), formulasse uma proposta de sustentação financeira para ser discutida na 10ª Plenária Nacional da CUT realizada em 2002, que contivesse uma estrutura mínima de financiamento e um programa de auto-sustentação da formação.

⁹² I Seminário Nacional de Formação de Dirigentes realizado na Escola Sul em outubro de 2001, em cumprimento às resoluções do 14º Enafor de julho de 2001. No Enafor foi aprovado que entre os anos de 2001 e 2003, a CUT deve implementar através da SNF, com recursos do movimento sindical cutista, iniciativas dentro da Rede Nacional de Formação, para formação em massa de cento e trinta e um mil dirigentes sindicais, sendo: 1) cem mil dirigentes de base ligados aos sindicatos; 2) trinta mil dirigentes e lideranças intermediárias dos Ramos Produtivos e CUTs Estaduais); 3) mil dirigentes chamados de dirigentes de ponta ligados aos ramos produtivos e à CUT Nacional. (CUT, 2001 c, p. 19)

prioridades dos sindicatos. Penso que se chegarmos mais próximos das direções dos sindicatos ficaria mais fácil termos financiamento para pelo menos uma parte de nossa rede de formação e dos programas. O financiamento próprio é uma questão mais do que estratégica. Nós estamos com uma proposta que estamos lançando, e pessoalmente estou convencido em aprová-la na próxima plenária da CUT. A proposta que estou defendendo e levaremos para debate e aprovação na plenária, é de que a CUT destine vinte e cinco por cento dos recursos de cada uma de suas instâncias, não importa qual seja, confederações, CUTs estaduais, a CUT Nacional, os sindicatos, para serem investidos em formação.(...) Podemos também fazer um debate mais aprofundado até o próximo congresso da CUT em 2003, de destinação de um percentual concreto de recursos vindos dessas instâncias para a formação (Ivo: líder sindical da CUT Nacional).

Nas palavras de Ivo, dificilmente a CUT terá condições de garantir o auto-financiamento de sua educação sindical, tanto a curto como a longo prazo. O fato de que em vinte anos de CUT, e quinze anos de implementação sistemática da PNF, esta central sindical não dispõe ainda de um mecanismo que promova pelo menos parte da auto-sustentação de sua formação, redundando na constatação de que a prioridade dispensada a estes documentos e na fala dos dirigentes sindicais, fica somente no discurso e não na prática e ação sindical.⁹³

A SNF encaminhou para debates e deliberação na 10ª Plenária Nacional da CUT a proposta de destinação de vinte e cinco por cento dos recursos de cada uma das instâncias para a formação. No entanto, neste fórum cutista a discussão não foi conclusiva, como consta nas suas resoluções.

Como parte das deliberações apontou-se para o aprofundamento da discussão visando à formulação de uma política permanente de financiamento para a formação, estabelecendo-se para isso um prazo para a SNF apresentar estudos nesse

⁹³ Em documento contendo as discussões sobre o financiamento da PNF, realizadas no 13º Enafor de 1998 encontra-se o seguinte texto: “O desenvolvimento dos Projetos hoje existentes na CUT, sem dúvida, possibilitou um significativo avanço no processo de consolidação das Escolas em todas as regiões e, até mesmo, uma maior visibilidade do potencial do trabalho da formação. Não se pode, no entanto, criar a ilusão de que é possível pensar uma estratégia formativa de longo prazo com sustentação baseada em recursos externos à CUT (projetos nacionais e internacionais), pois não se tem governabilidade alguma sobre estas fontes geradoras. Ou seja, as avaliações positivas dos últimos períodos não podem ofuscar o debate sobre um novo padrão de financiamento da PNF. Para romper a dependência de recursos externos, sejam eles provenientes de Projetos de cooperação internacional ou de convênios com o setor público, é preciso definir claramente qual o papel da formação no atual momento do sindicalismo cutista. Deve-se superar a distância entre o discurso sobre a importância da formação e as práticas que a colocam num papel secundário dentro das estratégias de ação das instâncias, compreendendo que o financiamento da formação é uma questão política.” (CUT, 1999 b, p. 30)

sentido. O prazo seria o momento de realização do próximo Congresso Nacional da CUT, o 8º Concut, previsto para o ano de 2003.⁹⁴

As deliberações desta plenária, ainda que se incorra em erro de avaliação, apontam para uma tomada de consciência por parte da CUT, de que pelo menos a atual estrutura da formação não está dando mais conta de tudo o que esta central se dispôs a fazer.

O momento da formação cutista evidencia um limite. Esse limite pode ser observado partindo-se das seguintes constatações:

- os projetos de qualificação/formação profissional respondem hoje por praticamente toda a educação sindical;
- a tradicional formação voltada para o âmbito sindical foi sufocada por estes projetos, ficando a capacitação política dos dirigentes e militantes cutistas em segundo plano;
- acentuou-se a dependência de financiamento externo da formação cutista, praticamente inviabilizando a construção de um entendimento interno, de que a formulação de uma política de auto-sustentação é imprescindível para a consolidação de uma formação independente, e com autonomia condizente com uma central que se auto-denomina a legítima representante dos trabalhadores brasileiros.
- o debate no interior da central a respeito da participação no Planfor, e da disputa dos recursos do FAT não arrefeceu, mesmo tendo decorridos seis anos desde que em 1996 a CNM, uma instância da CUT, se habilitou a desenvolver seu projeto de qualificação/formação profissional;
- o gerenciamento da PNF, com seus respectivos fóruns, e a estrutura hoje vigente, muito provavelmente não darão conta da nova dinâmica da formação e da rede de formação⁹⁵ (NASCIMENTO, 2000);
- as atividades formativas na nova dinâmica desenvolvidas pelas estruturas verticais (ramos produtivos), muitas vezes se chocam com a rede nacional de

⁹⁴ Muitos dos educadores entrevistados para esta pesquisa acreditam que, mesmo sendo destinado um percentual fixo, qualquer que seja ele, para financiamento da educação cutista, esta decisão pode não se configurar em realidade, ficando como letra morta em uma resolução de congresso.

⁹⁵ Nessa perspectiva, no 14º Enafor, e na 10ª Plenária Nacional, realizados respectivamente em 2001 e 2002, foram aprovadas resoluções que apontam para a necessidade de uma nova estruturação da PNF. A intenção da Central é retomar a discussão da criação de um Instituto Nacional de Formação. A criação deste instituto encontra-se determinada desde o V Concut, não tendo sido efetivamente implementado até o presente momento.

formação provocando duplicidade de atividades numa mesma região (NASCIMENTO, 2000);

- no âmbito das escolas sindicais houve um crescimento desordenado nas atividades e no número de educadores, dificultando a unidade político-pedagógica e conseqüentemente uma dinâmica coletiva de trabalho (NASCIMENTO, 2000);
- em não sendo um consenso a atual opção de educação sindical no interior da CUT, dificulta o desenvolvimento da idéia de que a formação é uma prioridade;
- internamente diversos setores pregam a retomada da antiga dinâmica da formação;

Guardadas as especificidades históricas, a formação da CUT pode ter evoluído para uma situação-limite, semelhante à crise que gerou a reestruturação ocorrida na primeira metade dos anos noventa.

O nível de comprometimento da Central e da PNF com a nova dinâmica educativa chegou ao ponto de produzir uma espécie de dicotomia entre formação sindical e qualificação/formação profissional, quando na realidade estas deveriam ser propostas complementares entre si, pois na verdade, ambas as iniciativas têm a educação dos trabalhadores como meta, remetendo essas práticas às experiências históricas de educação destes em sindicatos.

O atual momento da formação reflete o desenrolar de um processo que ainda não é conclusivo. Não sendo ainda conclusivo, cabe aos agentes deste processo o direcionamento que será dado à educação cutista, pois a curto e médio prazo o seu desenrolar já cobra destes, posicionamentos políticos que reflitam o entendimento de todas as instâncias da CUT, principalmente das representações dos trabalhadores em educação, e não fiquem restritas aos dirigentes sindicais e ao âmbito da formação.

1.8 – Escolas de Trabalhadores: palco privilegiado da práxis da contra-hegemonia sob a ótica proletária cutista

*Se as coisas são inatingíveis...ora! Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora a mágica presença das estrelas*

Mário Quintana.

Após realizar esse resgate histórico da Política Nacional de Formação da CUT, como parte integrante da própria consolidação e evolução da central, faz-se necessário demonstrar qual o papel desempenhado pelas escolas de formação da instituição e sua utilidade como instrumento em busca de superação dos dilemas da classe trabalhadora.

As escolas de formação foram criadas à medida que se consolidava a Política Nacional de Formação da CUT, e conseqüentemente a estrutura organizacional da formação sindical.

Entre os anos de 1986 e 1997, entrou em atividade a maioria destes “centros de ensino”.⁹⁶

As escolas sindicais cutistas possuem total ligação (organicidade) à Central, do ponto de vista formativo, administrativo, jurídico e financeiro. As escolas são as seguintes:

- **Escola Sindical Sul;**
- **Escola Sindical São Paulo;**
- **Escola Sindical Norte;** (atualmente denominada Escola Sindical Amazônia).
- **Escola Sindical Centro-Oeste;**
- **Escola Sindical 7 de Outubro;** (criada em 1987 como escola conveniada, em 1994 tornou-se escola orgânica).

⁹⁶ Inicialmente havia também além das escolas orgânicas, as escolas conveniadas. Algumas dessas escolas, tinham sua origem no movimento cutista, possuíam ligação com a organicidade política da CUT, mas eram autônomas do ponto de vista financeiro. Os convênios se manifestavam nos cursos ministrados aos militantes da CUT, ou atividades conjuntas. Essas escolas participavam inclusive das instâncias específicas da PNF. As escolas conveniadas eram o Instituto Cajamar e a Escola Quilombo dos Palmares. A partir do processo de reestruturação da PNF, somente as escolas orgânicas continuaram como parte da organização da formação. O Instituto Cajamar encerrou suas atividades em 1996, e a Escola Quilombo dos Palmares, segundo a SNF, transformou-se em uma ONG.

- **Escola Sindical Nordeste;** (é também intitulada Escola Sindical Marise Paiva de Moraes)
- **Escola Sindical Chico Mendes.** (denominou-se inicialmente Escola Sindical Norte II).

Segundo a CUT, as escolas têm um importante papel no desenvolvimento da Política Nacional de Formação e na consolidação da chamada Rede Nacional de Formação⁹⁷. Os serviços prestados ao movimento, o apoio organizativo às atividades formativas, às microrregionais de formação, e aos projetos nacionais e regionais de formação profissional têm sido primordiais.⁹⁸

Contrariando a prática da constante rotatividade no corpo de diretores das outras instâncias da CUT, quando da realização dos congressos, nas escolas de formação as direções se mantêm por períodos de tempo mais longos, numa tentativa de favorecer a continuidade no encaminhamento dos trabalhos ou projetos⁹⁹.

O papel das escolas cresceu em importância à medida que se consolidava a formação cutista, tendo elas se mostrado imprescindíveis em todas as etapas evolutivas da Política Nacional de Formação, anteriormente demonstradas neste trabalho.

As escolas são espaços privilegiados de formação concentrada e de acúmulo do conhecimento dos trabalhadores, onde o estudo da dinâmica social do país e da região pode servir de elemento concreto para qualificar a ação sindical (CUT, 1994 b, p. 42).

As atividades desenvolvidas nestes centros ajudam a consolidar a formação encaminhada em outros espaços da estrutura sindical cutista. Estas têm amplitude variável, que vão do âmbito local, passando pelo regional ou interestadual até o nacional. As escolas sindicais são, portanto, espaços de articulação, elaboração e sistematização na estrutura da rede de formação cutista.

...as escolas não substituem as estruturas e atividades de formação dos sindicatos e das CUTs, ao contrário, são instrumentos que devem fortalecer e impulsionar o trabalho formativo em todos os níveis (CUT, 1994 b, p. 42).

⁹⁷ À medida que se consolidava a Rede Nacional de Formação da CUT, no início dos anos noventa, cresceu a importância das escolas sindicais, pois no entendimento da central, nesta época, as escolas eram de suma importância para fortalecer, estabilizar e qualificar sua rede de formação.

⁹⁸ Quando ainda estavam em atividade os Núcleos Temáticos dependiam basicamente das escolas sindicais.

⁹⁹ A Escola Sul, objeto deste trabalho mudou no início de 2001 seu corpo diretivo.

Estes centros educacionais cutistas, como já foi dito anteriormente, entraram em funcionamento em sua maioria entre 1986 e 1997, como fruto do processo de implantação e fortalecimento da Central no âmbito nacional e estadual. A implantação da chamada PNF de forma organizada e sistemática a partir de 1987, e posteriormente da Rede Nacional de Formação, tinha a fundação destas escolas como ponto estratégico.

A implantação de cada uma das escolas sindicais, obviamente, foi precedida de discussões que permearam a vontade política dos sindicatos e dirigentes cutistas de cada uma das regiões onde as mesmas foram instaladas, como também de condições financeiras ou físicas favoráveis. Nesse sentido faz-se necessário um acompanhamento histórico da implantação de cada um destes centros de ensino sindical.¹⁰⁰

Escola Sindical Norte I - (Escola Amazônia)

O sindicalismo no Estado do Pará é predominantemente rural, assim como sua economia. Como não poderia deixar de ser, a criação da Escola Sindical Norte está ligada a estas origens. As dificuldades enfrentadas pelas diversas categorias de trabalhadores paraenses levaram as lideranças cutistas no estado a discutir o fortalecimento da CUT- Pará, isso em fins da década de oitenta (1988).

As discussões acabaram evoluindo para a necessidade de criação de uma escola sindical. Com a ajuda da Secretaria Nacional de Formação, através de projeto apresentado à Confederação de Sindicatos de Trabalhadores da Itália (CISL), para viabilização de recursos, a escola foi implantada e inaugurada em 1990¹⁰¹. No final da década de noventa (1998), na intenção de sedimentar uma rede de formação na Região Norte (Norte I para a CUT), as secretarias estaduais de formação da CUT-Amapá e CUT- Amazonas foram incorporadas ao Conselho Político da escola.

Atualmente a escola é também denominada de Escola Amazônia, abrangendo inclusive o Estado de Roraima. Entre outras atividades de formação a Escola

¹⁰⁰ Este pequeno histórico tem como fontes publicações da CUT, pois não foram encontradas fontes independentes da Central para este fim. Consta aqui uma síntese do processo de fundação de cada escola, quando disponível, juntamente com as atividades atuais em desenvolvimento. Para maior aprofundamento dessas questões, verificar os planos nacionais de formação, e publicações afins da CUT. A Escola Sul, objeto desta pesquisa será analisada nos próximos capítulos.

¹⁰¹ A Escola Sindical Norte, em algumas publicações cutistas Norte I, está localizada em Belém capital do Pará, sendo que suas atividades abrangem os estados do Pará, Amapá, Amazonas e Roraima.

Amazônia desenvolve o programa Integração, de abrangência nacional, e o programa Vento Norte de caráter regional¹⁰² (MATTE, 2000, p. 49).

Escola Sindical Chico Mendes - (Escola Sindical Norte II)

A CUT implantou a CUT-Rondônia e a CUT-Acre no início dos anos oitenta como parte do processo de expansão e consolidação da central pelos estados da federação. A PNF foi implementada nestes estados pelas respectivas Secretarias Estaduais de Formação (SEFs) até meados dos anos noventa.

Em 1995, a Secretaria Nacional de Formação da CUT iniciou os debates com as CUTs dos dois estados buscando a criação de uma escola de formação que contemplasse as necessidades de formação da região. Definiu-se assim pela fundação da Escola Sindical Norte II, cuja denominação assemelha-se à escola então existente na Região Norte do país chamada de Escola Norte. Neste mesmo ano foi realizado um encontro de dirigentes sindicais cutistas de Rondônia e Acre onde se debateu qual seria a concepção da escola sindical, prioridades e programas. Ainda em 1995 a Escola Sindical Norte II entrou em atividade, segundo a CUT procurando realizar paralelamente um trabalho de sensibilização junto aos dirigentes sindicais da região para sua importância estratégica.¹⁰³

Esta escola sindical trabalhou a partir de 1997 na implantação de uma rede regional de formação sindical, criando coletivos microrregionais de formação.

Atualmente a escola desenvolve o programa de formação Vento Norte da CUT, que associa elevação de escolaridade com a sensibilização para novas alternativas de desenvolvimento sustentável e solidário. O público alvo abrangido pela escola configura-se em dirigentes sindicais cutistas, agricultores familiares, seringueiros, populações ribeirinhas, parteiras e cooperados. Sua atuação se insere nesse ambiente, levando em consideração as dificuldades geográficas do meio amazônico, onde a presença do poder público é deficitária¹⁰⁴ (MATTE, 2000, p. 53).

¹⁰² Em 1998 os eixos prioritários de suas atividades de formação eram os seguintes: formação de dirigentes; consolidação da rede de formação na região; formação de formadores em formação profissional; meio ambiente; gênero; capacitação de conselheiros das comissões de emprego; administração com gestão democrática. (CUT, 1998 a)

¹⁰³ A Escola Sindical Chico Mendes está localizada em Porto Velho, capital de Rondônia.

¹⁰⁴ Os eixos prioritários da escola em 1998 eram: reestruturação produtiva; capacitação de conselheiros das comissões estaduais de emprego; gênero; formação de formadores; saúde do trabalhador. (CUT, 1998 a)

Escola Sindical Nordeste – (Escola Sindical Marise Paiva de Moraes)

Na Região Nordeste do país a coordenação da Política Nacional de Formação da CUT esteve inicialmente a cargo do Coletivo Nordeste de Formação (Conefor), criado em 1992 pelos agentes locais da formação (educadores assessores e dirigentes sindicais). A criação de uma escola sindical como estratégia para a consolidação da formação naquela região não podia deixar de ser discutida. Assim, em agosto de 1997, o Conefor criou a Escola Nordeste de Formação Sindical, atribuindo a esta a incumbência da formação.¹⁰⁵ O espaço consolidado politicamente do Conefor foi mantido para determinar caminhos formativos.

A partir de 1998, além da formação sindical, a escola desenvolveu novas estratégias voltadas para a formação profissional e desenvolvimento regional, como também atividades de formação dos Programas Nacionais de Formação de Formadores em Educação Profissional, Capacitação de Conselheiros das Comissões de Emprego, o Programa Regional Flor de Mandacaru e os programas nacionais Integrar e Integração.¹⁰⁶

Os programas Flor de Mandacaru e Integração são destinados à elevação de escolaridade, tendo como público alvo trabalhadores de base desempregados ou em vias de perder o emprego. As demais ações formativas destinam-se a dirigentes sindicais e gestores de políticas públicas. A CUT entende que a Escola Nordeste tem “...conseguido mostrar aos trabalhadores que existem alternativas de trabalho e renda que trazem o desenvolvimento local e melhoram a qualidade de vida” (MATTE, 2000, p. 61).

¹⁰⁵ A Escola Sindical Nordeste está localizada em Recife capital de Pernambuco. A escola abrange os estados de Sergipe, Pernambuco, Bahia, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará e Maranhão.

¹⁰⁶ Em 1998, a escola elegia como seus eixos principais: desenvolvimento regional e ação sindical; formação de formadores para educação profissional; capacitação de conselheiros das comissões estaduais e municipais de trabalho e emprego; gestão sindical e orçamento participativo; transformações no mundo do trabalho e ação sindical; gestão do trabalho de formação no nordeste; formação de trabalhadores rurais; formação integrada com a estrutura vertical da CUT; relação CUT e sociedade; capacitação da coordenação, educadores e funcionários administrativos da escola; integração com outros movimentos sociais; qualificação político-metodológica de educadores sindicais. (CUT, 1998 a)

Escola Sindical Centro-Oeste

A Escola Sindical Centro-Oeste¹⁰⁷ foi fundada em 1992, iniciando suas atividades de formação a partir do ano de 1994. Reestruturada em 1997 na coordenação e na equipe de educadores, as atividades são desenvolvidas de forma descentralizada (atividades itinerantes). A escola abrange os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e o Distrito Federal.¹⁰⁸ Além das peculiaridades geográficas, o baixo índice de sindicalização desta região faz com que se deduza, por conseguinte, uma precária organização por parte dos trabalhadores. Dessa forma a ECO/CUT, como também é chamada a escola, torna-se estratégica para que a CUT possa intervir politicamente de forma qualificada visando modificar esse quadro.

A Escola Centro-Oeste está trabalhando o Programa de Desenvolvimento Local Sustentável e Solidário, voltado para as potencialidades da região, como alternativas de desenvolvimento buscando geração de trabalho e renda para jovens e adultos. A preservação do meio ambiente é um dos temas abordados no programa, buscando uma compreensão das perspectivas e das aspirações dos trabalhadores da região. Este tem como público alvo, agricultores familiares, trabalhadores rurais assalariados, trabalhadores informais, desempregados, comunidades indígenas e quilombolas (MATTE, 2000, p. 57).

O Programa Nacional Integração nas áreas de Formação de Formadores e de Gestores em Políticas Públicas e o Programa Integrar na área Formação de Dirigentes também são desenvolvidos nesta escola sindical (MATTE, 2000, p. 57).

O Programa Integração Intercategorias, destinado a trabalhadores desempregados ou em risco de desemprego, com o objetivo de elevação de escolaridade, qualificação profissional e formação sindical, é mais uma das atividades em desenvolvimento (MATTE, 2000, p. 57).

¹⁰⁷ A Escola Sindical Centro-Oeste inicialmente esteve sediada em Brasília, atualmente sua sede está localizada em Goiânia, capital de Goiás. A dimensão territorial da região centro-oeste fez com que a CUT descentralizasse as ações da escola, em cinco núcleos: (MT, MS, GO, TO, e DF) (MATTE, 2000, p. 57) Esta medida é uma tentativa de parcerias nas localidades utilizando-se de estruturas físicas prontas, como também de uma maior proximidade com as secretarias estaduais de formação dos estados e dos educandos.

¹⁰⁸ Em 1998, esta escola sindical apresentava como seus eixos prioritários: consolidação da rede regional centro-oeste de formação; formação de formadores em formação profissional; capacitação de conselheiros para comissões de trabalho e emprego; gestão e organização sindical; setor rural; relações de gênero e raça. (CUT, 1998 a)

Escola Sindical 7 de Outubro

A Escola Sindical 7 de Outubro foi fundada em 1987, inicialmente como uma escola conveniada.¹⁰⁹ Em 1994, tornou-se uma escola orgânica à estrutura da CUT. Sua fundação foi viabilizada com recursos oriundos de cooperação internacional junto aos trabalhadores filiados à central sindical italiana Confederação de Sindicatos de Trabalhadores da Itália (CISL).

O nome da escola é uma menção aos trabalhadores mortos em confronto com os “guardiões da ordem capitalista” na cidade mineira de Ipatinga em 7 de outubro de 1963. Esse centro de formação da CUT desenvolve as mais variadas atividades, desde a coordenação de núcleos temáticos nacionais aos programas de formação profissional, passando pela formação de dirigentes em longa duração, relações de gênero, formação sindical para mulheres entre outras.

Está em atividade pela escola o Projeto Semear, destinado a trabalhadores rurais familiares e assalariados, nos estados de sua abrangência. “ O projeto alia elevação de escolaridade com a contratação coletiva e o desenvolvimento de projetos de geração de renda no campo” (MATTE, 2000, p. 55).

Outro programa em andamento é o Programa Integração, de caráter nacional, destinado a trabalhadores da educação, construção civil, metalúrgicos entre outros. O Programa Integrar trabalha com a formação de dirigentes (MATTE, 2000, p. 55).

Escola Sindical São Paulo

Esta escola sindical está localizada em São Paulo e suas atividades são direcionadas para aquele estado brasileiro. Situada na região que é o pólo econômico, industrial e tecnológico nacional, evidentemente suas ações formativas estão voltadas para estas especificidades. Três eixos norteiam as atividades da escola:

- a) Emprego e desenvolvimento, que se constitui hoje o principal problema de São Paulo e o maior desafio do sindicalismo;*
- b) O Sindicalismo da CUT, conscientes de que o sindicalismo vive um momento muito delicado, que exige o repensar do que é o verdadeiro sindicalismo e quais as suas prioridades;*

¹⁰⁹ A sede desta escola sindical encontra-se em Belo Horizonte capital de Minas Gerais. A escola abrange os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

c)Educação do Trabalhador, lidando com as Transformações no mundo do Trabalho sob o ângulo da educação (MATTE, 2000, p. 59).

Como as demais escolas de formação¹¹⁰, a Escola São Paulo é um dos elos da rede de formação da CUT, coordena os núcleos temáticos Educação do Trabalhador, Agricultura e Desenvolvimento Sustentável e Transformações no Mundo do Trabalho. Mantém ainda convênios com o Sindicato dos Químicos de São Paulo, Sindicato dos Químicos do ABC, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e com a Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT.

Como parte da recente estratégia da CUT de desenvolver projetos de formação profissional, a Escola São Paulo desenvolve (como as demais escolas da CUT) os programas nacionais Integração e Integrar, e o programa regional Semear.

1.8.1 – Exercícios de contra-hegemonia nas estratégias educativas da CUT

A CUT tem pautado sua atuação desde o início dos anos noventa por uma estratégia política denominada: “resistência propositiva e disputa de hegemonia”.

Esta estratégia tem como base as discussões realizadas no V Concut em 1994. Destas é possível destacar:

...a necessidade de os trabalhadores, inclusive de sua organização sindical, construir uma alternativa global de saída para a crise brasileira – além da necessária política de resistência em defesa dos interesses imediatos frente às políticas conservadoras de estabilização. Parte dessa mesma tradição cutista, afirmada nas resoluções de concepção e prática sindical do 3º Concut, é a compreensão de que, intervindo em política, o movimento sindical o faz de maneira diferenciada em relação às instituições partidárias. A CUT continua a construir um sindicalismo baseado na ampla democracia sindical, independente dos patrões e dos governos e autônomo em relação aos partidos políticos. Combate tanto o sindicalismo de colaboração de classe como as experiências que, na prática, levaram à fusão na relação sindicato-Estado-partido, preservando sua autonomia frente aos governos e partidos. (...) A classe trabalhadora não necessariamente constrói valores diferentes aos dominantes na sociedade na qual é explorada e oprimida. Já as entidades que buscam organizá-la em uma perspectiva transformadora devem colocar concretamente a necessidade de superar o marco dos velhos valores. (...) Nos últimos anos, a ampliação da democracia no plano institucional passou e passa pelo avanço das conquistas dos trabalhadores na sociedade através da sua mobilização. Esta é a experiência dos trabalhadores no Brasil em relação ao direito de greve, ao direito de acesso à terra, às conquistas sociais na Constituição, às eleições diretas e à luta do

¹¹⁰ Entre os anos de 1994 e 1997 a escola passou por uma profunda crise de caráter organizativo, estando para ser fechada, tendo sido reestruturada, readquiriu, segundo a CUT, plenas condições de executar as funções a ela determinadas.

*impeachment*¹¹¹ etc. Nessa caminhada da luta sindical, a CUT tem ampliado sua presença na sociedade e certamente assumirá, por direito próprio, a possibilidade de interferir nos rumos do país. Isso se traduz em avanços na ocupação de espaços institucionais como, por exemplo, nos diversos conselhos de controle sobre os fundos e as políticas públicas hoje existentes. Mas, a cada avanço na institucionalidade, aumenta a pressão da institucionalidade tanto sobre como na própria CUT. Assim, se a maior inserção institucional é também resultado das conquistas dos trabalhadores, a pressão institucional é a consequência inevitável do mesmo processo. Para manter esse desafio, a estratégia da CUT na ação institucional, da qual os trabalhadores não podem se omitir, precisa estar subordinada à estratégia geral da Central (CUT, 1994 c, p. 14-15).

Partindo dessa proposta de inserção da CUT dentro dos espaços institucionais da sociedade capitalista brasileira, torna-se necessário uma reflexão sobre como esta sociedade se apresenta.

A sociedade capitalista, em sua evolução, produz e reproduz uma série de contradições. Neste contexto as classes dominantes utilizam-se de inúmeras formas de dominação, e para manter esta dominação, lançam mão de diversos mecanismos objetivando o controle social das classes subalternas.¹¹² Evidentemente que esse controle social não se dá de maneira harmônica, e a busca de formas cada vez mais eficientes para implementar esta dominação é caracterizada pela disputa de hegemonia.

Por hegemonia entende-se a capacidade de direção e a de construir ou conquistar alianças dentro da sociedade capitalista.¹¹³ Essa somente se dá à medida que há uma perfeita união entre a teoria e a ação social

...com aquela consciência que é o único modo de tornar possível a coerência da ação, de emprestar-lhe uma perspectiva, superando a imediatividade empírica (...) temos aqui a hegemonia entendida não apenas como direção política, mas também como direção moral, cultural, ideológica (GRUPPI, 1991, p. 11).

Nesse sentido, se a hegemonia é a capacidade de:

¹¹¹ Afastamento do Presidente da República, Fernando Collor, em 1992.

¹¹² Segundo Marx, os trabalhadores dentro do sistema capitalista, encontram-se subordinados desde as mais ínfimas condições materiais, como aos mais elaborados componentes imateriais. (MARX, apud VIANNA, in GRUPPI, 1991, p. xii)

¹¹³ Segundo Jesus, a palavra hegemonia deriva de um verbo grego específico que significa: guiar, conduzir, mandar, governar, ser chefe. Este verbo deriva um substantivo entendido como: a ação de ir à frente, ser guia ou condutor. (JESUS, 1989, p. 31) Assim sendo: “Hegemonia, (...) desde suas origens até nossos dias, implica poder-direção, ou dominação consenso. Assim é que aparecem, permanecem e se estratificam estes dois elementos encontrados desde o início, diversificados em vários outros sinônimos. Dominar é igualmente governar, ser chefe, mandar. Por outro lado, dirigir equivale a guiar, conduzir, ser líder. É porém, na união destes dois elementos que se deverá buscar um conceito pleno para hegemonia.” (JESUS, 1989, p. 32)

...direção cultural ou ideológica de uma classe sobre o conjunto da sociedade, é também uma relação de dominação entre dirigentes e dirigidos, responsável pela formação de um grupo orgânico e coeso em torno de princípios e necessidades defendidos pela classe dominante (JESUS, 1989, p. 18).

Atuando sobre a sociedade civil, as classes hegemônicas tomam para si a condução, entre outros, da direção cultural, e a partir daí estendem seu pretense domínio sobre o processo educativo ou sobre a educação propriamente dita.

Em relação à hegemonia, a educação é reconhecida como um processo para a concretização de uma concepção de mundo, cuja importância é incontestável tanto na manutenção como na renovação de uma hegemonia (JESUS, 1989, p. 19).

Partindo do pressuposto de que para exercer a hegemonia as classes dominantes têm que manter o controle sobre o processo educativo, estas direcionam seus objetivos para o controle das instituições formais onde se dá o processo educativo coletivo, ou seja, o sistema de ensino público, privado e profissional, buscando veicular sua ideologia:

As classes sociais dominadas ou subalternas – como diz Gramsci – participam de uma concepção do mundo que lhes é imposta pelas classes dominantes. E a ideologia das classes dominantes corresponde à função histórica delas, e não aos interesses e à função histórica – ainda inconsciente – das classes subalternas. Vemos assim a ideologia das classes ou da classe dominante chegar às classes subalternas, operária e camponesa, por vários canais, através dos quais a classe dominante constrói a própria influência ideal, a própria capacidade de plasmar as consciências de toda a coletividade, a própria hegemonia. Um desses canais é a escola (GRAMSCI, apud GRUPPI, 1991, p. 68).

Em contrapartida, os trabalhadores, classe subalterna e dominada, têm procurado viabilizar seus mecanismos de classe, uma vez que estejam organizados para isso, buscando se não destruir os instrumentos de dominação da classe hegemônica, pelo menos abrandar seus efeitos.

O embate gerado por esse choque de interesses é interpretado nos conceitos de Gramsci como luta contra-hegemônica, uma vez que a hegemonia é a

...capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe. Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que – através de sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve

à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder (GRUPPI, 1991, p. 70).

A contra-hegemonia caracterizar-se-ia por uma ação da classe subalterna, os trabalhadores, agindo sobre os instrumentos de ação política, ideológica e cultural acima descritos, promovendo com isso uma cisão nas forças hegemônicas no intuito de se viabilizar no controle social.

Uma vez que a educação se constitui em um dos elementos onde as classes hegemônicas atuam ideologicamente, a CUT apresenta a sua intervenção no espaço da educação institucionalizada e de sua educação sindical como uma expressão contra-hegemônica da classe trabalhadora.¹¹⁴

No caso da CUT, esta apresenta-se como legítima representante de uma grande parcela dos trabalhadores brasileiros,¹¹⁵ e utiliza-se de suas Escolas Sindicais,¹¹⁶ local privilegiado onde esta Central elabora e executa sua educação sindical, como um de seus instrumentos de superação das formas de dominação encontradas na educação oficial.¹¹⁷

A CUT, desta maneira, estaria apropriando-se da educação, e a partir de um entendimento particular, sistematizando os conteúdos, e procurando traduzir uma educação com o seu jeito, com a sua cara. No intuito de obter um resultado diferenciado daquele alcançado pelo ensino formal, no processo de educação dos trabalhadores, as escolas sindicais cutistas fundamentam seu projeto político-pedagógico segundo a tradição interna

¹¹⁴ A educação tradicionalmente não é um elemento neutro, serve aos mais variados fins, tanto para dominar, dirigir, conduzir como para libertar, conscientizar. Para Jesus: “Se do lado dominante, a educação serve ao poder, produzindo a separação entre a teoria e a prática, entre cultura e política e saber proletário, esta mesma educação conscientiza a classe subalterna, revela as contradições existentes e possibilita uma nova concepção de mundo, ponto de partida para uma nova relação social.” (JESUS, 1989, p. 44)

¹¹⁵ Dessa forma a CUT coloca-se como uma das forças contrárias às classes hegemônicas e sua ideologia. É preciso lembrar que a CUT é uma facção da classe trabalhadora no Brasil, e que, dentro dessa classe existem posturas no movimento sindical, que não necessariamente se contrapõem às classes hegemônicas.

¹¹⁶ As escolas sindicais cutistas são herdeiras de uma tradição histórica dentro do movimento sindical brasileiro, ou seja, escolas de trabalhadores para trabalhadores, muitas dessas experiências históricas não se expressavam no sentido físico da palavra. As escolas cutistas constituem-se em uma experiência consistente, em um primeiro momento, atuando na formação política dos dirigentes e trabalhadores cutistas, e na fase atual direcionando suas atividades também para o campo da educação básica e formação profissional. Segundo a CUT, atuam na constituição, ou aprimoramento do caráter e mentalidade dos trabalhadores objetivando tanto uma consciência classista, como a construção e o exercício da cidadania. Vianna classifica o sindicato autônomo do Estado e as escolas sindicais, como contra-instituições, uma vez que, as instituições sociais não se originam em sua totalidade, do domínio burguês. (VIANNA, in GRUPPI, 1991, p. XIII-XIV)

¹¹⁷ A CUT entende que as demais centrais em suas práticas e discursos colocam o capital e o trabalho como aliados.

e muitos documentos, na educação popular, educação esta teorizada por Paulo Freire, Makarenko e outros.

As escolas cutistas subordinadas aos princípios da Central atuavam formando politicamente os seus dirigentes e, conseqüentemente a base trabalhadora da organização, traduzindo o anseio de emancipação da classe trabalhadora, através da educação.

Em tese, a formação encaminhada nas escolas cutistas, escolas de trabalhadores, se propõe a qualificar os dirigentes cutistas, capacitando-os a melhor intervir nos embates do dia-a-dia, nas reivindicações das diversas categorias representadas pela central. Por essa linha de raciocínio, os trabalhadores brasileiros ligados à CUT identificavam-se ainda mais com essa organização, sentindo-se plenamente representados com dirigentes sindicais com maior poder de intervenção, discussão ou negociação. E complementando, a formação cutista voltada para o campo da educação básica e profissional abriria espaço para uma nova forma de se pensar a educação, uma educação planejada e executada por trabalhadores e para os trabalhadores.

As origens da escola oficial encontram-se impregnadas com o ideário da burguesia revolucionária, classe hegemônica, quando diversos pensadores burgueses teorizaram seus interesses de classe: Locke, Smith, Bacon, entre outros. Essa escola, congregando inúmeras contradições, sedimenta o conflito de classe, ainda que, teoricamente, exista para levar a “instrução” às classes trabalhadoras.

Neste contexto de uma educação sindical feita por trabalhadores para trabalhadores, os educadores sindicais (formadores) que têm sua formação ou conduzem o processo educativo nas escolas sindicais podem ser interpretados como uma versão do “intelectual orgânico” em Gramsci. Ao conduzirem dentro do movimento sindical cutista, o processo educativo contra-hegemônico, proposto pela CUT, esses acabam por se tornar, em certo sentido, intelectuais deste movimento.

Os trabalhadores, ao se organizarem politicamente para o enfrentamento inevitável no contexto da luta de classes, tal qual a burguesia, buscam produzir seus intelectuais, os intelectuais sindicais, que traduziriam de forma mais aprimorada suas aspirações e sua educação:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e

consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (GRAMSCI, 1985, p. 3).

O mundo moderno, segundo Gramsci, demonstra quão importante se tornou o intelectual em suas mais variadas funções e categorias.¹¹⁸

Esta categoria denominada intelectual

...ampliou-se de modo inaudito. Foram elaboradas pelo sistema social democrático-burguês, imponentes massas de intelectuais, nem todas justificadas pelas necessidades sociais da produção, ainda que justificadas pelas necessidades políticas do grupo dominante (GRAMSCI, 1985, p. 12).

¹¹⁸ Segundo Gruppi, “Os intelectuais, portanto, não são um grupo social autônomo, mas cada grupo social – afirmando uma função específica na produção econômica – forma intelectuais que se tornam os técnicos da produção. Esses intelectuais não se limitam a ser apenas os técnicos da produção, mas também emprestam à classe economicamente dominante a consciência de si mesma e de sua própria função, tanto no campo social quanto no campo político. Dão homogeneidade à classe dominante e a sua direção. Hoje – diz Gramsci –, o capitalismo industrial cria essencialmente os técnicos, os cientistas, ligados à produção. São esses os intelectuais orgânicos do capitalismo, isto é, ligados intimamente à função produtiva, à função da economia capitalista. Todo grupo social, quando se afirma no campo econômico e deve elaborar sua própria hegemonia política e cultural – deve criar, portanto os próprios quadros, os próprios intelectuais...” (GRAMSCI, apud GRUPPI, 1991, p. 80) Segundo Jesus: “A ampliação do conceito de intelectual efetuada por Gramsci é evidente quando ele afirma que cada grupo social cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político. Sabe-se que por baixo da perífrase ‘grupo social’ está o conceito de classe social. Por conseguinte, o critério para definir o intelectual não será mais a distinção entre intelectual e massa, mas o lugar que ele ocupa em determinada classe social (lugar este determinado por sua atividade). Assim, orgânico é aquele que se imiscui ativamente na vida prática, como construtor, organizador, persuasor permanente, como especialista + dirigente ligado ao trabalho industrial (...). Com isso Gramsci mostra o que entende por intelectual orgânico da classe dominante, ou seja, aqueles agentes que, mantendo com esta classe uma relação orgânica, lhe conferem homogeneidade e consciência de sua função, no campo econômico, social e político” (...). Nesse sentido, são intelectuais do capitalismo os empresários e técnicos, cuja função é organizar a sociedade em geral, inclusive o Estado, no sentido de criar as condições favoráveis à sua própria hegemonia. (GRAMSCI, apud JESUS, 1989, p. 64) Ainda segundo Jesus: “Este intelectual orgânico não somente é o agente da superestrutura, mas é também o elemento capaz de articular estrutura e superestrutura em um só bloco histórico. Esta é mais uma contribuição original de Gramsci, porque normalmente a relação estrutura-superestrutura, na tradição marxista, é apresentada de maneira um pouco abstrata, sem que se indique concretamente como se dá esta vinculação. Já em Gramsci, o intelectual, além de realizar uma função dentro da classe, é o agente capaz de amarrar o econômico ao político e ao ideológico, nas diferentes formações sociais ou blocos históricos. Ser orgânico é ser permanente e oposto a conjuntural, é ser co-natural, coerente, consistente, unido e necessário, por possuir as mesmas raízes sócio-etnológicas. (...) Um intelectual orgânico é, portanto, o que reflete conscientemente os pontos de vista do grupo social ao qual está vinculado. (...) No momento em que a classe cria seu intelectual orgânico, este recebe a incumbência de suscitar a tomada de consciência nos membros desta mesma classe, mas ‘uma tomada de consciência’ que leve em conta os interesses da classe mediante a elaboração homogênea e autônoma da concepção de mundo que lhe é própria (...) Manipulando os meios de comunicação de massas, de publicidade, as artes, a educação e a política, estes intelectuais cumprem a obrigação de legitimar a situação vigente e torná-la aceitável pela massa. Eles ocultam as contradições da sociedade, procuram deixar as massas na passividade e tentam aparecer como normal o que de fato é absurdo, justificando e fortalecendo a dominação” (GRAMSCI, apud JESUS, 1989, p. 64-65)

O investimento na produção de intelectuais que justificasse ideologicamente as necessidades políticas do grupo dominante serviu de modelo aos dirigentes e educadores cutistas.¹¹⁹ Neste sentido, segundo Gruppi, “De fato uma hegemonia se constrói quando tem seus quadros, os seus colaboradores. Os intelectuais são os quadros da classe econômica e politicamente dominante, são eles que elaboram a ideologia. Os intelectuais – diz Gramsci – são os ‘funcionários’ da hegemonia da classe da classe dominante” (GRAMSCI, apud GRUPPI, 1991, p. 80).

¹¹⁹ Segundo Jesus: “Unido às forças populares emergentes, entra em cena o intelectual da classe proletária, que, por necessidade histórica, luta por uma contra-hegemonia. Esta classe proletária também terá, nestes intelectuais orgânicos, criados com mais lentidão e dificuldades os organizadores de sua hegemonia. E Gramsci afirma que esta contra-hegemonia será tornada realidade devido a três fatores principais: *A crise da hegemonia** ou períodos da história caracterizados pela desestabilização da ordem política, cultural e econômica. Quando isso acontecer, a situação torna-se perigosa, o poder do Estado se enfraquece e mesmo se esfacela, sendo mais difícil manter a hegemonia. Conseqüentemente aumenta o ativismo político das classes subordinadas, que aproveitam o ambiente político para a contra-hegemonia. Para que as classes subalternas superem a dominação, elas precisam acionar seus próprios...” instrumentos de hegemonia, aproveitando-se dos momentos em que as bases de sustentação das classes dominantes estão em desagregação. O segundo fator principal seria: “*A guerra de posição*,” muito relacionada com o primeiro fator, corresponde exatamente à idéia de cercar o aparelho do Estado com uma contra-hegemonia construída pela organização de massa da classe dos trabalhadores e suas organizações de cultura. Nessa guerra de posição os instrumentos de dominação e de direção vão sendo lentamente solapados até chegar o momento propício da mudança de hegemonia.” E o terceiro fator está caracterizado como: “Os intelectuais, que devem preparar as bases da contra-hegemonia desenvolvendo uma consciência de classe, criando uma ‘nova cultura’ como pressuposto ideológico para a nova sociedade. Nesta *Weltanschauung**, a maneira de conhecer o mundo, de pensar ou de agir ‘não está reservada aos grandes intelectuais, aos filósofos de profissão, mas tende a se tornar popular, de massa’.” (GRAMSCI, apud JESUS, 1989, p. 66) grifos do autor. Continuando o pensamento Jesus argumenta que: “Enquanto o intelectual orgânico da classe dominante garante a hegemonia, o intelectual orgânico da classe proletária procurará limitar o poder de coesão dos que detém a hegemonia, o intelectual orgânico da classe proletária procurará limitar o poder de coesão dos que detém a hegemonia, criando condições para que sua classe se apodere progressiva e ‘democraticamente’ dos pontos-chave de controle do Estado. Enquanto o primeiro tenta organizar as funções econômicas, políticas e culturais de sua classe com o objetivo de fortalecer sua hegemonia, o segundo, isto é, o intelectual orgânico da classe subalterna, está empenhado no trabalho de acentuar as crises, provocar as contradições e organizar sua classe em função de uma nova hegemonia. No momento da crise, a ação deste intelectual é imprescindível para preparar o confronto das hegemonias que utilizam a estratégia da guerra de posição, até chegar à outra etapa – a tomada do poder. Como se vê a ação do intelectual orgânico torna-se necessária em qualquer hegemonia. Enquanto na perspectiva da classe dominante o intelectual é responsável pelo ‘consentimento’ e pela ‘adesão’ dos outros grupos sociais, na perspectiva da classe subalterna ou dominada, ele é responsável por despertar a consciência da autonomia, ponto de partida para se aspirar o comando da sociedade. O intelectual orgânico à classe dominante trabalha para impedir o surgimento daquilo que Gramsci chama de ‘autoconsciência crítica’ a até mesmo se pode afirmar que a luta é contra o surgimento de intelectuais orgânicos da classe antagônica (...) subalterna, à qual, por sua vez, cabe inverter a direção política, preparando para uma nova hegemonia, onde o mesmo clima cultural entre intelectual e massa abre espaço para uma unidade entre o sentir e o saber. Ainda contrapondo os intelectuais orgânicos das duas classes fundamentais antagônicas, pode-se dizer que a classe dominante produz seus numerosos intelectuais com o fim de reforçar seu papel hegemônico. A classe que *deseja* o poder produz, proporcionalmente à crise hegemônica, camadas de intelectuais aptos a exercerem todas as funções que as relações sociais exigem...” Complementando seu pensamento Jesus reitera que se o intelectual orgânico da classe dominante tem como função fortalecer os instrumentos de coerção estatais que mantém a disciplina dos grupos subalternos, aos intelectuais ligados à classe dominada compete enfraquecer esses instrumentos. (GRAMSCI, apud JESUS, 1989, p. 66-67) * visão de mundo, concepção de mundo. * grifo de Jesus.

Os intelectuais produzidos no interior da burguesia atuam organizando os interesses do capital, e assim contribuem para dar homogeneidade à classe dominante.

Os trabalhadores possuem sua visão própria de mundo, enquanto classe subalterna ou dominada. Os intelectuais sindicais orgânicos¹²⁰ produzidos no movimento sindical, na perspectiva vislumbrada pelo movimento sindical cutista, desempenhariam suas funções procurando construir a hegemonia desta classe subalterna.

Estes têm contra si a subordinação ideológica da classe hegemônica dominante. Segundo Gramsci, trata-se de uma dominação econômica, do capital sobre o trabalho, ou a exploração da classe trabalhadora subalterna. É esta a base da luta de classes, refletida na disputa político-ideológica por hegemonia.

O intelectual sindical cutista trabalharia efetivamente na aplicação das políticas traçadas no âmbito da central sindical, imbuído – presume-se – do caráter político-ideológico de sua função.

Este formador atua assim como intelectual sindical orgânico, porém sua função não deixaria de possuir um cunho político, e dessa maneira obviamente este deve ser um indivíduo com o máximo de conhecimento histórico, científico e cultural a serviço dos interesses contra-hegemônicos cutistas.

O intelectual em Gramsci tem como expectativa histórica elevar a consciência das massas, devendo compreender a necessidade da comunidade a que pertence. Da mesma forma o intelectual sindical cutista tem como dever conhecer as aspirações dos trabalhadores filiados à Central, aqueles trabalhadores que vagam pelas atividades formativas da Rede Nacional de Formação, nas atividades subordinadas às escolas sindicais, nas assembleias e nas passeatas, desde suas mínimas aspirações aos seus mais recônditos sonhos.

A função do intelectual na sociedade capitalista foi e continua sendo objeto de inúmeros estudos:

O problema é ao contrário, bastante vivo nos países continentais. Para provar isso, bastaria o fato de que tanto na França, como na Alemanha, na Itália como na Espanha, o tema foi objeto contínuo de investigações e de apaixonadas discussões, e a ele se dedicaram conhecidos pensadores com obras que tiveram, às vezes, grande ressonância (BOBBIO, 1997, p. 32).

Entre estes pensadores encontramos Ortega y Gasset afirmando já em 1914:

¹²⁰ A estrutura da formação cutista desde o início da década de noventa já demonstrava que esta Central vislumbrava a construção de seus intelectuais sindicais orgânicos.

...o primeiro objetivo do intelectual, é promover a organização de uma minoria encarregada da educação política das massas (ORTEGA Y GASSET apud BOBBIO, 1997, p. 33).

Segundo Bobbio

...os posicionamentos a que esses pontos de vista dão lugar podem ser esquematicamente definidos do seguinte modo: 1. O intelectual não tem uma tarefa política, mas uma tarefa eminentemente espiritual (Benda); 2. A tarefa do intelectual é teórica mas também mediatamente política, pois a ele compete elaborar a síntese das várias ideologias que dão passagem a novas orientações políticas (Mannheim); 3. A tarefa do intelectual é teórica mas também imediatamente política, pois apenas a ele compete a função de educar as massas (Ortega); 4. A tarefa do intelectual também é política, mas a sua política não é a ordinária dos governantes, mas a da cultura, e é uma política extraordinária, adaptada a tempos de crise (Groce) (BOBBIO, 1997, p. 34).

Os intelectuais têm funções contraditórias, ora legitimam o poder, ora o contestam. Assim, o intelectual sindical cutista, orgânico ao seu movimento, pode ser interpretado como o elemento que pensa as contradições da sociedade a partir dos interesses de classe, contestando em sua prática educativa os interesses da classe hegemônica. Este é o agente cutista entre o conhecimento produzido historicamente (teoria) e a prática educativa cutista, ou a prática sindical.

No fundo, Gramsci retomava o tema, tradicional na história do movimento operário, da indissolubilidade entre engajamento político e engajamento intelectual (BOBBIO, 1997, p. 132).

O intelectual não é um ser gerado exclusivamente dentro da sociedade capitalista, sendo reconhecido como uma figura presente em diferentes épocas:

Toda sociedade em qualquer época teve seus intelectuais, ou mais precisamente um grupo mais ou menos extenso de indivíduos que exerce o poder espiritual ou ideológico contraposto ao poder temporal ou político, isto é, um grupo de indivíduos que corresponde, pela função que desempenha, àqueles que hoje chamamos de intelectuais (BOBBIO, 1997, p. 119).

Assim, onde mais precisamente estes indivíduos chamados intelectuais podem ser gerados? “A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis”(GRAMSCI, 1985, p. 9).¹²¹

A escola sindical¹²² neste sentido é o instrumento utilizado pela CUT para formar seus intelectuais sindicais (os formadores), e onde estes exerceriam suas funções nas atividades voltadas para o âmbito sindical e nos projetos de qualificação/formação profissional.

Segundo Mészáros, a educação é o maior desafio do capitalismo:

A educação tem duas funções principais numa sociedade capitalista: (1) a produção das qualidades necessárias ao funcionamento da economia, e (2) a formação de quadros e a elaboração de métodos para um controle político (MÉSZÁROS, 1981, p. 273).

A educação sindical consubstanciada na prática das escolas de formação cutistas seria uma tentativa de formar quadros, viabilizar aos trabalhadores o acesso à escolarização básica e permitir o acesso a uma formação profissionalizante diferenciada da praticada pelas classes patronais; e em última análise permitiria com isso contestar o controle exercido no meio educacional pela classe hegemônica.

A educação enquanto elemento intrínseco à sociedade foi matéria de análise de Marx e Engels:

A divisão do trabalho faz com que ‘actividade intelectual e material, o prazer e o trabalho caibam em partilha a indivíduos diferentes’, e tem entre outras conseqüências nefastas para o trabalhador, a oposição entre riqueza e pobreza, depois entre saber e trabalho (DANGEVILLE, in MARX e ENGELS, 1978).

O pensar intelectualmente acaba ligado aos que, a partir do pressuposto da divisão do trabalho, estão ao lado da riqueza, e a atividade material levada a cabo através

¹²¹ Segundo Nosella, Gramsci valoriza as escolas “...(todo tipo de escola, pequenas ou grandes, formais ou informais), que são as instituições formadoras dos intelectuais: as escolas dos cárceres, das famílias, dos partidos, dos sindicatos...” (GRAMSCI, apud NOSELLA, 1992, p. 93)

¹²² Nosella, compara as escolas sindicais com a escola de cultura fundada por Gramsci em 1920, ligada à revista socialista Ordine Nuovo, cujo objetivo era “formar os intelectuais orgânicos do futuro novo Estado Socialista...” (NOSELLA, 1992, p. 36) “Não conseguimos deixar de fazer uma referência às interessantes experiências educativas ou escolas sindicais e de formação política que atualmente estão surgindo no Brasil: o Instituto Cajamar, Escola 7 de Outubro, Escola Quilombo dos Palmares, entre outras. A referência se impõe por acharmos que existe certa relação entre estas Escolas inspiradas no movimento operário (sindical e partidário) de caráter objetivo começado no Brasil a partir das históricas greves de 1978, no A. B. C. e a Escola de Ordine Nuovo. É na relação orgânico-pedagógica entre uma Escola e um determinado movimento social objetivo que se deve procurar, no entender de Gramsci, o princípio didático inspirador.” (NOSELLA, 1992, p. 57)

do trabalho pelos que não detêm os meios de produção, os trabalhadores, seria um empecilho ao seu pensar intelectual

... a ciência, produto geral do desenvolvimento humano, é monopolizada pelo capital, mas esta apropriação só se efectua depois de a técnica e de a ciência terem sido produzidas pelo “trabalho coletivo” no processo de trabalho imediato, de maneira tão material como os artigos da produção (DANGEVILLE, in MARX e ENGELS, 1978).

O capital se apropria do conhecimento após este ser produzido pelo trabalho coletivo. O trabalho coletivo nada mais é do que o meio para se produzirem os bens de consumo na sociedade capitalista.

O conhecimento ou a ciência fruto do saber sistematizado acaba servindo aos interesses mais imediatos do capital, por conseguinte, da classe hegemônica. O intelectual sindical cutista, presumivelmente, ao reelaborar este conhecimento serve, em linhas gerais, aos interesses da classe trabalhadora.

A educação sindical nas escolas cutistas não vislumbra, nem tampouco propõe a supressão da educação escolar formal, segundo a Central. No entanto, levando-se em consideração o pressuposto cutista de disputa de hegemonia, presume-se que deva desencadear um processo de re-humanização da classe trabalhadora, fornecendo-lhe instrumentos para a interpretação dos elementos que condicionam esta classe à condição subalterna. Nesta perspectiva, propondo a educação popular e libertária, Paulo Freire afirma:

Na medida em que a interiorização dos valores dominadores não seja somente um fenômeno individual mas também um fenômeno social e cultural, a repulsa destes valores deve ser levada a cabo por um tipo de ação cultural na qual a cultura negue a cultura. Quer dizer, a cultura como produto interiorizado, que condiciona os atos ulteriores do homem, deve chegar a ser o objeto de seu conhecimento, para que possa perceber seu poder de condicionamento (FREIRE, 1980, p. 88).

A tentativa da CUT em educar uma parte da classe trabalhadora brasileira se concretiza como uma busca de alternativas para sistematizar o saber acumulado, e desta forma criar um intelectual sindical formador, que estaria subordinado, por esta opção ideológica, aos interesses contra-hegemônicos propagados pela Central.

O trabalhador, no conceito de classe subalterna, está potencialmente apto a absorver conhecimento, pois o mesmo ainda não foi cultivado. O intelectual sindical neste

sentido apresenta-se como um instrumento criado pelo movimento cutista, com a função de levar o conjunto dessa classe à superação de suas condições imediatas na sociedade capitalista e em última análise, à transformação dessa mesma sociedade

... quanto mais baixa na escala social está uma classe e quanto mais 'inculta' no sentido corrente da palavra, mais está próxima do progresso e do futuro (MARX, ENGELS, 1978, p. 152).

Marx enfatiza:

...que uma dificuldade de ordem prática está ligada a esta questão. Por um lado, é preciso uma mudança das condições para criar um sistema de instrução novo; por outro lado, é preciso um sistema de instrução já novo para poder mudar as condições sociais. Por conseguinte, é preciso partir da situação atual (MARX, ENGELS, 1978, p. 224).

Dados os instrumentos de dominação da classe hegemônica na sociedade capitalista:

Acredita-se que na actual sociedade (e apenas tratamos dela neste momento) a educação possa ser igual para todas as classes? (MARX, ENGELS, 1978, p. 88).

O interesse cutista em trabalhar a educação impõe que esta busque avaliar ou determinar qual o caráter do ensino e qual educação espera, por esse entendimento, ver os trabalhadores recebendo, pois a burguesia assim o faz.

A escola sindical cutista, na perspectiva atual, apresenta-se como um meio pensado pela Central de trabalhar a educação sob a perspectiva dos interesses dos trabalhadores.

O contexto da condução da hegemonia ou da contra-hegemonia é extremamente complexo, e para essa análise concorrem inúmeros autores gramscianos ou que analisam o seu pensamento.

Levando-se em consideração que o conceito de hegemonia possui seu entendimento moderno a partir de uma análise marxista – e para isso concorrem as análises de Lênin e Gramsci – no entendimento destes autores a condução da hegemonia, ou da contra-hegemonia, caberia ao partido político e não ao sindicato (movimento sindical).

O partido político revolucionário¹²³ seria o condutor das aspirações da classe trabalhadora, ficando o sindicato em segundo plano, absorvido por questões mais imediatas, geralmente de caráter econômico. Ou seja, na teoria gramsciana, o sindicato é um braço político dos trabalhadores com limitações para conduzir a luta contra-hegemônica.

Mesmo assim, o partido e o sindicato teriam, guardadas as suas especificidades, uma função político-educativa, porém, da mesma forma, não são os únicos com essa prerrogativa (NOSELLA, 1992, p. 32).

Há que se atentar para o contexto histórico em que foram formuladas as teorias gramscianas (início do século XX). Atualmente as condições históricas para que ocorra a atuação do partido político revolucionário são extremamente difíceis e notadamente diversas daquelas idealizadas por Gramsci, nas décadas iniciais do século passado.

Como analisar dessa forma a posição da CUT em relação à sua postura de “resistência propositiva e disputa de hegemonia” ?

Partindo-se do pressuposto de que o conceito de hegemonia utilizado pela CUT seja o gramsciano, a Central poderia sim, como representante de uma parcela da classe trabalhadora disputar hegemonia no âmbito da sociedade civil, porém com limitações.

Essas limitações estariam colocadas em primeiro lugar na imensa disparidade de forças que os trabalhadores e seus órgãos de representação encontram contra si, historicamente dentro da sociedade capitalista. Em segundo lugar a CUT não é a única representante da classe trabalhadora brasileira, é uma facção dela, por conseguinte, está ainda disputando hegemonia dentro do próprio movimento sindical.

Na evolução da sociedade capitalista os trabalhadores, na condição de classe subalterna, enfrentaram condições históricas desfavoráveis. Tanto antes como agora, as contingências que são impostas aos trabalhadores fazem com que estes e suas entidades representativas busquem meios para, senão destruir os efeitos negativos destas contingências, pelos menos os abrandar.

Dessa forma a CUT como uma destas entidades representativas, se propõe a ser um agente dos trabalhadores na disputa por hegemonia. Considerando-se as limitações sociais e históricas impostas a esta proposta, a Central estaria fazendo exercícios de contra

¹²³ O partido segundo Gramsci é o intelectual coletivo.

hegemonia ainda no estágio conceituado em Gramsci como guerra de posição, ou seja, a ocupação de espaços dentro da sociedade civil, até que através da sistemática atuação contra-hegemônica se atinjam os objetivos propostos.

Para possibilitar que este objetivo político seja alcançado, e reverta em conquistas para os trabalhadores, é necessário que a CUT apresente suas propostas e as debata com o conjunto da sociedade, visando estabelecer um conjunto amplo de alianças com espectros que politicamente estejam alinhados com suas formulações, buscando com isso, através de uma necessária articulação permanente, construir a hegemonia dos trabalhadores.

Nesse sentido a importância dos intelectuais sindicais cutistas torna-se primordial, bem como as formulações da formação cutista privilegiadamente construída nas escolas sindicais.¹²⁴

CAPÍTULO II

A FORMAÇÃO NA ESCOLA SUL NOS ANOS 90: IMPLEMENTANDO A FORMAÇÃO E O SABER PROLETÁRIO – SISTEMATIZANDO DADOS

2.1 – A Escola Sul da CUT: da concepção à prática

A Escola Sindical Sul da CUT é fruto da evolução da política nacional de formação desta central sindical. A extensão territorial do Brasil, aliada a um entendimento

¹²⁴ Interpretando o pensamento de Gramsci, Jesus argumenta que: “Na teoria da superestrutura esboçada por Gramsci, ele procurou compreender as contradições nas relações sociais, propondo uma ação original que consiste no exercício da hegemonia que, por sua vez, implica a questão da ideologia, dos organismos da sociedade civil e política, bem como suas relações com a estrutura e entre si. Para Gramsci, as relações sociais são políticas porque se dão dentro de um contexto de dominação e de direção. As forças que atuam dentro destas relações mostram-se diferentes e contraditórias no modo de ver a realidade, porque ocupam lugares diferentes enquanto dominadores e dominados. Para os primeiros, a *dominação** deve ser mantida e reproduzida ou justificada; para os segundos, ela deve ser contestada e superada. Em ambos os casos, a função da educação se torna importante. Compreendida como consolidação de domínio e compromisso de direção, este último aspecto justifica a posição gramsciana face ao processo educativo defendido não como acidental, conjuntural, mas, orgânico à hegemonia. Uma comparação feita por Gramsci para determinar a natureza da relação indivíduo-massa pode ser empregada para avaliar a importância da educação dentro das relações hegemônicas: ‘Em um quadro ou estátua de Michelângelo, ‘vemos’ o esqueleto das figuras retratadas, sentimos a solidez da estrutura sob as cores e o relevo do mármore’. (...) Assim como no bloco histórico, não se pode pensar em massa sem o indivíduo, também não se pode pensar em hegemonia sem educação. Viver é para Gramsci ser partidário, pois quem vive verdadeiramente não pode deixar de ser cidadão, isto é, de tomar partido, destruindo-se mais uma vez, o mito da neutralidade em nome da necessidade de uma concepção de mundo. As condições para se chegar a esta concepção de mundo são criadas principalmente pela educação, que passa a fazer parte integrante do processo político ou hegemônico.” (GRAMSCI, apud JESUS, 1989, p. 81) * (grifo do autor)

político interno, fez com que a CUT, desde os primeiros anos de atividade, procurasse se articular desde o âmbito local, passando pelo regional e estadual e chegando ao nacional. A formação sindical tida pela central como prioridade desde sua fundação, seguiu este entendimento ou determinação e estruturou-se de tal forma que é considerada interna e externamente como a mais organizada das instâncias cutistas.

A necessidade de desenvolver atividades formativas de forma mais especializada e articulada fez com que a CUT retomasse experiências históricas de educação de trabalhadores em um espaço físico com este fim, e implementou a partir do final da década de oitenta suas escolas de formação sindical. Contribuiu também para isto o entendimento na CUT de que cada instância da central deveria possuir uma estrutura própria de formação.

Inicialmente a CUT manteve estreito relacionamento, em meados dos anos oitenta, com escolas de formação sindical que subsidiavam suas atividades formativas. Ligadas, em parte, aos movimentos populares e sindical e possuidoras de quadros de educadores também oriundos desses meios, essas escolas eram o Instituto Cajamar, a Escola 7 de Outubro e a Escola Quilombo dos Palmares.¹²⁵

Esta experiência foi determinante para que a CUT vislumbrasse a criação de suas próprias escolas sindicais, como instrumentos regionais que viabilizassem a consolidação de sua Política Nacional de Formação, e se estabelecessem como centros de excelência em formação sindical.

A partir deste entendimento foram surgindo em fins da década de oitenta as escolas sindicais orgânicas à CUT.

Na Região Sul do País, entre os anos de 1983 e 1989, o movimento sindical cutista, no que diz respeito à formação sindical, procurou implementar a implantação das secretarias estaduais de formação, com as atividades formativas regionais ou estaduais ligadas ao Plano Nacional de Formação da CUT.¹²⁶ O quadro abaixo nos mostra os eixos e objetivos centrais das atividades empreendidas então na região:

¹²⁵ Essas escolas, a partir dessa convivência de assessoramento, tornaram-se conveniadas à CUT e posteriormente a Escola 7 de outubro, foi incorporada à estrutura orgânica da central.

¹²⁶ Evidentemente que experiências isoladas de formação sindical foram levadas a cabo, no entanto a recuperação documental destas atividades é de difícil execução.

Tabela 1: Eixos e objetivos centrais das atividades formativas na Região Sul do país: 1983-1989

Prioridades/Eixos	Objetivos	Atividades	Participantes
<ul style="list-style-type: none"> - Concepção, Estrutura e Prática Sindical; - Organização Sindical; - Construir a identidade do sindicalismo cutista; - Construção do referencial metodológico da formação cutista. 	<ul style="list-style-type: none"> - Construir e consolidar a Central; - Qualificar os dirigentes sindicais; - Ganhar sindicatos; - Organizar os trabalhadores nos locais de trabalho; - Estruturar e organizar as SEFs e as Secretarias de Formação dos Sindicatos. 	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis

Fonte: Escola Sul

O processo de discussão para implantação de uma escola sindical cutista na Região Sul do país tem início nos anos de 1987/1988 a escola deveria atender às CUTs do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os contatos iniciais para tal empreitada foram realizados entre os anos de 1987a1989 entre a CUT Nacional e as CUTs dos estados da região.

O primeiro passo concreto nesse sentido foi uma reunião ocorrida no ano de 1989, realizada na cidade de Florianópolis, entre as CUTs estaduais (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e a Secretaria Nacional de Formação da CUT Nacional, quando se discutiu o real interesse em construir uma escola sindical na região.¹²⁷

As direções das CUTs estaduais em questão optaram afirmativamente quanto à construção da escola sindical e deliberou-se que o encaminhamento e coordenação do processo de fundação da escola ficaria a cargo de um Conselho Político composto por três pessoas de cada uma das CUTs estaduais, juntamente com a Secretaria Nacional de Formação.¹²⁸ Este conselho seria acompanhando de uma equipe composta de uma coordenação pedagógica constituída por um formador de cada um dos estados do Sul, indicados pelas respectivas CUTs, e uma administradora. Os detalhes necessários para tal

¹²⁷ A citada reunião ocorreu no dia 21 de agosto de 1989.

¹²⁸ Este Conselho Político atuou com esta configuração até dezembro de 1990, quando foi alterado.

empreitada, entre eles, como seria fisicamente o centro de ensino, sua localização, entre outros, ficaram para um segundo momento.¹²⁹

O Conselho Político e a equipe pedagógica elaboraram um “Plano de Trabalho para Implantação da Escola em 1990”, com os seguintes objetivos:

- debater a proposta da Escola Sul com o movimento sindical cutista dos três estados do Sul;
- fortalecer o debate sobre a importância estratégica da formação para implantação do projeto da CUT, estimulando os sindicatos e as instâncias da central a investirem em formação;
- iniciar o processo de integração na região. (CUT, Escola Sul, mimeo, a, s.d)

No primeiro semestre de 1990 foram realizados oito seminários em cidades-pólo da Região Sul, com a participação de dirigentes sindicais, formadores e entidades que desenvolviam formação sindical, juntamente com o citado conselho e equipe pedagógica.

Os seminários tinham a intenção de consulta ou de debate com o movimento sindical da região. Estes encontros foram considerados um sucesso pelo Conselho Político e equipe de apoio, demonstrando a aceitação da idéia de fundação de uma escola sindical pelo público participante.

Os temas geradores dos seminários centraram-se: nas necessidades do movimento sindical da Região Sul no campo da formação; no papel, objetivos e público alvo da escola sindical; na definição de como seria a relação da escola com as CUTs estaduais, as secretarias de formação das CUTs estaduais, sindicatos, entidades de formação que estavam atuando no campo da CUT e outras, tais como, universidades, assessorias institutos de pesquisa ou similares; na estrutura político-organizativa da escola; nas funções da equipe técnico-pedagógica e administrativa; na infra-estrutura; na localização, e finalmente, em qual seria o nome designado para a escola sindical.

Neste seminário a gente expunha a idéia do que é uma escola sindical e se fazia então uma descrição a partir de algumas questões: o movimento sindical estava disposto a sustentar e a defender esta escola? Discutia-se outra questão também: qual o papel desta escola, concepção, estas questões. E, além disso, também a sua forma de ser gerida. Fazer a gestão da escola como seria, se através de uma direção, conselho diretor, enfim, estas questões organizativas. E, por fim, a questão da localização, onde é que estaria localizada na Região Sul, e qual seria sua estrutura física. Estes pontos todos eram discutidos nos seminários, foram recolhidas as conclusões destes oito seminários e foi sistematizado as conclusões

¹²⁹ Foi deliberado ainda, que para viabilização da escola sindical, seriam apresentados projetos de cooperação internacional com as centrais sindicais: Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGIL) da Itália e Confederação Alemã de Sindicatos (DGB) da então Alemanha Ocidental.

destes oito seminários. E a conclusão final dos oito seminários foi de que deveria ter uma escola e aí seguiram-se uma série de outras decisões (Formador Ulisses).

O quadro abaixo indica as datas, locais de realização e número de participantes dos seminários.

Tabela 2: Dados sobre os seminários realizados com vistas à implantação da Escola Sul: local, data de realização e número de participantes

DATA DO SEMINÁRIO	LOCAL	Nº DE PARTICIPANTES
05-04-1990	Porto Alegre - RS	30
06-04-1990	Florianópolis - SC	25
07-04-1990	Curitiba - PR	40
09-04-1990	Santa Rosa - RS	13
10-04-1990	Erechim - RS	27
11-04-1990	Chapecó - SC	38
27-04-1990	Londrina - PR	23
28-04-1990	Cascavel - PR	42
Total de participantes ¹³⁰		238

(CUT, Avaliação Geral da Escola Sul, 1990)

Entre as discussões dos temas geradores dos seminários uma das questões centrais dizia respeito à localização física da escola sindical. Entre os critérios para a definição do local encontravam-se:

- acesso facilitado aos três estados da região sul, tanto rodoviário quanto aéreo;
- acesso facilitado aos meios de comunicação;
- proximidade a centros de formação ou universidades que possibilitasse unir um maior número de formadores/educadores;
- localização geográfica central dentro da Região Sul;
- localização estratégica;

¹³⁰ O número de participantes em cada seminário inclui os membros do conselho político e da equipe técnica responsável pelo processo de implantação da escola sindical. Em Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, Londrina e Cascavel, faziam parte do conselho e da equipe técnica, 9 pessoas; em Santa Rosa e Erechim, 7 pessoas; em Chapecó, 8 pessoas. No seminário de Florianópolis participaram dois observadores; o de Curitiba contou com a presença de um observador. Estes observadores eram ligados ao Instituto Latino-americano de Desenvolvimento Econômico e Social, ILDES e à CGIL.

- a localização deveria pressupor uma proximidade aos sindicatos filiados à CUT;
- aproveitamento de uma estrutura física já existente;
- a necessidade de elaboração de um *marketing* para a escola;
- a cidade sede deveria possuir um baixo custo de vida.

Entre outras propostas, por maioria ficou definido que a localização da escola seria na cidade de Florianópolis capital do Estado de Santa Catarina.¹³¹

E a escola, ela ficaria sediada em Florianópolis por várias razões. Não foi uma decisão fácil, mas enfim, predominou esta localização física aqui (Formador Ulisses).

As discussões em torno da denominação da escola sindical ficaram em sua maioria centradas em: Escola Sindical da CUT, Escola Sul da CUT, ou a realização de um concurso dentro do movimento sindical cutista no Sul do país para que o nome fosse escolhido.¹³²

Após a realização destes seminários o Conselho Político e a Equipe Técnico-Pedagógico-Administrativa realizaram uma série de reuniões, em que foi elaborado o pré-projeto da escola sindical.

Uma vez que o movimento sindical cutista da Região Sul já havia optado pela fundação da escola sindical, os encaminhamentos finais foram dados pela coordenação anteriormente citada.

Em reunião realizada em 21 de maio de 1990, os resultados dos seminários foram avaliados e alguns procedimentos foram tomados, entre eles, a caracterização da escola, objetivos, localização, infra-estrutura, viabilização da escola, estrutura orgânico-administrativa entre outros.

As CUTs Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, reunidas em 17 de junho de 1990, juntamente com o Conselho Político e a Equipe Técnico-Pedagógica e Administrativa aprovaram o pré-projeto da escola sindical. A partir deste momento a Escola Sindical Sul passou a existir formalmente.

¹³¹ Outras propostas indicavam como sede as cidades de Curitiba, e Chapecó.

¹³² Entre as outras propostas de nome para a escola encontravam-se: Escola da CUT Sul, Escola Cut Sul, SUL/CUT, Escola Contestado, Escola Sindical Contestado, Escola 28 de Agosto, Escola Roseli.

O Conselho Político, também a partir deste momento, ficou responsável pelo gerenciamento da Escola Sul.¹³³

Entre os elementos constitutivos da fundação da Escola Sul a CUT a destacava como um instrumento regional para formação sindical voltado também para a produção de conhecimento visando melhor capacitar e articular as lutas sindicais do Sul do país.

A Escola Sul foi idealizada como uma escola orgânica à CUT, ficando as CUTs do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e a CUT Nacional – por meio da Secretaria Nacional de Formação – como responsáveis pela sua administração.

...ela seria uma escola sindical, portanto voltada prioritariamente para a formação sindical, diferente um pouco do Cajamar¹³⁴, que tinha uma concepção mais voltada para o campo popular e partidário etc. Seria orgânica, acho que isto é importante porque então ela nasce de fato uma escola orgânica à CUT, sustentada, mantida pela CUT. E também se traçou rapidamente alguns objetivos. Eles eram basicamente quatro no início: a formação de dirigentes; a formação de formadores; a necessidade de se fazer um levantamento sóciopolítico e econômico da região. Você pôde conhecer a realidade do movimento sindical melhor, e por fim a documentação e memória, foram os objetivos primeiros que surgiram, e se fez isso. Então em julho, melhor, em junho, 17/06/1990, se consolidou então numa reunião das três CUTs a idéia de se ter uma escola. Essa é a data de fundação. É a data oficial da fundação da escola (Formador Ulisses).

As estruturas formativas ou atividades de formação existentes nos sindicatos da região continuaram em atividade, uma vez que a Escola Sul não as substituiu, e sim foi criada no intuito de fortalecer e dar subsídios à formação sindical cutista da região.

A CUT estabeleceu que a escola deveria:

- ter seu eixo prioritário de trabalho centrado em projeto estratégico de concentração e sistematização da formação que incorpore num mesmo processo a produção coletiva e socialização do conhecimento e a relação com a prática concreta dos dirigentes cutistas, privilegiando a qualidade técnico-política;

¹³³ Os membros do Conselho Político e Equipe Técnico-Pedagógica-Administrativa, responsáveis pela condução do processo de implantação da Escola Sul, depois consolidados como membros da escola foram: Conselho Político: da CUT-Paraná, Henrique Pizzolato, Paulo Roberto Cequinel, Izabel Cristina Gonçalves; da CUT-Santa Catarina, Clemente Mannes, Reinaldo Machado, Ineir Mittmann; pela CUT-Rio Grande do Sul, Gilmar Pedruzzi, Siderlei Oliveira, Miguel Rossetto; pela Secretaria Nacional de Formação, Jorge Lorenzetti. Os membros da Equipe Técnico-Pedagógica foram: Derci Pasqualotto, do Paraná; Deisimer Gorcevski e Roseli Salete Caldart, do Rio Grande do Sul; e Denise Pires, de Santa Catarina. O membro da Equipe Administrativa era Solange Ana Veiga Neker Mannes, de Santa Catarina. Os responsáveis pela elaboração do Projeto de Implantação da Escola Sul foram: Derci Pasqualotto e Armando Dalla Costa, do Paraná; Denise Pires e Clemente Mannes, de Santa Catarina; Deisimer Gorcevski, do Rio Grande do Sul e Jorge Lorenzetti, da Secretaria Nacional de Formação da CUT Nacional.

¹³⁴ Instituto Cajamar, escola sindical à época conveniada à CUT, desativada em 1996.

- *ter uma organização flexível e versátil que lhe permita ir ao encontro da prática concreta dos dirigentes sindicais cutistas, reconhecendo nela o processo formativo por excelência;*
- *considerar a pesquisa da realidade como um dos elementos importantes da concepção de formação da escola;*
- *ser elemento de integração das lutas sindicais e rurais da região (CUT, mimeo, a, s.d.).*

O importante espaço ocupado pela questão metodológica na educação cutista fez com que a nascente escola assumisse o compromisso de desenvolver uma metodologia “coerente com a realidade e com os objetivos de sua criação.” Assim a escola procurou desenvolver estes elementos metodológicos levando em consideração que estes deveriam constituir uma construção coletiva e possuiriam:

- *uma concepção cada vez mais ampla e dinâmica de formação que não se reduza a cursos ou seminários, mas que seja capaz de articular organicamente atividades de pesquisa, cursos e acompanhamento direto do dia-a-dia das lutas sindicais da região;*
- *entender a formação como intimamente ligada ao processo organizativo dos trabalhadores e, portanto, como uma das preocupações centrais do conjunto dos dirigentes das várias instâncias da CUT;*
- *a necessidade de criar condições para um vínculo permanente entre a prática e a teoria que possibilite a aprendizagem de conceitos e teoria capazes de desencadear e/ou aperfeiçoar ações transformadoras reais;*
- *a formação como um processo de construção coletiva do conhecimento e ao mesmo tempo como um processo que torne cada trabalhador o sujeito de sua existência individual e social;*
- *desenvolver uma educação integral que leve em conta a multidimensionalidade da pessoa humana, trabalhando em especial a relação entre as necessidades e as aspirações individuais e o envolvimento coletivo num projeto político e histórico;*
- *buscar a unidade do trabalho formativo através do respeito a diversidade de posturas e de ações em relação a objetivos comuns (CUT, mimeo,b, s.d.).*

Um plano estratégico de formação para a Região Sul já era vislumbrado pela escola no período da fundação, plano este a ser discutido com o conjunto do movimento cutista. Os planos de formação da escola começaram a ser articulados em seu primeiro ano de atividade.

Durante o segundo semestre de 1990, foi montada a primeira equipe de formadores/educadores e desenvolvidas as primeiras atividades formativas. Esta equipe de formadores participou inclusive de atividades de auto-capacitação, no Instituto Cajamar, na Escola 7 de Outubro, na Itália e na Alemanha.

De julho até o final do ano então se montou a primeira equipe de educadores, que eram quatro educadores, se montou um conselho diretor composto por três representantes de cada CUT, se elegeu uma diretoria executiva, algumas pessoas

que fossem fazer o dia-a-dia da escola e realizou o básico, três atividades de formação (Formador Ulisses).

A gestão da escola, modificada com o tempo, pressupunha uma estrutura orgânico-político-administrativa, composta da seguinte forma, no início de suas atividades em 1991:

- **Conselho Político:** instância máxima na tomada de decisões na Escola Sul, de caráter deliberativo, inclusive sobre as atividades de formação. Compunha-se de 26 membros, sendo oito dirigentes sindicais de cada um dos três estados da Região Sul, um membro da Secretaria Nacional de Formação da CUT e um membro da Equipe Técnico-Pedagógica e Administrativa.¹³⁵

- **Coordenação Executiva:** responsável pelos encaminhamentos das decisões do Conselho Executivo, e organização do funcionamento da Escola Sul, como também da direção efetiva da escola sindical. Assim constituída:

- Coordenador Geral
- Coordenador Adjunto I
- Coordenador Adjunto II
- Coordenador de Programas
- Coordenador Administrativo Financeiro

- **Equipe Técnico-Pedagógica e Administrativa:** constituída por oito membros, ou seja, seis formadores/educadores e dois funcionários administrativos.

Os objetivos primordiais da recém-fundada escola sindical foram delineados para:

- qualificar e formar quadros, entre estes: dirigentes, lideranças, monitores e formadores/educadores, para o movimento sindical cutista do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

- fazer acompanhamento dos quadros formados em sua ação sindical, criando para isso uma metodologia específica;

- recuperar as experiências de formação historicamente produzidas na Região Sul, visando aproveitar os conhecimentos acumulados;

- acompanhar os Planos Estaduais e Regionais de formação, buscando subsidiá-los na elaboração e desenvolvimento;

¹³⁵ Esta configuração do Conselho Político da Escola existiu a partir de dezembro de 1990. Em 1994 ainda encontrava-se com esta organização.

- analisar cientificamente a sociedade regional em suas dinâmicas sociais, a fim de subsidiar o movimento sindical cutista em suas lutas, tendo como prioridade áreas consideradas estratégicas para a CUT, no âmbito urbano ou rural;

- como apoio às atividades de formação, desenvolver espaços de produção de material bibliográfico.

O espaço físico onde funcionava a Escola Sul constituía-se, nos primeiros anos, de uma sede alugada para funcionamento da administração, como também para que os formadores/educadores pudessem efetuar seus estudos e preparação de atividades.

As atividades formativas eram realizadas de forma descentralizada, e para isso, a escola utilizava-se das estruturas disponíveis no local de origem destas atividades. O espaço cedido para tal fim poderia ser um sindicato, casas de formação ou salas de aula em universidades, entre outros.

O projeto da Escola Sul, no início de suas atividades, previa a construção de instalações definitivas com todo o suporte necessário para uma instituição de ensino.¹³⁶

Estruturada a partir de um convênio tripartite entre a CUT, as centrais sindicais DGB da Alemanha e CGIL da Itália, o suporte financeiro previsto para manutenção da Escola Sul nos três primeiros anos de funcionamento seriam assim distribuídos:

- da Central Sindical DGB da Alemanha, e da Central Sindical CGIL da Itália – 70%
- de recursos originários da CUT através de sindicatos filiados e contribuições voluntárias de trabalhadores – 30%

Os recursos que totalizavam os 30% citados comporiam a aquisição de terreno para construção da futura sede própria¹³⁷, viabilização de transporte e custeio das atividades formativas, e manutenção da infra-estrutura da escola.

A previsão inicial era que esses valores iriam progressivamente se alternando, e por volta de 1995, a CUT deveria estar bancando 70% das despesas com formação e os demais 30% seriam recursos de cooperação internacional. No início de 1994, os objetivos inicialmente traçados no mencionado convênio ainda não haviam sido cumpridos, pois 76% da Escola Sul ainda era bancado pela cooperação internacional. Essa

¹³⁶ Isto somente ocorreu em 1996, e será tratado ainda neste capítulo. No interregno de 1990-1996, a Escola Sul funcionou em diversos endereços com sede alugada.

¹³⁷ Os recursos destinados à compra do terreno tiveram outra destinação evidentemente, pois o terreno onde foi construída a sede própria foi doado.

situação perdurou até 1998, quando entram em cena os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – (FAT), que passam a subsidiar algo em torno de 95% das atividades formativas da escola.

A fundação da Escola Sindical Sul, como parte do processo de expansão e consolidação da Política Nacional de Formação da CUT, demonstrou vontade política do movimento sindical cutista do Sul do país em investir em formação. O ano de 1990 foi marcado pela criação da Escola Sul, e com esta em atividade, pela possibilidade de a partir de então implementar a formulação de um plano de formação articulado regionalmente entre as SEFs e a Escola Sul. O quadro a seguir apresenta sinteticamente os eixos, prioridades e objetivos da formação sindical naquele momento na Região Sul, juntamente com os objetivos dos então responsáveis pela escola:

Tabela 3: Eixos e objetivos da formação sindical, bem como, atividades desenvolvidas e número de participantes na Região Sul em 1990 ¹³⁸

Prioridades/Eixos	Objetivos	Atividades	Participantes
<ul style="list-style-type: none"> - Concepção, Estrutura e Prática Sindical; - Organização Sindical; - Construir a identidade do sindicalismo cutista; - Construção do referencial metodológico da formação cutista; - Criação da Escola Sul. 	<ul style="list-style-type: none"> - SEFs: os mesmos do período anterior; Escola: - Debater com os dirigentes e lideranças sindicais o Projeto da Escola; - Promover a integração e o conhecimento da Região Sul do ponto de vista dos trabalhadores; - Construir e consolidar a equipe interna de formação, do acordo com os princípios e metodologia da CUT. 	<ul style="list-style-type: none"> - Escola Sul - 8 seminários 	<ul style="list-style-type: none"> - Escola Sul - 313 participantes.

Fonte: Escola Sul

Uma vez iniciadas as atividades tornou-se imperativo que esta vontade política fosse concretizada em ações que viabilizassem a sobrevivência da escola. O movimento sindical cutista dos três estados do Sul, necessitou ainda de algum tempo para

¹³⁸ A maioria dos documentos da CUT apresenta o ano de 1990, como sendo o de fundação da Escola Sul, e o de 1991, como o início das atividades formativas. A Escola Sul considerou nessa estatística os seminários que discutiram sua implantação como sendo atividades suas. A escola não dispõe de dados sobre as atividades formativas e seus respectivos participantes, levadas a cabo pelas SEFs de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no período entre 1983, fundação da CUT, e 1995 quando entra em atividade a Rede Regional Sul de Formação, por essa idealizada.

entender que a Escola Sul constituía-se em um instrumento básico para o aprimoramento de suas intervenções em defesa dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores da região. A interação e o comprometimento necessários entre a escola sindical e os sujeitos políticos interiores ao movimento cutista somente ocorreram com o passar do tempo, apesar de que a mensuração de tal envolvimento ao longo dos anos de funcionamento da escola é de difícil constatação. O trabalho conjuntamente realizado pela equipe de formadores e direção da escola pode ser traduzido nas atividades desenvolvidas ao longo da década de atividade da Escola Sul.

2.2 – Escola Sul, os primeiros passos: fase 1 (1990/1991 a 1994)

Não me esperem para a colheita, porque estarei sempre semeando (Ernesto Che Guevara).

A Escola Sindical Sul entrou efetivamente em atividade, segundo os documentos da CUT, no ano de 1991. As dificuldades encontradas no segundo semestre de 1990 para o funcionamento da escola foram forçosamente tendo que ser superadas durante os primeiros anos para que a escola se consolidasse.¹³⁹

Dentre estas dificuldades, a falta de envolvimento dos dirigentes sindicais da região com a escola muito provavelmente tenha sido o maior dos impedimentos a serem vencidos. É difícil mensurar o grau de envolvimento dos sindicatos da região com a escola ao longo dos anos em que esta se encontra em funcionamento. É possível encontrar-se entre os dirigentes sindicais posicionamentos que margeiam dois extremos, que vão desde a defesa intransigente da escola, passando por uma resistência calculada, à mais completa indiferença.

Atualmente com doze anos de funcionamento, é possível separar três grandes momentos, ou fases, na história da Escola Sul que vão: da instalação e início das

¹³⁹ Na avaliação geral das atividades da Escola Sul em 1990, encontram-se levantados alguns pontos negativos surgidos durante o segundo semestre daquele ano, logo após a fundação da escola. Entre eles a falta de envolvimento dos dirigentes sindicais da região na consolidação da proposta da escola; as dificuldades de amadurecer coletivamente a concepção de formação sindical e da escola; dificuldades no funcionamento do Conselho Político devido às atividades que os conselheiros desenvolviam em seus estados de origem; os membros da equipe pedagógica não haviam ainda fixado residência em Florianópolis, entre outras.

atividades em 1990/1991 a 1994; de 1995/1996, quando entrou em funcionamento a Rede Regional Sul de Formação e foi construída a sede própria, a 1998, quando se iniciaram as atividades de qualificação/formação profissional; e finalmente de 1998 até nossos dias. Neste capítulo será trabalhado o levantamento das atividades formativas do período 1990-2000, numa tentativa de quantificação da formação executada.

A primeira fase da Escola Sul tem início em 1990/1991. As atividades formativas iniciaram-se em fevereiro de 1991, sendo que a primeira destas constou de um encontro realizado entre as Secretarias Estaduais de Formação dos três estados do Sul e a equipe da escola.

Além dos objetivos inicialmente traçados para a escola, já mencionados, a equipe tencionava iniciar a partir de 1991 um trabalho conjunto com as secretarias estaduais de formação dos três estados da região, como também iniciar um processo de formação de formadores para atuar com o programa de formação CEPS.

Os programas desenvolvidos naquele ano foram os seguintes: Concepção, Estrutura e Prática Sindical (CEPS); Formação de Formadores em CEPS; Planejamento e Administração Sindical Cutista; Formação de Trabalhadores Rurais, além de atividades de pesquisa, Conjuntura Regional, Assessorias e auto-capacitação da equipe técnico-pedagógica e administrativa da escola.

Nos quadros abaixo encontram-se expostas as atividades formativas.

Tabela 4: Escola Sul: atividades de formação em 1991

NÚMERO DE ATIVIDADES	NÚMERO DE PARTICIPANTES
07 cursos ¹⁴⁰	182 dirigentes/formadores
04 encontros	76 dirigentes/formadores
03 seminários	71 dirigentes/formadores
TOTAL: 14 atividades	329 participantes¹⁴¹

Fonte: Escola Sul

Tabela 5: Escola Sul: outras atividades desenvolvidas em 1991

¹⁴⁰ O curso Formação de Formadores realizado na Secretaria Estadual de Formação da CUT-Paraná foi realizado em 03 etapas de uma semana cada.

¹⁴¹ Os cursos realizados tiveram em média uma duração de 7 dias, ou 56 horas de atividades. Os seminários e encontros duraram em média dois dias e meio ou 20 horas de atividades.

OUTRAS ATIVIDADES/TIPO DE ATIVIDADE¹⁴²	NÚMERO
Assessorias prestadas	06
Participação em eventos de auto-capacitação	12
EVENTOS GERAIS	NÚMERO
Reuniões de trabalho interno	11
Avaliações dos trabalhos realizados	07
Atividades de estruturação das equipes	15
Reuniões com sindicatos/CUTs/ONGs/Universidades e outros	10
Reuniões da coordenação executiva	07

Fonte: Escola Sul

A Escola Sul caracterizou o público participante das atividades de formação do ano de 1991 como sendo:

- um público jovem, em sua maioria do sexo masculino;
- com pouco tempo de militância no movimento sindical: em média três anos;
- preocupados com sua própria formação e muito receptivo;
- desprovidos dos vícios das lideranças mais antigas da CUT e sem vivência no movimento sindical;
- com pouco embasamento formativo;
- sindicalistas ocupantes de cargos intermediários, ou sem cargos de direção em suas entidades sindicais de origem, tais como: delegados sindicais, diretores não liberados ou membros do conselho fiscal de suas entidades;
- diversos militantes de sindicatos não filiados à CUT.

A equipe pedagógica da Escola Sul, lembrando as dificuldades enfrentadas durante aquele ano, avaliou o trabalho realizado como tendo cumprido os objetivos programados no início do ano.¹⁴³ Ainda assim várias dificuldades enfrentadas no decorrer do primeiro ano de atividades foram mencionadas pela equipe da escola entre elas: distanciamento dos sindicatos da região em relação à escola, os membros do

¹⁴² Estas atividades dizem respeito à equipe pedagógica ou de coordenação da Escola Sul.

¹⁴³ A avaliação final das atividades da Escola Sul durante o ano de 1991, somente foi concluída em fevereiro de 1992. Esta fonte não se encontrava disponível para consulta.

Conselho Político não cumpriam ou exerciam suas funções;¹⁴⁴ a escola estava sendo vista com reservas pelo movimento sindical cutista da região; havia dificuldades na seleção de público para participar das atividades formativas; as CUTs dos estados da região não assumiam os repasses financeiros necessários à manutenção da escola.

O início das atividades da escola marca também a realização das primeiras atividades regionais conjuntas entre esta e as SEFs dos três estados do Sul do país, uma prática que irá culminar com a criação da rede regional de formação em 1995. O quadro abaixo demonstra os encaminhamentos da formação da região e da Escola Sul.

Tabela 6: Eixos e objetivos da formação sindical, bem como atividades desenvolvidas e número de participantes na Região Sul em 1991

Prioridades/Eixos	Objetivos	Atividades	Participantes
<ul style="list-style-type: none"> - Concepção, Estrutura e Prática Sindical; - Formação de Formadores; - Planejamento e Administração Sindical; - Conjuntura; - Integração: SEFs/Escola Sul 	<ul style="list-style-type: none"> - Construir e consolidar a Central; - Qualificar os dirigentes sindicais; - Formar formadores para multiplicar os cursos de CEPs; - Organizar os trabalhadores nos locais de trabalho; - Preparar dirigentes na área do planejamento e administração; - Articular e organizar as atividades das SEFs e da Escola. 	<ul style="list-style-type: none"> - Escola Sul - 14 atividades 	<ul style="list-style-type: none"> - Escola Sul - 329 participantes.

Fonte: Escola Sul

Durante o ano de 1992, a Escola Sul procurou consolidar sua presença junto ao movimento cutista. As atividades da escola praticamente dobraram em número juntamente com o público delas participante. A seguir quadro com as atividades desenvolvidas, duração e número de participantes:

¹⁴⁴ O Conselho Político, com caráter deliberativo deveria reunir-se duas ou três vezes por ano, ou extraordinariamente se necessário. No entanto entre 1991 e junho de 1993, não houve sequer uma reunião deliberativa deste conselho. Ainda que se leve em consideração as demandas apresentadas ao movimento sindical, um espaço de dois anos sem que houvessem reuniões para debate de questões específicas da escola e da formação por ela encaminhadas, demonstram no mínimo falta de vontade política dos então membros do conselho. Em vista disto a Coordenação Executiva da escola tomava o cuidado de consultar as CUTs da região antes de fazer os encaminhamentos das inúmeras questões.

Tabela 7: Atividades desenvolvidas, duração e número de participantes em 1992

PROGRAMAS	TIPO DE ATIVIDADE		DURAÇÃO TOTAL		NÚMERO DE PARTICIPANTES
	CURSOS	SEMINÁRIOS	DIAS	HORAS	
CEPS	01	07	22	176	242
RHPM	05	03	36	286	132
PASC	01	14	64	512	333
MERCOSUL	--	02	05	40	49
PESQUISA	--	01	02	16	24
Enc. SEF's/Escola	--	03	07	56	57
TOTAL	07	30	136	1.086	837

Fonte: Escola Sul

Como objetivos específicos para 1992 encontravam-se: o início da construção de um sistema integrado de formação para a Região Sul, somente materializado em 1995 e chamado de Rede Regional de Formação; a capacitação de formadores/monitores para atuar na região; e iniciar atividades de um novo programa, a ser denominado Mercosul.

No intuito de demonstração ao seu público, a Escola Sul publicou uma amostra do tempo gasto na preparação das atividades desenvolvidas durante o ano de 1992. Este tempo está relacionado à preparação, execução, avaliação e sistematização de cada atividade formativa desenvolvida ao longo do ano.

Tabela 8: Capacitação de dirigentes/formadores: tempo despendido para o desenvolvimento de diferentes programas e atividades no ano de 1992

PROGRAMAS	Nº DE ATIVIDADES POR PROGRAMA	PREPARAÇÃO		EXECUÇÃO		AVALIAÇÃO		SISTEMATIZAÇÃO		TOTAL	
		DIAS	HORAS	DIAS	HORAS	DIAS	HORAS	DIAS	HORAS	DIAS	HORAS
CEPS	08	29	230	22	176	02	16	09	72	62	494
RHPM	08	37	295	36	286	17	136	33	263	123	980
PASC	15	10	80	64	512	05	40	112	08	91	730

MERCOSUL	02	10	86	05	40	--	--	05	40	20	166
PESQUISA	01	07	56	02	16	--	--	03	24	12	96
ESTRUTURAÇÃO DA ESCOLA	03	05	40	07	56	--	--	05	40	17	136
TOTAL	37	98	787	136	1086	24	192	67	537	325	2602

Fonte: Escola Sul

Este quadro exemplifica um cuidado da equipe pedagógica e coordenação em ilustrar a complexidade verificada na implementação de atividades formativas. O trabalho com atividades educativas, como não poderia deixar de ser, requer o máximo de aplicação dos educadores/formadores. A aplicação do conhecimento humano sistematizado em benefício do movimento sindical vai aos poucos sedimentando a presença da escola na região.

Paralelamente às atividades de formação, centradas nos programas CEPS, PASC, FF (RHPM), e Mercosul, a escola prestou serviços de assessoria e acompanhamento nos sindicatos da região, aplicando basicamente os mesmos temas dos programas desenvolvidos nos cursos e seminários ao longo do ano. O quadro abaixo é um exemplo disso:

Tabela 9: Assessoria e acompanhamento à sindicatos da Região Sul em 1992: programas desenvolvidos, número de atividades e duração

PROGRAMAS	NÚMERO DE ATIVIDADES	TOTAL DE DIAS
CEPS	06	14 (112 HS)
RHPM	04	09 (72 HS)
PASC	03	09 (72 HS)
MERCOSUL	--	--
PESQUISA	06	06 (48 HS)
ESTRUTURAÇÃO DA ESCOLA	15	20 (160 HS)
TOTAL	34	58 (464 HS)

Fonte: Escola Sul

O público alcançado pelas atividades da escola em 1992 no quadro abaixo separado entre dirigentes sindicais, formadores e assessores e lideranças, mostrou-se em muito ampliado numericamente. Segundo os documentos da Escola Sul, esta separação do público é uma aproximação, pois se tornava difícil efetuar um controle rigoroso do público presente nas atividades.

Tabela 10: Público alcançado pelos programas da Escola Sul em 1992

PROGRAMAS	DIRIGENTES	FORMADORES E ASSESSORES	LIDERANÇAS	TOTAL
CEPES	140	15	87	242
RHPM	80	52	--	132
PASC	280	10	43	333
MERCOSUL	29	12	08	49
PESQUISA	--	24	--	24
ENCONTROS SEFs/ESCOLA	--	57	--	57
TOTAL	529	170	138	837

Fonte: Escola Sul

Com suas atividades voltadas para os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em 1992 a Escola Sul fez um levantamento da origem do público participante por estado nas atividades de formação.

Naquele ano, a maioria do público presente nas atividades da escola era de Santa Catarina, seguido da presença de gaúchos, e em menor número, de paranaenses.

A disparidade no número de participantes nas atividades formativas devia-se a inúmeros fatores, que iam desde a maior proximidade da cidade de Florianópolis para os catarinenses a uma suposta falta de disposição por parte do movimento sindical cutista do Paraná em enviar seus membros para fazerem formação sindical naquele período. O

quadro abaixo apresenta um demonstrativo da origem do público presente nas atividades formativas.¹⁴⁵

Tabela 11: Procedência geográfica do público presente nas atividades formativas em 1992

PROGRAMAS	Nº E % DE PARTICIPANTES POR ESTADO						TOTAL
	PARANÁ		SANTA CATARINA		RIO GRANDE DO SUL		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
CEPS	69	28,5	103	42,5	70	28,9	242
RHPM	23	17,4	77	58,3	32	24,2	132
PASC	79	23,2	156	46,8	98	29,4	333
MERCOSUL	21	42,8	18	36,2	10	20,4	49
PESQUISA	02	8,3	20	83,3	02	8,3	24
Encontros. SEFs e Escola	08	14,0	39 (1)	68,4	10	17,5	57
TOTAL	202	24,1	413	49,3	222	26,5	837

(1) Estão incluídos os membros da ETPA da Escola Sul

Fonte: Escola Sul

A CUT historicamente sempre incentivou a presença de mulheres nas direções dos sindicatos filiados e no seu movimento em geral. Em 1992, a Escola Sul promoveu um levantamento da presença feminina nas atividades formativas promovidas, cujo demonstrativo encontra-se a seguir:

Tabela 12: Representação, por gênero, dos participantes nas atividades formativas em 1992

PROGRAMAS	PARTICIPANTES				TOTAL
	HOMENS	%	MULHERES	%	
CEPS	179	73,9	63	26,0	262
RHPM	74	56,0	58	43,9	132

¹⁴⁵ A sigla ETPA identificava na Escola Sul, os membros da Equipe Técnico-Pedagógica e Administrativa. A abreviatura dentro do quadro refere-se aos encontros ocorridos durante o ano entre as Secretarias Estaduais de Formação (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e a equipe da escola sindical.

PASC	257	77,1	76	22,8	333
MERCOSUL	42	85,7	07	14,2	49
PESQUISA	12	50,0	12	50,0	24
Encontros SEFs/Escola	34	59,6	23	40,3	57
TOTAL	598	71,4	239	28,6	837

Fonte: Escola Sul

Segundo os documentos da CUT, naquele ano a presença feminina nas atividades formativa da escola foi de 28,5%, sendo que as mulheres tiveram grande presença entre os formadores do que nas demais atividades.

Atualmente a CUT tem avançado muito na discussão de gênero no interior de seu movimento sindical, inclusive com um núcleo temático de gênero em atividade. O incentivo à participação feminina nas direções sindicais segue determinações de resolução de congresso sendo na proporção de 20%.

A equipe técnico-pedagógica e administrativa da escola realizou como de costume diversas reuniões de trabalho ao longo de 1992, procurando encaminhar coletivamente as atividades gerais, como pode ser comprovado abaixo:

Tabela 13: Reuniões realizadas pela equipe técnico-pedagógica e administrativa da Escola Sul em 1992

	NÚMERO DE REUNIÕES	DIAS	HORAS
Reuniões da ETPA	14	10	80
Reuniões ETPA/CE	04	06	48
Reuniões CE	04	04	12
TOTAL	22	20	140

Fonte: Escola Sul

Tal como nos anos anteriores, foram desenvolvidas atividades de auto-capacitação de seus educadores/formadores no intento de manter seus quadros num contínuo processo de atualização, abaixo enumeradas.

Tabela 14: Atividades de auto-capacitação dos educadores/formadores da Escola Sul em 1992

PROGRAMAS	NÚMERO DE ATIVIDADES	TOTAL DE DIAS
CEPS	02	25
RHPM	02	03
PASC	02	06
MERCOSUL	01	04
PESQUISA	04	23
ESTRUTURAÇÃO ESCOLA SUL	--	--
TOTAL	12	61

Fonte: Escola Sul

Nesse ano as SEFs e a escola iniciam conversações visando desenvolver um plano de formação conjunto para a região. O quadro a seguir sistematiza a formação encaminhada pelas secretarias estaduais de formação/escola.

Tabela: 15 Eixos e objetivos da formação sindical, bem como atividades desenvolvidas e número de participantes, na Região Sul, em 1992

Prioridades/Eixos	Objetivos	Atividades	Participantes
<ul style="list-style-type: none"> - Concepção, Estrutura e Prática Sindical; - Recursos Humanos; Pedagógicos e Metodológicos (FF); - Planejamento e Administração Sindical Cutista; - Conjuntura da Região Sul; - Pesquisa; - Estruturação e consolidação da Escola Sul. 	<ul style="list-style-type: none"> - Construir na construção do “sistema integrado de formação”: SEFs, SRFs e sindicatos, para a elaboração, planejamento e a execução de um plano conjunto de formação; - Avançar na capacitação de formadores vinculados às necessidades político – organizativas das instâncias sindicais cutistas; - dar continuidade ao trabalho de planejamento 	<ul style="list-style-type: none"> - Escola Sul - 37 atividades 	<ul style="list-style-type: none"> - Escola Sul - 837 participantes.

	<p>e administração sindical cutista;</p> <ul style="list-style-type: none"> - dar continuidade a formação de dirigentes na área de CEPS; - dar continuidade ao programa de Conjuntura; - estruturar o Setor de Pesquisa da Escola Sul; - buscar uma maior articulação entre as atividades da Escola Sul com as atividades SEFs. 		
--	---	--	--

Fonte: Escola Sul

A Escola Sul avaliou o ano de 1992 como um ano positivo para a escola no que diz respeito às atividades desenvolvidas, à qualificação da equipe pedagógica, ao aumento do número de educadores da escola, à introdução de novos programas de formação e a um trabalho mais articulado com as SEFs da Região Sul, ao aumento do número de atividades, entre outros.

Uma das dificuldades apontadas dizia respeito à sustentação financeira da escola, pois as CUTs responsáveis por sua manutenção não disponibilizavam recursos. O movimento sindical de Santa Catarina (CUT-SC) destinava, ainda que parcialmente, recursos para manutenção das atividades.

Um outro complicador constituía-se na grande quantidade de pessoas a serem atingidas. O público em potencial era maior do que as reais condições da escola de atingi-lo, devido às precárias condições de então.

Os programas de formação e sua aplicação apresentavam-se como mais uma dificuldade, uma vez que a ação desses se dava de forma isolada e estanque. Idealizados para serem trabalhados de norte a sul do país, sem que as condições específicas de cada realidade regional fossem levadas em consideração, acabavam por tornarem-se uma camisa de força. Essas dificuldades foram apontadas posteriormente nos fóruns especializados da formação cutista, tendo os programas sido substituídos pelos chamados Núcleos Temáticos, como foi tratado anteriormente.

Os documentos do ano de 1993 afirmam que, salvo pequenos detalhes, as atividades programadas pela Escola Sul foram cumpridas.

O relatório final, bem mais aprimorado que nos anos anteriores, permite acompanhar passo a passo cada uma das atividades, ou programas de formação trabalhados. No quadro a seguir, a totalidade dos trabalhos desenvolvidos:

Tabela 16: Atividades de Formação desenvolvidas em 1993: Duração e número de participantes

PROGRAMA	CURSOS	TIPO E Nº DE ATIVIDADE			DURAÇÃO		Nº TOTAL DE PARTICIPANTES	
		SEMINÁRIOS	ASSESSORIA	DEBATES	DIAS	HORAS	CURSOS SEMINÁRIOS ASSESSORIAS	PALESTRAS OU DEBATE
CEPS	04	--	01	01	18	149	67	200
Negociação Coletiva	01	03	04	01	25	152	214	18
PASC	02	15	03	--	69	572	494	--
PT/OLT	--	01	--	01	04	27	27	100
Formação De e Das Direções	01	01	02	--	05	52	87	--
Rurais	04	01	03	01	28	228	172	350
RPHM	03	02	02	--	31	184	136	--
Pesquisa e Memória								
Mercosul	05	01	03	--	24	184	238	--
TOTAL GERAL	20	24	18	04	204	1.548	1.435	668

Fonte: Escola Sul

Os quadros a seguir demonstram cada um dos programas por data, número de horas em cada um dos cursos, o número de participantes e o público alvo em cada uma das atividades.

Tabela 17: 1993: Concepção, Estrutura e Prática Sindical – CEPS

ATIVIDADE	DATA	Nº HORAS	Nº PART.	PÚBLICO
Curso	15-19/03	40	10	Dirigentes
Curso	31/05 a 04/06	40	18	Dirigentes
Curso	21-25/06	40	07	Dirigentes
Curso Radialistas	16-18/09	24	12	Dirigentes
Assessoria	06/11	5	20	Dirigentes
Debate	--	2	200	Dirigentes

Fonte: Escola Sul

O programa de formação CEPS, segundo a Escola Sul, sofreu em 1993 uma sensível diminuição no número de atividades e de público em relação ao inicialmente previsto. Entre as causas a escola cita: o conteúdo do programa que não se adequava à realidade do movimento sindical naquele momento; desmotivação dos dirigentes quanto à temática do programa; deficiências na organização do programa na escola; e falta de um coletivo (equipe) para gerenciá-lo.

Tabela 18: 1993: Negociação Coletiva

ATIVIDADE	DATA	Nº HORAS	Nº PART.	PÚBLICO
Curso	16-20/08	40	42	Dirigentes
Seminário (SC)	16-20/08	24	14	Dirigentes
Seminário (PR)	25-27/10	24	42	Dirigentes
Seminário Chapecó	19-21/11	24	38	Dirigentes
Assessoria	16/09	03	17	Dirigentes- Servidores Públicos/PR
Assessoria	23/10	03	20	Dirigentes -Banc./PR
Assessoria	23 e 24/07	16	30	Seminário Saúde/PR Dirigentes
Assessoria	06/09	02	11	Dirigentes SindiSaúde
Debate	29 e 30/04	16	18	Formadores SEF/PR

Fonte: Escola Sul

Estruturado na escola durante o ano de 1993, o programa Negociação Coletiva obteve durante o ano uma grande demanda. No entendimento da Escola Sul, o número de atividades e o público foram além das expectativas e o programa estruturou-se com extrema facilidade.

O quadro a seguir expõe as atividades executadas no programa Planejamento e Administração Sindical Cutista, PASC, que se encontrava, em 1993, consolidado nos três estados do Sul. Para a escola, o número de atividades do programa, também foi além do previsto, em face das demandas para o momento. Contribuiu para isto uma equipe de formadores com capacidade para se dedicar ao referido programa.

Tabela 19: 1993:Planejamento e Administração Sindical Cutista PASC

ATIVIDADE	DATA	Nº HORAS	Nº PART.	PÚBLICO
Curso Monitores	02-06/08	40	13	Monitores - PASC
Curso Metodologia	04-08/10	40	22	Monitores - PASC
Planejamento				
Seminários de	18-22/01	40	38	DETR-RS
Planejamento	08-12/02	40	43	Sinte-SC
	18-20/02	24	11	CUT-PR
	03-05/03	24	23	SEEB-Umuarama/PR
	29/03 a 03/04	40	30	SEEB-Londrina/PR

	10-14/05	40	24	Sinergia-SC
	20-24/07	40	30	SINPRO-RS Municípios
	24-28/07	40	20	Chapecó-Região
	26-28/08	24	25	SEEB-Curitiba/PR
	08-12/09	40	40	Sintell - RS
	24-28/09	40	20	SindiSaúde - Ctba
Seminários/Métodos Pesq. Sindicatos	13-14/09	16	06	Monitores
Seminários Gestão Sindical	22-25/11	32	33	Dirigentes
Seminários Sensibilização	19/08	08	35	Sintell
	20/07	04	23	Dirigentes da CUT Região Sul
Assessorias	23/04	08	12	Direção CUT/PR
	13-15/07	24	30	Direção SEEB
	12/11	08	16	Direção SEEB Umuarama/PR

Fonte: Escola Sul

O programa Processo de Trabalho e Organização por Local de Trabalho em 1993 realizou somente duas atividades, conforme o quadro seguinte, - pois segundo avaliação da escola sindical o movimento sindical da região não se sensibilizou pelo tema, e não havia educador/formador para desenvolvê-lo.

Tabela 20: Processo de Trabalho e Organização por local de Trabalho – PT/OLT

ATIVIDADE	DATA	Nº HORAS	Nº PART.	PÚBLICO
Seminários/OLT	04-06/08	24	27	Dirigentes SEEB Apucarana
Debate	24/06	03	100	Dirigentes Sintufsc

Fonte: Escola Sul

Condições desfavoráveis também afetaram o pleno desenvolvimento do programa Formação de e das Direções e somente duas atividades formativas foram realizadas. Este sofreu com a falta de educador que pudesse desenvolvê-lo a contento, pois a maioria dos educadores trabalhou no decorrer do ano com uma carga horária sobrecarregada, como também se entendeu que não havia clareza quanto à aplicação ou especificidades a que se destinava o programa.

Tabela 21: 1993: Formação de e das Direções

ATIVIDADE	DATA	Nº HORAS	Nº PART.	PÚBLICO
Curso de Comunicação e Expressão	08-10/10	24	25	Dirigentes
Seminário: Sistema Democrático e Relações de Trabalho	5-6/05	16	27	Dirigentes
Assessoria	9-11/11	08	22	Dirigentes CUT NORTE/PR
Assessoria	20/11	04	13	Dirigentes Sinte-Lages/SC

Fonte: Escola Sul

Outro programa estruturado em 1993, na Escola Sul foi: Formação de Trabalhadores Rurais. Os Departamentos Rurais das três CUTs do Sul (Fórum Sul), conjuntamente com o Departamento Nacional dos Trabalhadores rurais da CUT subsidiaram a sua implantação pois os trabalhadores rurais e seu meio possuem características diferenciadas do conjunto da classe trabalhadora. A equipe de formadores prestou inúmeras assessorias às entidades de trabalhadores rurais filiadas à CUT na região.

Tabela 22: 1993: Formação dos Trabalhadores Rurais

ATIVIDADE	DATA	Nº HORAS	Nº PART.	PÚBLICO
Curso	11-05/05	40	30	Dirigentes
Curso	06-10/09	40	24	Dirigentes
Curso	13-17/09	40	24	Dirigentes
Curso	08-12/11	40	28	Dirigentes
Seminário	25-26/08	16	15	Jovens Rurais Região Centro - PR
Assessoria	20/07	08	07	Comissão Jovens Rurais do Fórum Sul
Assessoria	17-18/06	16	32	Dirigentes/PR
Debate	11-12/09	12	350	Congresso de Jovens Rurais CUT – Sudoeste- PR

Fonte: Escola Sul

“Recursos Humanos, Pedagógicos e Metodológicos” foi a designação inicial do curso popularmente conhecido no meio cutista como Formação de Formadores ou FF. Trata-se de mais um programa trabalhado pela Escola Sul em 1993. O Formação de

Formadores nada mais era, ou ainda é, guardadas as especificidades das mudanças que sofreu no decorrer do tempo, do que um programa para formar formadores/educadores para atuarem dentro do movimento sindical cutista, nos mais variados níveis da estrutura de formação sindical.

Tabela 23: Recursos Humanos, Pedagógicos e Metodológicos - RPHM - (Programa Formação de Formadores – FF) – 1993

ATIVIDADE	DATA	Nº HORAS	Nº PART.	PÚBLICO
Curso F.F.	24-27/05	40	10	Formadores Atuentes
Curso F.F.	21-25/06	40	13	Secretários Formação
Curso F.F.	23-27/09	40	18	Formadores Atuentes e Secretários
Seminário Metodologia/RS	08-10/09	24	26	Formadores e Dirigentes SEF/RS
Seminário de Integralidade	23-25/10	24	36	Formadores Nacionais
Assessoria	19/04	08	11	Coletivo do Fórum Sul
Assessoria	09/06	08	22	SEF - RS

Fonte: Escola Sul

Colocado em funcionamento, estruturado e consolidado em 1993, o programa Mercosul, por se tratar de um tema já na época emergente, realizou inúmeras atividades, muito além do previsto. A Escola Sul acabou tornando-se um centro de pesquisa sobre o assunto e um ponto de referência para a região como para o movimento cutista.

Tabela 24: 1993: Mercosul

ATIVIDADE	DATA	Nº HORAS	Nº PART.	PÚBLICO
Curso Monitores	22-24/04	24	30	Dirigentes / Formadores
Curso Monitores	11-14/05	32	24	Dirigentes / Formadores
Curso SC	02-05/08	32	19	Dirigentes
Curso RS	22-26/06	32	32	Dirigentes
Curso PR	19-21/10	24	19	Dirigentes
Seminário Cone Sul	26-27/10	16	18	Dirigentes Centrais ConeSul
Assessoria	15/07	08	16	Dirigentes/Lideres Tubarão/SC
Assessoria	08/07	08	40	Dirigentes dos Mov. Sociais no Campo/RS

Assessoria	11/11	08	40	Estudantes/Dirigentes
------------	-------	----	----	-----------------------

Fonte: Escola Sul

A busca de uma interação com a sociedade fora do âmbito do movimento sindical cutista foi uma estratégia constante dos quadros da Escola Sul. Estas iniciativas de interação ao longo dos anos de atividade da escola, ainda presentes, utilizaram-se de atividades que variavam de seminários a palestras, entre outras destinadas ao público externo ao movimento. As primeiras atividades realizadas com os fins acima especificados, presentes nas fontes documentais encontram-se abaixo:

Tabela 25: Atividades voltadas para a sociedade – Atividades desenvolvidas em 1993 com sociedade

PROGRAMAS	TIPO E Nº DE ATIVIDADES		DURAÇÃO		Nº TOTAL DE PARTICIP.
	DEBATES	SEMINÁRIOS	DIAS	HORAS	
RHPM	02 (1)	--	01	08	45
Mercosul	--	02 (2)	01	11	65
TOTAL	02	02	02	19	110

(1) Debates: Relação de Gênero Militância e Subjetividade
(2) Congresso Nacional dos Estudantes de Agronomia e Padres da Diocese de Tubarão

Fonte: Escola Sul

O público presente na escola em 1993 apresentou uma certa proporcionalidade quanto à sua origem. As estatísticas demonstram um certo equilíbrio no que diz respeito à presença de pessoas dos estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, como pode ser observado a seguir. Segundo a escola, seu caráter regional estava sedimentando-se cada vez mais.

Tabela 26: Origem do Público: nº e % de participantes por estados nas atividades de formação da Escola Sul – 1993

PROGRAMA	PARANÁ	STA. CATARINA	RS	OUTROS	TOTAL
CEPS	27	28	12	--	67
Negociação Coletiva	132	64	18	214	
PASC	155	164	175	--	494

PT/OLT	27	--	--	--	27
De e Das Direções	36	41	10	--	87
Rurais	80	55	37	--	172
RHPM	08	54	58	16 (1)	136
Mercosul	42	92	88	16 (2)	238
TOTAIS	507	498	398	32	1.435
%	35,33	34,70	27,73	2,24	100%
(1) Seminário Nacional de Integralidade					
(2) Seminário Internacional (Cone Sul) Bases para um Programa de Formação no Cone Sul.					

Fonte: Escola Sul

As atividades direcionadas à gestão da escola entre coordenação, equipe pedagógica e administrativa foram ainda mais uma vez alvo das estatísticas anuais. No quadro abaixo observamos uma comissão de construção já em funcionamento visando à construção da futura sede própria.

Tabela 27: Gestão da Escola Sul: 1993

ATIVIDADE	Nº DE ATIVIDADES	HORAS	PARTICIPANTES
Reuniões CUT's/Sindicais	09	72	61
Reuniões Entidades (UFSC/ CAMP/ILDES- FES/DESER/G.PR/PREF)	23	69	53
Plenárias CUT's	03	50	--
Oficinas Internas	02	16	25
Reuniões CP/CE	05(CE) 04(CP)	68	50
Reunião ETPA	08	32	64
Reunião CCT	11	29	35
Seminários Internacionais	03	12	57
Comissão de Construção da Sede	03	24	12
Enc. Aval. Plan.	01	24	30
TOTAIS	72	396	387

Fonte: Escola Sul

O curso Formação de Formadores, segundo a Escola Sul estava atuando neste ano como elemento de aglutinação em torno da formulação de um plano regional de formação. O quadro abaixo apresenta os rumos da formação sindical no Sul do país levando-se em consideração a atuação das SEFs/escola.

Tabela 28: Eixos e objetivos da formação sindical, bem como atividades desenvolvidas e número de participantes, na Região Sul em 1993

Prioridades/Eixos	Objetivos	Atividades	Participantes
<ul style="list-style-type: none"> - Concepção, Estrutura e Prática Sindical; - Negociação Coletiva; - Planejamento e Administração Sindical Cutista; - Processo de Trabalho e Organização por Local de Trabalho; - Formação de e das Direções; - Formação para Trabalhadores Rurais; - Formação de Formadores; - Pesquisa, Memória e Documentação da CUT; - Viabilização e consolidação e construção (sede própria) da Escola Sul; - Mercosul. 	<ul style="list-style-type: none"> - Construir na construção do “sistema integrado de formação”: SEFs, SRFs e sindicatos, para a elaboração, planejamento e a execução de um plano conjunto de formação; - Avançar na capacitação de formadores vinculados às necessidades político – organizativas das instâncias sindicais cutistas; - dar continuidade ao trabalho de planejamento e administração sindical ; - dar continuidade a formação de dirigentes na área de CEPS; - dar continuidade ao o Setor de Pesquisa da Escola Sul; - buscar uma maior articulação entre as atividades da Escola Sul e das SEFs; - Estruturar o Programa do Mercosul, contribuindo com a capacitação de dirigentes sindicais para enfrentar os desafios colocados pelo Mercosul; - Iniciar o processo de estruturação dos novos programas que a Escola Sul passa a oferecer ao movimento sindical; 	<ul style="list-style-type: none"> -Escola Sul - 66 atividades 	<ul style="list-style-type: none"> - Escola Sul - 1.435 participantes.

	Negociação Coletiva, Processo de Trabalho e Organização por Local de Trabalho, Formação de e das Direções e Formação para Trabalhadores Rurais.		
--	---	--	--

Fonte: Escola Sul

Completando seu terceiro ano de funcionamento a Escola Sul, como pode ser apreendido dos documentos, inseria-se de forma substancial junto ao movimento sindical cutista e também entre agentes externos a este, e segundo a própria escola alcançava um grande reconhecimento.

Entre as avaliações feitas durante o ano foram destacados pela escola como elementos primordiais para este reconhecimento, a alta qualidade das atividades de formação; a abrangência dos programas de formação; o suporte dado pela escola ao movimento cutista; as assessorias prestadas; o intercâmbio com entidades externas ao movimento; a ampliação do quadro de formadores/educadores; o grande público atingido pela escola, entre outros.

Esse reconhecimento demandaria, por parte da Escola Sul, uma maior qualificação no sentido que manter as expectativas geradas e ampliar seu desempenho no terreno da formação sindical.

Algumas limitações observadas no ano anterior ainda se mantinham, por exempl: as demandas por formação eram superiores à capacidade da escola supri-las; dificuldades na infra-estrutura de suporte à formação; os programas de formação não estavam integrados entre si; e a notória dificuldade em manter financeiramente a escola, fato que perdurou durante toda a década de noventa.

O ano de 1994 caracterizou-se por ser o início dos debates referentes à construção e implantação da Rede Regional Sul de Formação, subordinada à Escola Sul. Outra característica marcante daquele ano consistiu no fato de que a escola propositadamente concentrou suas atividades em somente seis meses do ano. Isto decorreu do fato de 1994 haver concentrado três acontecimentos que influenciaram diretamente o movimento sindical, sendo dois dos quais atingiram a sociedade brasileira como um todo: a Copa do Mundo de futebol, realizada nos Estados Unidos; as eleições presidenciais no final do ano e a realização do Congresso da CUT, o V Concut em maio.

Estes três fatores conjugados reduziram drasticamente tanto o número de atividades da escola como o número de público daquelas. Algumas das atividades nem chegaram a preencher o número de vagas disponibilizadas nos planejamentos.

As atividades formativas realizadas não diferiram das implementadas nos anos anteriores, estando assim distribuídas: Negociação Coletiva; PASC; Mercosul; Discussões sobre o Processo Congressual da CUT; Formação de Formadores; CEPS; Rurais e as atividades organizativas corriqueiras da escola e de auto-capacitação de seus formadores.

Os programas PASC e CEPS tiveram um aumento de atividades, em contrapartida os programas: Negociação Coletiva, Mercosul, Rurais e as Discussões sobre o Processo Congressual não alcançaram o público previsto.

Segundo a escola, houve também dificuldades de interação com as CUTs estaduais, em virtude da mudança das direções destas instâncias, após os congressos estaduais da CUT, e dos respectivos secretários estaduais de formação.

A equipe técnico-pedagógica e administrativa da escola incorporou novos formadores, o que demandou um certo período de adaptação e entrosamento. Este fato provocou o retardamento do início de algumas atividades.

Segundo a escola, suas atividades durante o ano de 1994 foram qualitativamente superiores às dos anos anteriores; mesmo assim a departamentalização dos seus programas formativos era evidente. Não obstante essa limitação, a escola avaliou que estes programas interagiram de forma satisfatória.

As demandas por formação aumentaram, principalmente em CEPS, PASC, e Negociação Coletiva.

A escola estava viabilizando também, em 1994, um mecanismo mais ágil de avaliação de seu desempenho na atividade formativa. O quadro a seguir sintetiza as atividades desenvolvidas pela Escola Sul em 1994.

Tabela 29: Eixos e objetivos da formação sindical, bem como atividades desenvolvidas e número de participantes, na Região Sul em 1994

Prioridades/Eixos	Objetivos	Atividades	Participantes
<ul style="list-style-type: none"> - Concepção, Estrutura e Prática Sindical; - Negociação Coletiva; - Planejamento e Administração Sindical Cutista; - Processo de Trabalho e 	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer a Rede de Formação, para potencializar a elaboração, execução e acompanhamento da política de formação sustentada 	Não disponível os dados das SEFs; Escola: 77	Não disponível os dados das SEFs;

<p>Organização por Local de Trabalho;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formação de e das Direções/CEPS; - Formação para Trabalhadores Rurais; - Formação de Formadores; - Pesquisa, Memória e Documentação da CUT; - Viabilização e consolidação e construção (sede própria) da Escola Sul; - Mercosul. 	<p>numa concepção metodológica cutista;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participar do processo congressual da CUT, a nível dos Cecuts,¹⁴⁶ contribuído na discussão do temário e do papel da Política de Formação no Projeto da CUT; - Construir uma política na sustentação financeira da formação, tendo como aspecto fundamental o efetivo envolvimento do Movimento Sindical em todas as suas instâncias; - Dar continuidade ao desenvolvimento de atividades formativas, através dos programas estabelecidos. 	<p>atividades</p>	<p>Escola: 2.910 participantes.</p>
---	--	-------------------	-------------------------------------

Fonte: Escola Sul

Encerra-se aqui a primeira fase da história da Escola Sul. A seguir buscar-se-á demonstrar os caminhos trilhados pela escola em sua segunda fase histórica.

2.3 – Escola Sul: Fase 2 – A criação da Rede Regional Sul de Formação – 1995

O início da década de noventa marca a implementação da Rede Nacional de Formação por parte da CUT. A sua concepção tem como base uma organização no âmbito nacional para a formação da CUT, com seus princípios e eixos unificadores, buscando envolver os instrumentos de formação em todos os níveis e instâncias. Com esta idéia a CUT buscava, ou busca, garantir a realização de um trabalho sistemático, planejado e qualificado para sua formação sindical.

A descentralização da formação sindical encontra-se no âmago dessa iniciativa. O aspecto descentralizado e integrado (daí a denominação rede) concede a autonomia essencial, contemplando as especificidades de cada nível da central e as diferenças ou diversidades regionais, estaduais e locais das categorias de trabalhadores abrigadas na CUT.

¹⁴⁶ Congressos Estaduais da CUT (Cecuts).

Sendo assim, a partir da experiência acumulada pelo funcionamento da Rede Nacional de Formação e da reestruturação da Política Nacional de Formação, em 1995, o movimento sindical cutista, capitaneado pela Escola Sul deu início à estruturação da Rede Regional Sul de Formação, idéia pensada inicialmente já em 1992.

A constituição da Rede Regional Sul de formação marca o início da segunda fase de funcionamento da Escola Sul.

A rede de formação regional foi idealizada como orgânica à CUT e ligada ao seu modelo de organização política. O seu funcionamento pressupõe também uma ligação com a política sindical da Central, buscando fortalecer as estruturas horizontal e vertical da central com as ações de formação por esta desenvolvidas.

A rede regional de formação consolidou-se por volta de 1996-1997. A formação sindical cutista nos três estados do Sul ganhou um novo impulso semelhante ao observado em 1990, com a fundação da Escola Sul. O debate interno ao movimento que tinha a formação sindical como alvo se intensificou, uma vez que essas ações colocavam a formação em evidência. Os papéis a serem desempenhados por cada uma das instâncias cutistas da região dentro da rede serviam como elemento provocador. É nesse período (1996-1997) que foram feitas as discussões iniciais sobre a Educação Profissional implantada na Escola Sul no ano de 1998, o qual corresponde à fase atual da escola.

A rede é composta pelas seguintes instâncias:

- Escola Sul da CUT;
- Secretarias Estaduais de Formação (SEFs);
- Microrregionais de formação;
- Ramos de Atividade;¹⁴⁷
- Sindicatos;
- Coletivo Regional Sul de Formação;
- Coletivo Estadual de Formação;
- Coletivo Microrregional de Formação.

Cabe à Escola Sul o seguinte papel, dentro da Rede Regional Sul de formação:

- apoiar a consolidação e construção da rede regional de formação;
- desenvolver atividades formativas com caráter regional, tendo como objetivo a qualificação dos dirigentes sindicais cutistas;

¹⁴⁷ Em 1995, a Rede Regional Sul previa o funcionamento dos seguintes ramos: Comerciais; Rurais; Bancários; Metalúrgicos; Alimentação e Educação.

- dar suporte à construção dos planos de formação estaduais, microrregionais e dos ramos;
- criar subsídios às atividades formativas nos diversos níveis da central;
- auxiliar tecnicamente os coletivos estaduais de formação e o movimento sindical cutista;
- efetuar pesquisas de forma conjunta ou através de parcerias com ONGs e universidades;
- elaborar espaços de estudos especializados por meio dos Núcleos Temáticos na escola baseados;
- apresentar-se como um centro nacional de pesquisa, elaboração e cooperação na área do Mercosul;
- ser um centro realizador de atividades que a CUT considera estratégicas, nas áreas da educação do trabalhador, organização e gestão sindical, desenvolvimento social e solidário, globalização, desigualdades e sindicalismo;
- constituir-se em um centro de pesquisa na área dos direitos sociais, através do Observatório Social;
- finalmente constituir-se enquanto um espaço de elaboração de políticas da educação profissional e de apoio pedagógico aos programas de formação profissional.

O papel desempenhado pelas Secretarias Estaduais de Formação na Rede Regional Sul de Formação é o seguinte:

- dar condições de funcionamento ao Coletivo Estadual de Formação;
- encaminhar as deliberações deste coletivo às instâncias da central;
- auxiliar na organização das microrregionais de formação;
- promover a integração entre as micros, SEFs, ramos e sindicatos;
- coordenar o processo de elaboração do Plano Estadual de Formação;
- coordenar, executar e avaliar as atividades formativas previstas no Plano Estadual de Formação;
- difundir as atividades de formação contidas nos planos nacional, regional, estadual e microrregional para os sindicatos;¹⁴⁸
- estimular a participação dos ramos no Coletivo Estadual de formação;

¹⁴⁸ Os planos de formação são anuais nos diferentes níveis, menos o Plano Nacional de Formação.

- buscar integrar os programas de formação dos ramos às microrregionais;
- articular o envolvimento dos ramos no Coletivo Estadual de Formação;
- construir a PNF articulando-a simultaneamente;
- garantir a concepção metodológica e o projeto de formação;
- envolver-se na definição, no acompanhamento e avaliação do plano de formação da escola/rede.

As microrregionais de formação têm a função de executar regionalmente a formação, em espaços geográficos determinados, geralmente localizadas nas cidades-pólo de cada microrregião. São espaços localizados mais próximos dos sindicatos filiados.

As microrregionais desempenham o seguinte papel:

- descentralizar e horizontalizar a formação;
- otimizar os recursos no desenvolvimento das atividades formativas;
- planejar com os sindicatos abrigados na microrregião o seu plano de formação, e buscar articulá-lo com os sindicatos e ramos de base nacional, caso também os tenham na microrregião;
- elaborar e executar o seu plano de formação, articulando-o com a rede;
- participar dos Coletivos Estaduais de Formação;
- assegurar que seus planos de formação estejam vinculados com a organização, lutas e problemas dos trabalhadores.

Os ramos de atividade têm o papel de:

- participar dos Coletivos Estaduais de Formação;
- articular seu plano de formação com as microrregionais e os sindicatos.

Os sindicatos desempenham o papel de:

- fazer parte dos Coletivos de Formação no âmbito estadual e regional/microrregional;
- buscar integrar-se nas regionais/microrregionais de formação.

As funções do Coletivo Regional Sul de formação são as seguintes:

- avaliar as atividades formativas desenvolvidas na rede regional de formação;
- definir e elaborar o plano de atividades;
- eleger as orientações estratégicas e as prioridades de formação para com a Região Sul do país;
- acompanhar o desenvolvimento do plano de atividades;

- fazer estudos prevendo os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento do plano regional de atividades e fazer a aprovação orçamental;
- sugerir convênios com outras entidades ou instâncias da formação.

O Coletivo Regional Sul de Formação possui uma extensa composição própria , a saber:

- os membros do Conselho Diretor da Escola Sul, 13 pessoas;
- os Secretários de Formação das CUTs dos três estados do Sul, 3 pessoas;
- representantes dos Coletivos Estaduais de Formação;
- representantes dos coletivos regionais/microrregionais;
- os formadores da Escola Sul e da Rede Regional de Formação;
- os membros das direções das CUTs estaduais;
- os coordenadores dos Núcleos Temáticos baseados na Escola Sul;
- dirigentes sindicais cutistas eleitos nas microrregionais e nos três estados do Sul.

O Coletivo Regional Sul realiza três encontros anuais nos meses de fevereiro, julho e dezembro. Cada um desses encontros possui sua pauta específica. O encontro do mês de fevereiro serve para planejamento das atividades para o ano vigente. O encontro de julho, para uma avaliação parcial ou um eventual replanejamento. E finalmente o encontro do mês de dezembro tem como objetivo avaliar as atividades formativas desenvolvidas ao longo do ano na rede, sistematizá-las, e apontar prioridades para o próximo ano.

O Coletivo Estadual de Formação é composto:

- pela direção estadual da CUT;
- pelos formadores ligados à Secretaria Estadual de Formação, aos ramos e às regionais/microrregionais;
- por dirigentes representantes das regionais/microrregionais e dos ramos;
- por dirigentes sindicais cutistas eleitos nas regionais/microrregionais;

Este coletivo realiza encontros cuja periodicidade é semelhante à do Coletivo Regional de Formação.

O Coletivo Estadual de Formação tem sob sua responsabilidade o seguinte papel:

- avaliar as atividades formativas desenvolvidas no âmbito estadual;

- elaborar o Plano Estadual de Formação com suas respectivas prioridades e orientações estratégicas;
- fazer o acompanhamento do Plano Estadual de Formação das microrregionais e dos ramos;
- fazer estudos prevendo os recursos necessários ao desenvolvimento do Plano Estadual de Formação e os recursos que cada estado do Sul vai destinar para a manutenção da Escola Sul e da Rede Regional Sul de Formação.

O Coletivo Microrregional de Formação pode ser entendido como a parte da rede de formação mais próxima dos sindicatos filiados à CUT. É composto pelo conjunto de sindicatos filiados à central localizados geograficamente na respectiva micro, e conseqüentemente pelos seus dirigentes e formadores ligados à micro.

Os encontros deste coletivo são determinados de acordo com a dinâmica interna da microrregional de formação. Em geral são realizados dois encontros anuais, um no início do ano, para planejamento das atividades formativas a serem desenvolvidas no âmbito da microrregional, e outro ao final do ano, antecedendo o encontro do Coletivo Estadual de Formação, para avaliação das atividades realizadas ao longo do ano.

As funções do Coletivo Microrregional de Formação são:

- avaliar as atividades formativas desenvolvidas no âmbito da microrregional;
- elaborar o Plano Microrregional de Formação;
- determinar as prioridades e orientações estratégicas do Plano Microrregional de Formação;
- acompanhar o desenvolvimento deste Plano;
- realizar estudos prevendo os recursos necessários à realização do Plano Microrregional de Formação, como também promover a discussão da parcela de contribuição de cada estado (nesse caso a contribuição de cada sindicato) para a manutenção da Escola Sul e da Rede Regional Sul de Formação.

As microrregionais de formação na prática formaram a estratégia mais incisiva dentro da concepção da Rede Regional Sul de Formação. Essas micros possibilitaram uma maior aproximação da formação com os sindicatos e suas respectivas bases.

Inicialmente entraram em atividade durante o ano de 1995, doze microrregionais de formação:¹⁴⁹

As microrregionais de formação baseadas no Estado do Paraná e ligadas à CUT-Paraná eram:

- Microrregional de Formação Norte Novo, sediada na cidade de Londrina, abrangendo também a cidade de Maringá;
- Microrregional de Formação de Curitiba e Litoral, sediada em Curitiba;
- Microrregional de Formação dos Campos Gerais, sediada em Ponta Grossa;

Com base no Estado de Santa Catarina e ligadas à CUT-Santa Catarina inicialmente existiam as seguintes micros;

- Microrregional de Formação do Oeste, sediada em São Miguel do Oeste;
- Microrregional de Formação Norte, sediada em Jaraguá do Sul;
- Microrregional de Formação Sul, sediada em Criciúma;
- Microrregional de Formação de Florianópolis, sediada em Florianópolis.

As microrregionais gaúchas inicialmente implantadas foram:

- Microrregional de Formação Metropolitana, sediada em Porto Alegre;
- Microrregional de Formação do Vale dos Sinos, sediada em Montenegro;
- Microrregional de Formação do Planalto, sediada em Passo Fundo;
- Microrregional de Formação do Vale do Taquari, sediada em Taquari;
- Microrregional de Formação Sul, sediada em Pelotas.

As iniciativas acima descritas constituíram-se em elementos que praticamente consolidaram a presença da Escola Sul no movimento sindical cutista da Região Sul.

Então, na verdade a escola começa a funcionar enquanto escola de formação a partir de 1991 se nós colocarmos que o ano de 1990 ainda foi o ano de constituição, de criação, embora tenham ocorrido algumas rápidas atividades de formação naquele ano. Bem, a partir de 1991, a escola segue com planos anuais de formação e tem vários momentos importantes de definição. Eu poderia citar aqui a primeira mudança significativa, não diria mudança, mas uma consolidação mais significativa da escola se deu em 1994/1995. Foi onde também a partir de uma discussão nacional dentro da Política Nacional de Formação se pensa na rede de formação. E assim a escola, junto com as três Secretarias Estaduais de Formação as SEFs, desenvolve também uma vasta, uma longa discussão com a

¹⁴⁹ Microrregiões definidas de forma conjunta entre as Secretarias Estaduais de Formação do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no Encontro Regional de Formação realizado de 20 a 22 de fevereiro de 1995.

participação dos sindicatos, das CUTs, de algumas federações e se criou então a Rede Regional Sul de Formação. Começaram a surgir então as microrregionais e os Núcleos Temáticos, ao mesmo tempo em que eram desenvolvidas as ações formativas. Em 1994 se faz a discussão, e em 1995 se implanta a rede, quando ocorre então uma efetiva integração da escola com o movimento sindical. Eu diria uma descentralização da formação, momento no qual as secretarias de formação, as microrregionais e os sindicatos passam a ser atores da rede, de um mesmo ponto de vista. Quer dizer, a escola coordena algumas atividades as SEFs coordenam outras, as microrregionais coordenam outras, um trabalho integrado na Região Sul. Acho que o princípio mais importante aí colocado, a questão mais importante, era a necessidade de descentralização da formação. A descentralização era vista como a importância da formação chegar, ir além dos dirigentes e chegar até a base, nos locais de trabalho, atingindo a grande maioria das lideranças sindicais que nem sempre podem se deslocar, ficar afastadas do trabalho para fazer cursos de formação. Segundo elemento importante era o processo de democratização do ponto de vista da definição da política de formação, que seria a questão da escola, da Região Sul, da rede de um ponto de vista nacional. O que se queria com isso? Que houvesse uma participação onde se permitisse ou se envolvessem os dirigentes de base dos sindicatos, microrregionais etc., na discussão da Política Nacional de Formação, e ao mesmo tempo, que essa rede pudesse também socializar depois as definições tomadas em congresso, em reuniões, nos Enafor's etc. Tudo isso no sentido de fazer então uma troca, mas muito mais do que uma troca, fazer uma integração da rede como um todo, participando efetivamente na definição e na sustentação também da formação sindical, onde a escola também estivesse envolvida nesse processo (Formador Ulisses).

A iniciativa, levando-se em conta a estratégia motivadora, apresentou resultados consideráveis. Durante o ano de 1995 proliferaram nas mais diversas regiões do Sul do país encontros localizados, cujo objetivo principal era colocar em funcionamento as microrregionais de formação.¹⁵⁰

Em 1998 encontravam-se em atividade mais de vinte microrregionais de formação, localizadas em cidades-pólo, cujo demonstrativo encontra-se a seguir:

Tabela 30: Microrregionais do Sul do país

NOME DA MICRORREGIONAL	ESTADO	CIDADE SEDE
Micro Metropolitana	Paraná	Curitiba
Micro Centro	Paraná	Guarapuava

¹⁵⁰ Os resultados práticos sobre o funcionamento das microrregionais é dificultado pelas condições de acesso às fontes, geograficamente dispersas em mais de vinte cidades da região. O que se encontra acessível na Escola Sul sobre as atividades dessas microrregionais, constam dos relatórios do Coletivo Regional Sul de Formação.

Micro Norte Novo	Paraná	Maringá
Micro Sudoeste	Paraná	Pato Branco
Micro Iguaçu	Paraná	Foz do Iguaçu
Micro Campos Gerais	Paraná	Ponta Grossa
Micro Norte	Paraná	Londrina
Micro Noroeste	Paraná	Umuarama/Campo Mourão
Micro Oeste	Paraná	Cascavel
Micro Florianópolis	Santa Catarina	Florianópolis
Micro Planalto	Santa Catarina	Caçador
Micro Alto Uruguai	Santa Catarina	Concórdia
Micro Norte	Santa Catarina	Joinville
Micro Extremo Oeste	Santa Catarina	São Miguel do Oeste
Micro Oeste	Santa Catarina	Chapecó
Micro Sul	Santa Catarina	Criciúma
Micro Vale	Santa Catarina	Blumenau
Micro Vale dos Sinos	Rio Grande do Sul	Montenegro
Micro Planalto	Rio Grande do Sul	Passo Fundo
Micro Serra	Rio Grande do Sul	Caxias do Sul
Micro Sul	Rio Grande do Sul	Pelotas
Micro Noroeste	Rio Grande do Sul	Ijuí
Micro Sudoeste	Rio Grande do Sul	Santana do Livramento
Micro Altos da Serra	Rio Grande do Sul	Vacaria
Micro Centro	Rio Grande do Sul	Santa Maria
Micro Metropolitana	Rio Grande do Sul	Porto Alegre
Micro Alto Uruguai	Rio Grande do Sul	Erechim
Micro Vale do Rio Pardo	Rio Grande do Sul	Santa Cruz do Sul
Micro Missões	Rio Grande do Sul	Santa Rosa

Aliada à implantação da Rede Regional Sul de Formação, ocorreu em 1995, a entrada em atividade dos Núcleos Temáticos na Escola Sul.

Como já foi evidenciado anteriormente, durante o processo de avaliação da Política Nacional de Formação em 1993/1994, que redundou na reestruturação da PNF,

cujo processo percorreu o espaço entre 1993/1996, observa-se a substituição dos programas de formação pelos chamados Núcleos Temáticos.

Neste processo de avaliação tornou-se evidente a necessidade de modificações na estrutura dos então programas de formação. Constatou-se que os programas foram concebidos com estruturas de formação próprias para seu funcionamento nos moldes dos planos de formação. Os programas CEPS, PT/OLT e NC estavam articulados em temas específicos. Os Programas Rurais e Formação de Formadores possuíam públicos restritos, com abordagens também específicas. E por fim, os programas Memória, Cooperação e Intercâmbio eram abordados de acordo com a sua função ou atributos.

A estruturação destes programas acabou criando um quadro ambíguo, pois os papéis que caberiam aos programas em relação às escolas, às secretarias de formação e aos coletivos não estavam claros. Ao estruturarem-se nacionalmente, os programas não abriam espaço para os âmbitos regionais e locais da Rede Nacional de Formação, tais como as escolas, os sindicatos, as secretarias estaduais de formação e os ramos de atividade.

Os problemas surgidos e também evidenciados anteriormente estavam centrados em três características principais:

- o material de apoio ou suporte às atividades formativas regionais, que eram descentralizadas, dependiam do programa nacional;
- os programas acabaram por se tornar departamentalizados, fragmentados e sem integração uns com os outros;
- o público das atividades formativas era preterido no tocante à sua origem e, constituição, entre outras características, uma vez que as atividades formativas eram organizadas a partir dos programas nacionais e não a partir do público alvo.

Os fóruns específicos da formação, após um longo debate, acabaram por substituir os Programas de Formação pelos Núcleos Temáticos em 1995.

Os Núcleos Temáticos eram por definição:

...espaços de estudo, elaboração, aprofundamento, sistematização e avaliação do conhecimento, contribuindo também no processo de execução de atividades formativas. Devem se voltar para temas fundamentais para o movimento sindical cutista, tendo como referência a realidade e o projeto da CUT. Devem ter como função qualificar a ação e a organização sindical, reorientando a estratégia formativa da CUT; subsidiar as atividades formativas; e ser espaços de

intercâmbio e cooperação com outras entidades que atuam e possam vir a atuar no campo sindical (CUT, 1995 b, p. 20).

A Escola Sul, em conjunto com as SEFs de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, propôs o funcionamento dos seguintes Núcleos Temáticos para a Região Sul:¹⁵¹

- Integração Econômica Mundial/Regional (Mercosul)
- Gestão Sindical
- Metodologia e Recursos Pedagógicos
- Agenda Conjuntural
- Liberdade e Autonomia Sindical, Organização Sindical Cutista e Organização por Local de Trabalho (OLT)
- Sistema Democrático de Relações de Trabalho e Negociação Coletiva
- Transformações no Mundo do Trabalho
- Gênero

Estes núcleos ficaram baseados na Escola Sul. A evolução do funcionamento destes núcleos não foi plenamente satisfatória, tanto a dos núcleos nacionais quanto a dos regionais, e alguns funcionaram, outros não. No próximo capítulo, onde trataremos dos desafios da formação, este tema entrará em discussão.

Na Escola Sul cada núcleo teve, como coordenador um formador/educador da escola.

Cada Núcleo Temático:

- definia pesquisas nos âmbitos interno ou externo ao movimento sindical em sua respectiva área.
- tinha sob sua responsabilidade a discussão e o acompanhamento do processo de pesquisas, as quais podiam ser executadas por entidades participantes do núcleo.
- os conhecimentos elaborados e sistematizados dentro de cada NT deviam estar voltados para a Rede Regional Sul de Formação, ou no caso de um NT nacional para a Rede Nacional de Formação;

¹⁵¹ Os Núcleos Temáticos Nacionais definidos no 10º Conafor realizado de 22 a 24 de março de 1995 foram os seguintes: Gestão Sindical (Escola 7 de Outubro); Educação do Trabalhador (Escola São Paulo); Organização Sindical Cutista/OLT (Secretaria Nacional de Formação); Sistema Democrático de Relações de Trabalho e Negociação Coletiva (Escola 7 de Outubro); Transformações no Mundo do Trabalho (Secretaria Nacional de Formação); Relações de Gênero (Secretaria Nacional de Formação); Sindicato, Sociedade e Estado (Escola Sul); Integração Econômica Mundial/Regional (Mercosul) (Escola Sul).

- reuniões periódicas eram viabilizadas para cada NT com objetivos de estudos, elaboração, socialização, planejamento, execução e avaliação;
- a auto-capacitação do grupo formador do NT era também um objetivo a ser buscado;
- deveria ser responsável pela sistematização das experiências desenvolvidas na sua área e a conseqüente avaliação.

A implantação dos Núcleos Temáticos na Escola Sul foi também apresentada como um elemento positivo na sua consolidação:

Seguindo também a nossa trajetória de consolidação e da própria Rede Regional Sul de Formação, conseguimos aprofundar um pouco mais o processo. Em 1996/1997, aprofundamos uma discussão sobre o papel da escola e acho que aí temos um avanço do ponto de vista de que a escola, além de ser uma entidade que faz formação, que multiplica a formação ela deveria ser também um centro de pesquisa e estudos. Então acho que essa é a mudança mais significativa nessa época. É quando entram em funcionamento os Núcleos Temáticos. Eles surgem em 1995 com a criação da Rede Regional Sul de Formação, mas eles passam a se consolidar a partir de 1996. Então o que são os Núcleos Temáticos? São grupos de pessoas ligados à escola, à rede e a outras entidades, universidades ONGs, especialistas etc., onde aprofundam-se determinados temas do ponto de vista de seu conteúdo, na sua abrangência e tenta-se traduzir isto para uma ação formativa. Então, os Núcleos Temáticos não eram responsáveis pela execução, eram responsáveis pela elaboração, pela pesquisa, pelo debate, pelo estudo e depois transformariam isso em programas de formação (Formador Ulisses).

Assim, como ficou evidenciado, o ano de 1995 constitui-se num marco na história da Escola Sul. É nesse ano também que iniciou-se a construção da sede própria, tema que será tratado à parte.

Os relatórios analisados como fonte para este trabalho mudam substancialmente na forma e no conteúdo. Com a entrada em funcionamento da Rede Regional Sul de Formação, a escola passa a ser entendida como uma extensão de um todo, a rede, que sua ação ajudou a criar.¹⁵²

O ano de 1995 foi avaliado pelo Coletivo Regional de Formação, do qual a Escola Sul faz parte, como sendo de grande avanço na implantação da Rede Regional Sul de Formação. A descentralização da formação, a entrada em funcionamento dos coletivos de formação ligados a esta rede e a implantação das microrregionais de formação são alguns pontos levantados como extremamente positivos.

¹⁵² Algumas dificuldades de ordem prática surgem aqui no tocante às fontes. Sem o pleno funcionamento do Centro de Documentação da Escola Sul, os relatórios de cada uma das atividades realizadas ao longo dos anos tornaram-se inacessíveis quando da realização da pesquisa de campo. Assim optou-se por seguir a apresentação da escola dentro deste todo.

Os avanços ocorridos durante o ano estavam assim delineados:

- ocorreu uma grande mobilização tendo como ponto de partida a formação;
- o movimento sindical cutista se mostrou sensível a mudanças, uma vez que o debate sobre a estruturação da rede regional de formação encaminhado pela Escola Sul encontrou receptividade;
- o trabalho da formação estava cada vez mais articulado;
- estava ocorrendo uma inter-relação entre o movimento sindical e a formação sindical.

As dificuldades então enfrentadas no Sul estão assim descritas:

- parte dos sindicatos cutistas ainda não estava sensibilizada com a idéia de rede de formação e não estava participando;
- as microrregionais em estruturação não dispunham de recursos humanos suficientes para encaminhar os trabalhos;
- os Núcleos Temáticos que deveriam estar baseados na Escola Sul ainda não estavam em funcionamento;
- uma redefinição no papel desempenhado pela Escola Sul , pelas SEFs e pelas microrregionais tornava-se urgente com a estratégia de rede de formação em funcionamento a partir daquele ano.

Algumas diretrizes se colocavam no horizonte da Escola Sul a curto prazo, já para o ano seguinte:

- a implantação e consolidação dos Núcleos Temáticos;
- buscar a priorização do programa Formação de Formadores, no intuito de formar educadores/formadores para atuar nas microrregionais;
- auxiliar as microrregionais de formação em início de funcionamento;
- assessorar atividades;
- elaborar subsídios para a formação sindical;
- acompanhar os nascentes coletivos de formação na rede regional de formação;

O quadro a seguir demonstra sinteticamente as prioridades ou eixos das atividades encaminhadas pela Escola Sul durante o ano de 1995. No tocante aos objetivos e

ao número de atividades realizadas com os respectivos participantes, estes englobam também os das Secretarias Estaduais de Formação e microrregionais de formação.¹⁵³

Tabela 31: Eixos e objetivos da formação sindical, bem como atividades desenvolvidas e número de participantes na Região Sul em 1995

Prioridades/Eixos	Objetivos	Atividades	Participantes
Escola Sul: - Realização de Atividades Regionais; - Apoio as SEFs; - Apoio às Microrregionais; - Apoio aos ramos; - Intercâmbio e cooperação; - Mercosul; - Núcleos Temáticos; - Formação para Trabalhadores Rurais; - Atendimento de demandas e assessorias.	- Desenvolver atividades formativas, conforme os eixos e programas estabelecidos; - Apoiar a elaboração e execução dos Planos das SEFs, Micros e Ramos; - Elaborar subsídios necessários para o desenvolvimento de atividades formativas; - Capacitar formadores para multiplicar a formação nas SEFs, micros e ramos; - Implantar e coordenar os Núcleos Temáticos de: <ul style="list-style-type: none"> • Mercosul • Gestão Sindical • Metodologia e Recursos Humanos • Agenda Conjuntural • Organização Sindical • Negociação Coletiva e SDRT • Transformação no Mundo do Trabalho • Gênero 	- 219 atividades realizadas pela Escola Sul, e pela Rede Regional Sul de Formação que engloba: Escola Sul, as SEFs de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e as microrregionais.	- 4753 participantes: Escola Sul e Rede Regional Sul de Formação.

Fonte: Escola Sul

Consolidação da Rede Regional Sul de Formação, fortalecimento das Microrregionais de Formação e o término da construção da sede da Escola Sul este é o cenário do ano de 1996.

A Escola Sul firma-se de forma definitiva no horizonte do movimento sindical cutista. A estratégia de rede de formação expandiu o papel da escola na Região Sul do país.

¹⁵³ O quadro apresenta-se pouco detalhado quanto às atividades e número de participantes devido às dificuldades de acesso ao Centro de Documentação da Escola Sul.

As atividades de formação na Região Sul dão um salto quantitativo muito grande com o pleno funcionamento das microrregionais que passam das doze iniciais para dezenove, envolvendo 361 sindicatos filiados. Cerca de cinquenta e um por cento (50,6%) dos sindicatos filiados à CUT na região são agora atingidos pela rede. Dos 450 sindicatos filiados à época, 228 encontravam-se abrangidos. Estavam ainda em funcionamento na rede quatro ramos: metalúrgicos, da educação, rurais e comerciários.

Os próximos quadros demonstram as atividades formativas realizadas pela Escola Sul/Rede Regional de Formação durante o ano de 1996.

Tabela 32: Atividades de Formação realizadas pela Escola Sul/Rede em 1996

Número de Atividades	Número de Participantes
19 Atividades Interestaduais – Escola Sul e/ou SEFs	639
10 Atividades da SEF/RS e/ou Escola Sul	190
05 Atividades da SEF/SC e/ou Escola Sul	156
01 Atividade da SEF/PR e/ou Escola Sul	14
63 Atividades microrregionais das microrregionais da Rede Regional Sul	1.036
40 Atividades de Assessoria – Escola Sul	1.028
07 Atividades de auto-capacitação dos educadores/formadores da Escola Sul	28
Total	3.361

Fonte: Escola Sul

Tabela 33: Atividades Organizativas Realizadas Pela Rede em 1996

Número de Atividades	Número de Participantes
04 Reuniões do Coletivo Regional Sul de Formação na Escola Sul	117
04 Reuniões do Coletivo Estadual da SEF/RS e Escola Sul	67
12 Reuniões do Coletivo Estadual da SEF/SC e a Escola Sul	221

06 Reuniões do Coletivo Estadual da SEF/PR e Escola Sul	72
31 Reuniões /plenárias nas microrregionais – SEFs e Escola Sul	419
09 Reuniões dos Ramos – SEFs e Escola Sul	67
09 Reuniões da Equipe Técnico Pedagógica da Escola Sul e o Conselho Executivo	72
22 Reuniões dos Núcleos Temáticos	141
10 Reuniões Pedagógicas Mensais	49
Total – 107 Reuniões	1.225

Fonte: Escola Sul

Tabela 34: Atividades de Intercâmbio – 1996

Número de Atividades	Número de Participantes
08	78

Fonte: Escola Sul

Tabela 35: Participação da Escola Sul em Congressos, Plenárias e outras atividades em 1996

Número de Atividades	Número de Participantes
12	18

Fonte: Escola Sul

Tabela 36: Totalização: 1996

Atividades	Número de atividades	Número de participantes
Atividades Formativas	145	3.361
Atividades Organizativas	107	1.225
Atividades de Intercâmbio	08	78
Participação em outras atividades	12	18
Total	272	4.682

Fonte: Escola Sul

Das atividades formativas realizadas durante o ano de 1996, um total de 145 (11,7%) foram realizadas na Escola Sul. As demais se diluíram pela rede regional de formação na seguinte proporção: 14% das atividades foram realizadas pelas secretarias estaduais de formação do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; 43,4% pelas microrregionais de formação. Das restantes, 27,5% são atividades de assessoria prestadas pelos educadores/formadores da escola nos sindicatos da região e 4,8% foram atividades de auto-capacitação dos educadores da rede, coordenadas pela escola.

A avaliação anual das atividades da rede/escola sindical feita pelo Coletivo Regional Sul de Formação permitiu que se levantassem alguns elementos destacados abaixo:¹⁵⁴

- alguns sindicatos cutistas da região ainda não participavam da rede e não se interessavam em discutir o assunto;
- diversos sindicatos não queriam envolvimento com a formação sindical;
- outras atividades corriqueiras ao movimento sindical eram priorizadas em detrimento da formação sindical;
- os sindicatos da rede tinham dificuldade em entender o papel da Escola Sul, e também sua sustentação financeira;
- falta de inovação do trabalho de formação por parte dos sindicatos;
- o movimento sindical cutista da região não nutria perspectivas positivas quanto à formação sindical.
- diversos dirigentes sindicais não tinham a formação como prioridade e, por vezes, dificultavam a ação dos que atuavam com formação;
- as disputas entre os dirigentes sindicais estava dificultando a sedimentação das micros e os repasse de recursos para o funcionamento das atividades (disputas de tendências políticas);¹⁵⁵

¹⁵⁴ Algumas dificuldades enfrentadas pela formação sindical serão motivo de discussão no próximo capítulo. Esta ilustração das dificuldades enfrentadas em 1996, é sintomática, uma vez que, o Coletivo não analisou os pontos positivos ocorridos naquele ano, somente os negativos. Embora as fontes mostrassem dificuldades esparsas nos anos anteriores, esta é a primeira oportunidade em que aparece grande número de reflexões contundentes no tocante ao comportamento dos dirigentes cutistas em relação à formação sindical.

¹⁵⁵ As tendências internas da CUT, também chamadas de correntes, dizem respeito a diversos grupos políticos que atuam dentro da Central. Costa (1995), identifica como participantes do IV Concut (1991), as seguintes tendências, então existentes: Articulação Sindical; Unidade Sindical; Vertente Socialista; Nova Esquerda; CUT pela Base; Corrente Sindical Classista (CSC); Força Socialista; Convergência Socialista; O Trabalho e Partido da Libertação Proletária (PLP). A Articulação Sindical é a corrente majoritária dentro da CUT. Costa identifica a Corrente Sindical Classista como a segunda força do V Concut (1994). (COSTA,

- o discurso em favor da formação não condizia com a prática dos dirigentes que não estavam assumindo a rede de formação;
- falta de interesse de muitos dirigentes em discutir a estrutura da formação sindical.
- alguns dirigentes não priorizavam sua formação e a de seus sindicalizados;
- muitos dirigentes não cumpriam com suas responsabilidades para com a formação e não possuíam conhecimento para desenvolver seu trabalho;
- o plano anual de formação da Escola Sul para aquele ano (1996) fora muito extenso, e houve dificuldades em sua aplicação;
- parte do Conselho Político da Escola Sul não participou das atividades da escola nem assumiu seu papel;
- as disputas dentro do movimento sindical cutista, com a priorização de projetos individuais em detrimento do coletivo, por parte de muitos dirigentes, estava dificultando a aproximação da formação sindical com a ação sindical;
- muitas microrregionais estavam com dificuldade de encontrar público para as atividades formativas.

A Escola Sul estaria desempenhando o seguinte papel:

- desenvolver um centro de estudo, pesquisa e elaboração;
- desenvolver atividades formativas consideradas estratégicas para a CUT e a rede;
- manter um centro de excelência em estudos sobre o Mercosul;
- prestar serviços de assessoria e consultoria ao movimento sindical cutista;

As prioridades da escola direcionavam-se para os seguintes programas e atividades: Formação de Formadores para atuarem na rede de formação; Formação de Dirigentes; Formação de Monitores; Organização por Local de Trabalho; a estruturação do seu Centro de Documentação; subsidiar o movimento sindical cutista nos temas

1995, p. 135, 161) A disputa interna dentro da CUT nasceu junto com a Central, uma vez que essa tem origem em diversos grupos político-sindicais distintos, e também, ao longo dos anos outros foram sendo incorporados. As disputas num primeiro momento foram menos intensas, particularmente enquanto a CUT se consolidava. Do II Concut (1986) em diante esses grupos políticos empreendem, costumeiramente nos congressos, uma disputa pela hegemonia interna na CUT.

conjunturais; assessorias e consultorias; Mercosul; desenvolver os Núcleos Temáticos baseados na Escola e atender à demanda por formação profissionalizante.¹⁵⁶

As perspectivas para atuação da rede de formação colocam o trabalho com formação profissional como sendo uma realidade para o ano seguinte. As prioridades da escola continuam centradas nos itens elencados no parágrafo anterior.

O quadro abaixo nos coloca os rumos tomados pela escola e a rede de formação em 1996.

Tabela 37: Eixos e objetivos da formação sindical, bem como atividades desenvolvidas e número de participantes, na Região Sul em, 1996

Prioridades/Eixos	Objetivos	Atividades	Participantes
Escola Sul: - Conjuntura; - Formação de Dirigentes e Formadores; - Atendimento de demandas e assessorias; - Apoio ao Funcionamento da Rede Regional Sul de Formação; - Estudos e Pesquisa – Núcleos Temáticos; - Construção da Sede Própria da Escola Sul; - Auto-sustentação Financeira.	- Consolidar a Rede Regional Sul de Formação; - Realizar debates sobre temas conjunturais; - Dar continuidade ao trabalho de formação de dirigentes e formadores; - Continuar a atender as demandas e assessorias; - Implementar um trabalho na área de Estudos e Pesquisa, através dos Núcleos Temáticos; - Dar prosseguimento à construção da Sede Própria; - Buscar a auto-sustentação financeira; - Incrementar o trabalho de intercâmbio e cooperação inter-institucional; - Pensar novas políticas de gestão, memória e documentação.	- 272 atividades formativas desenvolvidas pela Escola Sul e Rede Regional Sul de Formação (SEFs de PR, SC, RS, e microrregionais de formação).	- 4682 participantes das atividades formativas da Escola Sul e Rede Regional Sul de Formação.

Fonte: Escola Sul

O período de 1995/1996 marca, como já foi dito o início da segunda fase da Escola Sul. Ao findar o ano de 1996, encontramos a Escola Sul com um crescimento

¹⁵⁶ Pela primeira vez as fontes consultadas mencionam interesse em formação profissional por parte da escola. Da parte das SEFs da região ocorrem registros já no ano anterior.

substancial nas atividades formativas, a rede regional de formação em funcionamento, o reconhecimento do movimento sindical cutista praticamente assegurado e as instalações da sede própria inauguradas.

A construção da sede própria foi um marco na história da escola, e esta é a questão que será tratada em seguida.

2.3.1 – Construção da estrutura física da Escola Sul: um berço para o estudo, a elaboração e a pesquisa no movimento sindical cutista – 1995/1996

A construção da estrutura física da Escola Sul, ou da sede própria, como queiram, foi um desafio comparável a todo o trabalho de formação já realizado pela equipe da escola até então. Estruturas físicas muitas vezes são monumentos estéreis caso sua aplicação prática não leve em consideração o aprimoramento do gênero humano.

A sede da Escola Sul poderia ser um estéril prédio de concreto se este empreendimento não houvesse sido antecedido por um trabalho de formação e aprimoramento do movimento sindical que justificou e deu vida à idéia de construção.

O projeto de implantação da Escola Sul no início da década de noventa já previa a construção de uma estrutura que desse suporte às atividades de formação. Durante o processo de discussão sobre a natureza, o papel, e os objetivos da Escola Sul ficou determinado que se buscaria a construção da infraestrutura própria em Florianópolis, mas levando-se em consideração que esta necessariamente teria que se auto-sustentar financeiramente.

Com este pensamento estratégias foram desenvolvidas para que fosse viabilizada a construção desta sede própria, entre elas, a entrada em funcionamento na Escola Sul em 1993, de uma Comissão de Construção.

Entre os anos de 1991 e 1993, a CUT realizou um intenso trabalho de intercâmbio e negociação internacional com as centrais sindicais DGB da Alemanha e CGIL da Itália, objetivando viabilizar o empreendimento.

Uma negociação pressupõe que cada um dos parceiros tenha uma parcela das responsabilidades. Assim, pelo acordo entre as três partes, coube à CUT a responsabilidade pela aquisição do terreno onde se localizaria o futuro prédio. Utilizando-se de recursos próprios e de um projeto a ser entregue à União Européia, a DGB seria responsável pela maior parte da construção. A central sindical italiana CGIL

responsabilizou-se pela conclusão da obra e pelos equipamentos necessários ao funcionamento da infra-estrutura da escola.

A parcela do acordo a seu encargo, a CUT viabilizou-a através de um convênio com o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Serviço Público Federal em Santa Catarina, (Sindprevs), que doou um terreno de 15.798 metros quadrados a título de usufruto para localização da sede.¹⁵⁷ Foram viabilizados também convênios com a Prefeitura de Florianópolis e com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A partir desses convênios iniciais foram previstas duas campanhas, uma entre os trabalhadores alemães da base sindical da DGB, e outra entre os trabalhadores da Região Sul da base sindical da CUT, buscando angariar fundos para o empreendimento.

Estas campanhas tencionavam dar uma dimensão política de solidariedade de classe entre os trabalhadores alemães e os brasileiros. Durante o período de construção foram viabilizados intercâmbios entre as duas centrais sindicais e diversos grupos de trabalhadores alemães estiveram visitando a construção da escola, os três estados do Sul, e conhecendo a organização política e sindical da região, entre outros objetivos.¹⁵⁸ Por conseguinte, a CUT viabilizou o deslocamento de trabalhadores da Região Sul para a Alemanha, com objetivos semelhantes aos dos alemães.

A parte do acordo reservada à DGB foi cumprida, tendo essa garantido o repasse de seus recursos, como também apresentado projeto junto à União Européia que logrou aprovação, o que representou uma parcela substancial de recursos.¹⁵⁹

A central sindical italiana, devido a problemas conjunturais do sindicalismo daquele país, não viabilizou a sua participação no empreendimento. Mesmo assim as duas partes restantes optaram por levar adiante o projeto inicialmente traçado.

¹⁵⁷ O terreno encontra-se escriturado em nome da Escola Sul. Na realidade o que ocorreu foi uma permuta. A área total do terreno do Sindprevs, era superior ao que foi doado à escola, na parte que continuou de posse desse sindicato, a escola providenciou o saneamento (drenagem) e construção de canchas de esportes, campo de futebol suíço e salão de festas. Em 1999/2000 após divergências políticas entre a escola e a diretoria deste sindicato, essas instalações deixaram de ser utilizadas somente pela Escola Sul, e o prédio onde está instalada a creche, também ficou como patrimônio do Sindprevs, em troca do terreno doado, (2000). As instalações de lazer, atualmente de propriedade do Sindprevs, estão sob o gerenciamento deste sindicato, que tem prioridade para sua utilização. Caso haja disponibilidade tanto a Escola Sul como os hóspedes do hotel podem se utilizar destas. É necessário para isso um agendamento prévio e pagamento de uma taxa de utilização.

¹⁵⁸ Muitos trabalhadores intercambiados trabalharam durante suas visitas, nas obras da escola.

¹⁵⁹ A central sindical alemã contribuiu somente financeiramente. O modelo organizacional da escola e a construção ideológica do processo de educação dos dirigentes e formadores, como era de praxe continuou a cargo da equipe da Escola Sul/CUT, não sofrendo interferência da DGB.

Esse imprevisto fez com que as campanhas de arrecadação de fundos entre os trabalhadores alemães e brasileiros tomassem outra dimensão. As campanhas tiveram que ser intensificadas, notadamente no Brasil. A estratégia de arrecadação entre os trabalhadores dos dois países foi a venda de bônus, na forma de um cartão.¹⁶⁰

Os valores dos bônus no Brasil foram de dois, três e cinco reais.¹⁶¹ A CUT utilizou-se também de um livro-ouro dirigido a autoridades, profissionais liberais ou trabalhadores que desejassem contribuir com valores acima de cinquenta reais.

Diversos produtos com o logotipo criado para identificar a Escola Sul foram produzidos e comercializados pela CUT, tais como: camisetas, bonés, botton's entre outros, com o objetivo de angariar fundos. A campanha de arrecadação foi extremamente profissionalizada e planejada. O movimento sindical do Sul foi invadido com uma intensa campanha promocional, tendo a coordenação da campanha produzido uma cartilha explicativa distribuída aos sindicatos filiados da região, cartazes, uma fita de vídeo entre outros mecanismos de divulgação:

A campanha de arrecadação só vai ser bem sucedida se for bem divulgada. A coordenação está produzindo cartazes, folhetos, bônus e outros brindes. Mas não podemos prescindir da grande força de nossa imprensa sindical. A coordenação vai encaminhar para todas as entidades um farto material informativo sobre a obra (inclusive com fotos, cópias das plantas, etc...) para subsidiar matérias para boletins, jornais, revistas e informativos. É importante que a construção da escola seja pauta permanente na imprensa sindical. Outra peça-chave desta campanha é um vídeo sobre a Escola Sul e a construção da sede. Cópias serão distribuídas aos sindicatos em meados de outubro, e este material deverá ser utilizado ao máximo. Deve ser apresentado em reuniões de diretoria, assembléias, reuniões por local de trabalho, atividades de formação e a todos que tiverem oportunidade de assisti-lo. A duração será de 10 a 15 min. A campanha de arrecadação será descentralizada, dependendo muito de iniciativas tomadas em cada entidade, em cada região. Há uma coordenação desta campanha formada por representantes dos três estados do sul, que tem por finalidade fomentar as ações localizadas por categoria ou região, além de subsidia-las com material de divulgação e assessoria necessária. Serão realizadas reuniões por região para que os sindicatos e a Escola discutam em conjunto a campanha e as melhores formas de implementá-la. A proposta é que em cada sindicato seja indicado um diretor para ser o elo de ligação (sic) com a coordenação. Cada diretoria deverá discutir as melhores maneiras de arrecadar

¹⁶⁰ As campanhas foram feitas simultaneamente na Alemanha e no Brasil. A campanha na Alemanha foi encaminhada pelo sindicato IG METALL – Sindicato Nacional dos Metalúrgicos da Alemanha – filiado a DGB. Os recursos da campanha alemã, não se destinavam à construção propriamente dita, mas para compra de equipamentos para a futura escola. A campanha enviou um carro, fax, grande parte dos equipamentos da cozinha do hotel, e em dinheiro, em torno de oitenta mil marcos alemães, para compra de outros equipamentos.

¹⁶¹ Como incentivo à compra de bônus por parte dos trabalhadores filiados a CUT sorteou em 1996, seis viagens de intercâmbio à Alemanha, com uma estadia de quinze dias, aos que os adquirissem. As viagens contemplaram dois trabalhadores por cada estado da região.

na sua base e detalha-las com a coordenação. Sugestões sobre como é a melhor forma de realizar a campanha em seu ramo de atividade serão fundamentais. O importante é que novas formas de contribuição, por exemplo, estejam dentro da idéia geral de identificar o contribuinte e valorizar o ato espontâneo e consciente de contribuir para um projeto sindical tão importante como a Escola (CUT, mimeo,c, s.d., p. 8-9).

A campanha de arrecadação visava angariar seiscentos mil reais para a conclusão da obra. Iniciada em agosto de 1995, o cronograma da campanha tinha seu término previsto para a data provisória de inauguração da futura sede: primeiro de maio de 1997.¹⁶² No entanto, a campanha realizada no Brasil não obteve os resultados esperados.

A previsão de arrecadar-se seiscentos mil reais foi malograda. O montante arrecadado não chegou a cinquenta mil reais. O custo do material promocional da campanha e os prêmios e o envio de seis pessoas à Alemanha custaram mais do que a arrecadação da campanha. Esta situação motivou em parte, uma saída emergencial. A CUT teve de recorrer a dois empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES.¹⁶³

Os empréstimos mencionados foram: o primeiro, de um milhão de reais, e logo em seguida, um segundo empréstimo de trezentos mil reais, perfazendo um total de um milhão e trezentos mil reais, que viabilizaram o término das obras.¹⁶⁴

O fracasso da campanha de arrecadação na Região Sul é sintomático. Ao que tudo indica o movimento sindical cutista da região, apesar de a escola estar consolidada na execução do trabalho de formação, não havia ainda incorporado a idéia da escola sindical como sua, seguindo aquela visão que aparece em muitos dos documentos da escola e da rede regional de formação, de que os dirigentes sindicais não dão a devida importância ao trabalho de formação sindical; ou ainda de que, esperavam que a

¹⁶² Três prazos para conclusão das obras nos foram apresentados pelas fontes: outubro de 1996; dezembro de 1996 e 1º de Maio de 1997. A inauguração deu-se em dezembro de 1996, para viabilizar a presença de uma delegação alemã.

¹⁶³ Os empréstimos foram feitos em função das seguintes situações: a desistência da CGIL, da Itália; a campanha junto ao movimento sindical não deu resultado; ligeiras alterações nos projetos iniciais que demandaram mais recursos.

¹⁶⁴ Os empréstimos foram efetuados com carência de três anos e prazo de pagamento de dez anos, com as taxas de juros inclusas. Em garantia ao empréstimo a CUT hipotecou o terreno onde está localizada a Escola Sul, junto ao BNDES. O início do pagamento deu-se em fins de 1999. As prestações mensais estão por volta de trinta mil reais, os dois empréstimos somados. Através de um acordo entre a Escola Sul e a CUT Nacional, estes empréstimos estão sendo pagos pela CUT Nacional, em troca da venda da agência de turismo Unisoli Turismo, da Escola Sul para a CUT Nacional.

cooperação internacional dispensada à formação sindical da CUT na época viabilizasse a construção da escola no seu todo.

Os preparativos para início da construção ocorreram durante o ano de 1994, e incluíram a elaboração dos projetos de arquitetura e engenharia. O entendimento que norteou estes projetos levou em consideração as necessidades de infra-estrutura observadas desde a fundação da escola.

As obras de construção iniciaram-se em abril de 1995, em um terreno localizado ao norte da Ilha de Santa Catarina, na região denominada Ponta das Canas. A estrutura possuía esta configuração:

- Terreno: 15.798 metros quadrados;
- Edifício da escola: 1.400,74 metros quadrados;
- Edifício do Hotel: 2.453,40 metros quadrados;
- Almojarifado: 190,04 metros quadrados;
- Creche: 312,13 metros quadrados
- Salão de convivência: 322,08 metros quadrados
- Vestiário: 66,42 metros quadrados;
- Área de lazer e esportes¹⁶⁵
- Total: 4.744,81 metros quadrados.

Para execução da obra foram enfrentados alguns desafios naturais, a começar pela necessidade de drenagem do terreno, escavações, contenção de encostas, os quais, por sua vez, demandaram também obras de remodelação da Rodovia SC-401, executadas, a pedido, pelo Governo do Estado de Santa Catarina, entre outros pequenos obstáculos.

Os valores orçados para conclusão do projeto foram da ordem de R\$ 3.120.868,00, (três milhões, cento e vinte mil, oitocentos e sessenta e oito reais). Em agosto de 1995, já com as obras em andamento, a Escola Sul/CUT dispunha, como recursos assegurados, de R\$-1.145.548,00 (um milhão, cento e quarenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e oito reais). Os demais recursos necessários foram viabilizados com empréstimos com prazo de carência, projeto de cooperação internacional, campanhas de

¹⁶⁵ Atualmente de propriedade do Sindprevs – Santa Catarina.

arrecadação, convênios com órgãos oficiais (governo do Estado, prefeitura municipal) e doações de sindicatos filiados.¹⁶⁶

O projeto de sede para a escola partiu de três eixos principais, como segue:

- Uma infra-estrutura que pudesse permitir à escola a melhor qualidade possível no desenvolvimento de suas atividades. Deveria conter áreas para ensino, estudo e assessoria, auditório, biblioteca. Uma vez que as atividades de formação em sua maioria são em tempo integral tornava-se imperativo que o projeto dispusesse de um espaço para alojamento, e para tal foi concebido um hotel.
- A auto-sustentação da infra-estrutura foi o ponto de partida.¹⁶⁷ O hotel funcionaria com as características de um hotel comum, ou seja, pagando-se diárias. Aproveitando-se esta concepção, o hotel abrigaria também um Centro de Formação Profissional em Hotelaria e Turismo. Eventualmente os espaços destinados ao ensino poderiam ser locados para realização de eventos. Sendo Florianópolis uma cidade turística, a escola gerenciaria uma agência de turismo voltada tanto para o movimento sindical como para o público externo.¹⁶⁸

¹⁶⁶ Os valores finais dispensados à construção da sede da escola são de difícil quantificação, pois após a inauguração outras pequenas obras foram executadas: piscina, pequenas alterações em espaços livres que se tornaram salas entre outros. Além da compra de móveis e equipamentos que não estavam previstos inicialmente. No ato da inauguração, haviam sido gastos em torno de três milhões e quatrocentos mil reais, assim distribuídos: um milhão e quinhentos mil reais procedentes do projeto apresentado pela DGB junto a União Européia, a fundo perdido; três milhões e quinhentos mil de empréstimos junto ao BNDES; trezentos mil reais procedentes da Federação dos Sindicatos Holandeses, (FNV) e da Organização Intereclesiástica para a Cooperação e o Desenvolvimento, (ICCO) a fundo perdido; trezentos mil reais provenientes de campanhas de arrecadação junto aos trabalhadores alemães (metalúrgicos), e brasileiros - uma pequena parte -, da CUT Nacional e de outras doações. Estes números provêm de fonte oral (Formador Ulisses), podendo haver pequenas variações, para mais ou para menos, de acordo com a contabilidade oficial à qual não tivemos acesso.

¹⁶⁷ No que diz respeito à manutenção da escola, a idéia inicial era de que a infra-estrutura, o hotel e a agência de turismo pudessem auto-sustentar a manutenção do complexo, ou seja, o complexo se manteria com os recursos que suas atividades gerassem. Caso houvessem sobras, e somente nesse caso, estas seriam repassadas para as atividades de formação. Desde o início das atividades da nova sede uma confusão, digamos, cultural se instalou no movimento cutista no sul: muitas pessoas passaram a afirmar que o complexo deveria sustentar as atividades de formação, e esta idéia não fazia parte do projeto inicial. Entramos aqui mais uma vez na questão do financiamento da formação. Os dirigentes sindicais do sul não disponibilizavam recursos para manter a formação da escola, pois esta deveria ser mantida pelo complexo, houve uma inversão de valores.

¹⁶⁸ No início das atividades do complexo da escola surgiram algumas manifestações dentro do movimento indagando se as finalidades para ele atribuídas seriam alcançadas. Nesse sentido apresenta-se a opinião de uma formadora da escola: “Eu acho que o hotel não é problema, o hotel deveria ser de fato para garantir os cursos, (...) hoje infelizmente o hotel está sendo visto como uma fonte de renda (...). O hotel levanta fundos

- O empreendimento deveria ter algum alcance social e a escola deveria estar inserida na comunidade em que fosse construída. Desta forma foi concebida a construção de uma creche, destinada ao atendimento das crianças da comunidade ao redor e de filhos de mães que estivessem participando de alguma atividade dentro da escola.

A Escola Sul desde sua fundação respondia pela denominação jurídica de Instituto Nacional de Formação – INF – Escola Sul. Esta identidade jurídica esteve vinculada à CUT Nacional com sede na cidade de São Paulo até 1996. Em se construindo a sede da escola obviamente a denominação jurídica deveria ser modificada. Como a escola foi idealizada e funciona como uma entidade sem fins lucrativos, e parte de sua estrutura tem finalidades lucrativas, exatamente como uma tentativa de se viabilizar financeiramente a manutenção da parte que é de utilidade pública, juridicamente as duas partes não poderiam figurar em uma mesma razão social. Desta forma, foi constituída uma empresa, na acepção da palavra, que ficaria responsável pela parte comercial: hotel e agência de turismo.¹⁶⁹ A parte da escola propriamente dita figuraria em uma outra razão social, sem fins lucrativos:

para a formação e aí em vários momentos nós vemos a ação comercial do hotel superar em detrimento da formação. Nós tivemos situações de precisar de sala de aula e estar alugada. Ou de precisar de equipamento e estar disponível para curso de fora. Então isso eu acho que poderia ser melhor equacionado, eu não digo que o espaço não pudesse ser alugado, acho que não, um espaço desse aqui tem mais é que disponibilizar. Eu acho que o problema não é esse, eu não acho que a CUT não possa ter um hotel. Isso é como ela o gerencia, o problema é como ela gesta, que relações ela estabelece ali dentro, que prioridades ela dá para o hotel. Isso que seria o problema, o hotel em si não é problema nenhum, eu não vejo assim.” (...) No tocante a aluguel de espaço, atualmente a Escola Sul aluga também parte de seu espaço físico, em busca de recursos, para o Centro de Estudos Superiores de Santa Catarina, CESUSC. Trata-se de um centro de ensino superior, uma fundação privada, com cursos na área de direito, (já em andamento e funcionando na Escola Sul) e nas áreas de turismo, administração, jornalismo e outras. Essas demais áreas funcionarão no próprio CESUSC. “É só aluguel de espaço. A Escola de Direito é de um grupo de pessoas ligadas, são advogados, advogados trabalhistas de sindicatos conhecidos, amigos enfim da CUT, do nosso campo. Eles montaram a Escola de Direito e aí precisavam de um lugar para se instalar de início. Alugaram espaço da Escola Sul então, não tem nada a ver com a escola. Eles estão construindo o espaço deles aqui no caminho para Santo Antonio, e eles saem daqui em dois anos.” (Formadora Olga)

¹⁶⁹ O hotel é denominado Hotel Canto da Ilha. A agência de turismo funcionou como matriz, na sede da escola até 2000, e denomina-se União e Solidariedade (Unisoli), a partir de 2000 funciona como filial da matriz transferida para São Paulo. Segundo a CUT, a sede foi pensada e preparada para se auto-sustentar através da venda de serviços na área de turismo e de eventos, com a utilização dos seus equipamentos, hotel, restaurante, centro de eventos, agência de turismo, entre outros, no período de verão, e quando não estiver ocupada com atividades de formação. Para isso, o planejamento de sua utilização e sua gestão buscou ser o mais profissional possível, a partir também de uma concepção moderna de administração. Nesse sentido, o movimento sindical cutista, se quiser auto-sustentar a infra-estrutura da escola, deverá pagar o custo real pela sua utilização, mesmo em atividades de formação.

A Escola Sul enquanto puder, vamos dizer assim, ela será uma sociedade sem fins lucrativos, só que para operar o hotel e no caso da Unisoli, você não pode porque cairia em problemas jurídicos. Então tem que pagar impostos, recolher uma série de impostos e taxas. Não havia como operar o hotel através de uma entidade sem fins lucrativos, então, foi constituída uma empresa para operar o hotel. O nosso hotel, paga todos os impostos, como todos os outros, todos os impostos. Então isso foi a forma encontrada de poder funcionar o hotel, porque não poderia ser de outra forma. O complexo como um todo não tinha o objetivo de ser um empreendimento empresarial ou comercial, certo? Ele teve que ser em função das próprias leis que impedem o desenvolvimento dessas empresas. Agora atualmente isso é uma questão que está passando por um processo de discussão muito intenso dentro da CUT. Então, tem muita gente hoje com várias propostas. Há propostas de transformar isso aqui em uma cooperativa, não de mão-de-obra, mas de gestão. Bom, mas isso é uma idéia. Outra idéia é manter isso aqui como está hoje, uma associação sem fins lucrativos, mantendo a empresa para o hotel, não indo além disso. A terceira idéia é transformar isso aqui em um Centro Público de Ensino. Essa é uma outra complicação, pois como temos a Escola de Turismo e Hotelaria, nós teríamos que trabalhar isso. Isso não implica em mexer no patrimônio, Centro Público de Ensino. Você pode ter um patrimônio de alguém e esse alguém põe esse patrimônio à disposição do funcionamento do Centro Público de Ensino. E qual é a característica do Centro Público de Ensino? Ele é tripartite ou quatripartite. Seria a CUT ou a sociedade em geral, no caso os sindicatos aqui, os alunos e os professores que fariam então o planejamento, a gestão, a administração desse Centro. Como eu disse, não implica na questão do patrimônio, mas também isso é uma polêmica muito forte na CUT, não há consenso sobre isso. Eu não saberia para onde vai essa discussão hoje. Eu acho que a tendência é manter isso aqui como uma entidade sem fins lucrativos, o hotel como uma empresa que presta serviços comerciais e o patrimônio vinculado à Escola Sul, podendo caminhar para uma espécie de cooperativa, um Centro Público de Ensino, ou pensar em uma outra coisa que surgir por aí (Formador Ulisses).

Uma vez funcionando, a estrutura do hotel se mostrou deficitária.¹⁷⁰ Os recursos provenientes dos dirigentes sindicais que aportavam na escola para participarem das atividades formativas e se alojavam no hotel, em conjunto com o movimento comum de um hotel turístico, não foram suficientes para a manutenção da própria estrutura do hotel, tampouco da estrutura da escola. Entre 1997 e 1999 a estrutura deu prejuízo:

Entre 1997 e 1999 o hotel se mostrou deficitário. Só que eu não saberia te quantificar agora ano a ano, mas esse déficit foi gradativamente sendo eliminado. Então quem cobria esse déficit nestes três anos, 1997, 1998 e 1999? A CUT como um todo, e a Escola Sul. Mas aqui entraram recursos da própria escola, algumas sobras aqui das coisas, e um pouco da CUT. Na verdade quem bancou esse déficit foi a CUT nestes três anos. No ano de dois mil nós tivemos o equilíbrio, zeramos o déficit. O hotel agora é auto-suficiente, quer dizer ele paga os seus funcionários,

¹⁷⁰ O turismo é uma atividade de risco, sujeito a condições específicas que nem sempre se apresentam favoráveis. O Hotel Canto da Ilha entrou em funcionamento no início de 1997. O hotel possui centro de convenções, restaurante, bar, piscina, quadra de esportes entre outras instalações. Sendo uma empresa da Escola Sul, serve para atender a demanda da escola e do movimento sindical cutista em geral, ou de outras atividades da sociedade civil e também se destina ao atendimento do público (turistas e outros) como um estabelecimento comercial. (CUT, 1999 f, p. 25)

sua folha de pagamento, paga a energia elétrica, paga a água, enfim, todas essas questões. Em 2001 estava projetado, e agora acredito, que vai haver um superávit. Agora como nós estamos ainda antes do final do ano, eu não saberia precisar.¹⁷¹ Mas o quanto eu sei é que ele vai gerar um pequeno superávit. Agora tem uma coisa que é o seguinte, e isso é importante, eu poderia perguntar: mas porque a CUT cobriu o déficit do hotel? Porquê? Por exemplo, vou te elencar uma série de coisas, a energia elétrica do prédio da Escola Sul, quem pagava era o hotel, o telefone da escola também, a segurança, todo o serviço de limpeza, era o hotel que pagava. Então quer dizer, na verdade o hotel tinha déficit, mas estava fazendo uma série de serviços para a Escola Sul. E continua fazendo isso. Então nesse sentido era fácil dizer para a CUT que ela tinha que cobrir esse déficit, na medida em que o hotel estava cobrindo esses gastos, porque se esses gastos migrassem para a responsabilidade da Escola Sul, a CUT teria que botar mais dinheiro. Bom, qual é a idéia agora? Se isso aqui dá superávit, nós temos que ter claro: jamais vai dar um superávit tão grande. Tendo superávit o hotel continua fazendo esses serviços aqui para a escola e poderá destinar parte deste superávit para fazer melhorias, manutenção e tal, mas parte dele também poderia ser revertido para outras coisas, essa é a lógica que está funcionando. É a lógica que nós pensamos no início, e em 1997, essa era a lógica. Agora, o que tem de claro nisso, e isso já foi discutido, porque tem muita gente que vem nos perguntar quando é que o hotel vai sustentar a escola. Quer dizer, jamais vai poder acontecer isso de o hotel sustentar o tamanho dessa escola aqui. Porque o hotel do tamanho que ele é, e dos serviços que ele presta, ele jamais poderá gerar um superávit tão grande para bancar uma estrutura de uma escola com mais de vinte formadores, mais cinco ou seis pessoas de apoio à formação, não é? Então, em 1996, nós podíamos sonhar com isso, mas também, a realidade na época era a seguinte: eram cinco formadores na escola e hoje são vinte, então mudou completamente (Formador Ulisses).

A agência de turismo Unisoli, foi criada com a mesma finalidade, ou seja, uma tentativa de viabilizar financeiramente a manutenção da Escola Sul:

A Unisoli, é uma empresa com a mesma finalidade. Só que em 2000 ela foi vendida para a CUT Nacional. Então, hoje a Unisoli não é mais uma empresa da Escola Sul, é uma continuação da que era sediada aqui, mas a proprietária legal para todos os efeitos é a CUT Nacional. E não faz parte enquanto patrimônio porque ela não tem patrimônio físico, ela só tem patrimônio do ponto de vista dos equipamentos. Ela tinha a matriz aqui, possuía uma filial em São Paulo uma em Porto Alegre e uma em Florianópolis e tencionávamos abrir uma filial em Curitiba. Então tinha uma matriz e três filiais: São Paulo, Florianópolis e Porto Alegre. Então fechamos em Florianópolis e em Porto Alegre e a matriz deixou de estar em Florianópolis porque a agência foi comprada pela CUT, e passou a estar em São Paulo, aqui na escola mantém somente um posto de atendimento. A Unisoli era uma empresa aberta para atender o público, não somente o movimento sindical, por isso nós quisemos abrir as filiais. Hoje o setor está pior mas, desde que a agência foi criada, o setor de agências de turismo entrou em crise por aqui. Então ela sempre foi um problema para nós, ela se mostrava como um problema do ponto de vista financeiro. O volume de trabalho para a agência aqui na escola não era muito alto, por isso ela foi para a CUT Nacional. Por ela ser uma

¹⁷¹ Entrevista concedida em 05/11/2001.

entidade ou empresa corporativa, quer dizer, tem basicamente a função de atender à CUT fornecendo todas as passagens utilizadas pela CUT Nacional, prazos, estas questões, então hoje ela se sustenta com um plano de ação enxuto, pequeno, ela tem por base atender a própria corporação. Então, hoje a Unisoli está dando lucro, mas não porque foi para a CUT Nacional, e sim, porque ela se transformou numa agência corporativa. E pelo volume de passagens que a CUT utiliza a nível nacional, todas as passagens que as CUTs compram, do Rio Grande do Sul a Rondônia passam pela Unisoli. Concentrado isso dá um volume razoável (Formador Ulisses).

A construção de uma creche, prevista no projeto, se deu em uma área reservada no terreno da escola, com 700 metros quadrados, sendo que especificamente as instalações da creche possuem 312,13 metros quadrados.

Os objetivos que nortearam a construção deste espaço foram, em primeiro lugar, criar condições para que as mulheres pudessem participar das atividades de formação, encontros, ou eventos realizados nas dependências da Escola Sul; em segundo lugar, viabilizar um espaço de educação infantil para as comunidades do norte da Ilha de Santa Catarina, mais precisamente as de Ponta das Canas, Cachoeira do Bom Jesus e Lagoinha, e talvez aí tenha sido uma importante iniciativa de alcance político para o reconhecimento da CUT pela comunidade onde está localizada a sede da escola.¹⁷²

Para viabilizar o funcionamento deste Centro Infantil a Escola Sul estabeleceu um convênio com a prefeitura da cidade de Florianópolis, ficando a cargo da escola o terreno e a construção da creche e a prefeitura responsável por parte do funcionamento desta.¹⁷³

As instalações da creche foram concluídas juntamente com a sede da escola no final de 1996, no entanto, somente em 1999 iniciou-se o atendimento às crianças da comunidade:

A creche tem aqui uma função estritamente política e social. Política porque é o meio que se estabeleceu para vincular a CUT com a comunidade, e social porque toda creche tem a sua função social independentemente de outras relações (Formadora Bárbara).

O quadro profissional da creche é composto por onze funcionárias. Quatro professoras são remuneradas pelo município através do convênio estabelecido. Quatro

¹⁷² As funcionárias do complexo da Escola Sul também podem utilizar a creche.

¹⁷³ O convênio estabelecido entre a Escola Sul e a Prefeitura Municipal de Florianópolis deu-se durante a gestão do Partido dos Trabalhadores 1992-1996. Em 1997, com a posse de uma outra administração municipal, o convênio esteve para ser quebrado pelo município, tendo sido necessário um intenso trabalho político para que isto não se tornasse realidade.

auxiliares de sala, uma auxiliar de serviços gerais e uma auxiliar de cozinha são remuneradas pela Associação de Pais e Professores, órgão criado pela comunidade para acompanhamento das atividades do Centro de Educação Infantil, uma espécie de Clube de Pais ampliado. Além destas funcionárias a creche conta ainda com uma cozinheira, que é remunerada pelo Hotel Canto da Ilha, e a diretora do estabelecimento, uma pedagoga, remunerada pela Escola Sul.

A creche atende atualmente setenta e sete crianças divididas em quatro salas que vão de berçário a jardim.

Tabela 38: Creche e distribuição de crianças por turma

Berçário	Maternal I	Maternal II	Jardim	Total
15 crianças	16 crianças	22 crianças	24 crianças	77 crianças

Fonte: Escola Sul

A creche da Escola Sul não dispõe, ainda, de alguns profissionais especializados, tais como psicopedagogo, nutricionista e enfermeiro. Ela possui:

...uma linha socio-interacionista. Na medida do possível se oferecem atividades em que as crianças interagem, se relacionam, se socializam, troquem toda uma questão lúdica. Nós não alfabetizamos, nossa proposta não é de alfabetizar e sim preparar, isso é consequência (Formadora Bárbara).

As crianças atendidas podem frequentar a creche dos quatro meses até os cinco anos. Com esse limite de idade a vaga deve ser repassada a outra criança membro da comunidade.

Criou-se uma dependência muito intensa da comunidade em relação aos serviços prestados por esta, ou seja, o papel estipulado para a creche pela Escola Sul está sendo cumprido.

...esta comunidade sem essa creche não tem outra alternativa, não existe outra creche por aqui, no norte da ilha. Seria um aviltamento se essa creche fechasse as portas. (...) são setenta e sete famílias que a CUT e a Escola Sul estão atendendo (Formadora Bárbara).

A sede da Escola Sul foi inaugurada em 13 de dezembro de 1996, em solenidade que contou com a presença de representantes do movimento sindical cutista da

Região Sul, de membros da CUT Nacional, de delegações sindicais do exterior, trabalhadores e sociedade em geral.¹⁷⁴

A área construída colocada à disposição do público perfazia um total de 4.234,22 metros quadrados, assim divididos:

- 08 salas de trabalho para a equipe de educadores/formadores da Escola Sul;
- um Centro de Convenções com auditório climatizado com capacidade para até 200 pessoas;
- 06 salas de aula climatizadas com capacidade para 10 a 100 pessoas;
- espaço para exposições, promoções, confraternizações e festas;
- hotel com 48 apartamentos triplos, com tv, telefone, ar condicionado, ducha com energia solar, som ambiente e geladeira; capacidade de hospedagem para 143 pessoas e acomodações para deficientes físicos;
- um restaurante para 124 pessoas com som ambiente e ar condicionado;
- um bar com som ambiente, ar condicionado com espaço para música ao vivo;
- uma agência de turismo disponibilizando traslado, passagens city tour e outros;

Em 2000, foi iniciada a construção das dependências da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha¹⁷⁵, tendo sido concluída no primeiro semestre de 2001. Foram

¹⁷⁴ A inauguração contou com dois momentos distintos: inauguração oficial e festiva, e a realização de um seminário. A inauguração oficial ocorreu em um ato com a presença da CUT Nacional; das CUTs dos três estados da Região Sul; delegações da DGB da Alemanha; ICCO e FNV da Holanda; CGIL da Itália e do Sindicato dos Metalúrgicos da Alemanha, IG METALL. Como também de representantes de confederações, federações e sindicatos da Região Sul e autoridades. À noite, na parte festiva, foram feitas homenagens a todos os que contribuíram na construção da escola, cerca de trinta entidades e personalidades. Após as homenagens foram realizados um coquetel e uma apresentação artística e em seguida um baile popular. O Seminário Internacional foi realizado nos dias 14 e 15 de dezembro de 1996, com a participação de mais de cem pessoas juntamente com as delegações que se fizeram presentes ao ato de inauguração da escola.

¹⁷⁵ As instalações da Escola de Turismo e Hotelaria “Canto da Ilha”, foram construídas com recursos adquiridos junto ao Programa de Expansão da Qualificação Profissional (PROEP) do Ministério da Educação, segundo o formador Ulisses, a formadora Anita e a direção da escola. Este programa estabelece parcerias com segmentos comunitários da sociedade. O PROEP viabilizou o espaço físico da Escola de Turismo e Hotelaria e em contrapartida a Escola Sul/CUT se comprometeram a disponibilizar duzentas e vinte e cinco vagas anuais no Curso Técnico de Turismo e Hotelaria, e mil vagas em cursos básicos de formação profissional, ou seja, computação, entre outros, durante seis anos. A Escola Sul não cobra mensalidades nestes cursos mesmo que, segundo a direção da escola, o Ministério da Educação não coloque objeções quanto a essa cobrança. Segundo a Escola Sul a sua Escola de Turismo e Hotelaria, que inicialmente funcionava dentro do Hotel Canto da Ilha, “...tem como objetivo oferecer para a população de Florianópolis e região a possibilidade de acesso a qualificação profissional através do curso de Turismo e Hotelaria. (...) é uma iniciativa feita (elaboração, execução e coordenação) em parceria com a Escola técnica Federal de Santa Catarina e iniciou suas atividades (...) em 1997. (CUT, 1999 f, p. 25)

acrescentados ao complexo da Escola Sul mais 2.694,84 metros quadrados de área construída, assim dividida:

- 8 salas de aula;
- 08 salas para a equipe de educação da escola de turismo e hotelaria;
- laboratórios de línguas, informática, alimentos e bebidas, hospedagem, agência de turismo e eventos;

A Escola de Turismo e Hotelaria da Escola Sul conta ainda com um auditório de 300 lugares, destinado ao seu laboratório de eventos.

O que é possível apreender de todo esse processo, é que o objetivo original que moveu a Escola Sul e o movimento sindical cutista da Região Sul à construção do complexo físico da escola, a sua auto-sustentação, não foi ainda atingido nos sete anos de operação da escola nessas instalações.

As variáveis que sustentam esta afirmação são complexas e encontram-se tanto dentro do movimento sindical cutista, como fora dele.

Por cerca de oito anos desde sua fundação, os documentos da CUT mencionam a falta de interação da região com a escola, e uma crise financeira que sempre a acompanhou.

A insuficiência de recursos para manutenção do complexo estendia-se para as atividades de formação. Até esse período, e isto ocorria também com a formação sindical da CUT no âmbito nacional, o aporte financeiro majoritário adivinha de recursos internacionais.

Essa situação começa a mudar a partir de 1998, quando uma série de diretrizes, aprovadas em plenárias e congressos, fazem com que a formação da CUT se encaminhe para a disputa de recursos públicos e enverede no campo da formação profissional. Com isso a realidade de meados da década de noventa é congelada, ficando algumas questões sem resposta por parte dos atores que desencadearam esse novo processo:

- não são os recursos gerados pelo complexo que sustentam a formação praticada na escola;
- o complexo nunca sustentou nem a estrutura física muito menos a formação sindical, a despeito de todas as iniciativas de aluguel de espaço, até mesmo em detrimento da formação, como ficou subentendido na fala de um dos entrevistados;

- o movimento sindical cutista no Sul não dispõe ainda de mecanismos que produzam geração de recursos para manter a formação da Escola Sul de forma independente.

Os antecedentes dessa nova realidade para a Escola Sul descortinam-se nos primeiros anos de funcionamento da sede nova. É o que veremos a seguir.

2.3.2 – 1997: início das atividades da nova sede da Escola Sul

O ano de 1997 inicia-se com a Escola Sul funcionando em sua nova sede, desfrutando tanto o público das atividades formativas quanto o quadro de formadores, de toda a infra-estrutura há muitos anos desejada.

A seguir temos em destaque um resumo das atividades formativas levadas a cabo no decorrer desse ano. Estas dizem respeito somente àquelas desenvolvidas pela escola.

Tabela 39: 1997 Atividades Formativas

Número de atividades	Número de participantes
18 atividades regionais (interestaduais/Escola)	512
27 atividades de assessoria	842
5 atividades - demandas nacionais	42
3 atividades de auto-capacitação	29
Total: 53 atividades	1425

Fonte: Escola Sul

Tabela 40: 1997 Atividades Organizativas

Número de atividades	Número de Participantes
3 reuniões do Coletivo Regional Sul de Formação	111
11 reuniões com os ramos	189
9 reuniões pedagógicas	86
26 reuniões dos Núcleos Temáticos	303
15 reuniões de Formação Profissional	20

Total: 64 reuniões	709
---------------------------	------------

Fonte: Escola Sul

Tabela 41: 1997: Participação da escola em outras atividades

Número de atividades	Número de participantes
7 atividades: Encontros, Plenárias e Congressos	15
Total: 7 atividades	15

Fonte: Escola Sul

Tabela 42: 1997: Totalização

Atividades	Quantidade	Número de participantes
Atividades formativas	53	1428
Atividades organizativas	64	709
Outras atividades	7	15
Total	124	2152

Fonte: Escola Sul

Seguindo a prática corriqueira desde a implantação da rede regional de formação, o Coletivo Regional de Formação, reunido em fins de 1997, avaliando a formação executada pela escola e a rede, levantou diversos pontos classificados em: avanços, dificuldades e desafios. Como avanços encontram-se em destaque os principais:

- o número de participantes nas atividades formativas da rede/escola tinha aumentado sensivelmente;
- elaboração de material bibliográfico para suporte às atividades estavam em franco crescimento;
- os Núcleos Temáticos baseados na Escola Sul estavam sendo consolidados;
- formação sindical no Sul apresenta-se com organização crescente;
- a construção da sede da escola veio dar um grande suporte, e uma base estável de apoio à formação sindical;
- as microrregionais estavam fazendo um trabalho sistemático de formação, quebrando práticas de fazer formação por fazer;

- o aparecimento de novas experiências de formação: o Projeto Integrar da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM).

Algumas das dificuldades ou deficiências experimentadas naquele ano pelos atores da formação já apareciam em anos anteriores. Em destaque as principais:

- o movimento sindical cutista não estava demonstrando envolvimento na construção e funcionamento da rede de formação;
- o movimento sindical cutista não se envolveu com profundidade no processo de construção da sede da escola;
- a Escola não precisava atender demandas localizadas em virtude de dificuldades em outras instâncias da rede de formação;
- o movimento sindical cutista apresentava dirigentes sindicais contrários à PNF, e suas estratégias, criticando-as, porém não participavam dos fóruns de decisões da rede para uma franca discussão;
- a ação da formação sindical era dificultada em função das disputas internas no movimento sindical cutista;
- a participação de dirigentes sindicais e membros do Conselho Diretor da escola era incipiente, eles pouco acompanhavam as atividades por ela desenvolvida, ou seus rumos;
- dificuldades nas microrregionais para envolver os sindicatos no trabalho da formação;
- dirigentes sindicais não qualificados, mesmo fazendo formação na escola/rede;
- acomodação dos dirigentes sindicais, vitimados por uma burocratização crescente, dispensando enorme importância ao trabalho interno e administrativo dos sindicatos;
- os temas formativos da rede muitas vezes não acompanhavam as transformações do mundo do trabalho.

Os desafios visualizados naquele momento pelo Coletivo remetem, por conseguinte, a barreiras que necessitavam posicionamentos firmes da formação sindical, se não para serem transpostas, pelo menos para serem enfrentadas, com destaque para as seguintes constatações:

- a formação executada naquele momento atingia em sua maioria dirigentes não liberados, de base, que não participavam das decisões dos sindicatos;

- a ação formativa não estava devidamente articulada com a ação sindical;
- a formação sindical carecia de uma avaliação sistemática;
- a rede de formação e sua consolidação teriam que ser construídas e não impostas.

O encontro do coletivo discutiu questões voltadas diretamente para a questão da formação profissional. Como proposta de afirmação do papel a ser desempenhado pela Escola Sul no ano seguinte (1998) encontra-se o encaminhamento de que esta deveria ser um centro de apoio pedagógico aos nascentes programas de formação profissional da CUT. Nas discussões dos eixos prioritários da rede/escola observa-se que a formação profissional era vista como atrativa, porém tratava-se de uma questão polêmica para a CUT.

Alguns pontos levantados no debate de encerramento do referido encontro do Coletivo Regional de Formação, constantes nas fontes, demonstram a dificuldade dos atores da formação sindical em assimilarem abertamente a discussão em torno da formação profissional. Este encontro, como é comprovado pelas fontes, foi o primeiro encontro anual do coletivo a discutir politicamente a inserção da CUT na formação profissional. Em destaque alguns posicionamentos dos representantes da rede/escola:

- o desenvolvimento da formação sindical deveria ser fundamental;
- a Escola Sul não poderia se tornar somente gestora de projetos de formação profissional;
- a missão da Escola Sul era a Formação Sindical;
- os cursos de formação de dirigentes e formação de formadores eram fundamentais;
- os projetos de formação profissional deveriam vir para acrescentar elementos novos à prática da formação sindical e não para substituí-la;
- a estrutura da Escola Sul voltada para a formação sindical deveria permanecer e os projetos de formação profissional a serem gestados necessariamente teriam que ter seus próprios recursos humanos;
- fazer formação profissional também é fazer formação sindical;
- os atores da formação deveriam permanecer atentos para que a equipe de formadores da Escola Sul não venha a assumir somente a formação profissional.

Com a rede de formação regional consolidada, na avaliação da escola, esta mantém-se com ênfase na formação sindical, mas volta-se para a educação/formação

profissional, segundo a escola. Abaixo o quadro apresenta sinteticamente as intenções da formação na escola/rede em 1997.

Tabela 43: Eixos e objetivos da formação sindical, bem como atividades desenvolvidas e número de participantes, na Região Sul, em 1997

Prioridades/Eixos	Objetivos	Atividades	Participantes
Escola Sul: - Atendimento de Demandas Nacionais; - Consolidação da Rede Regional Sul de Formação; - Formação de longa duração para Dirigentes; - Mercosul; - Estruturação dos Ramos; - Núcleos Temáticos; - Organização Sindical; - Assessoria e Consultoria; - Formação Profissional; - Centro de Documentação; - Gestão da Rede/Escola.	- Desenvolver as atividades de caráter regional, constantes no Plano Nacional de Formação da CUT; - Consolidar a Rede Regional Sul de Formação através da formação de formadores; - Capacitar, através de um curso de longa duração, os dirigentes de ponta da Central; - Criar o Observatório Social para acompanhar como estão sendo observadas as cláusulas sociais e trabalhistas; - Priorizar Núcleos Temáticos: Mercosul, Organização Sindical, Planejamento e Gestão Sindical, Gênero, Agricultura e Desenvolvimento e Conjuntura; - Articular com os ramos de atividades um trabalho na área da organização, planejamento, gestão e formação; - Desenvolver atividades para a questão da organização sindical; - Pensar políticas na área da educação profissional e realizar atividades que levem a desenvolver experiências concretas capazes de fazer avançar a reflexão sobre esta	- 271 atividades formativas desenvolvidas pela Escola Sul e Rede Regional Sul de Formação.	- 8861 participantes das atividades da Escola/Rede

	questão; - Criar um Centro de Documentação.		
--	--	--	--

Fonte: Escola Sul

Essa discussão marca os antecedentes da fase atual da Escola Sul, iniciada em 1998, qual seja, o trabalho com projetos de formação profissional, seguindo diretrizes das instâncias superiores da CUT. Em 1997 não havia ainda nenhum projeto de formação profissional sendo desenvolvido pela Escola Sul, somente o Projeto Integrar, desenvolvido pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos (no ramo dos metalúrgicos), em nível nacional estava em atividade. Nesse ano de 1997 a Escola Sul executou algumas atividades de formação profissional com a CUT-Santa Catarina, com recursos do Programa Estadual de Qualificação Profissional daquele estado. Não era exatamente uma atividade da escola e sim, da CUT-Santa Catarina.

Os projetos de qualificação/formação profissional implantados a partir de 1998 foram pensados conjuntamente entre a Escola Sul e a Equipe Nacional da SNF em fins de 1997, e entraram em execução no início do ano. Esta nova realidade encontra-se apresentada em seguida.

2.4 – Escola Sul: fase 3 – Expansão das atividades educativas para além do movimento sindical: a implementação dos projetos de qualificação/formação profissional (1998)

Tem início em 1998 a atual fase da Escola Sul, qual seja, o trabalho com os chamados projetos de formação/qualificação profissional. A referência alcançada pela escola no âmbito da formação sindical passa, a partir de então, a ser buscada também no campo da formação profissional. A seguir, de forma resumida, as atividades desenvolvidas naquele ano.

Tabela 44: 1998: Atividades da Escola Sul

Setor	Número de atividades	Número de participantes
Atividades formativas	76	2064
Núcleos Temáticos	11	110
Atividades organizativas	30	334
Atividades de gestão	28	210

Atividades de auto-capacitação	7	8
Total Geral	152	2726

Fonte: Escola Sul

Tabela 45: Eixos e objetivos da formação sindical, bem como atividades desenvolvidas e número de participantes, na Região Sul, em 1998

Prioridades/Eixos	Objetivos	Atividades	Participantes
Escola Sul: - Consolidação da Rede Regional Sul de Formação; - Formação de Dirigentes Sindicais; - Atuação com os Ramos de Atividades da CUT; - Consolidação dos Núcleos Temáticos; - Globalização, Mercosul e Sindicalismo; - Formação Profissional; - Atendimento de Demandas Regionais e Prestação de Assessorias e Consultorias.	- Qualificar formadores para atender as demandas de formação dos ramos, micros e sindicatos; - Prestar assessoria aos Coletivos Estaduais de Formação e as micror-regionais; - Qualificar dirigentes sindicais; - Realizar um trabalho de organização, estruturação, planejamento e formação junto aos Ramos de Atividades da CUT; - Consolidar os Núcleos Temáticos como espaços de estudo, pesquisa e elaboração; - Realizar atividades de estudo, pesquisa, elaboração e formativas ligadas ao tema Globalização, Mercosul e Sindicalismo; - Observar e acompanhar, como estão sendo aplicadas as cláusulas sociais e os direitos trabalhistas; - Capacitar formadores para atuarem com Formação Profissional; - Capacitar conselheiros das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho e Emprego.	- 440 atividades formativas desenvolvidas pela Escola Sul e Rede Regional Sul de Formação.	- 8986 participantes das atividades da Escola/Rede.

Fonte: Escola Sul

Os núcleos temáticos baseados na escola tiveram grandes dificuldades de funcionamento. Dos seis sob responsabilidade da escola em 1998: - Gênero, Mercosul, Planejamento e Gestão, Organização Sindical e Trabalho, Raça e Desigualdade - somente os de Gênero e Mercosul funcionaram regularmente.

A avaliação final das atividades da escola/rede, naquele ano, levantava diversos pontos, dos quais destacam-se:

- o curso de formação de formadores causou um impacto positivo no movimento da CUT e na sociedade;
- a rede de formação deveria ser mais criteriosa ao selecionar os participantes do curso de formação de formadores;
- a suspensão do curso de formação de dirigentes após a quarta etapa realizada causou impacto negativo;
- a escola não conseguiu atender às demandas regionais ou conjunturais previstas para a região;
- a escola teve dificuldades de acompanhar o trabalho das microrregionais;
- as assessorias e consultorias prestadas pela escola foram satisfatórias;
- o Projeto de Qualificação/Capacitação de Conselheiros para as Comissões de Trabalho e Emprego teve um impacto positivo junto aos conselheiros, ao movimento da CUT e aos conselhos municipais e órgãos públicos;
- a escola não dispunha ainda de instrumentos para avaliar o conjunto das atividades formativas desenvolvidas por ela e pela rede, como também o seu impacto no movimento sindical cutista e na sociedade;
- a equipe de educadores/professores da escola não tinha ainda um plano de capacitação;
- a equipe de professores/educadores tinha sobrecarga de trabalho em função das demandas;
- havia a necessidade de inverter esta situação: quem investe em formação sindical são pessoas e não entidades.

Eu acho que há um outro momento significativo na história da escola, que se dá a partir de 1997, de julho de 1997 para 1998. É quando nós passamos a falar em

educação cidadã. O que é essa educação cidadã? É na verdade uma tentativa de trazer para dentro da formação sindical a discussão da formação profissional, mas não somente a formação profissional. É uma tentativa de fazer uma discussão mais aprofundada da formação sindical, da formação profissional e da educação em geral, como um direito do trabalhador, e como que isso passaria a ter uma conexão, essas três dimensões, a articulação dessas três dimensões e o trabalho. É claro que a nossa ênfase continua na formação sindical e numa tentativa então de buscar uma definição do que seria o trabalho da CUT e das escolas sindicais no campo da formação profissional. Em 1997 se elabora uma proposta, e se conseguem os primeiros financiamentos para 1998. Nós começamos em 1998 com dois programas, já frutos dessa mudança, a agregação dessa nova dimensão. Então nós trabalhamos já com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, FAT, dois programas que foram, o Formação de Formadores¹⁷⁶ e aí se acrescentava a Formação de Formadores para a Educação Profissional. Na verdade, esse nunca foi um programa no sentido estrito de formação de educadores para a educação profissional, mas era a continuação de educadores sindicais, onde se incorporavam outras dimensões da atividade educacional, qual seja a educação profissional. Então, foram colocados no currículo dos nossos Formação de Formadores, discussões sobre cidadania, direitos da própria necessidade da educação profissional como um direito dos trabalhadores. A idéia era de que isso também deveria fazer parte da discussão dos trabalhadores filiados à CUT e não ficar restrita ao governo, ou aos empresários através do Sistema S, o Senai, Sesc, essas coisas. Então toda essa discussão vem à tona e é colocada dentro do Formação de Formadores com o objetivo de prepararmos pessoas para depois podermos desenvolver programas diferentes de formação. Esse foi um trabalho muito interessante realizado em 1998 e 1999, nessa área de Formação de Formadores. Concomitante a isso tinha um outro programa com alcance muito grande que visava à discussão das políticas públicas, e principalmente a discussão da questão dos Conselhos de Trabalho e Emprego, das Comissões Municipais e Estaduais de Trabalho e Emprego. Foi montado um programa de capacitação destes conselheiros, para que estes pudessem conhecer de fato o que era um Conselho, uma Comissão de Trabalho e Emprego, o papel desses conselhos, e toda a discussão também da democratização dos recursos do FAT, da importância que têm os trabalhadores de intervirem nestas políticas e na capacitação desses conselheiros para que eles pudessem apresentar dentro dos conselhos, que são tripartites, projetos de interesse da classe trabalhadora. Foram feitas várias atividades, não sei neste momento quantificar, mas foram muitas. Na Região Sul, foram capacitados mais de trezentos conselheiros. Os cursos eram de longa duração, com seminários, elaboração de projetos, publicação de material etc., foi um trabalho muito rico. Através desses dois programas: Capacitação de Conselheiros, e Formação de Formadores, a idéia era que nós tivéssemos a partir de 1999 e 2000, condições de começar a desenvolver programas específicos na área da chamada formação profissional (Formador Ulisses).

¹⁷⁶ O programa Formação de Formadores foi um programa desenvolvido pela Escola Sul desde 1992, onde eram formados educadores sindicais para atuarem no movimento sindical cutista Região Sul, posteriormente para atuarem na Rede Regional de Formação. A partir de 1998, foram incorporados elementos de formação profissional a este programa.

Os dois programas de formação profissional acima mencionados fizeram parte do chamado Projeto Integral¹⁷⁷, desenvolvido pela CUT através da Secretaria Nacional de Formação e implementado pela Rede Nacional de formação através das sete escolas regionais.¹⁷⁸

O Programa Nacional de Formação de Formadores para a Educação Profissional entrou em atividade em 1998, tendo sido executado objetivando:¹⁷⁹

- *Contribuir para a qualificação crítica de sujeitos para atuarem na elaboração e implementação de uma política nacional de formação profissional, integrada ao sistema regular de ensino público, sob a responsabilidade do Estado e com a efetiva participação da sociedade na sua gestão pedagógica e administrativa;*
- *contribuir para o desenvolvimento de uma pedagogia de formação profissional que integre uma concepção integral de educação e de apropriação de novas tecnologias de forma emancipatória, utilizando-as para o desenvolvimento da inteligência e como instrumento de integração social;*
- *promover a formação integral de formadores em educação profissional;*
- *contribuir para o avanço pedagógico, conceitual e operacional das experiências pontuais de formação profissional com desempregados e empregados desenvolvidas pela CUT, dando suporte para a implementação e ampliação de programas e projetos de formação profissional desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento pelas estruturas verticais e horizontais da Central;*
- *contribuir para a capacitação da rede de formadores da CUT (CUT, mimeo,d, s.d., p. 6).*

Este programa, que visava capacitar mil formadores no âmbito nacional, quinhentos em 1998 e quinhentos em 1999, para trabalharem em programas de formação profissional, foi implementado de forma descentralizada regionalmente. Na Região Sul, a Escola Sul o executou trabalhando com um número de noventa formadores em cada ano mencionado. O público alvo deste programa foi constituído de formadores, educadores ou assessores de diferentes redes e centros de formação sindical, assim especificados:

- *assessores, educadores e membros de ONGs ou escolas populares de formação profissional;*
- *educadores da Rede Pública ou privada que trabalham ou têm interesse em trabalhar com formação profissional;*
- *educadores em geral interessados em trabalhar com a formação profissional;*

¹⁷⁷ O projeto foi realizado mediante um convênio entre o Ministério do Trabalho/Secretaria de Formação Profissional do Ministério do Trabalho (SEFOR) e a CUT/SNF, intermediado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

¹⁷⁸ Uma Equipe Nacional pensou a proposta dos cursos, fazendo o acompanhamento e a avaliação, a execução foi descentralizada. A Escola Sul fazia a Coordenação técnico-pedagógica e a Coordenação Política era da SNF e da citada Equipe Nacional da qual participavam todas as escolas sindicais.

¹⁷⁹ O acúmulo da CUT nesse programa foi publicado em livro em fevereiro/2000, com o título: Formação de Formadores para Educação Profissional: a experiência da CUT, 1998/1999.

- formadores da Rede de Formação da CUT e dirigentes e assessores das diversas instâncias do Movimento Sindical que já estão envolvidos ou pretendem se dedicar a programas de educação profissional (CUT, mimeo, d, s.d., p. 6).

O Programa de Capacitação de Conselheiros para membros das comissões estaduais e municipais de trabalho e emprego¹⁸⁰, a exemplo do programa anterior, foi desenvolvido como um programa nacional para ser executado de forma descentralizada, regionalmente, pelas escolas sindicais, com os seguintes objetivos:¹⁸¹

- desenvolver um programa nacional de Capacitação de Conselheiros: Membros das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho e Emprego, que os instrumentalize para uma participação efetiva e de qualidade na seleção, gerenciamento, fiscalização e acompanhamento dos programas aprovados como prioridade da ação pública local;*
- contribuir para o avanço da democratização do Estado, ampliando a prática da democracia social e da cidadania ativa frente aos espaços públicos.*
- contribuir para a construção de alternativas concretas de geração de emprego e renda através da capacitação para uma participação eficaz e propositiva nos conselhos;*
- fortalecer a intervenção dos conselheiros com vistas à construção de uma política pública de trabalho no país, através de ações de geração de emprego e renda articuladas a uma política de qualificação profissional (CUT, mimeo, e, s.d., p. 17).*

O público alvo do programa de capacitação constituía-se de conselheiros, membros efetivos e suplentes das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho e Emprego, ou possíveis candidatos a conselheiros. No âmbito nacional este programa estendeu-se a cerca de duas mil pessoas. A Escola Sul foi a base regional deste programa, tendo alcançado durante os anos de 1998/1999 a capacitação de cerca de trezentas pessoas.¹⁸²

A Escola Sul durante o ano de 1999 empreendeu um salto quantitativo no que diz respeito ao número de projetos de qualificação profissional que entraram em atividade.

¹⁸⁰ Tal como o Programa Nacional de Formação de Formadores para a Educação Profissional, este programa foi implementado através de convênio com o Ministério do Trabalho/Secretaria de Formação Profissional do Ministério do Trabalho, SEFOR, e a CTU/SNF com a interveniência do Codefat.

¹⁸¹ Em fevereiro/2000 a CUT publicou o livro: Capacitação de Conselheiros das Comissões de Trabalho e Emprego: a experiência da CUT de 1998 a 1999, buscando apresentar à sociedade uma sistematização do curso.

¹⁸² O Programa de Capacitação de Conselheiros, a partir de 2000, passou a ser realizado através do Programa de Capacitação de Gestores em Políticas Públicas, na Escola Sul este foi agregado ao Projeto Alicerce, por a escola entender que se tratava de um programa de formação de dirigentes.

Intensificaram-se ainda os trabalhos desenvolvidos pelo Observatório Social,¹⁸³ e buscou-se aprimorar o funcionamento dos Núcleos Temáticos baseados na escola. No quadro abaixo encontra-se de forma resumida a formação encaminhada durante esse ano.

Tabela 46: Eixos e objetivos da formação sindical, na Região Sul em 1999¹⁸⁴

Prioridades/Eixos	Objetivos
Escola Sul: - Educação do Trabalhador; - Organização e Gestão Sindical; - Desenvolvimento Social e Solidário; - Globalização, Desigualdades Sociais e Sindicalismo; - Gestão da Escola Sul.	- Consolidar o espaço político pedagógico da Escola Sul; - Avançar na construção de métodos e processos de avaliação, sistematização e pesquisa para a ação e a formação; - Contribuir para a construção de uma Política Educação para o Trabalhador; - Avançar na consolidação da Rede Regional Sul de Formação; - Dar continuidade ao processo de formação de dirigentes de base (Alicerce) avançados; - Contribuir na construção de uma estratégia formativa PNF – CUT; - Desenvolver instrumental metodológico – pedagógico para a formação; - Desenvolver trabalho conveniado com parcerias (ONGs, Universidades, etc.); - Ampliar a auto – suficiência das microrregionais na área do planejamento e de formação de formadores; - Retornar as experiências em OLT; - Contribuir para a superação da crise financeira, organizativa e administrativa das entidades sindicais; - Fomentar o debate sobre o papel do movimento sindical cutista na promoção do desenvolvimento da gestão de políticas públicas;

¹⁸³ O Observatório Social surgiu na Escola Sul a partir da evolução dos estudos sobre o Mercosul. Foi criado em fins da década de noventa, e mantido através de recursos de cooperação internacional. O Observatório é uma organização de pesquisa que procura “...analisar e observar e difundir a aplicação de normas/convenções sociais, ambientais e trabalhistas por parte das empresas, organizações e governos no âmbito nacional e internacional. (...) também tem o objetivo de observar e difundir a situação social no Brasil, especialmente do Trabalho Infantil e Forçado, das discriminações de gênero e Raça, e da situação do Meio Ambiente. É um projeto que realiza pesquisas, estudos e difusão de informações para subsidiar os trabalhadores e a sociedade civil para a ampliação da cidadania, a democracia e uma efetiva ação de solidariedade nacional e internacional. Parte da visão de que é necessário desenvolver mecanismos que impulsionem a globalização de direitos diante da globalização da economia e dos mercados. A criação do Observatório Social é uma iniciativa da CUT Brasil e Escola Sul, em cooperação com o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) e Rede Inter-Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho).” (CUT, mimeo, f., s.d)

¹⁸⁴ Os dados referentes ao número de atividades formativas realizadas pela Escola Sul/Rede Regional de Formação, com o número dos respectivos participantes, não foram disponibilizados em sua totalidade pelas fontes consultadas.

	<ul style="list-style-type: none"> - Resgatar, sistematizar e divulgar a economia solidária e projetos de desenvolvimento local; - Realizar atividades de capacitação de conselheiros; - Participar da coordenação e execução de Projetos de Educação Profissional; - Contribuir na elaboração do projeto da “Agência de Desenvolvimento Solidário” e a implantação de Cooperativas Populares; - Contribuir através da sistematização, estudos, publicações e ações integradas na Central e na Rede de Formação, sobre temas que se relacionam com globalização, integração, direitos sociais e sindicalismo que possam fortalecer o projeto sindical da CUT e seu papel na conjuntura nacional e internacional; - Participar da coordenação do Observatório Social visando fortalecer as ações sociais e sindicais pela globalização dos direitos fundamentais do trabalho; - Participar e contribuir na luta contra a discriminação racial, de gênero e do trabalho infantil; - Produzir estudos, pesquisas e participar de atividades de formação sobre temas relativos ao trabalho do Observatório Social; - Disponibilizar a produção do Observatório Social para os sujeitos sindicais e a sociedade, através de um sistema de informação e banco de dados.
--	--

Fonte: Escola Sul

As atividades formativas desenvolvidas em 1999 orbitaram em torno dos projetos de qualificação/formação profissional. A seguir os quadros demonstrativos de cada um destes.

Tabela 47: 1999: Atividades do Projeto Integral

Eixo	Atividade	Número de Participantes	Execução
01	Curso Formação de Formadores	65	Escola Sul
03	Curso CC	138	Escola Sul
03	Seminários CC	546	Escola Sul, SEFs, Micros
Total		749	

Fonte: Escola Sul

Tabela 48: 1999: Atividades do Projeto Integração

Eixo	Atividade	Número de Participantes	Execução
03	Seminários	*	Escola Sul
03	Oficina		Escola Sul
Total		*	

Fonte: Escola Sul * Não consta

Tabela 49: Atividades do Projeto CUT/Contag¹⁸⁵

Eixo	Atividade	Número de Participantes	Execução
03	Seminários	175	CUT/Contag e Escola Sul
Total		175	

Fonte: Escola Sul

Tabela 50: 1999: Atividades do Projeto Alicerce

Eixo	Atividade	Número de Participantes	Execução
01	Curso de Formação de Formadores	25	Escola Sul/SEFs
01	Curso de Dirigentes de Base	610	SEFs, Regionais/Micros e sindicatos
01	Curso de Dirigentes Avançados	25	Escola Sul
Total		660	

Fonte: Escola Sul

Tabela 51: 1999: Atividades do Projeto Recomeçar

Eixo	Atividade	Número de Participantes	Execução
-------------	------------------	--------------------------------	-----------------

¹⁸⁵ Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), filiada à CUT.

		Participantes	
01	Curso de Formação de Formadores	06	Escola Sul
03	Curso para trabalhadores desempregados (1º grau)	210	SEF, Micros, Escola Sul
03	Oficinas Pedagógicas Estaduais	460	SEF, Micros, Escola Sul
03	Oficinas Pedagógicas Municipais	960	SEF, Micros, Escola
03	Laboratórios Culturais	210	Escola Sul
03	Seminários Regionais	31	Escola Sul, SEF/SC
03	Seminários Estaduais	35	*
Total		1912	

Fonte: Escola Sul * Não consta

Tabela 52: 1999: Atividades do Projeto Terra Solidária

Eixo	Atividade	Número de Participantes	Execução
01	Curso de Formação de Formadores	57	Escola Sul, DESER
01	Curso Gestores	66	Fórum Sul
03	Formação de Agentes de Desenvolvimento	2547	Fórum Sul
03	Gestão Solidária e Sustentável	5596	Fórum Sul
01	Formação de Dirigentes	222	DESER
03	Oficinas Pedagógicas Locais	10000	Fórum Sul

03	Seminários Regionais	200	Escola Sul, Fórum Sul
03	Seminários Debate Metodologia	195	Escola Sul, Fórum Sul
03	Seminários Regionais Met. Das Atividades	118	Escola Sul, DESER, Fórum Sul
03	Seminário Estadual Met. Das Atividades	91	Escola Sul, DESER, Fórum Sul
Total		19092	

Fonte: Escola Sul

Tabela 53: 1999: Atividades do Programa Integrar

Eixo	Atividade	Número de Participantes	Execução
01	Curso de Formação de Formadores*	22	Integrar/CNM, Escola Sul
03	Economia Solidária	135	Integrar/CNM, Escola Sul
02	Planejamento	35	Integrar/CNM, Escola Sul
Total		192	

Fonte: Escola Sul *A Escola Sul assessora o Formação de Formadores do Programa Integrar de PR/SC/RS

Tabela 54: 1999: Atividades do Programa Integrar/Formação de Dirigentes

Eixo	Atividade	Número de Participantes	Execução
01	Curso Dirigentes-Encontros Mensais	100	CNM/CUT, Escola Sul
01	Curso Dirigentes-Círculos de Est.	100	CNM/CUT, Escola Sul
01	Encontros Mensais	6	Escola Sul

Total		206	
--------------	--	------------	--

Fonte: Escola Sul

Tabela 55: 1999: Atividades do Programa Integrar/Alimentação

Eixo	Atividade	Número de Participantes	Execução
01	Curso de Formação de Formadores	45	Federação da Alimentação do RS e Escola Sul
Total		45	

Fonte: Escola Sul

Tabela 56: 1999: Atividades do Programa de Formação de Lideranças

Eixo	Atividade	Número de Participantes	Execução
01	Formação de Dirigentes/Lideranças	25	Escola Sul e Federação da Alimentação do RS
04	Gênero e Sindicalismo	70	Escola Sul e Federação da Alimentação do RS
02	Organização Sindical	70	Escola Sul e Federação da Alimentação do RS
Total		135	

Fonte: Escola Sul

Os eixos mencionados no interior dos quadros se referem aos eixos estratégicos que nortearam as atividades formativas daquele ano:

- 01 – Educação do Trabalhador;
- 02 – Organização e Gestão Sindical;
- 03 – Desenvolvimento Social e Solidário;
- 04 – Globalização, Desigualdades Sociais e Sindicalismo.

Os projetos aqui desenvolvidos pela Escola Sul possuíam três características básicas. Eram projetos nacionais, regionais e em parceria.¹⁸⁶

Tabela 57: Distribuição dos projetos por categorias: nacionais, regionais e em parcerias

Projetos Nacionais	Projetos Regionais	Projetos em Parcerias
Projeto Integral	Projeto Alicerce	Programa Integrar
Projeto Integração	Projeto Recomeçar	Programa Integrar Formação de Dirigentes
Projeto CUT/Contag	Projeto Terra Solidária	Programa Integrar/Alimentação
		Programa Formação de Lideranças
		Programas de Organização e Gestão Sindical

Fonte: Escola Sul

Dentre os projetos de abrangência nacional, o Projeto Integral é desenvolvido pela Secretaria Nacional de Formação da CUT e pela Escola Sul a partir de 1999, objetivando desenvolver uma “nova metodologia de educação voltada para o trabalho e realizar cursos de formação de formadores e capacitação de conselheiros das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho e Renda” (CUT,1999 f, p. 21).

O Projeto Integração também de alcance nacional, é desenvolvido pela Secretaria Nacional de Formação da CUT, pelos ramos de atividade e Escola Sul, a partir de 1999, com o objetivo de “desenvolver um processo de qualificação profissional e desenvolver ações voltadas para a contratação coletiva e gestão” (CUT, 1999 f, p. 22).

Desenvolvido pela Secretaria Nacional de Formação da CUT e pela Contag, o Projeto CUT/Contag objetiva, a partir de 1999, qualificar dirigentes sindicais ligados a esta confederação.¹⁸⁷

¹⁸⁶ Os projetos: Terra Solidária, Recomeçar, Integrar, Integração e Integral, são financiados com recursos do FAT. O Alicerce é financiado em parte com esses mesmos recursos.

¹⁸⁷ O Projeto CUT/Contag é um projeto não financiado pelo FAT, tendo sido idealizado pela CUT/Contag, foi executado na Região Sul, pela Escola Sul em parceria com as Federações de Trabalhadores Rurais.

O Projeto Alicerce é desenvolvido de 1999 adiante, pelas Secretarias Estaduais de Formação de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, regionais ou microrregionais de formação da Região Sul, e pela Escola Sul, buscando qualificar dirigentes sindicais de base e os chamados dirigentes sindicais de ponta do movimento sindical cutista da região.

A CUT-Santa Catarina e a Escola Sul são as gestoras do Projeto Recomeçar, cujo objetivo é “formar ou capacitar trabalhadores desempregados ou em vias de perder o emprego com elevação de escolaridade” (CUT, 1999 f, p. 21).

O Projeto Terra Solidária é desenvolvido pelo Fórum Sul dos Trabalhadores Rurais/CUT, Deser¹⁸⁸ e Escola Sul, buscando “formar ou capacitar agricultores familiares da região com elevação da escolaridade” (CUT, 1999 f, p. 21).

O Projeto Integrar é uma parceria da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT e Escola Sul, cujo objetivo “é capacitar trabalhadores desempregados e desenvolver novos parâmetros de políticas públicas para combater o desemprego e a exclusão social e buscar o desenvolvimento de iniciativas de geração de trabalho e renda. A Escola Sul contribui na preparação dos educadores.” (CUT, 1999 f, p. 21)

Outra parceria entre a Confederação Nacional dos Metalúrgicos e a Escola Sul, o Programa Integrar Formação de Dirigentes, visa qualificar dirigentes sindicais elevando sua escolaridade no ensino fundamental e médio, procurando também incrementar iniciativas que busquem sua organização sindical.

O Programa Integrar Alimentação, é uma parceria da Escola Sul com a Federação dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação do Rio Grande do Sul que procura qualificar trabalhadores desempregados ou em via de desemprego, elevando sua escolaridade.

Outra parceria entre essa federação e a Escola Sul acima mencionada, o Programa de Formação de Lideranças, busca capacitar dirigentes e lideranças desta federação para exercerem a função de multiplicadores em atividades de base. A Feetsul é também uma das parceiras deste programa.

O Programa de Organização e Gestão Sindical constitui-se de assessorias que a Escola Sul presta à CUT Nacional. O quadro abaixo demonstra as atividades entre ambos:

¹⁸⁸ Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (Deser).

Tabela 58: 1999: Atividades de Assessoria à CUT Nacional

Eixo	Atividade	Número de Participantes	de Execução
02	Planejamento e Gestão	105	CUT Nacional, Escola Sul
02	Curso para Tesoureiros	170	CUT Nacional, Escola Sul
Total		275	

Fonte: Escola Sul

As atividades desenvolvidas pela Escola Sul em fins da década de noventa encontram-se assim interpretadas na fala do formador Ulisses:

A partir de 1999 e 2000 surge uma série de projetos. Esses projetos não daria para caracterizá-los completamente como um projeto ou uma ação de qualificação profissional no sentido estrito. Eles continuam sendo um misto de formação sindical, ou uma formação, vamos dizer assim, mais aberta, não somente sindical, daí inclusive a denominação cidadã, da cidadania, dos direitos dos trabalhadores, e com alcance também na área de formação profissional. Dois projetos aqui desenvolvidos são de um alcance muito grande, que são o “Terra Solidária” e o “Recomeçar”. O Terra Solidária é voltado para agricultores (as) da agricultura familiar, este trabalha com quatro sub-programas. Na sua essência este projeto visa no primeiro sub-programa, dar condições para que os agricultores (as) da agricultura familiar que não têm o ensino fundamental concluído, possam através desse projeto passar por um processo de educação e de formação, e no final desse processo mediante uma avaliação receberem uma certificação correspondente ao ensino fundamental. O segundo subprograma vem aliado ao primeiro, trabalhando paralelamente um programa voltado para a área de desenvolvimento sustentável e solidário, cujo objetivo seria, a partir da idéia do desenvolvimento local - município ou região - despertar esses trabalhadores para a criação, a construção de empreendimentos auto-gestionários, cooperativados, a partir de um conceito de economia solidária, tentando romper com a lógica dos grandes empreendimentos nacionais e do capital estrangeiro, procurando envolver a comunidade a sociedade em geral nesse sentido, da forma mais abrangente possível. O terceiro subprograma do Terra Solidária visa à formação de dirigentes, pois num projeto desta natureza você tem que ter dirigentes com uma visão mais aberta, dirigentes sindicais rurais com uma qualificação mais apurada possível. É uma tentativa de se formar um dirigente novamente nesta dimensão da cidadania, para que ele pudesse ter uma atuação muito mais abrangente da que ele tinha até então.(...) O quarto subprograma do Terra Solidária é o Formação de Formadores (FF), ou seja, formar educadores que trabalhariam principalmente na questão do ensino fundamental.(...) O Projeto Recomeçar, é semelhante ao Terra Solidária, sendo voltado para trabalhadores desempregados ou sob risco de desemprego no setor urbano. Este projeto tem também subprogramas que vão na linha do anterior. Possui um programa de ensino fundamental, onde as pessoas

desempregadas ou sob risco de desemprego podem concluir o ensino fundamental. Um outro subprograma, que nós chamamos de oficinas, tem como objetivo o desenvolvimento local e a economia solidária, onde esses trabalhadores podem pensar projetos alternativos de geração de trabalho e renda, formação de cooperativas e outros. Busca também envolver as comunidades desses trabalhadores, seus bairros, suas associações, a sociedade que os cerca.(...) O Recomeçar possui como outro subprograma, que é o seu Formação de Formadores, para formar educadores para trabalharem com o ensino fundamental. No Recomeçar não temos formação de dirigentes sindicais. Um outro projeto desenvolvido aqui na Escola Sul, é o “Alicerce”, um programa montado na perspectiva da qualificação profissional voltada para a qualificação de dirigentes sindicais urbanos. Trabalhamos nesse programa com vários níveis, grupos ou segmentos de dirigentes. Temos o nível que nós chamamos de Curso Avançado de Dirigentes, que é uma espécie de, como se diz na universidade, curso de especialização, com uma carga horária semelhante.(...) O outro programa dentro do Alicerce é o Curso de Formação de Dirigentes de Base, que são cursos menores, mais concentrados, de finais de semana, feitos nos municípios ou onde os trabalhadores estão colocados.(...) Além destes dois grupos de dirigentes (subprogramas), nós temos a continuidade da Formação dos Conselheiros, onde mantivemos um trabalho com os conselheiros para elaboração de projetos a serem apresentados dentro dos conselhos como propostas, discussões, enfim todo esse trabalho. Colocamos ainda dentro do Alicerce um programa que já existiu aqui na escola que é o Gestão e Administração Sindical.(...) O quarto programa ou projeto que a Escola Sul criou então dentro dessa perspectiva da formação profissional seria o Formação de Formadores (FF). Este não somente com a concepção sindical anterior, mas mais abrangente. Desde 1999, nós fazemos cursos de FF com o objetivo de preparar dirigentes sindicais não para uma ação mais voltada para a sociedade como um todo, com dimensão sindical, mas também damos ênfase na dimensão da cidadania do trabalhador. Temos assim pessoas que terão condições de discutir todas as problemáticas do trabalhador: saúde, desemprego, globalização, Alca, reestruturação produtiva, questões culturais e de integralidade. É você trabalhar o ser humano como um ser integral onde não é somente a dimensão do trabalho que vale, mas enfim a afetividade, a religiosidade, o lazer, a cultura e a sociabilidade, são todos os elementos que entram nessa discussão.(...) O quinto projeto da Escola Sul, que nós temos aqui é um curso de Turismo-Hotelaria. Esse curso entra no sentido da qualificação profissional clássica. Clássica, talvez nem tanto. Podemos chamar de clássica se entendido que você está preparando profissionais para exercer uma função. A nossa diferença talvez esteja na concepção do que é uma educação profissional (Formador Ulisses).

Os quadros seguintes apresentam as demais atividades desenvolvidas pela Escola Sul em 1999.

Tabela 59: 1999: Assessoria/Consultoria em Organização e Gestão

Eixo	Atividade	Número de Participantes	de Execução
02	Assessoria Fecesc	74	CESESC, Escola Sul
02	Planejamentos	164	Escola Sul

02	Organização/Gestão	830	Escola Sul
02	Assessoria/CETE/CUT	15	Escola Sul
Total		1083	

Fonte: Escola Sul

Tabela 60: 1999: Atividades de Assessorias aos Coletivos Regionais, Micros e Estaduais

Eixo	Atividade	Número de Participantes	Execução
01	Demandas das Regionais ou Micros	180	Escola Sul, Regionais ou Micros
01	Assessoria aos Coletivos Estaduais	120	SEFs, Escola Sul
Total		300	

Fonte: Escola Sul

Tabela 61: 1999: Atividades de Desenvolvimento Social e Solidário

Eixo	Atividade	Número de Participantes	Execução
03	Seminário Regional	111	Escola Sul
Total		111	

Fonte: Escola Sul

Tabela 62: 1999: Atividades de Globalização, Desigualdades Sociais e Sindicalismo

Eixo	Atividade	Número de Participantes	Execução
04	Oficinas do Observatório Social	111	Observatório Social
04	Cursos do Observatório Social	37	Observatório Social
04	Seminários/Observ.Social	133	Observatório Social
04	Oficinas Núcleo	105	Núcleo Temático-

	Temático – TRD		TRD
04	Seminário Núcleo Temático - TRD	150	Núcleo Temático – TRD
04	Oficina Núcleo Temático de Gênero	31	Núcleo Temático – Gênero
04	Trabalho Infantil	33	*
04	Oficina CUT/FINEP	67	Projeto CUT/FINEP
Total		667	

Fonte: Escola Sul * Não consta

Tabela 63: 1999: Atividades Organizativas da Escola Sul

Eixo	Atividades	Número de Atividades	Número de Participantes	Execução
01	Reuniões, oficinas, encontros (FF e CC)	5	30	Escola Sul
01	Reuniões de Sistematização	9	27	Escola Sul
01	Reuniões de Sistematização Projeto Integral	8	222	SNF/CUT, Escola Sul
01	Reuniões das coordenações dos eixos	5	20	Escola Sul
01	Reuniões Preparatórias Projeto Alicerce	5	15	Escola Sul
02	Reuniões do Grupo de Trabalho de Finanças	2	30	Escola Sul
02	Reuniões do Grupo de Trabalho de Gestão e Planejamento	2	20	Escola Sul
03	Reuniões, oficinas, encontros (CC)	5	16	Escola Sul
03	Reuniões e oficinas preparatórias do Projeto Recomeçar	6	72	SEF/SC, Escola Sul
03	Reuniões/Desenvolvimento	3	55	Escola Sul

	Solidário –ADS			
03	Reuniões do Projeto Terra Solidária	4	8	Fórum Sul dos Rurais, DESER, Escola Sul
04	Reuniões CD e equipe do Observatório Social	9	102	Observatório Social
04	Reuniões de Planejamento do Observatório Social	12	48	Observatório Social
04	Reuniões do NT – TRD	7	25	NT – TRD
04	Reuniões p/ elaboração de projetos do Observatório Social	3	25	Observatório Social
Total		90	687	

Fonte: Escola Sul

Tabela 64: 1999: Atividades de Gestão da Escola Sul

Eixo	Atividades	Número de Atividades	Número de Participantes	Execução
05	Reuniões do Coletivo Regional Sul	3	74	SEFs, Escola Sul
05	Reuniões da Direção Executiva	5	25	Escola Sul
05	Reuniões do Conselho Diretor	2	26	Escola Sul
05	Reuniões de Agenda	6	90	Escola Sul
05	Reuniões Equipe/Escola	16	180	Escola Sul
05	Reuniões CUTs,	4	120	Escola Sul

	Federações e Sindicatos			
05	Reuniões com Universidades	19	68	Escola Sul
05	Reuniões com Ministérios, Secretarias de Trabalho, Sine, Prefeituras e outros	36	175	Escola Sul
05	Reuniões do Observatório Social	5	50	Escola Sul
05	Reuniões dos diversos projetos	34	297	Escola Sul
05	Reuniões de gestão da Escola Sul e treinamentos	22	110	Escola Sul
05	Gerenciamento do complexo da escola	20	80	Escola Sul
05	Reuniões de Política de Recursos Humanos	5	20	Escola Sul
05	Reuniões de Planejamento e Assessorias	5	40	Escola Sul
05	Participação em Fóruns Nacionais	5	5	Escola Sul
05	Reuniões com Centrais Sindicais	16	*	Escola Sul

	Internacionais (DGB,FNV,ICCO e outras)			
05	Reuniões com a Escola de Turismo e Hotelaria	7	20	Escola Sul
05	Reuniões de Desenvolvimento Sustentável e Solidário	22	210	Escola Sul
05	Atividades de Auto-capacitação	5	5	Escola Sul
05	Outras	13	65	Escola Sul
Total		279	1609	

Fonte: Escola Sul *Não consta

Tabela 65: 1999: Atividades Formativas

Eixo	Atividades/Projetos	Número de Participantes	Execução
01	Projeto Integrar- FF	65	Escola Sul
01	Projeto Alicerce –FF	25	Escola Sul
01	Projeto Alicerce – Curso de Formação de Dirigentes de Base	610	SEFs e Micros
01	Projeto Alicerce – Curso Dirigentes Avançado	25	Escola Sul
01	Projeto Integrar -FD- Encontros Mensais	6	Escola Sul/CNM
01	Projeto Integrar-FD- Encontros Mensais de dirigentes	100	Escola Sul/CNM

01	Projeto Integrar -FD- Círculos de Estudos	100	Escola Sul/CNM
01	Formação de Lideranças Federação da Alimentação	25	Escola Sul Federação da Alimentação –RS
01	Assessoria aos Coletivos	120	SEFs, Escola Sul
01	Assessoria Micros	180	Micros, Escola Sul
01	Projeto Recomeçar – FF	7	Escola Sul
01	Projeto Terra Solidária –FF	57	Escola SUL/DESER
01	Projeto Terra Solidária –Curso de Gestores	66	Escola Sul/DESER
01	Projeto Terra Solidária – Formação de Dirigentes	222	Escola Sul/DESER
01	Projeto Integrar-FF	22	CNM/Escola Sul
01	NT de Metodologia – Oficinas e reuniões	*	Escola Sul
	Sub-total	1510	
02	Convênio Federação da Alimentação do RS	40	Escola Sul/Federação da Alimentação -RS
02	Assessoria Fesesc	74	Fesesc/Escola Sul
02	Assessoria CUT Nacional/Gestão	105	CUT/Escola Sul
02	Assessoria à CUT Nacional/Tesoureiros	170	CUT/Escola Sul
02	Planejamentos	164	Escola Sul
02	Atividades de Organização e	830	Escola Sul

	Gestão		
02	Assessoria ao CETE/CUT	15	Escola Sul
02	Projeto Integrar – Oficinas de Planejamento	35	Escola Sul
	Sub-Total	1433	
03	Projeto Integral – Curso CC	138	Escola Sul
03	Projeto Integral – Seminários – CC	546	Escola Sul
03	Projeto Integração (sic)	55	Escola Sul
03	Projeto CUT/Contag (sic)	175	Escola Sul
03	Projeto Recomeçar – Curso para Trabalhadores Desempregados	210	SEF/SC, Micros
03	Projeto Recomeçar – OPE	460	SEF/SC, Micros
03	Projeto Recomeçar – OPM	960	SEF/SC, Micros
03	Projeto Recomeçar – Laboratórios Culturais	210	SEF/SC, Micros
03	Projeto Recomeçar Seminários Estaduais e Regionais	66	Escola Sul
03	Projeto Terra Solidária – Curso Formação de Agentes de Desenvolvimento	2547	Fórum Sul dos Rurais

	Sustentável e Solidário		
03	Projeto Terra Solidária – Seminários de Gestão Sustentável e Solidária	5596	Fórum Sul dos Rurais
03	Projeto Terra Solidária – OPL	10000	Escola Sul
03	Projeto Terra Solidária – Seminários Regionais	200	Fórum Sul dos Rurais, Escola Sul
03	Projeto Terra Solidária – Seminários Estaduais	91	Fórum Sul dos Rurais
03	Projeto Terra Solidária – Seminários de Metodologia	313	Escola Sul, Fórum Sul
03	Projeto Integrar – Seminários Economia Sustentável e Solidária	135	Escola Sul
03	Seminário Economia Solidária	111	Escola Sul
	Sub-total	21603	
04	Observatório Social – Oficinas	111	Observatório Social
04	Observatório Social – Seminários	133	Observatório Social
04	Observatório Social – Cursos	37	Observatório Social

04	NT – TRD – Oficinas	105	NT – TRD
04	NT – TRD – Seminário	150	NT – TRD
04	Observatório Social Seminário Trabalho Infantil	33	Observatório Social
04	NT – Gênero – Oficinas	31	NT-Gênero
04	Projeto CUT/Finep – Seminário	67	CUT/Finep/Escola Sul
	Sub-total	667	

Fonte: Escola Sul * Não consta

Tabela 66: 1999: Atividades Organizativas

Eixo	Atividades/Projetos	Número de Participantes	de Execução
01	Diversos Projetos e Programas	314	Escola Sul
02	Diversos Programas	50	Escola Sul
03	Diversos Projetos e Programas	188	Escola Sul
04	Diversos Programas	175	Escola Sul
	Sub total	727	

Fonte: Escola Sul

Tabela 67: 1999: Atividades Formativas da Escola Sul – Total Geral

Eixo	Número de Atividades	Número de Participantes
01	146	1510
02	49	1433
03	548	21603
04	32	667

Fonte: Escola Sul

Tabela 68: 1999: Atividades Organizativas da Escola Sul – Total Geral

Eixos	Número de Atividades	Número de Participantes
01	32	314
02	4	50
03	17	188
04	31	175
Sub total	91	727

Fonte: Escola Sul

Tabela 69: 1999: Atividades Formativas e Organizativas – Escola Sul – Total Geral

	Número de Atividades	Número de Participantes
	902	26035

Fonte: Escola Sul

Avaliando as atividades desenvolvidas ao longo do ano segundo o entendimento da equipe da escola encontram-se alguns elementos dos quais se destacam os abaixo relacionados:

- a Escola Sul ampliou a compreensão de uma formação voltada para os trabalhadores: “...em duas direções: uma incorporando a dimensão da educação profissional (através da discussão conceitual, metodológica e prática dos vários projetos em execução) e da educação geral, através da elevação de escolaridade (certificação de 1º e 2º graus), outra, incorporando, na política de formação sindical, trabalhadores não sindicalizados (desempregados informais, excluídos e outros) firmando-se a concepção de educação para a cidadania” (CUT, 1999, mimeo, g, p. 12).
- a rede regional de formação foi revigorada com a entrada em atividade dos inúmeros projetos;
- foi constituído a partir da implementação dos novos projetos um grupo novo de formadores/educadores ligados a rede regional de formação, estes poderiam ser contratados por conta dos projetos ou trabalhando como sindicalistas liberados;

- um maior número de dirigentes sindicais passaram a participar das atividades formativas da escola e da rede nos programas Formação de Formadores e CC dos projetos/programas Integral, Alicerce, Recomeçar, Terra Solidária, Integração, Organização e gestão sindical entre outros;
- os ramos de atividade aumentaram sua participação na rede regional de formação por conta dos novos projetos;
- a Escola Sul/CUT aumentaram o “...diálogo e cooperação mais abrangente e aberto, por um lado, com outras instituições e entidades do campo da educação (Universidades, Órgãos Públicos, Ongs e outras) e, por outro lado, uma maior aproximação com as entidades representativas dos trabalhadores ligados a Educação na busca de perspectivas/alternativas para a educação dos trabalhadores, diante da incapacidade do estado de garantir a todos os cidadãos uma educação gratuita de boa qualidade”(CUT,1999, mimeo, g, p. 13).
- o movimento sindical agora disputava/buscava recursos públicos (FAT) para o desenvolvimento de programas de educação elaborados e implementados pela CUT;
- aumento da participação dos trabalhadores nas atividades de formação da rede: em 1998 participaram 8.989, em 1999 foram 26.035;
- os sindicatos estão mais envolvidos com a formação.

As questões que a Escola Sul entendia como desafios enfrentados na execução das atividades formativas em 1999 estão em destaque:

- os vários programas/projetos de formação implementados em 1999 estavam aparentemente desarticulados no sentido da organização/execução, nem tanto na concepção, impedindo que as SEFs e as microrregionais atuassem efetivamente como articuladoras e unificadoras;
- no quadro de formadores da rede regional, tanto os que já atuavam quanto os incorporados a partir da implementação dos projetos de qualificação profissional não estavam qualificados para as inovações que os projetos propunham pedagógica e metodologicamente;
- a escola/CUT estava com uma dependência crescente dos recursos públicos e o movimento sindical cutista da região não estava buscando aumentar sua participação no financiamento do processo formativo;

Os cinco projetos implementados em fins da década de noventa (1999) e atualmente em andamento na Escola Sul, seguindo a lógica presente na formação da CUT, não são financiados com recursos de cooperação internacional, ou do movimento sindical cutista, e sim com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), como mencionado nos desafios anteriormente citados.

Temos cinco projetos em desenvolvimento ainda aqui na Escola Sul, com recursos do FAT. Nós temos programas que têm recursos vindos do Ministério do Trabalho. Esta é uma negociação que a CUT Nacional faz, e depois os redistribui, não sei se a palavra certa é redistribui, mas a execução é descentralizada, a CUT os executa através das escolas sindicais. O Terra Solidária, o Recomeçar, parte do Alicerce, parte do Formação de Formadores, parte do Turismo-Hotelaria têm recursos desta natureza. Os projetos Recomeçar e Terra Solidária nós também buscamos recursos dos Planos Estaduais de Qualificação, os PEQs, que também são recursos do FAT. Os Planos Estaduais de Qualificação são recursos repassados pelo ministério às Secretarias Estaduais do Trabalho, e estas repassam a diversas entidades para sua execução. Então, a Escola Sul busca recursos do FAT em duas fontes, diretamente no Ministério do Trabalho e nas Secretarias de Trabalho dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde existem recursos para desenvolvermos turmas dentro do Recomeçar e do Terra Solidária. Os projetos são elaborados regionalmente, através das sete escolas de formação sindical da CUT: estes vão depois para uma consolidação, vamos chamar assim, nacional, e a central apresenta um projeto da CUT Nacional para o Ministério do Trabalho. Uma vez negociados os recursos, e aprovados, esses são repassados à CUT Nacional, e esta redistribui os recursos de acordo com os projetos apresentados pelas diversas regiões. A execução também é descentralizada. Quanto ao processo de prestação de contas a dinâmica é a mesma, quer dizer, a região/escolas prestam contas à CUT Nacional numa primeira instância, a central consolida isso e faz a prestação de contas final para o Ministério do Trabalho. Uma prestação de contas do ponto de vista físico: a quantidade, as metas se foram cumpridas ou não, o número de cursos ministrados, o número de turmas e de participantes, a quantidade de horas letivas, essas coisas. Do ponto de vista financeiro há uma prestação de contas contábil, com balancetes, notas fiscais, essas coisas todas. E quanto à prestação de contas aos PEQs a dinâmica é semelhante, só que numa dimensão estadual, quer dizer, as escolas sindicais prestam contas às Secretarias do Trabalho de cada estado. A Escola Sul, no caso, faz prestação de contas para as Secretarias do Trabalho do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Formador Ulisses).

Esta realidade acomodou sobremaneira o movimento sindical da CUT no que diz respeito à sempre buscada auto-suficiência de sua formação sindical. Esta situação será interpretada com mais propriedade no próximo capítulo.

Os projetos implementados em 1999 se consolidaram durante o ano 2000, quando a Escola Sul completava dez anos de atividades no trabalho de formação sindical.

As atividades desenvolvidas durante esse ano estiveram subordinadas aos seguintes eixos estratégicos:

- educação do trabalhador;
- organização e gestão sindical;
- desenvolvimento sustentável e solidário;
- globalização;
- cidadania;
- sindicalismo e desenvolvimento institucional.

Para a Escola Sul estas atividades combinaram a formação sindical, a qualificação profissional e a elevação de escolaridade, seguindo as diretrizes de educação e cidadania, a partir da estratégia da Política Nacional de Formação da CUT.

Os programas ou projetos trabalhados em 2000 seguem os que foram definidos no ano anterior, levando-se em consideração que estes são executados basicamente num período de um ano, sendo renovados os convênios com as agências financiadoras ao final de cada ano. São eles:

- Projeto Alicerce;
- Projeto Recomeçar;
- Projeto Terra Solidária;
- Formação de Formadores.

Além destes, continuou suas atividades o Projeto da Escola de Turismo e Hotelaria, iniciando a construção de suas instalações durante esse ano. Em linhas gerais a Escola Sul manteve como objetivos a formação de formadores para a educação profissional, a formação de dirigentes sindicais, formação de lideranças e elevação de escolaridade de jovens e adultos, aliadas às atividades corriqueiras de organização e gestão internas, e à execução de convênios.

Os quadros seguintes apresentam quantitativamente as atividades desenvolvidas pela escola e através de convênios durante o ano 2000.

Tabela 70: 2000: Projeto Integração – CUT Nacional (PNQP)

Ação	Número de participantes
Formação de Formadores Básico	36
Formação de Formadores Intermediário	20
Formação de Formadores Avançado	15
Oficinas Temáticas	92
Seminário	33

Total	196
--------------	------------

Fonte: Escola Sul

Tabela 71: 2000: Projeto Integração – Formação de Dirigentes – CUT Nacional (PNQP)

Ação	Número de Participantes
Formação de Dirigentes Avançado	53
Formação de Dirigentes Básico	150
Negociação e Contratação Coletiva (curso)	35
Negociação e Contratação Coletiva (seminário)	22
Total	260

Fonte: Escola Sul

Tabela 72: 2000: Formação de Lideranças ligadas a Agência de Desenvolvimento Solidário

Ação	Número de Participantes
Agentes de Crédito	20
Gestores	20
Curso DSS	39
Total	79

Fonte: Escola Sul

Tabela 73: 2000: Projeto Recomeçar – (PNQP) – CUT – Elevação de Escolaridade

Ação	Número de Participantes
Elevação de Escolaridade	270
Oficinas Pedagógicas Estaduais	600
Oficinas Pedagógicas Municipais	242
Formação de Formadores - Recomeçar	16
Seminário	19
Total	1147

Fonte: Escola Sul

Tabela 74: 2000: Projeto Recomeçar – (PEQ) – SC – Elevação de Escolaridade

Ação	Número de Participantes
Elevação de Escolaridade	180
Oficinas Pedagógicas	300
Oficinas de Informática	1520
Formação de Formadores - Recomeçar	12
Curso de Alfabetização	20
Oficinas de Gestão	506
Total	2538

Fonte: Escola Sul

Tabela 75: 2000: Projeto Recomeçar – PEQ – RS – Elevação de Escolaridade

Ação	Número de Participantes
Elevação de Escolaridade	230
Total	230

Fonte: Escola Sul

Tabela 76: 2000: Projeto Terra Solidária – PNQP – CUT Nacional Elevação de Escolaridade

Ação	Número de Participantes
Elevação de Escolaridade	780
Laboratórios	780
Oficinas de Desenvolvimento	4600
Oficinas de Cidadania	1500
Sindicalismo e Desenvolvimento	108
Gestão Sustentável e Solidária	400
Seminários Microrregionais	1200
Oficinas de Gestão	75
Formação de Formadores – Terra Solidária	80
Formação de Formadores – Gestores	100
Oficinas Curriculares	40
Total	9663

Fonte: Escola Sul

Tabela 77: 2000: Projeto Terra Solidária – PEQs – PR/SC/RS – Elevação de Escolaridade

Ação	Número de Participantes
Elevação de Escolaridade	1904
Laboratórios	1904
Oficinas de Desenvolvimento Sustentável e Solidário	30600
Oficinas da Cidadania	4728
Total	39136

Fonte: Escola Sul

Tabela 78: 2000: Convênio com Federação Nacional dos Estivadores – Portuários – PNQP – CUT Nacional

Ação	Número de Participantes
Formação de Formadores	25
Total	25

Fonte: Escola Sul

Tabela 79: 2000: Atividades de Convênios e Assessorias

Ação	Número de Participantes
Assessorias/Convênios*	492
Assessorias/Planejamentos**	381
Assessorias Projeto Integrar***	261
Núcleo de Gênero	108
Atividades nas Micros	195
Assessorias Secretaria de Educação****	30
Total	1467

Fonte: Escola Sul

***Diversos convênios com CUT Nacional e Ramos**

****Atendimentos a demandas nas áreas de planejamento e gestão sindical**

*****Assessoria prestada à Federação dos Trabalhadores na Alimentação do RS**

******Assessoria à Secretaria de Educação da Prefeitura de Blumenau –SC**

Tabela 80: Convênio Projeto Saúde, Trabalho e Meio Ambiente

Ação	Número de Participantes
Cursos	75
Total	75

Fonte: Escola Sul**Tabela 81: 2000: Convênio CNM/CUT – Projeto Integrar Formação de Dirigentes**

Ação	Número de Participantes
Formação de Formadores – Projeto Integrar Formação de Dirigentes	60
Assessorias Formação de Formadores	30
Total	90

Fonte: Escola Sul**Tabela 82: 2000: Atividades Organizativas e de Gestão**

Atividades	Número de Ações	Número de Participantes
Reuniões do Coletivo Regional de Formação	4	143
Organização e Gestão	125	625
Participação em eventos	32	
Total	161	768

Fonte: Escola Sul**Tabela 83: 2000: Atividades Formativas – Total Geral**

Projeto/Ação	Número de Ações	Número de Participantes
Formação de Formadores	7	196
Formação de Dirigentes	8	260
Formação de Lideranças/ADS	3	79
Projeto Recomeçar/Elevação de Escolaridade/PNQP/CUT Nacional	20	1147

Projeto Recomeçar/Elevação de Escolaridade/PEQ/SC	100	2538
Projeto Recomeçar/Elevação de Escolaridade/PEQ/RS	8	230
Projeto Terra Solidária/PNQP	283	9663
Projeto Terra Solidária/PEQs	1428	39136
Convênio Federação dos Portuários/PNQP	1	25
Atividades da Escola Sul	76	1467
Projeto Saúde/Trabalho/Meio Ambiente	3	75
Convênio CNM/CUT	12	90
Total	1949	54906

Fonte: Escola Sul

Segundo a Escola Sul, durante o ano 2000, das 1949 ações desenvolvidas, apenas 79 foram financiadas com recursos dos sindicatos da região (4,05%). Estes dados demonstram a forma avassaladora com que o movimento sindical cutista, não somente do Sul do país, absorveu os recursos do FAT como financiador das ações de formação da CUT.

Avaliando as atividades desenvolvidas durante o ano 2000, a Escola Sul e o Coletivo Regional Sul de Formação apresentam diversos elementos, dos quais estão em destaque:

- algumas dificuldades de articular público para as atividades de vários projetos;
- ações formativas de vários projetos estavam se sobrepondo umas às outras nas instâncias da rede regional de formação;

- não havia acompanhamento do desenvolvimento das ações formativas dos projetos por parte das SEFs, da escola, dos gestores e orientadores pedagógicos;
- a CUT estava se aproximando dos trabalhadores desempregados;
- a CUT estava se tornando mais presente junto à sociedade, e mais visível onde os projetos estavam sendo desenvolvidos;
- a rede regional de formação estava mais articulada;
- a formação de base nas micros e nos sindicatos estava sendo retomada com o funcionamento dos projetos;
- o surgimento de novas lideranças ;
- a escola estava articulando formação sindical com formação profissional;
- as CUTs dos três estados do Sul nesta realidade dos projetos foram “obrigadas” a se aproximar e assumir a Escola Sul;
- levando-se em consideração a estratégia política da CUT, a formação encaminhada pela escola/rede estava possibilitando o aumento de uma resistência propositiva por parte dos trabalhadores/movimento sindical;
- a proposta de educação da CUT estava impactando a Rede Pública de Ensino;
- os dirigentes sindicais da CUT no Sul, precisavam ser sensibilizados para os novos temas colocados pela formação;
- havia a necessidade de aumentar a adesão dos educadores à proposta de educação da CUT;
- a escola necessitava buscar uma forma de acompanhar a aplicação e desenvolvimento dos programas nas micros e sindicatos da rede regional de formação;
- havia a necessidade de pensar uma forma de avaliar o impacto dos atuais programas de formação junto aos trabalhadores, ao movimento sindical cutista e à sociedade;
- fazia-se necessário uma forma de garantir a continuidade dos programas de formação profissional com elevação de escolaridade;
- a oposição de alguns setores dentro da CUT aos programas de formação e educação em andamento;

- aumentar a participação dos dirigentes sindicais nas atividades formativas;
- a CUT estava estabelecendo uma disputa por hegemonia.

Nascida a partir da idéia de implementação de um espaço para encaminhamento da formação sindical cutista no Sul do país, a Escola Sindical Sul completou ao findar o ano 2000, seus primeiros dez anos de atividades.

O período 1990-2000 foi marcado, num primeiro momento, pela busca, por parte da escola, de sua consolidação, e num segundo momento pela constante tentativa de alcançar plena aceitação do movimento sindical cutista do Sul do país, ao qual esta se encontra subordinada, tal como se depreende desde os primeiros documentos produzidos do início dos anos noventa ao do final da década.

A descrição quantitativa, de caráter estatístico, trabalhada neste capítulo, tenciona, a partir das fontes documentais, desvelar os caminhos trilhados pela escola e as práticas formativas desenvolvidas ao longo destes anos.

Partindo de atividades formativas itinerantes no início dos anos noventa, para o estabelecimento de uma complexa estrutura de formação/educação, tanto do ponto de vista físico como pedagógico, a Escola Sul revela-se como uma experiência singular na história da formação/educação dos trabalhadores brasileiros, implementadas pelo movimento sindical.

Com a apresentação da dinâmica formativa dos anos noventa, faz-se necessário uma investigação da proposta pedagógica, ou das propostas pedagógicas desenvolvidas pela escola neste período. Esta é a intenção do capítulo seguinte.

CAPÍTULO III

FORMAÇÃO SINDICAL: A PROPOSTA DA ESCOLA SUL

3.1 – Escola Sul: uma política pedagógica

A Escola Sul é uma escola sindical organicamente ligada à CUT e executa as diretrizes traçadas pela central e suas respectivas instâncias. Estas diretrizes podem ser definidas nos fóruns decisórios majoritários da CUT (congressos e plenárias nacionais), como nos fóruns específicos da formação, que por sua vez seguem os encaminhamentos das instâncias majoritárias citadas.

Caracterizar a política pedagógica da escola seria, a partir desta ligação orgânica, guardadas as devidas proporções, acompanhar a própria evolução da formação sindical da CUT.

Fundada em 1990 e iniciando suas atividades, segundo a maioria dos documentos¹⁸⁹ da CUT, em 1991, a Escola Sul apresentou no período de uma década dois momentos distintos em sua política pedagógica.

O primeiro momento compreende o período entre 1990/1997, quando predomina uma formação exclusivamente sindical, ou seja, direcionada para a formação política dos quadros do movimento sindical cutista na Região Sul do Brasil.¹⁹⁰ Inserido neste período tem-se o princípio das atividades dos Núcleos Temáticos sediados na escola.

No segundo momento, iniciado em 1998 e ainda em curso, a Escola Sul incorporou à chamada formação sindical clássica elementos de formação profissional que agregam iniciativas de escolarização básica, geração de emprego e renda, desenvolvimento sustentável e solidário, entre outras. Entra em atividade ainda neste período uma iniciativa de formação profissional que poderia também ser identificada como clássica, qual seja, a aprendizagem pura e simples de um ofício: a Escola de Turismo e Hotelaria.

A experiência anteriormente acumulada é direcionada na execução de inúmeros projetos/programas de educação/formação profissional de abrangência nacional e regional. A formação política sindical, ou o que poderia ser classificado como tal, foi incorporada aos chamados projetos de formação profissional, fenômeno este ocorrido nacionalmente na PNF da CUT, e absorvido pela Escola Sul por conta da já mencionada ligação orgânica da escola com a central sindical.

¹⁸⁹ A Revista Forma & Conteúdo nº 6 de maio de 1994, apresenta à página 53, um quadro onde consta o ano de fundação e a entrada em funcionamento das escolas sindicais da CUT. No caso da Escola Sul, refere-se o ano de 1990 como sendo o de fundação, e o de 1991 como de início das atividades.

¹⁹⁰ Os objetivos e missão da Escola Sul publicados no período exemplificam as suas políticas: "...formar quadros, dirigentes, lideranças do movimento sindical cutista dos três estados; desenvolver uma metodologia de formação que considere e acompanhe a ação sindical coletiva dos quadros formados; resgatar e trabalhar a acumulação de experiências de luta e de formação sindical já desenvolvidas na região; subsidiar as lutas sindicais da região com dados e análises científicas da dinâmica social regional, priorizando áreas específicas consideradas estratégicas pela CUT para o avanço das lutas, tanto urbanas como rurais; contribuir na elaboração dos planos estaduais e regionais de formação; elaborar material de apoio às atividades de formação dos CUTs; produzir conhecimento na área sindical. A escola é tanto um instrumento de concretização da PNF como uma resposta às demandas específicas de formação dos três estados. Nesse sentido, a Escola não substitui as estruturas e as atividades de formação dos sindicatos e das CUTs, mas, ao contrário, deve fortalecer e subsidiar a formação em todos os níveis" (CUT, 1997a, p. 77-78)

3.1.1 – Escola Sul e seu primeiro momento pedagógico: educação voltada para o interior do movimento sindical.

O primeiro momento da política pedagógica da escola foi caracterizado pela implementação de uma educação estritamente sindical, levando-se em conta a interação do universo sindical e suas relações com a sociedade em que este estava inserido.

As escolas sindicais cutistas e particularmente a Escola Sul no Sul do país contribuíram, no início da década de noventa, para a formação da identidade do movimento sindical cutista, alicerçadas na PNF.

Os programas de formação apresentados nos capítulos anteriores, que nortearam a política pedagógica da escola desde a sua fundação até o ano de 1997, estão diretamente ligados ao momento histórico em que a CUT estava inserida, juntamente com sua PNF.

Os eixos da formação da Escola Sul no período mencionado demonstram uma preocupação da Equipe Técnico-administrativa e Pedagógica da escola em trabalhar temas objetivando o fortalecimento da CUT e qualificação do seu movimento sindical na Região Sul:¹⁹¹

- Concepção, Estrutura e Prática Sindical;
- Organização Sindical;
- Construção de uma identidade para o sindicalismo cutista;
- Construção de um referencial metodológico para a formação;
- Criação da Escola Sul;
- Formação de Formadores;
- Planejamento e Administração Sindical;
- Negociação Coletiva;
- Recursos Humanos, Pedagógicos e Metodológicos (FF);
- Processo de Trabalho e Organização por Local de Trabalho;
- Formação de e das Direções;
- Formação para Trabalhadores Rurais;
- Pesquisa Memória e Documentação da CUT;
- Mercosul;

¹⁹¹ Nesse sentido o melhor exemplo são os quadros constantes no capítulo anterior denominados: Prioridades/Eixos, Objetivos, Atividades, Participantes (1990-1999).

- Planejamento e Administração Sindical Cutista;
- Núcleos Temáticos;
- Criação da rede regional de formação.

Esse pensamento pode ser apreendido com o encaminhamento dos programas de formação no período.

A Escola Sul estava voltada pedagogicamente:¹⁹² à qualificação dos dirigentes sindicais da CUT; à consolidação da central sindical no Sul; a uma maior articulação de suas atividades com as demais desenvolvidas na região; a organizar os trabalhadores por local de trabalho; a preparar os dirigentes em questões de planejamento e organização sindical; à formação das direções sindicais; a trabalhar a organização e a história do movimento sindical brasileiro; a propiciar aos dirigentes sindicais o entendimento das transformações em curso no mundo do trabalho; a capacitar os dirigentes sindicais para atuação no mundo globalizado e para enfrentarem os desafios do Mercosul; ao fortalecimento da rede de formação da CUT; a capacitar formadores para atuarem vinculados às necessidades políticas da CUT.

Dentre os programas trabalhados desde o início das atividades da Escola Sul, o que mais concentrou ou exprimiu a proposta pedagógica/educativa da escola, e da CUT, de uma maneira geral, foi o programa Formação de Formadores, inicialmente denominado Recursos Humanos Pedagógicos e Metodológicos (RHPM), em funcionamento já no primeiro ano de atuação da instituição. Este programa formava os educadores que posteriormente iriam implementar no movimento sindical cutista da região, como um todo, os demais programas de formação da escola. Esse programa de formação foi desenvolvido nacionalmente inclusive, sua abrangência alcançou todas as demais instâncias formativas da CUT e as outras escolas, encontrando-se ainda em atividade.

O programa Formação de Formadores se desenvolveu sobre uma metodologia da educação popular que tem alguns pilares. O centro de toda essa pedagogia da educação popular está em cima de algumas idéias. A idéia de conhecer a realidade na qual os sujeitos estão inseridos, criticar esta realidade para conhecê-la em sua profundidade, na sua essência, e atuar sobre essa realidade no sentido de transformá-la naquilo que nos incomoda, nos é desfavorável, essa é a base da nossa pedagogia. É uma pedagogia como diria Paulo Freire, que não passa somente pela leitura dos textos, das palavras, mas pela leitura das entrelinhas do contexto da realidade, busca desvendar que mundo é esse, que realidade é essa. E numa sociedade que é claro, não é uma sociedade qualquer, é uma sociedade classista, uma sociedade capitalista, que sobrevive e se mantém principalmente

¹⁹² Verificar também o item: Objetivos, dos quadros: Prioridades/Eixos, Objetivos, Atividades, Participantes - (1990-1999).

pela exploração do homem pelo homem. Ou se preferir, talvez seja politicamente correto dizer exploração do homem e da mulher pelo próprio homem e pela própria mulher. A grande maioria das pessoas são trabalhadores (...) sobrevivem somente de sua força de trabalho (...) são o que classicamente chamamos como classe trabalhadora. A grande maioria dessa sociedade pertence a esta classe, no entanto, está tão explorada, esmagada, sofrida, que não consegue entender essa realidade. E isso não acontece por acaso, mas acontece também porque tem a força dos setores das classes dominantes da sociedade brasileira, que buscam construir instrumentos, ideologias ou disputas que mantenham essa classe assim como ela é, com a sua visão nublada, turvada, com sua alienação de todo o processo produtivo, do que acontece de fato na sociedade. O processo de formação/educação dos trabalhadores não é um processo novo, não é um processo recente mas no Brasil ele ganhou uma conotação especial, que é uma educação para a liberdade, uma educação libertadora. A educação que a CUT se propôs a fazer, ou que pelo menos foi um dos elementos centrais nos anos noventa, foi a idéia de uma educação libertadora que tivesse como elemento central a construção de uma visão crítica e de engajamento social, onde essas pessoas participantes do processo de educação estivessem então conseguindo entender essa realidade, compreender e buscar atuar para sua transformação (Formador Lutero).

O público alvo da Escola Sul na sua região de atuação possuía características heterogêneas. Os trabalhadores estavam distribuídos em diversas categorias: trabalhadores rurais; servidores públicos; profissionais de educação; bancários; construção civil entre outros. É preciso salientar que nessa época o referido público alvo era constituído por dirigentes sindicais; formadores/educadores e monitores e não trabalhadores das bases sindicais, pois a formação da escola estava direcionada exclusivamente aos quadros dirigentes da CUT (CUT, 1997a, p. 82).

A partir da entrada em funcionamento da Rede Regional Sul de Formação com suas respectivas microrregionais de formação, em 1995, ocorreu uma aproximação da dinâmica formativa da escola com as bases. Os formadores/educadores ligados a essas microrregionais/sindicatos, egressos da escola, intensificaram suas atuações neste novo cenário, executando anualmente centenas de atividades formativas na rede, parte delas com a participação de trabalhadores de base. O programa Formação de Formadores da escola direcionava estas ações, assim como o quadro de educadores da Escola Sul (CUT, 1997a, p. 82).

Quem são os trabalhadores que vinham à CUT fazer os cursos de formação? (...) O público que em geral passava nos programas de formação das escolas sindicais da CUT nesse período dos anos noventa, em geral eram trabalhadores de base¹⁹³,

¹⁹³ Em princípio todos os trabalhadores poderiam participar dos cursos ministrados na Escola Sul e nas demais escolas sindicais da CUT. Não há nenhuma restrição explícita ou deliberativa impedindo que os trabalhadores de base participassem de atividades de formação. A CUT nos primeiros anos de existência priorizou atividades voltadas para capacitação de dirigentes, dada a necessidade de formar seus quadros. Os cursos de formação nas escolas sindicais, geralmente de longa duração inviabilizavam a participação de

lideranças de fábrica, de empresas, de universidades, do serviço público, trabalhadores rurais, muitas vezes e muitos deles com pouco grau de escolaridade. Pessoas que foram privadas de um processo, digamos assim, de estudo mais acadêmico e que, num certo momento da história acabaram se envolvendo nas lutas, nas organizações sindicais, nos seus espaços de trabalho e precisavam de um processo de qualificação para fazerem essa luta, para desenvolverem os seus trabalhos de dirigente sindical, de coordenação de um sindicato, de coordenação do trabalho dentro de uma empresa, e a partir daí essas pessoas vieram para o movimento sindical e na escola da CUT buscar se qualificar para entender o sentido histórico da sua luta e para poderem desenvolver essa luta na sociedade. E foi em cima disso que a Escola Sul construiu seus programas de formação, entre eles: Concepção, Estrutura e Prática Sindical (CEPS), para entender a história do movimento sindical, o funcionamento, os objetivos, as várias concepções de sindicalismo que existem no Brasil e no mundo, para a partir daí as pessoas poderem estar atuando junto ao sindicato. Programas como: Organização no Local de Trabalho (OLT); Negociação do Contrato Coletivo; programas como o Mercosul que possibilitavam o entendimento da questão do Mercosul, das transformações econômicas na Região Sul do Brasil e do próprio país com a questão do Mercosul. O programa Formação de Dirigentes Sindicais, para que esses dirigentes sindicais conseguissem qualificar a sua ação para o trabalho de base, a organização sindical, as lutas e as disputas de hegemonia e de organização da sociedade no âmbito local. O programa Formação de Formadores (...) que tinha o papel de estar multiplicando a ação educativa dos trabalhadores. A Escola Sul, eu penso, tem dois momentos muito fortes seus. O primeiro momento é de uma escola mambembe, ela não tinha uma sede, e ela saía com uma equipe de educadores nos três estados da região desenvolvendo atividades formativas, levando orientações, buscando construir o projeto político da escola. Num segundo momento, com a consolidação da construção da sede da escola em Florianópolis, ela teve aí um outro momento, de trazer mais essas lideranças até esse espaço e criar uma rede de multiplicação que estivesse então se espalhando, espraçando, dando continuidade a esse processo que começava a se desenvolver aqui no espaço da escola. Então, nesse sentido o programa Formação de Formadores foi concebido com uma idéia multiplicadora. Ele visava qualificar a pessoa ideológica, política e tecnicamente, do ponto de vista do conceito de educação, como se organiza um grupo, uma reunião, como se pensar o processo educativo, como se entendem e se estudam os elementos da pedagogia e da educação popular. E a partir daí as pessoas no seu espaço de trabalho, no seu espaço de moradia, de organização, de luta social, pudessem estar preparando e qualificando outras pessoas, já que nós acreditamos que a transformação da sociedade brasileira precisa envolver um grande número de pessoas, com consciência, com qualidade, com conhecimento, com dedicação, com vontade de entender e de transformar essa realidade. O nosso curso de Formação de Formadores funcionava muito nesse sentido: uma sementeira de formar educadores, dirigentes, pessoas que estariam por aí transformando a ação de formação sindical (...) numa construção anticapitalista, que é uma construção de contra posição aos valores, posturas, idéias e estruturas sócioeconômicas da sociedade na qual nós vivemos, uma sociedade capitalista. Por outro lado ele se

trabalhadores de base, pois não são liberados pelas empresas para realizarem esse tipo de atividade, ao contrário de outros países onde a legislação permite tal prática, como a Itália. Na concepção de formação da CUT cabe às CUTs estaduais (SEFs), aos ramos de atividade, as microrregionais e sindicatos fazerem a formação de base e não às escolas sindicais. Um trabalhador de base na concepção da CUT é todo trabalhador que está em seu local de trabalho exercendo a função de dirigente sindical, ou não. O dirigente de base atua como delegado sindical, membro de uma OLT (Organização por Local de Trabalho), ou como membro da diretoria do sindicato sem liberação.

espelhava em uma formação ou um projeto de formação socialista, ou seja, buscava construir nas pessoas valores de uma outra sociedade, organizada na ótica da solidariedade, na ótica da democracia, da participação popular e sindical. Esse era de certa forma o fermento motivador do conjunto dos cursos de formação de educadores populares, formadores sindicais, e que estava muito presente no conjunto dos cursos de educação de trabalhadores da Escola Sul nos anos noventa. Nesse processo, nesses anos todos passaram pela escola centenas, talvez milhares de trabalhadores que tiveram uma oportunidade de pensar, primeiro uma reflexão mais teórica sobre a sua prática, depois voltar-se para uma prática mais qualificada, e a partir daí de repensar as transformações no mundo do trabalho, os seus projetos, as suas qualificações. E muitos a partir daí despertaram a vontade de voltar a estudar, de voltar para a academia, de aprofundar e qualificar ainda mais seus conhecimentos, lapidando-os, e a sua própria prática de intervenção na realidade. Então, esse era o momento presente da escola mas, na verdade, isso tudo esteve formatado dentro da Política Nacional de Formação da CUT. A PNF de uma certa forma, em âmbito nacional, uns mais outros menos, mas seus projetos todos tinham muita semelhança com tudo isso: um projeto participativo, classista, democrático, mas um projeto com a participação dos trabalhadores de base nessa organização (Formador Lutero).

Além da caracterização dos educandos que passaram pela Escola Sul no período, cabe esclarecer a origem dos educadores da escola. O formador Lutero, nessa questão, também fornece relevantes informações:

Quem são os educadores da CUT? Uma vez respondida essa questão de quem eram os educandos, temos uma outra questão: quem eram os educadores, que trabalhavam nesse período na Escola Sul da CUT? Estes eram trabalhadores, que por sua vez, vieram de empresas, ou de situações de vida muito pobre, com muitas dificuldades, mas que no decorrer dos anos oitenta e noventa foram estudando, se qualificando, se preparando do ponto de vista intelectual, cultural, mas também do ponto de vista político para dar respostas às necessidades das lutas da classe trabalhadora. Então, em geral, os educadores da escola sindical neste período não são educadores que vieram em si da academia¹⁹⁴, da pedagogia; vieram das lutas populares, das lutas sindicais. São pessoas com uma forte marca de compromisso, de resgate, de encontro da luta e da organização sindical, pessoas que tiveram uma trajetória, uma tradição, um costume de envolvimento, de participação e de compreensão da realidade da sociedade e da necessidade de transformar essa realidade. (...) Em geral, os educadores da Escola Sul nesse período foram pessoas que vieram de experiências, de lutas populares e sociais, mas, com uma ânsia, com um desejo, com uma vontade muito grande de provocar, de produzir no Brasil transformações radicais nas estruturas sócioeconômicas, políticas, culturais, as estruturas injustas da ordem social (Formador Lutero).

A ação pedagógica inicial da escola, conforme acima mencionado, é confirmada por outras fontes. O formador Alberto resume essa ação em uma frase:

Eu diria que até 1997, nós éramos uma escola stricto sensu sindical (Formador Alberto).

¹⁹⁴ Mesmo levando-se em consideração a origem dos educadores nas lutas populares, em 1994, todos os educadores da Escola Sul possuíam formação universitária. (CUT, 1997a, p. 80)

Com mais detalhes a formadora Rosa assim se expressa sobre a ação da escola:

Eu acho que existiram etapas, existiram algumas mudanças. Existiram digamos assim na trajetória da Escola Sul, diferentes momentos, diferentes contextos, diferentes conjunturas, e sendo a escola um instrumento da CUT, parte da política da CUT, ela acaba sendo reflexo da própria política da Central, seu projeto político-pedagógico e seu trabalho também. (...) O trabalho era um pouco diferente do atual com enfoques também diferentes. (...) Explicando um pouco melhor, no período até 1996 a prioridade estava muito mais voltada para formação sindical. Então a Escola Sul se constituiu enquanto espaço de formação sindical, inicialmente com programas, dentro de algumas linhas, com formação de formadores, com cursos para planejamento estratégico, com cursos para Concepção, Estrutura e Prática Sindical, Negociação Salarial, Organização no Local de Trabalho, enfim nós éramos mais ou menos nessa linha. Os programas eram os que vinham desde o início do surgimento da CUT, e fizeram parte desse processo, e que foram adotados pelas escolas sindicais. Eu me lembro que no final de 1994, início de 1995, aqui na escola, nós fizemos uma avaliação bastante profunda de que precisávamos tornar tudo aquilo um pouco mais continuado e mais sistemático, porque até então os cursos se desenvolviam, e mesmo a própria Formação de Formadores de uma forma fragmentada, não se tinha uma seqüência, digamos assim, temática, isso também era muito desconectado das políticas da CUT, ou de uma política mais organizativa. Onde é que se junta? Você precisava para quê? Essas eram as perguntas. Para que a organização, para que a estratégia e assim por diante. E a partir daí surge o debate da rede de formação na Região Sul, onde a Escola Sul não ficaria apenas como aquele ator que vai lá, apaga e faz a atividade num determinado local. Nós deveríamos fazer um processo multiplicativo e multiplicador também, e isso deveria estar se conjugando também com a política de organização sindical no âmbito local. Tínhamos uma política de Formação de Formadores, mas de dirigentes formadores, porque mesmo que a pessoa não continuasse como formador, ela viria a ser um dirigente capacitado que também faria sua ação organizativa. E tem também o âmbito da formação, nós conseguimos constituir espaços de formação para que os trabalhadores pudessem ter acesso à formação, para que não ficassem fazendo coisas muito pontuais, desconectados da realidade. E nós aqui da escola não ficaríamos cumpridores de demandas no sindicato X ou no Y, que por sua vez chamavam o formador A, B, ou C, para fazerem um curso de um tema qualquer. E depois ninguém mais sabia o que iria acontecer com aquilo. Essa era a idéia de rede de formação. Quanto à concepção pedagógica, acredito que não houve mudanças, porque existiam os princípios da CUT, de sermos democráticos, participativos, ou seja, a partir também de uma concepção de educação popular e que o ensino e a aprendizagem são duas coisas que andam juntas, e isso se dá num processo integral. Com base nessa concepção desenvolvíamos as atividades, onde não chegávamos com um pacote pronto para as turmas. As coisas seriam fruto realmente da necessidade, da capacidade dos próprios educandos (...) eu acho que é o eixo maior por onde passava mais a concepção pedagógica de fundo. Para mim houve muito mais avanço na estrutura organizativa da formação, de como ela iria estar se dando no âmbito de cada região, e o resultado, acredito, da rede regional de formação, foi muito positivo, eu avalio como uma política da escola muito positiva. Eu participei particularmente de debates, especialmente aqui no Estado de Santa Catarina. Fomos construindo isto nas microrregiões, discutindo com os sindicatos (Formadora Rosa).

Os programas de formação, nessa primeira fase da política pedagógica da Escola Sul, buscaram dialogar com as mudanças no mundo do trabalho que se fizeram sentir nas décadas de oitenta e noventa, inicialmente no âmbito mundial, sendo que em seguida essas transformações alcançaram os mais diversos processos produtivos brasileiros.

A discussão de questões como reengenharia, reestruturação produtiva, transformações no mundo do trabalho e globalização aos poucos vão fazendo parte das discussões nos programas da Escola Sul.

Os programas de formação sindical pouco a pouco (...) passaram a trabalhar a realidade dos trabalhadores no sentido de buscar entender o que estava acontecendo com o mundo do trabalho e com as pessoas nessa realidade, e buscar organizar e fortalecer a organização dos trabalhadores para resistirem à onda neoliberal que se abateu com tamanha forma, desestruturando, desagregando, massacrando o conjunto das populações principalmente, nos países pobres do Terceiro Mundo. Os programas trabalhando com isso, buscando saídas coletivas, mudanças que pudessem de certa forma alterar essa situação. Eu diria que esse foi o grande foco do cenário até 1998. O movimento sindical trazia para si algumas prédicas muito fortes, uma delas de que a organização e a libertação dos trabalhadores têm que passar pelas mãos dos próprios trabalhadores (...) Nesse sentido se constrói dentro da política de formação da CUT e dentro da Escola Sul uma idéia que era construirmos uma rede, uma rede de educação sindical que pudesse estar espalhando-se o máximo possível ou multiplicando-se e fazendo com que essa política de formação chegasse aos sindicatos e ao Sul do Brasil por intermédio das microrregiões, ou seja, pegávamos os três estados do Sul, os incentivávamos, os animávamos e os impelíamos à construção de microrregionais de formação, que seriam espaços solidários de ação sindical onde o pessoal, compartilhando espaços, recursos e mão de obra, desenvolveria toda essa ação de formação, de educação político-classista dos trabalhadores e trabalhadoras no âmbito local. E isso tudo era impulsionado pela Escola Sul, que serviu assim, digamos, como um espaço de alento, de animação, de força, de qualificação mas, servia também como um espaço irradiador de todo esse processo. Com isso se construiu no Sul do Brasil uma rede¹⁹⁵ muito interessante e ampla, se eu não me engano foram cerca de vinte e uma microrregionais (...) que tinham sempre uma ação militante, voluntária, solidária de ações acontecendo e você fazia com que os cursos sobre Mercosul, Organização Sindical, sobre o trabalho de base, Formação de Formadores se desenvolvessem (Formador Lutero).

Apesar dos esforços mencionados pela fonte oral acima, os programas de formação acabaram por encontrar limites dentro da dinâmica formativa nacionalmente implementada pela CUT. Estes foram substituídos durante o processo de reestruturação da PNF, pelos chamados Núcleos Temáticos em meados da década de noventa. Na Escola

¹⁹⁵ A rede de formação, segundo o formador Lutero, era também uma tentativa da CUT, e conseqüentemente da escola, de caminhar para a viabilização da auto-sustentação da formação sindical na região. As atividades seriam sustentadas pelos sindicatos, seus dirigentes e pelos trabalhadores.

Sul, como foi evidenciado no capítulo anterior, foram implantados diversos NTs, que nada mais eram do que esforços no sentido de criar novos programas de formação, com uma dinâmica diferenciada, mais flexível em relação aos desafios então impostos ao movimento sindical, pela conjuntura mundial.

Segundo a maioria dos documentos consultados, a implantação dos NT, em 1995, levou a Escola Sul a mobilizar-se durante pelo menos três anos após este ato político-pedagógico (1996-1998), na intenção de assegurar sua consolidação.

Não obstante, todas as estratégias pensadas regionalmente pela Escola Sul, e nacionalmente pela CUT para o desenvolvimento dos Núcleos Temáticos foram superadas pela incorporação dos projetos de formação profissional nas diferentes instâncias dessa central sindical.

Eu diria que os Núcleos Temáticos passaram por uma trajetória muito complicada (...), quando estes nasceram entre 1994 e 1995 e se consolidaram em 1995/1996. Eles surgiram com uma questão a partir de uma constatação. E qual era essa constatação? Que os programas de formação existentes na CUT até então eram programas de caráter nacional, geral, que não atingiam a especificidade do público, e também não atendiam às especificidades regionais. Era necessário você ter uma outra forma de elaborar as propostas, os programas, e trazer junto os conteúdos da formação, assim nascem os NTs. O que seriam os NTs? Qual o papel dos NTs? O que eles fazem? Pensar, elaborar, pesquisar, estudar, enfim, fazem todo esse trabalho tendo presente depois que, na sua tradução para a ação formativa concreta, eles têm que ter presentes duas dimensões que não estavam presentes nos programas de formação. E quais eram essas dimensões? Em primeiro lugar, a que público é destinado, como se desenvolve essa pesquisa, essa elaboração, esse estudo para o dirigente do sindicato, as lideranças sindicais em geral. Então você tem que trabalhar isso, não diria em níveis ou em séries, mas, em doses, em momentos, em oportunidades diferenciadas para que todos possam ter acesso a esse conhecimento. E em segundo lugar, que você pudesse incorporar aos temas gerais, em termos de programas gerais, os componentes da questão regional. Vamos dar um exemplo clássico: um programa da CUT Nacional nunca levava em conta, por exemplo, a realidade concreta no Amazonas. Bem, nós sabemos que discutir desenvolvimento em São Paulo e discutir desenvolvimento na Amazônia são coisas diferentes. (...) O NT tem a função de colocar dentro dessa discussão de desenvolvimento qual é a característica básica de desenvolvimento sustentável para não destruir com a Amazônia. A mesma coisa acontece por aqui, nós não podemos trazer para a Região Sul, por exemplo, na agricultura familiar, elementos de outras realidades concretas. Como é que você trabalha inúmeros elementos, sem falar dos aspectos culturais, de raça, de gênero, enfim, são várias dimensões que estão colocadas, e esse é o papel do NT. E o que aconteceu na segunda metade da década de noventa, entre 1996 e 1999? Nós chegamos a ter dez núcleos temáticos dentro da CUT, os mais variados: Negociação Coletiva, planejamento e gestão, Gênero, Mercosul, Estado, Sociedade e Sindicato entre outros. Com o tempo esses NTs infelizmente foram desaparecendo, e acho que aí não dá para atribuir somente a essa guinada da formação e da questão dos recursos do FAT, mas como uma questão interna nossa, organizativa e de concepção. Hoje na Escola Sul, sendo muito honesto, eu diria que nós não temos nenhum NT funcionando naqueles moldes iniciais, quando eles começaram em

1996/1997. Para o que nós caminhamos? Nós estamos trabalhando aqui com dois NT que são bem mais amplos, são diferentes daquela época. Temos um Núcleo de Educação do Trabalhador, onde nós incorporamos neste todas as questões relativas à educação do trabalhador, metodologia, currículo, produção do material pedagógico. Quando eu falo do currículo, estou falando dos temas, dos conteúdos e assim por diante. Então, trabalhamos isso de forma global para todos os programas/projetos que desenvolvemos hoje e não mais especificamente para Gênero, para Raça, para Mercosul entre outros. Essa eu acho que é a evolução que houve aqui na Escola Sul na questão dos NTs. Nós temos um outro NT que funciona aqui na escola, que chamamos de Núcleo Sindicato Estado e Sociedade Nuses. O nome é meio complicado, mas na verdade ele junta aqui todos os trabalhos que dizem respeito à formação de dirigentes. Do ponto de vista temático, ele aborda várias questões: estado, sociedade, sindicatos, desenvolvimento, economia solidária, saúde, organização por local de trabalho, entre outras. Então essas são dimensões todas que um dirigente sindical precisa se apropriar e se instrumentalizar. (...) Nós estamos meio que refazendo a questão dos Núcleos Temáticos, essa não é uma questão resolvida dentro da formação da CUT. Os dois núcleos que nós temos aqui, eu acho que eles têm funcionado, estão dando resultado do ponto de vista metodológico, organizativo e da execução das atividades. Eles não têm dado conta, por exemplo, da pesquisa, da construção de material bibliográfico entre outras. (...) Aqueles núcleos temáticos que foram pensados no início desapareceram, se reestruturaram outros núcleos, eu penso, com uma visão, uma capacidade maior, mas que também não dão conta de todas as questões que estão colocadas hoje para a formação da CUT, e da escola. (...) Nós precisamos, talvez, voltarmos aos núcleos de temas mais específicos para um aprofundamento. O Observatório Social supre em parte alguma especificidade, mas ele não abrange todas as áreas que nós precisamos trabalhar e discutir dentro da educação, da formação sindical (Formador Ulisses).

Complementando o raciocínio de Ulisses, a formadora Rosa acrescenta:

Como suporte a tudo o que nós fazíamos em meados da década de noventa nós tínhamos os Núcleos Temáticos, que na realidade nunca chegaram a funcionar direito. Eu penso que é uma questão de nós assumirmos, e a formação não é mais seção disso, do ativismo, se você não tem tempo para parar e refletir sobre o que faz, eu considero um problema. Então em função disso também, esses espaços que eram os Núcleos Temáticos, cujo objetivo era a elaboração, fazer a reflexão sobre a prática, isso ficou muito débil no âmbito estadual, no âmbito regional, e foram muito poucos os núcleos que nós conseguimos fazer funcionar. O Mercosul era um núcleo temático que funcionava bem aqui na região, na Escola Sul, mas também com suas debilidades. (...) A princípio os núcleos temáticos não estavam decretados à morte, na prática alguns existiam de uma forma muito débil, outros nem existiam. Então eles meio que desapareceram. Os programas de formação profissional se fortaleceram inicialmente a partir da estratégia de alguns Ramos de atividade da CUT que queriam ter acesso a um tal Programa Nacional de Qualificação Profissional PNQP, e aos Programas Estaduais de Qualificação PEQs, uma estratégia com as CUTs negociando em conjunto com os Ramos, e os NTs desaparecem. Foram criados alguns novos aqui na escola, e são também os que existem no âmbito nacional, pelo que eu tenho conhecimento, são o Núcleo de Educação ao Trabalhador NET e o Nuses (Formadora Rosa).

O pronunciamento que se transcreve a seguir segue a mesma linha:

O núcleo temático de Gênero, por exemplo, é algo que existia aqui na Escola Sul em âmbito regional, mas hoje também praticamente não existe. O outro que nós tínhamos sobre Raça, esse funcionava bem, mas, dentro aqui da escola não funciona mais. Um outro núcleo que nós temos de Educação do Trabalhador, - no ano passado¹⁹⁶ existiu - foi um trabalho bem feito, pois era coordenado por uma pessoa com capacidade de organizar muitos trabalhos coletivos. (...) O NT Nuses, que é esse Sindicato, Estado e Sociedade, nós ainda estamos tentando, é coisa muito recente, nós estamos tentando ver como é que ele pode funcionar aqui. Agora, o que nós temos na verdade de estrutura interna na escola Sul são dois NTs, o NET e o Nuses, mas são apenas dois, o resto você não tem mais, aqueles núcleos antigos. (...) Então, mudou completamente aqueles que existiam antigamente. Eu acho que eles se esvaziaram, e tiveram que dar uma repensada, e essa repensada seria uma refundação desses núcleos, não é, principalmente com funções diferentes. O próximo encontro nacional de formação Enafor, vai ter que ir fundo nessa questão, definir melhor, pensar que agora há uma mutação. E aqui na Escola Sul especificamente, é como eu lhe falei, os núcleos antigos não têm mais existência (Formador Heitor).

No pensamento transcrito a seguir, o formador Paulo é enfático ao afirmar que os NTs foram um fracasso, e sugere uma forma de se aproveitar o que foi desenvolvido na vigência destes.

Na minha avaliação, penso que a substituição dos programas de formação por núcleos temáticos foi um fracasso. (...) Eu acho que nós teríamos que fazer uma transição, e acho que esses trabalhos com os cursos profissionalizantes... eu não gosto desse termo: profissionalizante. Esses cursos de formação de um ser humano mais integral que envolve escolarização, alguns mais, profissionais, acabaram forçando a seguinte situação: que nós temos que buscar um meio termo entre essa formatação de núcleos temáticos com a formatação de programas/projetos. Portanto acho que nós estamos voltando aos programas, só que não podemos perder o que nós aprendemos e desenvolvemos com os núcleos, nós temos que fazer um processo meio híbrido, e acho que esse é o caminho (Formador Paulo).

Invariavelmente, os NTs, tanto os nacionais como os regionais, espalhados pelas escolas sindicais cutistas, na prática foram solapados pela nova realidade da formação – os projetos de formação profissional – dessa central sindical e ficaram como que flutuando numa espécie de limbo.¹⁹⁷ Os NTs foram uma resposta dada pela PNF, a todo um processo de reestruturação ocorrido na formação cutista em meados da década de noventa. Como pode ser constatado tanto nas fontes orais quanto nos documentos

¹⁹⁶ 2000.

¹⁹⁷ O Plano Nacional de Formação de 1998 aponta diversas limitações para que os NT pudessem se consolidar no âmbito da Rede Nacional de Formação. Essas limitações, segundo este documento, já se encontravam presentes nos documentos preparatórios ao 11º Enafor, em 1996. Uma melhor estruturação dos NTs foi tentada, no âmbito do Conafor no início de 1998, no entanto sem que houvesse uma solução para as dificuldades de encaminhamento dessa estratégia pensada pela formação (os NTs). Para melhor entendimento ver: CUT, 1998 a, p. 66-68.

produzidos pela CUT, os NTs não caminharam dentro dos objetivos previstos, pois um novo processo foi iniciado sem que o anterior houvesse finalizado. A Escola Sul, como não poderia deixar de ser, também sentiu os impactos dessa problemática, tal como apreendido na fala de seus formadores.

O fórum majoritário da formação, o Enafor, como instância deliberativa, optou, no encontro realizado em 2001, por extinguir os NTs.

Em suas resoluções encontram-se as seguintes reflexões:

Avaliou-se que, por inúmeras razões, destacando-se a incapacidade de sustentação financeira e a indefinição quanto ao papel dos NT no conjunto da Rede, eles não foram capazes de se consolidarem enquanto espaços de estudos e formulações que pudessem subsidiar os diversos processos formativos na Rede (CUT, 2001 c, p. 43).

Segundo a CUT, os NTs Relações Sociais de Gênero/Raça e Trabalho e Desigualdade/Globalização por um determinado período conseguiram uma certa consolidação, sendo que os demais idealizados nem sequer tiveram uma implantação mais consistente, ficando restritos a esparsas iniciativas de publicações.

Ainda segundo a CUT,

Esse processo de perda de identidade aprofundou-se com o advento das iniciativas no campo dos novos Projetos da Rede (particularmente os de Qualificação Profissional), os quais possibilitaram novos espaços de articulação das abordagens temáticas nacionais. Um primeiro sintoma ocorreu durante a execução do Projeto Integral de Formação de Formadores e Capacitação de Conselheiro (CUT, 2001 c, p. 43).

No entendimento desse Enafor, atualmente diversas atividades, tais como Formação de Dirigentes, Formação de Formadores, Formação de Gestores em Políticas Públicas e Formação no campo do Desenvolvimento Sustentável e Solidário, abrangem as questões anteriormente designadas como sendo funções dos NTs.

Diante deste cenário, este ENAFOR define um novo processo de experiência no que tange à ação formativa nacionalmente articulada. Tal processo dar-se-á via as oficinas nacionais previstas no plano de trabalho da SNF, nas quais está prevista a participação de educadores e dirigentes à frente dos processos formativos em todos os âmbitos e agentes da Rede (CUT, 2001 c, p. 44).

As citadas oficinas objetivam viabilizar estudos, reflexões, sistematização, avaliação e produção de materiais. Este encaminhamento segue um viés muito semelhante a algumas das funções determinadas para os NTs quando de sua criação em 1994/1995.

Determinou-se que a SNF buscava discutir com a Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora e com a Comissão Nacional Contra a Discriminação Racial, ambas da CUT, uma forma de construir reflexões permanentes sobre os temas ligados a essas comissões e viabilizar o aproveitamento de todo acúmulo produzido pelos NTs extintos, os quais trabalhavam estas questões.

Este encontro remeteu as temáticas relacionadas à globalização, integração regional e sindicalismo internacional, para serem trabalhadas no âmbito da Secretaria de Relações Internacionais da CUT.

3.1.2 – Novas diretrizes pedagógicas para a Escola Sul

O segundo e atual momento da política pedagógica da Escola Sul tem início em 1998, quando a escola coloca em execução os dois primeiros projetos de formação profissional e implementa nos anos seguintes novos projetos.¹⁹⁸

A discussão sobre formação profissional estava sendo feita internamente no movimento cutista do Sul do país desde aproximadamente três anos antes. Na CUT os debates iniciaram-se nos seus fóruns majoritários nesse mesmo período.

Apesar da resistência encontrada dentro da CUT (e regionalmente não foi diferente), a escola incorporou esta nova fase da formação cutista, tendo se tornado em pouco tempo uma das referências na questão, no âmbito da CUT:

Após 1997, a partir de toda uma reformulação e uma reconstrução, nós começamos a entender que interessavam aos trabalhadores e aos sindicatos outros temas, por exemplo, formação profissional. Por mais polêmica que seja a questão é um grande erro deixá-la nas mãos dos empresários; então, eu penso que foi uma grande contribuição da Escola Sul e da Política Nacional de Formação da CUT começar a pleitear e trazer para si uma tarefa que não é mais dos empresários, mas também dos próprios trabalhadores. É uma prioridade absoluta pensar a vida do trabalhador como um ser total, e, sobretudo, a sua qualificação para o exercício do trabalho. Historicamente a concepção metodológica e os recursos para essa formação estavam nas mãos dos empresários, então penso que foi uma revolução democrática e cidadã trazer o tema para dentro das escolas sindicais, foi fundamental (Formador Alberto).

¹⁹⁸ O ano de 1997 foi um momento de preparação ou de formulação desses projetos, como foi mencionado no capítulo anterior.

A educação empreendida pela Escola Sul até o advento da atual fase pedagógica primava por uma educação classista, de caráter ideológico, democrático-participativo e com uma forte tendência pró-socialista.

Esta educação tinha uma característica, qual seja, o diálogo educativo ocorria com interlocutores do próprio movimento sindical cutista. Daí que a escola, dentro da lógica então reinante na PNF, existia para preencher lacunas educativas dos dirigentes sindicais. A conscientização política, o funcionamento da sociedade, ou das sociedades a partir de uma visão crítica, elementos que os dirigentes não adquiriram plenamente na escola formal ou em sua militância, constavam como objetivos centrais de sua prática pedagógica.

Nas suas atuais práticas pedagógicas a escola inverteu a lógica educativa. Ao invés de atuar somente nas lacunas deixadas pela educação formal ou pela militância, pedagogicamente a Escola Sul englobou todo o processo educativo encontrado corriqueiramente no ensino regular, ou seja, está fazendo o papel da escola pública, com certificação de ensino fundamental e médio, em grande parte atuando como uma espécie de ensino supletivo, já que os programas de escolarização são executados ao longo de um ano, sendo renovados ao término de cada período.¹⁹⁹

O diálogo educativo que antes ocorria exclusivamente no âmbito do movimento sindical, agora está voltado não somente para os dirigentes sindicais da CUT, como também para todo e qualquer trabalhador das bases sindicais da central no Sul do país. A educação eminentemente político-sindical, voltada para o interior do movimento, especialidade anterior da escola, ficou relegada aos programas: Projeto Alicerce, Formação de Formadores, Formação de Gestores em Políticas Públicas, Formação de Dirigentes, Formação em Desenvolvimento Sustentável e Solidário.

A interlocução com os formadores/educadores da Escola Sul parece-nos um dos caminhos para desvendarmos com mais propriedade o que exatamente vem sendo trabalhado pedagogicamente desde 1998.²⁰⁰

¹⁹⁹ Ao final de cada ano, a Escola Sul presta contas aos financiadores dos projetos e apresenta junto a estes a programação para o ano seguinte, buscando aprovação e alocação de recursos. O inconveniente desta sistemática é que ocorre vez ou outra, atraso na aprovação e alocação destes recursos, podendo com isso se perder a continuidade da participação de um ou outro formador ou aluno.

²⁰⁰ Uma das mais recentes publicações da CUT nos apresenta o atual perfil pedagógico da Escola Sul com clareza. “Com abrangência sobre os três estados do Sul (RS, SC e PR), a escola desenvolve os programas nacionais Integrar e Integração e os programas regionais Terra Solidária e Hotelaria e Turismo. Este último, com aulas práticas desenvolvidas integralmente dentro da escola, que nos meses de dezembro a março também recebe turistas de todo o Brasil e estrangeiros, que encontraram nas acomodações da Escola um hotel confortável e acessível. Apesar de supostamente desenvolvida, a Região Sul tem um índice elevado de

Eu diria que atualmente a Escola Sul se enquadra dentro de um contexto mais amplo e mais geral. E aí, quando eu estou falando isso, estou falando realmente de um contexto de mudanças globais que ocorreram nos últimos cinco ou dez anos, mas, dos últimos anos para cá, em todos os setores: no setor da própria produção, da reestruturação produtiva, nas relações de trabalho, nas questões econômicas e produtivas também, da globalização, na questão financeira, da concentração de capital. Enfim, todo esse processo que vem se alterando no mundo inteiro. Tivemos a queda de muitos dogmas. Então há necessidade de se rediscutir uma série de valores e de propostas também. Eu penso que a formação da CUT, o movimento sindical e, conseqüentemente a Escola Sul padecem um pouco desta “crise” que se significa e se passa no mundo inteiro. Eu penso também que do ponto de vista metodológico nós avançamos nos primeiros anos da PNF, conseguimos propostas e resultados interessantes, e ultimamente também, em função um pouco dessa discussão e da indefinição um pouco do papel de nossa formação, se é formação sindical, se é formação profissional, se nós temos que entrar na disputa ou na questão da formação mais geral. Eu diria que nós nos perdemos um pouco, e estamos também com alguns problemas do ponto de vista metodológico: o que é uma ação educativa propriamente dita de formação sindical, de formação profissional e um trabalho de educação mais geral, que é um direito do trabalhador que na verdade tem que ser feito pela escola pública. Isto não pode ser um papel da CUT, nem da Escola Sul ou das demais escolas sindicais. Mas, como é que nós, não querendo substituir o Estado, ou querendo fazer educação geral, como é que nós podemos fazer também uma discussão com setores tanto da sociedade como do governo, ou do próprio movimento sindical, que são responsáveis por políticas educativas? Eu penso que está existindo hoje uma série de dificuldades em que a Escola Sul e a própria PNF precisam rapidamente se aprofundar, e ter algumas definições mais claras do ponto de vista político e metodológico (Formador Ulisses).

No depoimento que segue, Lutero avalia a mudança de rota da PNF da CUT e da Escola Sul.

A educação sindical da CUT e da Escola Sul a partir de 1997/1998 começou a receber um grande número de recursos, e praticamente abandonou ou deixou de fazer educação sindical stricto sensu, mais classista e objetiva para a ação sindical, para a organização dos trabalhadores nos seus locais de trabalho, e passou a fazer essa educação mais ampla. Evidentemente com debates muito profundos se esse era realmente o papel da central sindical, ou se não estava sendo esvaziada a luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade em âmbito nacional (Formador Lutero).

peças que não conseguem concluir o ensino fundamental no sistema público: em média 70% dos que ingressam na rede, não concluem a oitava série. Esse dado levou a escola Sul a dar ênfase para a formação com elevação de escolaridade. A Agricultura familiar é a principal riqueza da região Sul. Só em Santa Catarina, a atividade envolve 94% dos estabelecimentos rurais do Estado e 1 milhão e 300 mil pessoas, num universo de 5 milhões de habitantes. O Programa Terra Solidária uniu estas duas características. Levou a elevação de escolaridade para o agricultor familiar, aliada à busca de novas formas de desenvolvimento. Um desenvolvimento sustentável e solidário com formas alternativas de trabalho e renda, como cooperativas e associações. Além destes programas regionais, a Escola Sul da CUT também desenvolve o Programa Integração/Elevação de Escolaridade e Formação de Formadores, com participação das Secretarias de Formação dos três estados do Sul; e o Programa Integrar/Formação de Dirigentes.” (MATTE, 2000, p. 51)

Dando seqüência a sua reflexão Lutero, se posiciona quanto à mudança nos encaminhamentos político-pedagógicos da Escola Sul, questionando o preparo dos formadores que atuam nos projetos de qualificação/formação profissional, a utilização dos recursos do FAT e o resultado do trabalho desenvolvido.

A Escola Sindical Sul, para você ter uma idéia, deve ter passado de um número de dez educadores que teve nos anos noventa, por volta de 1996/1997, para atualmente no mínimo mais de cem pessoas. E indiretamente talvez atingindo cerca de trezentas a quinhentas pessoas no Sul do Brasil. Olhe só, é uma mudança significativa na quantidade e na qualidade, porque foram muitas vezes contratados e colocados para se fazer a ação da formação pessoas que não estavam preparadas política e ideologicamente do ponto de vista de uma educação para os trabalhadores. Não estavam preparadas dentro da concepção da pedagogia da CUT e que vieram muitas vezes com pedagogias ou com costumes da educação formal, embora querendo alternar isso, mas trazendo uma pedagogia que talvez seja algo Frankstein, ou uma mescla entre aquela pedagogia da CUT e alguma coisa de educação formal e tradicional, e isso alterou essa correlação, e também a correlação ideológica, porque antigamente as pessoas vinham para a escola sindical arrecadando dinheiro, juntando, até fazendo vaquinhas, e de repente você tem todo um recurso do FAT que paga a passagem, paga hotel, paga a estadia onde quer que seja. Isso esvazia o compromisso ideológico, esvazia o compromisso de multiplicação desse esforço, e esvazia também o entendimento mais profundo da proposta atual de educação. Penso também que isso tudo alterou o conteúdo e as formas de desenvolvê-lo. (...) Penso que nós estamos disputando a hegemonia. Estamos disputando recursos públicos, estamos questionando a educação formal, mas também, por outro lado acabamos entrando na educação por educação, estamos fazendo educação escolar. Estamos num campo que alguns setores da própria CUT, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação CNTE, tinha muito acúmulo, mas, a CUT como estrutura de funcionamento, tinha pouquíssimo acúmulo e conhecimento. Dentro da estrutura de educação da CUT tínhamos conhecimento de pedagogia, das linhas de educação, dos mecanismos de educação, das metodologias de trabalho, e isso fez com que atingíssemos atualmente um grande número de pessoas, que chegássemos a um grande número de pessoas, mas com uma qualidade muito duvidosa em relação ao desenvolvimento, aos impactos e resultados disso tudo, embora eu diria que quero ser otimista, e que num balanço desse processo penso que muitas coisas boas e interessantes têm sido feitas (Formador Lutero).

O formador Ulisses apresenta no depoimento a seguir uma comparação dos quadros de educadores da Escola Sul, antes e depois do advento dos projetos de qualificação/formação profissional.

Em 1996 a realidade era a seguinte: tínhamos cinco formadores/educadores na escola, hoje temos vinte e um. Então mudou completamente. São todos registrados na escola. Na verdade temos outros: os vinte e um atuam, trabalham na sede da Escola Sul, porque nós temos hoje em torno de trezentos e vinte funcionários. Onde estão esses funcionários? Estão espalhados pela Rede Regional Sul de Formação. Temos por volta de setenta educadores no Projeto Terra Solidária, mais uns quarenta no Projeto Recomeçar, e assim por diante. Estes formadores são ligados à escola, porque nós somos os executores dos projetos e dos recursos.

Com esses recursos nós contratamos essas pessoas, com contrato de trabalho e tudo mais. Eles são contratados por conta dos projetos. Mas na verdade em última análise juridicamente quem faz o contrato dessas pessoas não é o projeto de formação, e sim a Escola Sul, que é a executora jurídica do projeto. Esses educadores estão atuando nas microrregionais e nos três estados do Sul. Na sede da escola temos fora os vinte e um educadores, mais cinco pessoas de apoio, ao todo umas vinte e seis pessoas trabalham na sede da escola (Formador Ulisses).

No depoimento que segue, a entrevistada Olga discorre sobre o que considera serem os dois campos de atuação da Escola Sul, e também, na sua avaliação, sobre a falta de clareza dos sindicatos da Região Sul quanto ao atual momento da formação cutista executada nessa escola:

A Escola Sul hoje em dia tem dois campos de atuação: um grupo de programas de formação que é voltado para dirigentes sindicais. São os nossos Formação de Dirigentes; e para fazermos esses cursos de formação sindical nós temos também o Formação de Formadores. (...) Então esse é um campo de atuação para formação de dirigentes. O outro campo de atuação é para um setor chamado excluído da sociedade, que são os desempregados. Incluímos nesse campo também os trabalhadores em via de desemprego. A maioria destes desempregados, ou trabalhadores em via de desemprego, são: empregadas domésticas, comerciários, construção civil pesada entre outros. São esses os nossos dois grupos de programas. No primeiro grupo, na Formação de Dirigentes, a preocupação é com os temas da formação²⁰¹, o objetivo é formar lideranças, é capacitar os dirigentes sindicais. Então, para isso, os temas deste curso vão desde aquilo que era mais antigo, digamos assim, onde tratamos da estrutura sindical, concepção e prática sindical, e história do movimento sindical. Temos também temas novos decorrentes das chamadas transformações no mundo do trabalho, temas emergentes, vamos dizer assim: as questões ligadas ao Estado, que não é um tema tão novo assim, mas que agora tem uma ênfase mais importante: Estado e desenvolvimento sustentável e solidário; raça; gênero, com discussões voltadas para os preconceitos; que são também questões emergentes e fortes na CUT atualmente, e gestão de políticas públicas. No outro campo, no campo de cursos ou programas voltados para desempregados ou trabalhadores em risco, em situação de risco de emprego, os temas que eu mencionei anteriormente, se mantêm. Esses cursos prevêm a elevação de escolaridade, ensino fundamental, que trata-se de um curso de longa duração, oito meses, com carga horária de oitocentas horas. Ao prever a elevação de escolaridade, eles têm que agregar os conteúdos do chamado saber escolar, as competências escolares, leitura e escrita, cálculos e todas as derivações dessas duas áreas de conhecimento, digamos assim. Além de História e Geografia, que para nós está no campo da leitura da realidade do mundo. Então, o que esses dois campos têm de comum? O currículo não é, mas existem temas que são comuns: Estado, sociedade e movimento sustentável, os temas ligados a raça, gênero e à questão metodológica. Bem, o que é a tensão de tudo isso? A estratégia da CUT. Esses dois campos deveriam estar ligados diretamente com os sindicatos, os sindicatos é que deveriam estar aqui gestando e questionando, avaliando e dando também conteúdos para esses temas mas enfim,

²⁰¹ A maioria dos documentos da CUT, após o advento da formação profissional, procura tratar sua formação como única. No discurso de grande parte dos formadores da Escola Sul, e em parte dos documentos mencionados, no entanto, a palavra formação possui uma aplicação ambígua, podendo designar tanto a educação sindical que era praticada no período anterior a 1998, como o sentido único que a CUT tenta utilizar atualmente.

há um afastamento muito grande, os sindicatos não deram conta de fazer um acompanhamento desses programas. Nós aqui na Escola Sul não temos o retorno e o impacto que isso causa, seja no sindicato seja na sociedade. Pretensamente a formação não pretende formar atualmente apenas dirigentes sindicais, mas líderes cidadãos, lideranças da comunidade, gestores de políticas públicas, gestores de políticas de desenvolvimento, fomentadores de cooperativas. Enfim, muito mais abrangente do que nossa antiga pretensão sindical cujo alvo era o dirigente sindical para fazer o movimento sindical, agora nós queremos muito mais coisas. Então, esse nosso trabalho não tem ressonância na estrutura sindical hoje, os sindicatos não se dão conta de tudo o que demandam para a formação em termos de conteúdos e muito menos em termos de número de pessoas a serem atingidas para além do mundo sindical. Até parece que tudo está muito solto, muito mesmo. Do ponto de vista teórico é muito interessante, redondinho, digamos assim, mas na prática nós observamos um distanciamento e uma desarticulação grande entre a estratégia dos sindicatos, a percepção dos sindicatos, o movimento sindical cutista e o movimento da formação cutista. Eu penso que isso é diferente do que você vislumbrava no teu tempo de aluno aqui na escola, porque era muito mais orgânico, muito mais próximo, era muito mais ligado diretamente aos interesses imediatos dos sindicatos. A impressão que eu tenho disso é que os sindicatos não sabem exatamente o que querem hoje da formação sindical cutista, ou a nossa formação se distanciou daquilo que os sindicatos querem (Formadora Olga).

Dando seqüência à sua exposição, Olga caracteriza o público alvo da Escola Sul em seu atual momento.

Quem frequenta a Escola Sul, quem nós formamos diretamente são dirigentes sindicais, não de base. Formamos dirigentes sindicais mais avançados e formadores. Os formadores para trabalharem cursos de formação para formação de dirigentes de base lá na ponta, onde estão os dirigentes mais novos. A escola forma os formadores para esses cursos lá na ponta, e forma os formadores que fazem os cursos de elevação de escolaridade. Temos o campo de formação de dirigentes (...) em desenvolvimento sustentável e solidário, (...) ele é voltado para dirigentes, mas não alcança somente dirigentes, aqui nós alcançamos também líderes comunitários, pessoas que trabalham diretamente com empreendimentos solidários, (...) alcançamos empreendedores da economia solidária, membros de Conselhos de trabalho e renda, membros de Conselhos da Criança, Conselhos de Educação, membros dos diversos conselhos que existem na sociedade. (...) Atendemos mais formadores e dirigentes, digamos, mais avançados, mais velhos e experientes (Formadora Olga).

Ivo discute no depoimento a seguir as bases pedagógicas da formação implementada pela Escola Sul, comparando-a com as demais escolas sindicais da CUT, e sua intervenção na Rede Regional Sul de Formação.

...nós temos uma base pedagógica, uma base metodológica, a própria PNF da CUT tem uma base que foi construída coletivamente nas escolas sindicais, pelo conjunto, amplos debates com os dirigentes da CUT, com os fóruns, foram anos de formulação. Eu penso que a base político-pedagógica da Escola Sul é a base político-pedagógica da CUT, da rede de formação da CUT. Toda essa construção do conhecimento, da formulação a partir de um casamento entre ciência e a

teoria, construindo um conhecimento mais elaborado, e o respeito ao conhecimento empírico dos trabalhadores, ao processo de construção, com a participação efetiva dos indivíduos, sendo que o próprio trabalhador é um agente dentro do processo de educação, respeitando suas realidades, as suas condições, a sua subjetividade. Eu penso que é muito forte também na escola toda a concepção de educação de Paulo Freire, educação popular, e acho que isso são bases pedagógicas construídas. Eu não vejo diferenças da Escola Sul para a Escola Nordeste, ou para a Escola São Paulo. Agora o que eu acho é que foram sendo construídas algumas experiências diferenciadas nas escolas, por exemplo, aqui na Escola Sul o programa Formação de Dirigentes. (...) Acho que a experiência de formação de formadores também tem ingredientes próprios aqui da escola, com toda uma lógica de que o formador se integre à rede de formação da CUT, ela passa a ser um agente na rede, integrado e multiplicador. (...) Eu acho que há uma base nacional, mas que a Região Sul e a escola avançaram um pouco mais. Aqui é o lugar onde a rede de formação da CUT está mais enraizada, por exemplo, nas microrregionais. Não porque a geografia favorece e as distâncias são menores: é porque o investimento na formação de dirigentes e o investimento na formação de formadores foi comprometido com a construção da rede. Estamos sendo agentes nas micros, (...) a rede de formação tem muitos problemas ainda, sérios problemas, não chegamos ainda até os sindicatos, não temos ainda coletivos de formação nos sindicatos da região. Mas o fato de termos coletivos de formação nas microrregionais e as atividades formativas, os planos de formação sendo construídos com a participação importante e decisiva das micros no processo de planejamento e definição das diretrizes nos Estados e na região, eu acho que é uma marca muito forte da política pedagógica da Escola Sul (Ivo: líder sindical da CUT Nacional).

As intervenções acima transcritas dos formadores da Escola Sul e do líder sindical, apontam elementos que a rigor tendem a permanecer ou até mesmo instalar-se. Isso torna sua análise dificultosa, uma vez que a ação pedagógica atual dessa escola sindical faz parte de um processo ainda em curso dentro da CUT, o qual, ao mesmo tempo que parece estar sedimentado, ainda é contestado por parte das correntes políticas internas dessa central sindical. Junta-se a isso um dilema interno: é isto o que realmente querem os dirigentes sindicais e formadores cutistas? Deve a CUT fazer formação ficando refém dos recursos do FAT?

A atuação da escola inclui três frentes, que seriam a educação sindical que anteriormente a escola desenvolvia, a educação profissional e a educação geral ou elevação de escolaridade. Há uma falta de clareza sobre onde que tudo isso se junta.

O que a CUT chama de “seus princípios” poderia ser um dos elementos de uma possível junção, contudo nem a escola nem a CUT têm um controle sobre quem realmente está ministrando a educação que ela se propõe a implementar. Elevou-se sensivelmente o número de formadores atuantes na escola na década de noventa, atualmente ela conta com cerca de vinte e um. Sobre esses formadores é possível fazer,

digamos, uma triagem profissional, política e pedagógica e até mesmo um supervisionamento de sua atuação, pois esses atuam no espaço próprio da escola.

Os demais educadores, que são contratados para trabalharem atuando nos projetos de elevação de escolaridade e nos demais projetos de desenvolvimento sustentável e solidário, não passam por um acompanhamento mais próximo no exercício de sua ação formativa, e além disso, não existe um controle rígido de sua procedência, uma grande parte destes não conhecem a CUT a fundo, ou a que ela se propõe.²⁰²

A Escola Sul não tem controle também do retorno que as suas atuais atividades possam estar tendo, tanto no âmbito dos seus sindicatos filiados, através das atividades voltadas para dirigentes sindicais e formadores sindicais, como das atividades de escolarização e de desenvolvimento sustentável e solidário.²⁰³

A matriz pedagógica ou metodológica da educação cutista assumida em documentos e na prática pela CUT está fundamentada em elementos da educação popular, os quais por sua vez têm sua origem nas concepções teóricas de Paulo Freire, Vigotsky, Makarenko, e, por conseguinte, Marx. A política pedagógica desenvolvida atualmente pela escola, e toda a elaboração do processo educativo, ainda mantêm, no discurso, esses elementos:

Pedagogicamente a escola bebeu no que foi desenvolvido fundamentalmente pelas experiências do movimento popular, a partir de Paulo Freire. Com essa experiência fomos tendo contato com Vigotsky e outros, e então a escola foi desenvolvendo o que eu chamaria uma espécie de pedagogia, de uma metodologia de formação. (...) Essa matriz dos movimentos populares é a base para toda a elaboração metodológica no Projeto Terra Solidária, no Recomeçar, nos projetos de escolarização, e são a base, por exemplo, no trabalho que nós fazemos na formação sindical (Formador Paulo).

Não obstante, como pode ser apreendido em uma das falas anteriores, muitos dos educadores que estão atuando nos projetos de educação profissional, apesar de

²⁰² Os educadores dos projetos de qualificação/formação profissional são contratados pelo prazo de um ano. A seleção destes formadores é feita mediante uma análise de curriculum, onde é exigida licenciatura. Os formadores são indicados pelos sindicatos cutistas e pelas microrregionais da região, essas indicações priorizam os que têm alguma ligação com o movimento da CUT, ou que tiveram alguma experiência em educação popular. Esse processo de seleção é coordenado pelas secretarias de formação das CUTs estaduais. Essas exigências nem sempre são cumpridas, uma vez que não é comum encontrar-se essas qualificações em todos os formadores. Uma vez selecionados, os formadores fazem um estágio inicial na Escola Sul, onde são colocados a par da metodologia de ensino utilizada nos projetos. Quando do exercício de suas atividades, na Rede Regional Sul de Formação, os formadores passam por uma capacitação periódica a cada noventa dias.

²⁰³ Fazer um acompanhamento de seus egressos era um dos primeiros objetivos da Escola Sul quando de sua fundação.

terem sido formados na Escola Sul para desempenharem estas funções, podem não estar preparados política e ideologicamente para educarem os trabalhadores, e podem estar trazendo, a partir de suas origens, certos vícios que norteiam sua prática docente numa concepção de pedagogia diferenciada da abraçada historicamente pela escola e pela CUT. Isto poderia colocar em risco uma tradição de ensino comumente chamada de libertária.

A escola se propõe a fazer educação geral, mas não quer substituir o Estado numa função que eminentemente é deste. Por outro lado, ao mesmo tempo, quer intensificar sua atuação neste setor, pois está desenvolvendo experiências que entende relevantes no âmbito da educação de adultos, e tenciona apresentar essas experiências em espaços públicos onde possa discutir e disputar políticas públicas na área da educação.

A educação estritamente sindical se mantém nos programas Formação de Dirigentes e Formação de Formadores, e em parte no Projeto Alicerce. Observa-se que o novo campo de atuação da escola voltado para qualificação profissional, cujo alvo são desempregados e trabalhadores em risco de desemprego, tomaram todo o espaço da formação na Escola Sul.

Essa perspectiva suscita novos desafios que se agregam aos já enfrentados pela escola em seus anos de funcionamento, os quais buscaremos discutir no item seguinte.

3.2 – Os formadores da Escola Sul: um olhar sobre os desafios enfrentados pela formação

Para quem viaja em direção ao sol, é sempre madrugada
(Helena Kolody, poetisa paranaense).

O trabalho de formação sindical na CUT e na Escola Sul, como todas as iniciativas educacionais, oficiais ou não, historicamente implementadas no país, enfrenta dificuldades que reportam a inúmeras variáveis.

A grande maioria dos documentos produzidos pelas instâncias de formação, no âmbito da CUT, são elaborados por formadores ou educadores dialogando com seus pares, com seu próprio espaço de atuação, com as demais instâncias desta central sindical, e por fim com a sociedade.

Os documentos da Escola Sul ao longo da década de noventa reproduzem esta mesma lógica. Os relatórios produzidos pela escola e posteriormente pelo Coletivo

Regional de Formação, utilizados como parte das fontes desta pesquisa, estão direcionados basicamente ao interior do movimento sindical cutista. São documentos elaborados por militantes educadores cujos interlocutores são os atores da formação no Sul do país e os dirigentes sindicais da CUT na região.²⁰⁴

As reflexões contidas nos documentos são fruto da experiência dos educadores sindicais da Escola Sul e da região de sua abrangência. A grande maioria destas foram colhidas em espaços majoritariamente constituídos por educadores.

Assim sendo, grande parte destas reflexões expõem o que poderíamos inferir como um quadro da educação cutista de seu interior para o exterior, contendo o que essas instâncias específicas da formação entendem como positivo ou negativo em sua atuação, ou na atuação da CUT como um todo.

Este item constitui-se em uma tentativa de dialogarmos com elementos levantados nos documentos da escola, documentos estes que serviram como suporte ao capítulo dois deste trabalho. Assim, estão expostos alguns pontos que denominamos como desafios enfrentados pela formação sindical da CUT, pela atuação da escola e de seus educadores, tanto nessa como no movimento sindical da CUT na região.

Esses desafios podem ser definidos como desafios históricos enfrentados pela prática da educação sindical, ou como desafios imediatos que refletem o momento da formação da Escola Sul e da CUT.

A Escola Sul foi instituída pela vontade política de dirigentes e formadores sindicais da CUT do Sul do país. Desde sua fundação a escola conquistou, e essa é a palavra exata, um espaço considerável no movimento sindical cutista, o qual permitiu sua consolidação como espaço educacional que reflete a capacidade organizacional dos trabalhadores brasileiros.

Esse espaço conquistado a condiciona a ser uma instância formadora de opinião dentro da CUT, tanto no ambiente da educação cutista como nas outras instâncias. Nessas condições, os educadores da escola são atores gabaritados nas questões que trataremos adiante.

²⁰⁴ Os relatórios anuais da Escola Sul, e do Coletivo Regional Sul de Formação, encontram-se arquivados no Centro de Documentação da escola. Esse Centro encontra-se ainda em fase embrionária. A escola está desenvolvendo o chamado Projeto de Documentação Sindical e da Biblioteca Temática (Sindical, Turismo e Hotelaria e Direito Alternativo) "...que em conjunto com o Projeto de Comunicação e Sistema de Informação do Observatório Social, desenvolverão as seguintes ações: - Implementar o Sistema de Informação e o Banco de Dados – Elaborar o projeto de comunicação e implantar a estratégia de difusão – Definir a linha editorial do Observatório e da Escola Sul para fazer publicações – Definir e implantar a Home-Page da Escola Sul e do Observatório Social – Organizar o acervo documental do Observatório e da Escola Sul – Implantar a Biblioteca Temática." (CUT, 1999 f, p. 23)

Os educadores, antes de empreenderem o processo educativo, necessariamente devem estar conscientes da importância de seu trabalho e do alcance da estrutura à qual estão ligados.

A CUT sempre entendeu a formação como uma de suas políticas mais estratégicas, exatamente porque a formação, ou seja, a educação, vamos dizer assim, ampliando isso um pouco mais, é um dos principais instrumentos que nós temos dentro desse processo de disputa de hegemonia, de construção de novos valores, de uma nova sociedade. Desde que a CUT nasce, logo em seqüência, estabelece a formação como uma de suas políticas estratégicas, e vem daí então a construção de escolas sindicais. Eu entendo as escolas sindicais da CUT como instrumentos fundamentais, imprescindíveis. E não estou falando necessariamente de uma escola com sede, porque em 1994, quando vim atuar na Escola Sul, nós éramos uma escola itinerante, sem sede, com apenas um escritório, e a escola então era o nosso trabalho, essa era a referência. Nós fazíamos muita formação e acabamos por nos credenciar dentro do movimento sindical, e acho que isso significa alguma coisa, porque é somente a partir do reconhecimento do trabalho dentro do movimento sindical, do instrumento que é a escola, que é possível afirmar que certas coisas fazem sentido ou não fazem. Eu me baseio muito no conhecimento, e nas referências que ele nos traz. As demandas que a Escola Sul teve, desde sua fundação, sempre foram maiores do que a nossa capacidade de execução, e é claro que isso nem sempre vem de forma organizada, a partir de uma estratégia política mais ampla conforme nós gostaríamos. A escola é o espaço que nós temos como instrumento de formação, e de estar plantando muitas vezes uma sementinha. Eu entendo que as escolas de formação, de uma maneira geral, são fundamentais para o movimento sindical, para e com conhecimento crítico principalmente. Eu penso que as escolas não podem ser um espaço adestrado, elas e a formação têm que ser um espaço crítico dentro da Central. E isso exatamente para levar as reflexões no sentido de qualificar a sua atuação, porque a formação não existe se não estiver conjugada com a ação e com a organização, só assim que a educação sindical faz sentido. E, nesse contexto as escolas para mim têm que fazer uma atuação crítica e qualificadora do debate, e assim por diante. Eu penso que é esse o papel que a Escola Sul vem cumprindo no aspecto político, e as demais escolas também (Formadora Rosa).

O formador Alexandre, complementando o depoimento da entrevistada anterior, mantém uma expectativa alta com relação ao papel da escola sindical na capacitação de quadros de dirigentes sindicais, vislumbrando a superação das condições sociais impostas pela presente conjuntura:

Eu vejo que a Escola Sul no movimento sindical tem uma importância fundamental, porque a formação é entendida como elemento estratégico, porque a formação sindical, juntamente com a organização e ação sindical, formam o tripé que dá sustentabilidade a nossa lógica sindical. A formação é estratégica porque trata-se de você estar formando, estar capacitando os dirigentes. Na conjuntura muito ampla e dinâmica que nós vivemos, um dirigente sindical despreparado, sem visão da conjuntura internacional e regional, dificilmente vai ter uma ação sindical conseqüente. As suas ações seriam meramente ativistas, ou o que nós chamamos de apaga-incêndio, ficar correndo atrás do prejuízo. A formação é estratégica porque procura romper com esta visão, trabalhar o dirigente sindical e

o capacitar numa visão mais ampla. Além da importância da formação nós temos o papel da Escola Sul que é de estar alimentando o movimento sindical na perspectiva que eu falei. A nossa escola sindical não existe para gerar demandas formativas para o movimento sindical, é exatamente o contrário: ela trabalha com essas demandas, com as necessidades que o movimento apresenta, quer dizer, com os temas novos que a conjuntura apresenta. Tudo o que vem de novos elementos para o movimento sindical, é com isso que a escola tem de estar trabalhando, capacitando os dirigentes, daí a importância da Escola Sul e das outras seis escolas de formação da CUT. Aqui em nossa região a Escola Sul tem uma importância estratégica para o nosso movimento. Está localizada em uma posição geográfica central, bem no meio dos três estados do Sul, onde existe toda uma relação de proximidade com o Mercosul. (...) Outro ponto que considero importante na atuação da escola é aquela questão de estar multiplicando formadores, quer dizer, capacita dirigentes para serem formadores, e a partir daí dar qualidade para a ação sindical. Trabalhamos na perspectiva de formar formadores, multiplicadores, na tentativa de superarmos essa sociedade que aí está (Formador Alexandre).

Na mesma perspectiva, a formadora Anita interpreta o papel da escola sindical como sendo um instrumento que favorece a construção de um trabalhador com olhar privilegiado sobre a realidade social:

Eu vejo a formação como fundamental, porque ela possibilita um engajamento, e a partir disso, as pessoas podem visualizar o mundo com outros olhos, terem uma outra concepção de mundo. A formação trabalha também a questão da auto-estima do trabalhador, porque através dela o trabalhador se descobre como um sujeito ativo que é capaz de interferir na realidade. A formação tem esse papel, de fazer com que as pessoas possam se descobrir seres humanos, capazes de transformar o mundo. E a Escola Sul efetivamente é fundamental em todo esse processo de educação (Formadora Anita).

O formador Alberto destaca o papel estratégico da Escola Sul para o movimento sindical cutista:

Do final dos anos oitenta para cá, nós vivemos uma realidade sócioeconômica mais complexa, exigindo dos dirigentes partidários, dirigentes sindicais, dos movimentos sociais, a necessidade de conhecer mais a realidade para possuírem uma atuação mais qualificada. Nesse contexto a Escola Sul teve e tem a grande importância de possibilitar aos dirigentes sindicais em particular uma formação sistemática e planejada sobre diversos temas ligados a democracia, cidadania e temas mais ligados à agenda sindical, e temas que tratam de salário e renda. A Escola Sul é de grande importância para a CUT Nacional e para o sindicalismo na medida em que muita coisa que foi gestada aqui foi implantada no âmbito nacional, como a idéia de rede de formação e os núcleos temáticos (Formador Alberto).

O depoimento que segue fornece elementos para a discussão sobre a idéia de auto-sustentação do complexo da escola, como também, do trabalho formativo em desenvolvimento:

A Escola Sul foi concebida como um centro de elaboração e capacitação (...) teríamos o papel de ser também um centro de elaboração de estudos sobre o Mercosul. A Escola Sul foi concebida como uma forma de buscar a auto-sustentação de sua formação, e esta se daria através de um empreendimento que gerasse receita para a formação a partir de uma atividade comercial. Eu diria que isso não teve êxito. O empreendimento até hoje ainda é mais sustentado pela formação do que sustenta a formação. Pode ser que ele ainda venha a fazer isso, mas não a curto prazo. Quanto ao trabalho aqui desenvolvido, posso citar, por exemplo: o setor da agricultura familiar e rural, onde a CUT sempre teve um trabalho de pouca expressão e através da nossa escola conseguimos elaborar um projeto e desenvolvê-lo, o Terra Solidária. Hoje, a agricultura familiar é o setor sindical mais organizado da Região Sul. (...) A nossa pretensão era fazer a mesma coisa com o setor da alimentação. Não tivemos sucesso ainda por inúmeros fatores e acho que o principal são as disputas entre eles. Temos a intenção de avançar em outros setores como o vestuário e o calçadista;, este último é estratégico na região e para a escola, mas também ainda não avançamos.²⁰⁵ Nosso papel enfim, é de sermos um centro de formação, de pesquisa, um centro de observação das questões regionais e estaduais, e termos uma política de elaboração com o tema Mercosul (Formador Paulo).

Complementando os depoimentos anteriores, o líder sindical Ivo situa a Escola Sul no cenário da formação idealizada pela CUT. Como pode se observar, o Ivo reitera o papel da escola dentro da Rede Nacional de Formação da CUT e as peculiaridades que fizeram desta escola uma referência:

Na concepção de rede de formação da CUT, e na forma que nós implementamos essa concepção e esse jeito de fazer formação, onde temos vários atores integrados a essa rede tais como o Enafor, o Conafor, entre outros, as escolas de formação e a Escola Sul são agentes dentro deste conjunto de outros atores. A Escola Sul faz parte de toda uma engenharia de articulação dos vários espaços da formação da CUT, e no processo de construção da PNF as escolas sindicais foram construídas numa concepção estratégica de serem espaços de formulação, multiplicação e sistematização do conjunto de nossa política de formação. (...) A Escola Sul desde seu nascimento é uma das escolas mais bem estruturadas, teve o privilégio de ter uma relação muito direta com o secretário nacional de formação da CUT na época, e depois este foi o coordenador da escola.²⁰⁶ Assim, pelos seus contatos, pela sua experiência e ousadia propiciou à escola uma visibilidade muito grande no contexto nacional e internacional. Aqui foram desenvolvidos vários programas de formação que foram destaque nacional. E penso que a experiência da escola na formação de formadores e dirigentes são referenciais muito positivos e que propiciaram debates muito importantes em nossa rede de formação. Foram experiências que valeram para as outras escolas sindicais. O envolvimento da Escola Sul na construção da rede regional de formação também é um referencial muito positivo para o conjunto da CUT. No período mais recente, as experiências da escola construindo os projetos de formação e educação integral dos trabalhadores - Terra Solidária, Recomeçar e Alicerce - se constituíram, também,

²⁰⁵ A fonte se refere à organização dos sindicatos dos ramos da Alimentação, Vestuário e Calçadista.

²⁰⁶ Jorge Lorenzetti, Secretário Nacional de Formação da CUT de 1986 a 1994, foi coordenador da Escola Sul de 1990 a 2001.

em referenciais importantes nacionalmente. A Escola Sul tem uma complexidade muito grande. É diferente das nossas outras escolas sindicais, tem um hotel, tinha uma agência de turismo, agora coordenada pela CUT Nacional, criou todo um complexo ao seu redor que ao mesmo tempo que propicia uma condição diferente de nossas outras escolas para facilitar a formação, acarreta uma complexidade em outros sentidos, que às vezes é tão problemático quanto ajuda ou beneficia. Mas enfim o papel da Escola Sul é importantíssimo (Ivo: líder sindical da CUT Nacional).

3.2.1 – O conturbado diálogo entre formadores e dirigentes sindicais cutistas

As fontes mencionam constantemente um distanciamento entre os dirigentes sindicais da CUT e os formadores, e conseqüentemente da formação sindical. Esse distanciamento observado na prática educativa dos formadores cria invariavelmente uma situação incômoda, pois o trabalho dos educadores muitas vezes, fica subordinado ao entendimento que os dirigentes sindicais possam ter da importância estratégica da formação sindical cutista, preconizada nas publicações desta central sindical.

Nos fóruns da formação sindical cutista o debate em torno das dificuldades encontradas pelos formadores em encaminhar as atividades formativas é uma constante, quase uma prática cultural, como podemos observar nos relatórios da Escola Sul, principalmente após o funcionamento da Rede Regional Sul de Formação:

Veja bem, esse distanciamento é histórico, as microrregionais sempre enfrentaram problemas imensos com os sindicatos, e não é porque os dirigentes são contra, eu até diria que os dirigentes sindicais são a favor da formação. Eu penso que há setores que não gostam muito de formação porque mexe com eles. Os nossos sindicatos hoje em dia já não são aquela democracia que nós pregamos, um sindicalismo democrático e aberto. Isso foi coisa da década de oitenta. Da década de noventa para cá, houve uma centralização de poder muito grande, inúmeros estatutos de sindicatos nossos, do ponto de vista das eleições sindicais, são piores do que as portarias que existiam durante a ditadura militar. Eu entendo que nós temos problemas e que a CUT precisa enfrentar esses problemas. A nossa formação sindical nas micro alcança um, dois ou três dirigentes de um sindicato qualquer, não alcança a diretoria toda desse sindicato, e então a formação não se consolida. Isso acontece porque esse dirigente sindical que foi fazer formação sindical chega com idéias novas no sindicato e é logo demovido delas. Mas por que isso? Porque o dirigente sindical está envolvido com um cotidiano tão triste, que se coloca numa situação de defensiva. A situação é tão desfavorável para os sindicatos que o dirigente sindical fica correndo atrás do prejuízo o dia todo, e não consegue pensar numa estratégia mais de fôlego ou a longo prazo, e que passa inclusive pela sua substituição, onde talvez ele possa galgar uma outra posição, ter um papel de destaque num outro lugar. O dirigente sindical então fica se defendendo e passa a gerir o cotidiano do sindicato, fica envolvido com o sindicato, e correndo atrás dos acontecimentos - esse é o nosso maior problema. Eu não penso que há uma proposta política ou uma visão contrária à formação,

mas, acredito que nossos programas de formação não dialogaram com esse problema ainda. Por isso, nós temos que fazer uma mexida, eu acho que nós não conseguimos conversar sobre isso, mas temos que fazer formação nas micros e nos sindicatos . Precisamos talvez ter um programa básico de formação que não é somente para um diretor de sindicato e sim para toda a diretoria, para discutirmos a vida de todos eles, a prática daquele sindicato, para questionarmos a sua forma de fazer sindicalismo. Isso implica num programa de formação muito mais abrangente para fazer formação de massa. Esse é o desafio (Formador Paulo).

As microrregionais de formação da Rede Regional Sul de Formação talvez sejam o espaço onde o cotidiano da educação sindical enfrenta as principais dificuldades operacionais. O envolvimento dos sindicatos com sua respectiva micro de formação não se dá por completo. Invariavelmente um sindicato qualquer tem que tomar a frente atuando como gestor da formação em uma determinada região. A dificuldade em conseguir público para as atividades formativas, nas micros, é notória, como se pode observar no depoimento do formador Paulo. Isso decorre, por um lado, da falta de interesse dos sindicatos em encaminhar seus diretores ou filiados para as atividades de formação, como pela disponibilidade das coordenações das micros, pois além de gerenciarem todo o processo educativo, em não havendo interesse dos sindicatos em arremeter público para as atividades, estas acabam por se desdobrar em busca de público.

Dificuldades de se encaminhar formação é algo que nós ouvimos muito aqui na Escola Sul por parte de nossos alunos. Isso é mais do que claro, é uma constante, e é relativamente histórico na CUT. A formação é daquele que cuida de formação. Muitos pensam assim: eu acho muito legal, quero mais que você vá fazer formação, contanto que não prejudique as outras atividades do sindicato. Essa é uma briga constante que nós temos dentro da Central e com o movimento sindical. Ouvimos muitas vezes que a formação é um negócio para dirigentes sindicais que não têm o que fazer. Então é óbvio que a nível local isto está muito mais estabelecido (Formadora Rosa).

As declarações da formadora Rosa revelam um descompasso entre as prioridades estabelecidas para a formação nos documentos e a prática dos diferentes sindicatos filiados.

Segundo o formador Heitor, ultimamente o público presente nas atividades de formação da Escola Sul passa por uma “seleção” em seus sindicatos ou micros de origem, ou seja, quando o financiamento das atividades formativas se dá através dos recursos do FAT, os critérios não são “rigorosos”. No entanto, quando os recursos provêm do movimento sindical o público é mais “selecionado”. Nesse sentido o formador Ulisses alega que são poucas as atividades da escola que ainda são financiadas pelo movimento sindical, numa proporção de 95% para 5% .

Além da falta de financiamento das atividades formativas pelo movimento sindical cutista, Ulisses destaca o conflito existente entre os dirigentes sindicais e os formadores, e a postura autoritária que permeia esta relação.²⁰⁷

Eu não sei se a formação sindical por trabalhar com o conhecimento incomoda ou incute medo. Eu acho que nós temos problemas que são também estruturais, históricos dentro do movimento sindical em relação ao papel do dirigente e o papel do formador ou educador, enfim, desta relação entre educador e dirigente. Em primeiro lugar, os sindicatos atuam de forma muito corporativista. Então, sempre que a formação os questiona do ponto de vista do corporativismo nós somos a tentação. Os sindicatos pensam em fazer formação, mas ao mesmo tempo dizem: não, ela ensina, incomoda, atrapalha, entre outras coisas. Mas essa não é a questão principal, e sim a prática sindical, onde, no discurso os sindicatos pregam que educação é prioridade, formação política é fundamental e essencial, mas na realidade não é assim. Na prática, nós não somos capazes de viabilizar o processo de formação de lideranças, de dirigentes e dos trabalhadores, esse é o segundo aspecto. O terceiro aspecto é que historicamente dentro do movimento sindical existe uma relação conflituosa entre o dirigente e o formador. Existe uma visão dicotômica que deveria ser complementar. O dirigente sindical pensa que a ele cabe o papel de definir as políticas de formação, e que aos formadores ou educadores cabe a execução e não um papel determinante na elaboração, na gestão e na definição dos objetivos. Existe um conflito entre o técnico e o político, e isso normalmente também por uma outra questão histórica do movimento sindical brasileiro, que é o autoritarismo, a falta de democracia no movimento. Muitas vezes prevalece a vontade do dirigente simplesmente porque a autoridade tem que prevalecer, e não o melhor projeto de educação, de qualificação ou uma concepção de educação. Esse conflito existe na CUT como um todo, nas confederações, federações nos sindicatos e nas escolas sindicais. Eu não diria que esse conflito está instalado somente entre os dirigentes da CUT, ele está disseminado em nossa sociedade também (Formador Ulisses).

A prática educativa acaba se tornando um exercício de convencimento do formador para com o dirigente sindical. Trabalhar com o conhecimento e com o raciocínio crítico de dirigentes sindicais e trabalhadores de base alteraria o equilíbrio do *status quo* de um poder sindical já estabelecido.

Guardadas as devidas proporções, os atores da formação sindical têm enfrentamentos semelhantes aos dos trabalhadores da educação formal. As políticas

²⁰⁷ Ainda segundo Ulisses, levando-se em consideração os conflitos existentes entre estes dois atores, e os limites enfrentados atualmente pela formação voltada para o interior do movimento sindical, a CUT tem tomado iniciativas no sentido de construir a figura do dirigente formador. Esse dirigente formador possuiria assim uma visão mais aprimorada das posições que permeiam este conflito. Nesse sentido, a formadora Olga argumenta que este tipo de dirigente formador tem muita dificuldade em se situar, ou seja, às vezes age como dirigentes, outras vezes como formadores, mas em geral acabam se posicionando mais como formadores. Comentando sobre os conflitos entre dirigentes sindicais e formadores, Olga reitera que os formadores que trabalham com elevação de escolaridade nos projetos de qualificação/formação profissional sob a responsabilidade da Escola Sul, muitas vezes são responsabilizados por objetivos, na opinião dos dirigentes, não cumpridos. “Temos situações nas microrregionais de formação, onde os educadores eventualmente se contrapõem a uma posição de um dirigente reagindo ao autoritarismo deste último, e serem demitidos comprometendo o encaminhamento pedagógico.”

educacionais são elaboradas pelos governos, em diferentes níveis, sem que haja uma participação decisiva dos quadros da educação formal. No movimento sindical cutista, onde teoricamente os embates deveriam ser os mais democráticos possíveis, os dirigentes sindicais elaboram as políticas, ou tomam as decisões políticas que vão nortear o encaminhamento da educação sindical, com pouca participação dos quadros da formação. Os fóruns majoritários desta central sindical dão o norte, e aos educadores cabe encaminhar-se para os caminhos traçados.

Há um problema de uma incompreensão dos dirigentes da central em relação à formação. Mesmo entre os próprios dirigentes da formação. A formação é estratégica, está nas resoluções da CUT, todas as falas mencionam isso, mas a prática do discurso não é essa. Depende muito do dirigente sindical também. Existe o enfoque de que o formador é para executar aquilo que é decidido pela direção, ou direções. A formação existe somente para a construção do conhecimento e não para a formulação de política. A CUT e suas estruturas se apropriam do conhecimento e os executam. Há na CUT uma concepção de teoria e prática em que uns teorizam e outros que praticam, isso vem inclusive da questão de que os formadores geralmente são intelectuais. Existe uma disputa histórica no nosso meio, tenta-se fazer uma inversão dos papéis. Um problema comum que se encontra nos sindicatos e nas micros é que os sindicatos às vezes não colocam a formação sindical como elemento estratégico. Pega-se por exemplo uma direção sindical recém-eleita, nem sempre tem um responsável por formação, ou se entrega para qualquer um. É claro que há sindicatos maiores onde a coisa não é bem assim. Em muitos encontros que nós da escola fazemos nas microrregionais, ou nos encontros dos coletivos de formação, essas questões são colocadas. (...) Temos a rede nacional de formação atravessada por uma tensão baseada no valor que se dá para a formação aliada a uma incompreensão do papel das escolas de formação. O Enafor realizado na cidade de Natal em 1998 decidiu que as escolas têm que ser administradas por dirigentes sindicais e não formadores. (...) E há algo mais grave, na Direção Nacional da CUT fala-se muito da formação sindical, que ninguém vai ser contra a formação sindical, mas nós temos dificuldades incríveis de colocar um documento oriundo da formação sindical dentro de uma plenária nacional ou de um congresso da CUT. De alguns anos para cá que nós estamos conseguindo fazer isso, mas, antes nem se pensava nessa possibilidade: levar um documento para o pessoal ler, saber o que estava sendo colocado e chegar a uma votação. Existe um problema eterno de dificuldade da formação com os dirigentes. O próprio Tortelli²⁰⁸ fica muito dividido, ele é um dirigente rural, mas é um dirigente da PNF. Qual o tempo que ele reserva da vida dele para uma e para outra coisa? Hoje ele sabe o que é ser um dirigente da formação no âmbito nacional, os recursos, o que é uma política de formação. As pessoas que lidam com educação sindical formam um exército. Mesmo sendo um Exército de Brancaleone, mas é um exército (Formador Heitor).

O distanciamento entre dirigentes e formadores ou a pretensa incompreensão do papel da formação sindical podem estar na origem de decisões dos

²⁰⁸ Altemir Tortelli, vice-presidente da CUT entre 1994 e 1997. Desde 1997, é Secretário Nacional de Formação.

fóruns superiores, como a mencionada por Heitor, colocando a direção das escolas sindicais exclusivamente como uma função de dirigentes sindicais. Na mesma direção a formadora Anita afirma que, o distanciamento entre ambos é amplamente visível no Sul do país, nos coletivos regionais de formação e no próprio Coletivo Regional Sul de Formação, ficando os formadores afastados das decisões políticas.

O formador Alberto atenta para o entendimento divergente que existe entre formadores e dirigentes quanto à importância da formação. Papéis que deveriam ser complementares, no “palco” dos sindicatos são encenados com diálogos destoantes.

Há um eterno dilema na CUT entre o dirigente sindical e o formador ou pesquisador. O formador pensa que sabe tudo e prescinde do dirigente, e o dirigente acha que tudo é política e não acha importante acumular conhecimentos. Não há uma justa articulação entre decisões políticas e decisões embasadas em um tema educativo. Cada vez mais um dirigente sindical tem que estar embasado em conhecimento técnico. Um médico, por exemplo, para lidar com as pessoas precisa ter cinco anos de universidade. Um dirigente sindical, que é responsável por milhares e milhares de trabalhadores, precisa estudar também. Aquela fase onde o conhecimento se dava na luta sindical acabou. Hoje as mudanças são tão rápidas e tão mais complexas, a globalização é uma delas, onde uma decisão externa afeta o Brasil em diversos setores. (...) Felizmente ou infelizmente para o dirigente sindical há uma necessidade de se ter uma preparação cada vez maior, porque ele é responsável por milhares de vidas (Formador Alberto).

Uma preocupação recorrente, na fala dos entrevistados, é a situação marginal ocupada pela formação no meio sindical, como revela o depoimento do formador Alexandre:

Muitas vezes a formação sindical acaba ficando marginalizada e a pessoa que atua nesse campo tem dificuldades de executar seu trabalho, nas micros e nos sindicatos, por exemplo. O grande problema dos dirigentes sindicais se afastarem ou serem sensíveis com a formação é pelo fato de que no movimento sindical, grande parte dos dirigentes não vêem a formação como uma ação sindical. Enxergam a formação como algo isolado que não tem conexão com a ação sindical, quando pelo contrário, a formação tem que estar casada com a ação sindical, pois senão ela não tem razão de existir. (...) Os dirigentes vêem a formação como uma ação descolada do sindicato. O dia que os dirigentes sindicais compreenderem a formação como uma ação sindical certamente estaremos dando um passo significativo para superar esse distanciamento de determinados dirigentes da CUT em relação à educação sindical. Temos dirigentes nas instâncias estaduais, regionais, e diria até nacionais, que não entendem formação como uma ação sindical (Formador Alexandre).

Seguramente o pensamento expresso nos dois últimos depoimentos reflete o entendimento de dirigentes sindicais que ainda pensam que apenas a prática sindical lhes confere as prerrogativas necessárias para continuarem empreendendo sua militância. Os

dirigentes que se formaram na luta sindical, cenário do movimento cutista nos anos oitenta, início dos anos noventa, ao que parece estabeleceram uma cultura que a prática da formação sindical tem dificuldades em modificar. No entanto, o advento das escolas sindicais e da Rede Nacional de Formação constituem-se em iniciativas que colocam neste processo ingredientes que podem aos poucos alterar esse entendimento, como se apreende na fala de Ivo:

Às vezes fico um pouco chateado com esse debate. Até mesmo aqui na Escola Sul entramos nesse debate em um evento que não tinha nada a ver com isso. (...) Nós vemos hoje muitos dirigentes entendendo o que é a PNF, e querendo opinar sobre os rumos da PNF. (...) Não consigo entender porque essas questões são colocadas, mas acho que em alguns lugares temos esse tipo de problema, até mesmo aqui na Escola Sul. Mas a tendência é nos superarmos. Acho que está se criando um espaço de diálogo, um espaço de debate e acho que cada vez mais fica claro o papel de cada um na PNF. E, na minha avaliação a Escola Sul e as nossas escolas cada vez menos têm um papel de gestão da política de negociação externa e da política de condução. A condução quem deve dar são as instâncias das direções das CUTs, das confederações, e os coletivos de formação. A Escola Sul tem que ser ainda mais, um espaço de aprofundamento, de teorização, sistematização e formulação da política pedagógica da CUT. Temos que avançar mais, nos qualificarmos mais, e as equipes de formadores nos vários espaços têm que estar cada vez mais preparadas para isso; e a gestão política está muito mais nas mãos dos dirigentes sindicais, que também precisam estar mais preparados para isso (Ivo: líder sindical da CUT Nacional).

Um dado preocupante é levantado pelo formador Ulisses ao afirmar que tradicionalmente os encontros decisórios referentes à formação eram realizados com a participação equitativa de dirigentes e formadores, e que o Enafor 2001 quebrou essa tradição revelando, uma fragilidade na participação dos formadores.

Desde 1987 o público do Enafor é composto por um equilíbrio entre educadores e dirigentes. Não existe nada de estatutário sobre isso, nenhuma definição formal, mas uma questão cultural estabelecida, uma tradição. No Enafor realizado em 2001, houve uma inversão: a maioria dos participantes deste encontro foram de dirigentes sindicais e uma minoria de educadores. Se anteriormente era meio a meio a proporção de participação, neste encontro foi, digamos, de noventa para dez (Formador Ulisses).

Esta é uma questão em suspenso na CUT, configurando-se como mais um enfrentamento à espera dos atores da formação.

Por ser a CUT uma central sindical que se coloca como legítima interlocutora dos trabalhadores na sociedade brasileira e sendo a formação sindical um dos elementos de que esta central sindical dispõe para, ao menos, amenizar os efeitos da exploração sofrida pelos trabalhadores a ela filiados, a CUT e seu movimento não podem

incorrer no descuido de reproduzir internamente uma cultura que a sua própria existência veio para modificar.

Nesse sentido, seria correto afirmar que a formação atua como um elemento de autocrítica dentro do movimento sindical cutista. Somente assim ela funcionaria como uma educação libertadora. Sem a autocrítica a formação não existiria, e limitar-se-ia a uma instância reprodutora das resoluções aprovadas nos fóruns de decisões majoritários da CUT, como o Concut e a Plenária Nacional.

3.2.2 – A prática formativa e a busca do conhecimento crítico: dogmatização ou suporte teórico?

A CUT é essencialmente um movimento político, a bordo de uma estrutura, que representa uma parcela dos trabalhadores brasileiros. A sua atuação é pautada por decisões políticas que a permeiam interna e externamente. Essas decisões podem historicamente ter criado no conjunto de sua militância alguns dogmas que estariam inseridos em sua prática sindical, e muito provavelmente, teriam alcançado o espaço de sua educação sindical.

Trabalhando o aprimoramento da consciência política dos trabalhadores e supondo que a formação sindical tenha sido contaminada por esses dogmas, os formadores da Escola Sul foram questionados sobre se a sua ação pedagógica seria ou não dogmatizada.

Os entrevistados foram unânimes em negar qualquer dogmatização na prática formativa. Nesse sentido apresenta-se a resposta do formador Paulo:

Não, isso não. Posso assegurar para você que não, pelo menos nos cursos que eu participo. A metodologia não possibilita que isso aconteça. Na sala de aula nós produzimos um processo de reflexão que faz com que isso não aconteça. Os alunos não têm como ser dogmatizados. Agora, é evidente que nós levamos para a sala de aula as resoluções da CUT. E nós não as levamos como dogmas, levamos como questões a serem problematizadas, porque nós queremos um choque com a realidade, da experiência do indivíduo com o que a CUT tem formulado, e hoje em dia eu diria que acontece até o contrário. Há uma ausência tão grande de formulação ou de renovação nas formulações da CUT, que faz com que nós tenhamos dificuldades, pois nós vamos falar e não sabemos exatamente o que falamos. Há algum tempo eu falava o seguinte: a CUT defende a Convenção 87 da Organização Internacional do trabalho (OIT), a liberdade sindical, entre outras

coisas, mas na prática a CUT defende isso? Na prática tem feito alguma coisa em relação a isso? Eu acho que não. Temos setores que sim e setores que não. Eu diria que hoje a maioria dos sindicalistas da CUT não tem a mesma convicção que tínhamos na década de oitenta sobre a liberdade sindical. Um outro exemplo é o combate ao imposto sindical. Nós entrávamos em sala de aula e dizíamos: olha, a proposta da CUT é acabar com o imposto sindical e blá, blá, blá. Hoje eu entro em sala de aula aqui na Escola Sul e digo: olha, uma das resoluções da CUT é acabar o imposto sindical. Os dirigentes nossos alunos me olham e falam: mas como? Ninguém faz isso. Mas, na CUT nós temos sindicatos que são contra o imposto sindical. E temos hoje em dia também um contingente de dirigentes que dizem que é melhor ficarmos com o imposto sindical do que pegarmos as verbas do FAT. Então, nós temos um vazio tamanho do ponto de vista de elaborações, que até mesmo se nós quiséssemos ser dogmáticos e somente reproduzirmos o discurso da CUT ficaria difícil, porque existe uma ausência de deliberações. É por isso que a formação sindical tem que ser questionadora, tem que possibilitar que haja uma reflexão sobre o porquê de nós estarmos fazendo isso, ou aquilo. A CUT nasceu criticando o antigo CGT, dizendo que em sua época ele não rompeu com a estrutura sindical, e quem conhece a história do sindicalismo brasileiro de 1945 a 1964, com o CGT e todos os problemas que ele teve, este fez enfrentamentos significativos. E a CUT? Nós rompemos com a estrutura sindical? Eu acho que atualmente nós temos um processo de rompimento em alguns setores, temos mudanças, mas não são qualitativamente superiores. Eu acho que nós continuamos tendo um sindicalismo sem organização de base, um sindicalismo de barriga, ou seja, temos muitos sindicatos, pouca cabeça e pouco pé. Somos um ser humano com pernas de barro, cabeça fraca e muita barriga. O sindicalismo está precisando fazer uma lipoaspiração (Formador Paulo).

Na mesma direção, Heitor nega veementemente qualquer possibilidade de uma ação pedagógica opressora na formação cutista empreendida pela Escola Sul:

Não, isso não acontece não. A formação tem uma dialética própria. (...) Não dá para pensarmos que tem um grupo de dirigentes dentro da central e que a formação vá refletir as idéias desse grupo de dirigentes, inclusive porque os dirigentes não têm muitas idéias. E existem as resoluções, então essa relação é muito mais complexa, não somente na Escola Sul, mas nas outras escolas sindicais também. Eu já tive dificuldades para trabalhar em alguns locais no movimento da CUT. Mas hoje eu acho que a crise é tão profunda na central sindical, que não tem mais ninguém atrás de você para policiar. Não se encontra mais entre os formadores quem é ligado a esta ou àquela corrente política. Se tiver é uma exceção, não tem mais propósito. Nós trabalhamos fazendo formação na Escola Sul e na CUT na prática do conhecimento, trabalhamos as práticas dos educandos, e as questões críticas afloram. Agora, eu já convivi, em outros tempos, e em outros lugares, com formadores que faziam formação interpretando as resoluções da CUT sob o ponto de vista de uma tendência política. As resoluções da CUT são muito amplas. Tínhamos uma resolução, não sei se mudou, que propunha disputa de hegemonia e resistência propositiva. Ela te abre um leque para jogar o pensamento de Gramsci todinho lá dentro, fazermos o que quisermos. As resoluções da CUT refletem um conhecimento que é acumulado pela prática social coletiva, e em nossos congressos isto se manifesta, independentemente de quem as escreveu, ou que disputas ou polêmicas que elas contenham. (...) Nós trabalhamos com a experiência, a cultura, o conhecimento e a prática que são desenvolvidos pelas pessoas. Você pode ver, a disputa por hegemonia está por

todos os lados: é o que a CUT se propõe, mas a realidade é bem dura (Formador Heitor).

A educação sindical da Escola Sul e da CUT constitui um espaço de reflexão. Embora esta central sindical tenha suas resoluções de congressos e plenárias que norteiam a sua prática sindical, no âmbito da formação sindical estas servem como referências no processo de produção do conhecimento.

As resoluções são o produto das discussões políticas dos fóruns majoritários da central. Nesses fóruns acontecem clássicos enfrentamentos entre as diversas correntes políticas que atuam internamente na CUT. Conseqüentemente as resoluções aprovadas refletem os posicionamentos dessas correntes políticas. A formação sindical da CUT é tradicionalmente um ambiente onde os enfrentamentos entre as correntes políticas não ocorrem, ou se ocorrem, não estabelecem um fator decisivo que possa inviabilizar o trabalho educativo. O trabalho pode ser inviabilizado, como pôde ser observado anteriormente, por conta da ação dos dirigentes sindicais, e ai sim, a disputa das tendências políticas internas caracteriza-se como um dos fatores que podem ser determinantes do fracasso ou do sucesso desse trabalho.

Eu diria que esta é uma questão presente em nossa educação, e nós temos tentado manter na Escola Sul, e com muita eficiência, a idéia da pluralidade. É nosso objetivo não transformar a escola numa escola de qualquer uma das correntes políticas existentes dentro da CUT. Embora se saiba que a CUT tem uma direção majoritária e que portanto sua política reflete essa questão majoritária. Mas, o princípio pedagógico da Escola Sul é trabalhar as questões da forma mais aberta e plural possível. Nós não temos nenhum receio de fazermos nenhuma discussão, e às vezes entrarmos em confronto, inclusive com algumas posições existentes entre os dirigentes sindicais, do ponto de vista do que é um trabalho de educação. Não entramos na atividade concreta dos dirigentes depois que eles saem dos nossos cursos de formação, quando eles retornam à suas entidades. Esta é uma responsabilidade que foge do nosso controle. Um dos elementos positivos na aceitação da escola foi exatamente termos mantido essa questão da pluralidade de idéias e a diversidade de opiniões. Claro, não poderia ser diferente, como nós somos uma escola orgânica da CUT, nós temos que colocar com clareza quais são as definições estratégicas e as políticas que a Central assume. Isso não significa que nós simplesmente adotemos tudo no sentido dogmático, mas podemos e fazemos às vezes a crítica às resoluções que são colocadas para o nosso movimento. Fazemos isso no sentido de questionar e de mostrar que existem problemas. Essa tem sido uma das marcas da escola (Formador Ulisses).

A construção de uma reflexão crítica não pode estar atrelada a posicionamentos incontestáveis ou indiscutíveis, baseados em resoluções ou no entendimento desta ou daquela corrente política. É extremamente salutar o posicionamento dos educadores da Escola Sul, e este é um pensamento encontrado de uma maneira geral na

formação sindical da CUT, embora existam exceções. A pluralidade, mencionada como um dos referenciais da educação sindical da escola, demonstra que a educação institucionalizada, oficial ou não, é um espaço onde as “verdades acabadas”, embora possam ser impostas, não são assimiladas em sua totalidade por seus profissionais.

A Escola Sul e seus formadores, eu os vejo como assessores do movimento sindical da CUT, e em última análise quem dá a linha política é a central sindical. É a direção política da CUT quem dá o direcionamento e que define o que as escolas vão fazer ou atuar. A nossa escola trabalha com demandas que vêm do movimento sindical, e o que surge de elementos novos na ação sindical são objetos de discussão da direção política da CUT com os formadores da escola. É a partir daí que a escola faz a sua construção, porque em última instância, o pensamento da CUT e os princípios ideológicos que são os seus fundamentos, isto tem que ser trabalhado sim, nos conteúdos dos programas de formação. E isso para mim não significa dogmatização. Eu acho que é uma fidelidade à filosofia sobre a qual a CUT se apoiou. Eu acho que a formação que nós fazemos, a de dirigentes sindicais, ou os programas de escolarização, aqui na Escola Sul, ou nas outras escolas sindicais, têm que manter isso, porque senão nós vamos formar para quê? Formando por formar, ou para certificar? Isso não vai refletir mudanças na concepção de sociedade das pessoas que passam por aqui? (...) Toda a nossa formulação tem que levar em conta princípios ideológicos, isso é o fundamental (Formador Alexandre).

O pensamento acima se refere à manutenção da linha de atuação política da CUT, norteando a atuação dos formadores e das escolas sindicais. A questão ideológica é um dos elementos determinantes no processo educativo cutista, ainda que em determinadas atividades de formação se torne difícil para a Escola Sul supervisionar esse posicionamento por parte de seus educadores, como no caso dos projetos de escolarização:

Nós aqui na Escola Sul não estamos dogmatizando. Nós brigamos tanto com algumas idéias dos dirigentes da CUT. É uma pena que nós não possamos demonstrar este conflito com mais propriedade. A formação não faz dogmatização. Ela procura arejar o discurso. Essa é a peleja entre a formação e a parte política. Muitos dirigentes têm um discurso de que a origem de sua militância está na formação sindical e que somente a prática política não dá conta, mas esse discurso acaba por se tornar inconsistente. Não sei se poderíamos atribuir a uma escola sindical qualquer a responsabilidade sobre as práticas de nossos dirigentes. Mesmo porque seria muita responsabilidade para a formação sindical. Nós aqui na Escola Sul temos uma educação planejada, mas a educação que o dirigente adquire na prática sindical está permeada por uma cultura muito autoritária, muito forte, e a formação sindical sofre muito com isso (Formadora Olga).

A educação sindical atua buscando construir nos dirigentes sindicais um discurso consistente, que vá ao encontro dos anseios da classe trabalhadora. As práticas autoritárias encontradas no interior do movimento sindical da CUT colocam a atuação dos

educadores em posicionamento defensivo. Embora parte dos dirigentes cutistas apresentem sua formação pessoal como oriunda das práticas educativas desta central sindical, alguns de seus posicionamentos as traem. O que pode ser apreendido das falas anteriores é que não é a formação sindical que dogmatiza, mas sofre com os efeitos das práticas autoritárias eventualmente presentes entre os dirigentes sindicais que tentam interferir na condução da educação sindical.

O processo ensino-aprendizagem tem sua dinâmica própria, e consiste em uma relação dialética entre educador e educando. As práticas educativas da formação, mais particularmente as empreendidas na Escola Sul, permitem que inúmeros caminhos possam ser trilhados, possibilitando a ambos uma troca constante, e não somente um caminho de sentido único.

3.2.3 – Formação de quadros X titulação de dirigentes sindicais profissionais

As escolas sindicais cutistas foram originalmente criadas para trabalharem na capacitação ou formação dos quadros dirigentes da CUT, ainda que, na realidade essas escolas – e a Escola Sul é um exemplo disso – apresentem uma certa defasagem entre os programas exclusivamente voltados para esse objetivo e os chamados programas de formação profissional.

A formação de quadros se apresenta talvez como o maior desafio a ser enfrentado por essas escolas e pela Escola Sul.

Como pode ser apreendido dos levantamentos estatísticos da escola, as tabelas de números 01 a 83 constantes neste trabalho, ao longo dos anos noventa, a capacitação de quadros era uma prioridade na sua atuação, ao menos até o ano de 1998.

A grande incógnita atual na educação empreendida pela Escola Sul encontra-se na manutenção ou não da prioridade em capacitar os quadros dirigentes da CUT.

A formadora Olga no depoimento que segue manifesta-se preocupada com os limites da ação formativa da Escola Sul, entendendo que a prática dos dirigentes que passaram pelos programas de formação apresenta-se notadamente distante dos princípios que a escola procura alicerçar:

A escola forma novos quadros para o movimento sindical, mas não somente para este. Eu diria que ela contribui na formação porque é muita responsabilidade para a escola dizer que forma, porque além dela o próprio movimento sindical também

forma seus quadros a partir de suas práticas. Certos valores que nós discutimos nos programas de formação, por exemplo, a solidariedade aos companheiros dos sindicatos, a pluralidade de pensamentos e idéias, o que nós da escola temos como valores, e você sabe bem, não são bem aceitos no movimento sindical cutista. As práticas de puxar o tapete e aquelas práticas todas corporativistas não passam pela educação sindical. Então, o dirigente sindical não se forma apenas na escola, mas, a Escola Sul, e as outras escolas também, participam da formação dos nossos dirigentes. A minha dúvida é qual o peso que os cursos de formação sindical têm na formação dos dirigentes. Eu não sei o que pesa mais para eles: as assembléias? as reuniões das tendências políticas? os nossos congressos? Fico em dúvida quanto à contribuição que nós damos se nós como educadores não ensinamos certas práticas. É difícil mensurar porque o que podemos chamar de dirigentes sindicais profissionais não se formaram profissionais por conta da formação aqui da escola, ou da formação sindical da CUT como um todo. Eu penso que o que faz com que os dirigentes se tornem profissionalizados, de não querer mais sair de onde estão, são a burocracia e o poder. Essa é uma questão que nós discutimos sempre aqui na escola. Não sei se a formação sindical não dá conta dessas questões ou é a forma como ela está estruturada. Talvez nós pudéssemos pensar em uma iniciativa mais consistente e articulada com os sindicatos, mesmo que apareça entre nós aquele fosso que eu penso exista às vezes entre a educação sindical e os sindicatos. Nós temos ideais formativos que permanecem em nossos alunos, em nossos dirigentes, mas, às vezes parece que é somente um ideário, pois a prática deles é muito distante do que os ensinamos. É uma prática tão anti-social, e até mesmo capitalista, que eu chego a ter dúvidas sobre aquilo que fazemos (Formadora Olga).

Por outro lado o formador Alberto destaca o valor da titulação realizada pela Escola Sul, por entender que esta assegura a “renovação teórica” dos dirigentes sindicais:

Eu acho que a Escola Sul forma novos quadros e titula ao mesmo tempo. Mas está titulando no bom sentido, renovando dirigentes sindicais com uma experiência prática muito grande, mas que não tinham uma boa renovação teórica (Formador Alberto).

O trabalho com a formação de quadros apresenta limites, pois o processo de educação ou formação dos indivíduos, sejam eles dirigentes sindicais ou não, abrange um amplo espectro de elementos, e estes interagem entre si.

Os formadores da escola condenam determinados valores encontrados nos sindicatos cutistas, cuja origem não está na educação sindical.

Em tese a educação sindical estaria buscando capacitar e ao mesmo tempo renovar os quadros dirigentes da CUT, mas o que ocorre é que muitas vezes os dirigentes acabam por se tornar profissionalizados.²⁰⁹ Segundo os formadores, a escola tem recebido dirigentes com pouco tempo de atuação, embora esta não seja a regra geral. A criação de

²⁰⁹ A questão da renovação de quadros no movimento sindical da CUT merece um estudo científico pormenorizado. Aparentemente a renovação dos quadros se dá mais nas instâncias minoritárias da CUT, e não nas instâncias superiores.

novos quadros, se utilizando para isso da atuação da formação sindical, fica a cargo da atuação das microrregionais de formação e não da Escola Sul, muito embora as atividades dos programas de formação profissional espalhadas por toda a Região Sul, e coordenadas pela escola possam resultar na captação de um ou outro novo militante que acabaria por se tornar dirigente sindical. Os trabalhos desenvolvidos na sede da escola se limitam aos quadros dirigentes da CUT em atuação.

Eu acredito que está na estratégia da Escola Sul, e é a base na qual ela foi fundada. A escola vem cumprindo a função de qualificar os nossos quadros, e isso tem resultado concreto nas microrregionais de formação, na nossa rede de formação. Os dirigentes vêm aqui com um compromisso, é claro que nem todos que vêm aqui têm um compromisso exacerbado e um desenvolvimento pessoal extraordinário. Essas questões são de foro íntimo. O fato das pessoas passarem por um bom curso de formação ou uma boa escola de formação, ou até mesmo por uma academia, não significa que elas vão ser boas naquilo que fazem. Muitas vezes as pessoas não se destacam e não têm interesse de atuar naquilo a que se propuseram. Eu penso que concretamente a CUT e a Escola Sul têm formado dirigentes, quadros, que retornando aos seus municípios e os seus sindicatos de origem, têm melhorado sensivelmente sua ação sindical. Temos problemas, e muitas questões para avançarmos e superarmos, mas temos também tranquilidade para fazer isso (Formador Alexandre).

O formador Heitor, ao mesmo tempo em que aponta as dificuldades da escola em interferir significativamente em algumas práticas já instaladas entre os dirigentes sindicais (descompromisso com a própria formação), avalia que a passagem pela escola os coloca em um patamar mais avançado no plano do conhecimento:

O pessoal que vem aqui para a escola fazer o Formação de Dirigentes, muitas vezes é um pessoal jovem, e temos também aqueles que podemos chamar de dirigentes profissionais, que estão ali em seus sindicatos meio acomodados, com uma outra cultura, outra maneira de ver as coisas. Eu acho que a Escola Sul contribui para formar dirigentes políticos, mas tem seu limite. Diante do vasto mundo da mídia, por exemplo. Há também um outro limite, que é a cultura, a educação, a formação que ocorre dentro das direções dos nossos sindicatos. Não é porque na Escola Sul acontece isso ou aquilo que o dirigente que passou por aqui vai lá na direção do seu sindicato romper com certas práticas. Tem uma série de coisas que são colocadas para esse dirigente, a relação política, sua ligação com esta ou aquela corrente política, os laços que ele tem com os demais dirigentes, as mordomias que ele desfruta em seu sindicato, entre outras. Essas são coisas que escapam ao nosso trabalho de educação. Alguns de nossos alunos vêm para cá – nós temos discutido isso – acham tudo muito legal, muito bom, ficam muitos dias longe das obrigações, adoram as praias aqui ao redor: muita gente vem aqui com essa finalidade.(...) O que é que nós vamos fazer? Como é que nós vamos discutir politicamente com esses dirigentes? Como vamos avaliar esses alunos? Eles não fazem isso, não fazem aquilo. Quando cobramos em seus sindicatos de origem, estes sindicatos não têm interesse em formação, têm medo de formação sindical. E por falar nisso, muitos sindicatos têm medo dos dirigentes que passam por aqui,

quando estes retornam, pois estão já num patamar mais avançado (Formador Heitor).

Ainda que os quadros da CUT na Região Sul passem pela Escola Sul em busca de capacitação, como não poderia deixar de ser, não há garantias de que sua prática sindical seja aprimorada. Soma-se a isso a falta de condições da Escola Sul de fazer um acompanhamento de seus egressos.

A falta de compromisso com a sua auto-capacitação de um ou outro dirigente sindical da CUT pode comprometer, já na origem, os objetivos finais de sua estada como educando da Escola Sul, como podemos apreender nas falas anteriores. Há que se considerar a preocupação levantada por Heitor quanto à localização estratégica da sede da escola, em uma cidade litorânea, que poderia exercer mais atração nos dirigentes descompromissados do que propriamente os conteúdos da educação sindical.

Eu tenho convicção que nós estamos qualificando dirigentes sindicais, quadros. Não posso afirmar, e também não quero afirmar, em que grau e em que quantidade. Isso é muito relativo, porque nós não temos, infelizmente, um sistema de acompanhamento e de avaliação, da atuação dos dirigentes que por aqui passam. Com certeza, nos últimos dez anos de atuação de nossa escola, nós trabalhamos muito mais na linha de fortalecimento de quadros políticos do que de qualificação profissional. Embora nos dois últimos anos²¹⁰ não há como negar essa nova dimensão que a escola vem assumindo. Obviamente sem abdicar da sua postura anterior. O que tem acontecido é que houve uma diminuição da intensidade do trabalho feito naquela linha anterior, da formação de quadros, da formação política, da formação ideológica, em função de atividades um pouco mais amplas e abrangentes (Formador Ulisses).

O depoimento de Ulisses revela o arrefecimento da proposta de formação política, que cedeu espaço para os programas de qualificação/formação profissional na Escola Sul.

3.2.4 – Formação sindical X qualificação/formação profissional: duas vertentes educacionais disputando espaços na Escola Sul

Está estatisticamente comprovado²¹¹ que as atividades exclusivas para capacitação dos quadros dirigentes da CUT foram colocadas em um plano inferior nas

²¹⁰ 1999-2000.

²¹¹ Conforme tabelas de número 01 a 83 inseridas neste trabalho.

atividades da Escola Sul, e esse fenômeno é compartilhado pelas demais escolas desta central sindical.²¹²

Desde 1998 foram alçados à condição de prioridade os programas de qualificação/formação profissional, como confirma o depoimento a seguir:

Eu diria que atualmente o espaço que os projetos que nós desenvolvemos sob o título de educação ou qualificação profissional tomam um espaço maior do que as atividades de formação no sentido estritamente sindical, ou de política sindical. No entanto, se analisarmos os objetivos, a estratégia, a metodologia e os resultados desses projetos, por exemplo o Terra Solidária e o Recomeçar, os que estão voltados para o ensino fundamental, vamos observar que as pessoas que deles participam saem dos cursos com uma consciência crítica infinitamente superior a quem passa pela escola pública, ou a particular. Eu penso que oitocentas horas trabalhadas em nossas atividades, em nossos projetos, produzem uma consciência crítica muito maior do que anos e anos de presença dessas pessoas na escola formal. As políticas de educação no Brasil, ou via de regra, em todos os países, são fruto do momento, ou do projeto político sob o qual a sociedade vive. No caso brasileiro, penso que, sem sombra de dúvida, a educação é acrítica e até de cooptação para que a sociedade possa respaldar o projeto que é hegemônico hoje em nossa sociedade. Então nesse sentido é primordial o papel da educação sindical da CUT, no sentido de formar de fato cidadãos críticos, para que possam ler a realidade, para que possam intervir na mudança dessas políticas. Quando nós colocamos a necessidade de o trabalhador ter uma educação cidadã, voltada para a sua cidadania (...) mas não somente voltada para esse conceito, isso seria restritivo, nós queremos dar a ele uma compreensão que vai além disso. (...) O trabalhador precisa ser um agente no processo de mudança social, e uma das formas dele poder fazer isso é tendo consciência crítica da realidade, ter conhecimento, e a qualificação necessária para intervir. Essa é a nossa proposta (Formador Ulisses).

Para o formador Alberto, a opção por qualificação/formação profissional é consciente, pois a Escola Sul e a CUT estão lançando uma nova visão sobre essa questão. No entanto, reitera a necessidade de manutenção da formação político-sindical no sentido de evitar “desvios de rota” nos destinos da Central:

Seria um erro crucial por parte da CUT deixar a formação profissional da forma como está. O simples fato de estarmos fazendo isso já constitui um fato importantíssimo. Os dados podem não estar totalmente corretos porque acompanho meio que a distância, mas penso que o governo federal destina uns cem milhões de reais para as centrais sindicais fazerem formação profissional. Nas mãos dos empresários que gerenciam o Sistema S deve estar algo em torno de dois e meio bilhões de reais. Então, estamos fazendo menos de dez por cento de

²¹² Esse fenômeno atinge também as instâncias da rede regional de formação e da rede nacional, uma vez que como já foi anteriormente mencionado, a Escola Sul faz parte de um todo, e guardadas as especificidades regionais, executam diretrizes que são nacionais. No caso da Rede Regional Sul de formação, parte das fontes consultadas, nos permitem inferir que as microrregionais não ficaram imunes a este fato, pois a execução dos programas de formação profissional se dá quase que em sua maioria em seu âmbito, e não somente na Escola Sul.

tudo isso, e o que fazemos contribui com a disputa por hegemonia, e isso é um ponto relevante. A CUT e conseqüentemente a Escola Sul introduziram uma nova visão, um outro conteúdo na formação profissional, eu acho que isso é uma contribuição fantástica. Formação profissional não é somente pensar o trabalhador como uma máquina, mas pensá-lo também como um cidadão. Devem ser incorporados a essa formação: história, negociação coletiva, integração mundial, os chamados temas transversais, meio ambiente entre outros. O que estamos fazendo é uma revolução na formação profissional. Eu penso que, em certa medida, o que estamos fazendo hoje está suplantando a formação sindical que fazíamos anteriormente, e para nós é um desafio que isto não ocorra. A formação político-sindical tradicional é decisiva para manter o projeto de uma central sindical. Caso acabem um dia os recursos que temos hoje nos financiando, pelo menos a central sindical sobrevive. Mesmo tendo muito dinheiro financiando a formação profissional, se nós tivermos uma boa política direcionando, e uma boa formação político sindical, com certeza conseguimos evitar que todo esse dinheiro mude os destinos da central. Acredito que a educação político-sindical que fazíamos anteriormente é decisiva para evitar desvios de rota (Formador Alberto).

Segundo os formadores, muito embora os chamados projetos de qualificação/formação profissional absorvam quase toda a educação sindical da Escola Sul e da CUT, os resultados colhidos são satisfatórios, e vão ao encontro da estratégia desta central sindical em atuar neste segmento educativo. A introdução de novos elementos educativos em uma educação antes voltada exclusivamente para o treinamento dos trabalhadores, a disputa pelos recursos do FAT e a inserção em uma área quase totalmente dominada pelo empresariado fizeram com que as ações educativas estivessem voltadas quase exclusivamente para essa nova estratégia.

Como já foi mencionado anteriormente, a formação político-sindical foi concentrada em alguns poucos programas específicos. As atividades voltadas para a nova estratégia aparentemente absorvem o direcionamento político dado na estratégia anterior, direcionada para o interior do movimento sindical. Isso pôde ser apreendido tanto na falas dos formadores da Escola Sul como em parte dos documentos. No entanto, pedagogicamente, segundo o formador Heitor, a educação sindical agora praticada nos atuais programas tem dificuldades em manter um eixo comum:

Temos feito várias discussões, se os projetos de educação profissional não têm tomado todo o espaço da educação cutista. Eu penso que nunca fiz formação crítica no sentido radical da palavra, como tenho feito atualmente e nos últimos anos. Agora, nós trabalhamos de uma forma diferente do que era antes, digamos quanto à questão curricular. Nós não temos mais cursos sobre como funciona a sociedade, ou o que é capitalismo e o que é socialismo. Estes temas estão articulados em outras questões do Formação de Formadores (FF) e do Formação de Dirigentes (FD). Possivelmente a outra área – e eu não atuo nela – que é essa da escolarização, creio que desenvolve alguma consciência crítica. Não sei se chega ao ponto de um questionamento mais radical das estruturas do capital, ou

de apontar outras perspectivas de sociedade. (...) Penso que essa área é mais centrada em questões mais cognitivas. No FF e no FD a abordagem que nós fazemos não é a mesma de algum tempo atrás. Até porque, as mudanças no processo de trabalho e o que isso tem de implicação no campo do pensamento, no campo epistemológico e cognitivo, influem na forma de abordagem. (...) Eu penso que atualmente uma das dificuldades que nós temos – e há dois anos atrás isso era mais fácil de fazer – é justamente estabelecer um tronco comum nos diversos programas de formação, pela quantidade do que hoje nós temos, e também por outros problemas (Formador Heitor).

Embora encarem a nova realidade educativa como promissora, os educadores têm consciência – e não poderia ser diferente – de que a manutenção da capacitação nos moldes anteriores, com formação voltada para os quadros dirigentes da CUT, deva ser mantida com a mesma intensidade, sob pena de comprometimento do projeto sindical da CUT, ou do que esta central sindical entende como seu projeto sindical.

O formador Alexandre destaca o valor social dos projetos de qualificação/formação profissional, salientando que, do seu ponto de vista, a formação política está presente na nova estratégia educativa da Escola Sul:

Eu não partilho da visão de que a CUT e a Escola Sul, e as nossas escolas sindicais de um modo geral, ao contratarem os cursos de formação profissional, tenham deixado de fazer formação política. Não partilho dessa concepção, até porque a formação profissional, na escolarização e certificação, está dando oportunidade para muitos trabalhadores de se reencontrarem na vida. Eu acho que essa é uma ação cidadã do sindicalismo da CUT, e ao desenvolvermos esses projetos temos feito formação política sim. Eu também não partilho da idéia que isso esteja tirando a função da Escola Sul ou seu papel. Até porque a proposta é bem ampla. Eu particularmente tenho a concepção de que esses projetos têm que ser trabalhados por um certo período de tempo, de forma transitória. Está na perspectiva do movimento sindical cutista trabalhar com essa experiência, construir experiências nessa área. Por aí dizem que nós estamos interferindo na educação oficial: também não compartilho desse discurso. Na verdade a CUT trabalha com uma parcela muito pequena de pessoas, e se formos analisar em termos percentuais, é uma porcentagem muito pequena diante de milhões de trabalhadores que estão sem escola no Brasil. Se olharmos mais detidamente, nós estamos trabalhando somente com a ponta de um iceberg. Trabalhando a título de experiência, já construímos muito, inclusive, não haveria mais necessidade de continuarmos com esses projetos. Podemos continuar por mais um tempo, se for para aprofundar mais em um ou outro ponto. Quero lembrar que o caráter dessas experiências é temporário, elas não podem se eternizar, até porque nós defendemos que tenhamos um governo para o povo, um governo popular. Somente um governo popular, do nosso campo político, pode investir na educação de uma forma que não tenhamos mais analfabetos, e tenhamos uma escola pública digna para todos. As centrais sindicais não podem ficar eternamente fazendo escolarização (Formador Alexandre).

As contradições internas que acompanham a opção educativa da Escola Sul e da CUT estão cristalizadas na fala do formador Alexandre. O caráter transitório das

atividades de escolarização e certificação, destacado por Alexandre, tem progressivamente assumido um caráter permanente, uma vez que toda a estrutura montada em torno desta iniciativa, tanto na Escola Sul como na CUT, indica isso.

O que poderia dar um caráter temporário às práticas educativas atuais desses sujeitos – e ao que parece a fala anterior não aponta para isso – é a incerteza da manutenção dos recursos do FAT como financiadores dessa educação.

Não obstante, o acúmulo adquirido na educação sindical empreendida desde o advento dos chamados projetos de qualificação/formação profissional incorpora às antigas práticas novos elementos pedagógicos, que não podem ser relegados à restrita discussão de fazer ou não fazer.

A formadora Olga chama a atenção para as possíveis vantagens que podem advir do papel assumido pela Escola Sul e pela CUT ao realizar a qualificação/formação profissional. Isso porque esses programas permitem que a escola sindical conheça efetivamente uma realidade semelhante à da escola formal. E, viva as contradições próprias deste espaço escolar – contradições essas, salutares para o refinamento da reflexão política:

Em nosso trabalho nós temos que dar conta de muitos conteúdos e conhecimentos que nossos educandos já deveriam ter recebido na escola pública. Muitos saberes são socialmente necessários para os trabalhadores. Nós temos muitos educandos aqui na Escola Sul, muitos dirigentes sindicais, que não possuem o ensino fundamental ou o ensino médio. A CNM e a CUT estão pensando atualmente em fazer certificação de ensino médio, porque muitos de nossos dirigentes e dos trabalhadores não o possuem. Apesar de nossos dirigentes terem muitos saberes, aprendem em sua prática sindical, História, Matemática e o Português que lhes possibilita falar e escrever, isso não lhes dá um certificado de educação básica. A sociedade brasileira de uma maneira geral é pouco ilustrada, digamos assim, porque a escola formal dá poucos conhecimentos para os nossos educandos. Agora veja bem, eu não estou dizendo isso porque a educação e a escola pública são ruins. Elas são o reflexo do que é a nossa sociedade. Digo isso porque eu sou também da escola pública, e acho que foi por dentro da escola pública que se fez a análise e a crítica dela mesma, e não por fora. Eu fico com muita indignação quando pessoas que não atuaram na escola pública externam uma visão pejorativa de que a escola é ruim, não dá consciência, isso e aquilo. Encontramos muito isso nos movimentos populares e no movimento sindical. A compreensão de qual seria o papel ideal da educação vem de dentro da escola pública, em qualquer nível, vem de suas contradições internas. A resistência que existe dentro das escolas e da educação formal forjou muitos de nossos sindicalistas. Muitos de nós não nos formamos nos cursos de formação sindical da CUT, mas nessa resistência no interior da escola regular pública (Formadora Olga).

As contradições internas da escola pública mencionadas por Olga não deixam de revelar o terreno fértil em que se constitui a educação. Ainda que existam historicamente diferentes concepções de educação introjetadas por diferentes grupos

políticos dominantes, o espaço da educação oficial quase sempre encontrou internamente resistência de setores organizados. Essa resistência denota que as concepções de educação hegemônicas em um período histórico específico podem e devem sofrer, por parte de educadores e educandos, contestação onde apresentarem distorções na construção do pleno conhecimento humano.

Embora defenda os movimentos de resistência dentro da educação formal, a fala anterior corrobora o entendimento de que a educação cutista e suas escolas sindicais atuam onde, na concepção da CUT, a escola formal falha.

A tentativa por parte das classes hegemônicas de buscarem colocar o conhecimento a serviço dos seus interesses guarda nessas iniciativas uma contradição, pois o conhecimento não possui limites, e por mais que ocorram tentativas de manipulá-lo, ele não pode ser confinado.

Marx falava que a educação e as universidades tinham uma contradição entre si. Por um lado representavam as classes dominantes, mas ao mesmo tempo tinham que universalizar o conhecimento que a sociedade havia produzido, e esse se generalizava para o conjunto da sociedade e dos trabalhadores. Marx trabalhava um aspecto positivo, uma contradição. As universidades eram um instrumento de dominação, mas permitiam que milhares de pessoas tivessem acesso à educação e ao pensamento crítico. Acho que as universidades e a escola pública atualmente têm um espaço enorme para repensar seus currículos e pensarem uma educação com competência e com preocupação social. O problema é que não vencemos ainda todas as batalhas. Ainda temos poucos investimentos e os professores não são devidamente valorizados. A educação é estratégica e sempre será estratégica. É estratégica para a cidadania e para a libertação. Vivemos hoje a sociedade do conhecimento. Então, é dentro das escolas públicas de ensino fundamental e médio, das escolas técnicas e das universidades onde se produz a maior parte do conhecimento, e o conhecimento de ponta. (...) Por que Coréia e Japão se destacam na economia mundial? Ressalvada a crise atual, é porque noventa e cinco ou noventa e seis por cento do conhecimento e da tecnologia por estes produzida são tratados como estratégicas para o futuro de seu país. (...) Os países desenvolvidos estão induzindo o Brasil, na divisão internacional do trabalho, a um papel secundário de produção de produtos primários, que não nos permitem um papel relevante na geração de tecnologia e riqueza. Infelizmente as nossas elites são muito submissas e estão aceitando esse jogo. Eu acho que o Brasil deveria fazer um investimento estratégico em educação e os sindicatos podem ajudar nisso. Uma união entre sindicatos, escola pública, centros de excelência e universidades, para pensarmos o futuro do Brasil, tendo como eixo o desenvolvimento social e a educação (Formador Alberto).

Segundo a CUT, a educação sindical é estratégica, embora, como pode ser constatado nas falas dos educadores da Escola Sul, a prática muitas vezes não condiga com o discurso. Não deixa de ser sintomático que, ao mesmo tempo que a CUT e seus educadores contestam diversas concepções da educação formal, diferentes correntes

políticas presentes no interior dessa central sindical colocam em dúvida os rumos que a educação cutista tem tomado desde fins da década de noventa.

Ao que parece, o espaço da educação sindical cutista também está sujeito a contestações semelhantes às encontradas na educação formal, tanto por parte dos educadores quanto por parte dos dirigentes sindicais:

A opção que nós fizemos é uma opção consciente (...), não penso que está equivocado nós da CUT fazermos o Integrar, o Integração, ou o Terra Solidária. O que eu acho é que está faltando um equilíbrio entre esses programas. Todo esse campo de educação do trabalhador com certificação, com toda a nossa ação de formação integrada e um programa de formação de dirigentes massificado como estamos planejando, nós retomamos o equilíbrio na rede de formação da CUT. E na minha avaliação, nós nunca fizemos tanta formação política e de massa como nós estamos fazendo nos últimos anos, nunca tivemos tanta certeza do que fazemos. Estivemos recentemente no Fórum Mundial de Educação, eu fiz parte de uma mesa de debates e o João Felício, presidente da CUT de outra. Em nossas falas deixamos muito claro como nós compreendemos toda essa intervenção da CUT nesse campo da educação, nos compreendendo como um ator na sociedade que está ajudando a construir uma transformação. (...) Nós estamos nos colocando como mais um ator político na sociedade que está formulando experiência, formulando metodologia, mas também criando consciência nos trabalhadores, e nos capacitando para intervir no campo das políticas públicas de educação, na disputa de hegemonia. Eu fico muito seguro do que estamos fazendo quando, por exemplo, sentamos com o governo municipal de Porto Alegre e apresentamos a nossa proposta metodológica, e ficamos boquiabertos porque eles não têm uma. Estão no quarto mandato do governo popular de Porto Alegre e eles não têm uma proposta metodológica como nós temos para fazer formação integrada de trabalhadores adultos. Nossa proposta articula qualificação profissional, escolarização e formação para a cidadania. É uma metodologia muito própria da CUT, e nós a construímos a partir da experiência histórica da PNF, há mais de dezoito anos (Ivo: líder sindical da CUT Nacional).

Evidentemente nos documentos oficiais da CUT, onde é apresentada a educação sindical que esta executa, os antagonismos internos não aparecem, ficando para o público externo a imagem de um todo homogêneo e uma perfeita interação da formação com as demais instâncias desta central sindical.

Em não sendo um consenso a corrente política majoritária dentro da CUT, a Articulação Sindical, banca nos congressos, plenárias e fóruns específicos da formação sindical, o direcionamento que está sendo dado.

A origem desta discordância está na forma de financiamento encontrada pela CUT para bancar os programas de formação em desenvolvimento, os recursos do FAT, e na defasagem apresentada entre os projetos de formação profissional e a formação político sindical tradicional na CUT até 1998.

O equilíbrio entre uma e outra, digamos, concepção de educação sindical, a profissional e a voltada exclusivamente para o campo sindical, é um desafio que a CUT precisa vencer, sob pena de comprometimento de sua ação sindical.

Esta é uma questão complexa, pois ao que tudo indica, o que seduz a educação sindical da Escola Sul e da CUT atualmente são os recursos do FAT, em não tendo sido alcançada a auto-sustentação da formação, e não há a mínima garantia de que o quadro da educação cutista continue como está caso cesse o acesso a esses recursos. Em isso acontecendo, todo o acúmulo em uma experiência digna de ser valorizada cairia por terra:

Eu defendo que essa formação profissional que nós fazemos na Escola Sul e na CUT é emancipatória, não somente para formar dirigentes sindicais, mas também dirigentes na sociedade, e isso vem acontecendo, evidentemente não dá para generalizar. Nós temos um ou outro problema em fazer a formação dos educadores que vão trabalhar com essas pessoas. Temos também problemas em não fazer o acompanhamento a essas lideranças. Nós temos atualmente um projeto que trabalha com um programa intercategorias e desempregados. Agora quem dá suporte e sustentação a essas pessoas? Tem muitas coisas que acontecem lá na comunidade, no bairro dos que passam pelos novos projetos, inclusive economicamente. Meu questionamento é como isso se dá. É realmente a partir dos valores que nós tentamos passar? As pessoas introjetam isso ou essas experiências de geração de trabalho e renda, ou como nós da CUT chamamos, de auto-gestionárias,, ou sei lá o quê, de cooperação, economia solidária, será que não podem ficar somente nos chavões e não vão gerar depois micro-empresas em nada diferentes de uma iniciativa capitalista? Até que ponto nós vamos transformar valores, essa é a minha grande preocupação. Mesmo assim penso que nós da escola e da CUT estamos dando um passo importante na disputa de hegemonia, visando à transformação da nossa sociedade (Formadora Rosa).

Mecanismos para aferir o alcance da educação sindical hoje executada pela Escola Sul e a CUT não foram ainda implementados, tanto para o alcance dos programas direcionados para o campo sindical como para o de qualificação profissional dos trabalhadores. Essa iniciativa envolve dificuldades técnicas ou logísticas para ser executada, visto que nem a educação oficial dispõe de meios eficientes para apurar até que ponto ela forma o cidadão.

Contudo, não sendo possível, os educadores, principal elemento na construção e implementação de uma educação feita por trabalhadores para trabalhadores, e levando-se em consideração todas as dificuldades apresentadas anteriormente, são os que evidentemente precisam acreditar que uma nova educação é possível, tanto a sindical como a oficial, contribuindo assim na luta contra-hegemônica cutista.

A única certeza que eu tenho na educação que a Escola Sul e a CUT implementam é que nós estamos disputando hegemonia política na sociedade. Isso está escrito em nossas formulações. Faz parte da estratégia a disputa por hegemonia, e essa passa pelo conhecimento como um todo, pela construção de novos valores, novas diretrizes, e a educação está nisso tudo. Ninguém entra em uma sala de aula como educador, e pensa que vai trabalhar o conteúdo de forma neutra, sem que ele esteja carregado de valores. Então, é evidente que quando nós vamos trabalhar qualquer tema em sala de aula, e basta olhar para os temas selecionados, eles já são uma demonstração da construção de uma nova hegemonia. Nós trabalhamos temas que normalmente não são tratados na escola formal, e mesmo aqueles conhecimentos, aqueles saberes que estão na escola regular nós buscamos dar uma nova leitura para todos. Esse é o cerne do nosso trabalho em uma escola sindical, que é de fato ressignificar o conhecimento, os valores, construir uma outra hegemonia. Se isso não for feito então está muito ruim. Nós construímos a nova hegemonia com outros conteúdos, abordando temas que são maltratados na escola regular, valorizando mais determinados saberes e conhecimentos. Nós buscamos uma prática metodológica que olhe para o ser humano de maneira diferente do olhar da escola formal, não pela prática de seus professores, mas pela concepção que vigora na escola oficial, digamos assim. Então esse é o exercício do meu grupo aqui na Escola Sul, que é de fato ficarmos o tempo todo atentos para que os conteúdos sejam tratados de forma a construir uma nova hegemonia, e isso inclui toda a prática pedagógica. É um exercício prático, não é um exercício teórico apenas. Essa construção de uma nova hegemonia passa pelos educandos que são atingidos por nossa educação, através dos projetos de educação profissional, mas, passa também pelos educadores desses projetos, por suas práticas, e isso é muito importante. A maioria dos nossos educadores, especialmente os da elevação de escolaridade, são professores da rede oficial; ou são ou foram, não temos aqui novatos em educação. São pessoas que conhecem escola e educação, e eles acabam construindo uma nova postura didática, isso nós percebemos porque temos essa percepção. (...) Gramsci diria que basta a vontade, e nós estamos vendo que não, temos a vontade e as condições, e aí que está a disputa aberta por hegemonia. Evidentemente se nós compararmos a correlação de forças, o campo educativo do capital vai além da escola formal, hoje ela é minoritária no campo formativo do capital. Os instrumentos de formação à disposição do capital vão muito além da escola oficial. (...) Pensando assim parece que o que estamos fazendo é muito pequeno. Pode até ser, caso olhemos do ponto de vista quantitativo parece que não disputamos hegemonia, pois atingimos tão poucas pessoas diante do universo de trabalhadores sem escolaridade, dos líderes sindicais e dos formadores de opinião, mas estamos fazendo algo que, embora pequeno, é uma experiência que está dizendo que as coisas não precisam ser como são (Formadora Olga).

Tanto a formadora Olga, no depoimento anterior, como a formadora Rosa, no depoimento que segue concordam que a estratégia político-pedagógica adotada pela Escola Sul e pela CUT possibilita uma ressignificação de valores em busca da construção de uma nova hegemonia: a hegemonia dos trabalhadores:

Eu penso que nós fazemos formação política dentro da formação profissional, mas eu penso que é muito mais do que isso. Agora sobre o que a CUT e a Escola Sul vêm fazendo, ou o que devem fazer, penso que nós devemos construir uma escola pública que faça tudo isso o que nós estamos fazendo. Essa deve ser a nossa

contribuição maior, além de continuar fazendo formação política dentro desse ou daquele curso. Eu não defendo que a CUT tenha de parar de utilizar os recursos do FAT, porque na verdade esses recursos são recursos nossos também. Então, nós temos que continuar fazendo isso, afinal de contas nós queremos transformar a sociedade e acredito que nós temos algo a contribuir. Agora, mais do que isso, nós temos que entrar e discutir nos espaços públicos, com o poder público. Nós temos que pegar todo o nosso acúmulo com a educação que nós estamos fazendo, e que ele não fique somente no ar, nas nuvens, na palavra dita, mas na escrita. Precisamos sistematizar nossas experiências e irmos para dentro dos espaços públicos e discutir, disputar espaço, não enquanto executores, mas enquanto propositores. Nós somos parte da sociedade e temos que fazer valer isso, nós os trabalhadores, e isso tem que estar articulado com outros movimentos sociais e assim por diante (Formadora Rosa).

O que todas as reflexões anteriores nos permitem observar, em suma, é que independentemente de se fazer a formação sindical voltada para o interior do movimento sindical, ou fazer formação profissional numa ênfase própria, o que a Escola Sul e a CUT estão fazendo é educação sindical.

Historicamente os trabalhadores, aqui mais particularmente os brasileiros, levaram a cabo inúmeras experiências educacionais não oficiais, que via de regra passaram ao largo da educação oficial sem que houvesse interação entre ambos.

Nas palavras de Manfredi, essa educação, “...sempre foi concebida como uma educação de segunda categoria, destituída de conteúdo e fundamentação teórica (porque lida com conhecimento popular; não obedece à risca as formas convencionais de estruturação dos conteúdos programáticos oriundos dos manuais acadêmicos ou das formulações dos autores clássicos”. Assim, incluindo aí uma série de outros fatores que tem como fundamentação a “desinformação a respeito dessas experiências ou que resultam de óticas político-ideológicas diferentes, no que diz respeito a concepções e posturas educacionais.” (MANFREDI, 1994, p. 211)

Um olhar mais detido sobre as experiências em curso na Escola Sul e na CUT, nos permite inferir que o distanciamento antes observado entre educação oficial e educação sindical está, por iniciativa desta última, cada vez menor.

A CUT tem apresentado suas formulações educacionais em espaços públicos, procurando dialogar com as iniciativas pedagógicas oficiais. Em alguns espaços municipais da Região Sul cujos governos são do campo democrático popular, segundo os formadores da Escola Sul, as experiências de educação de adultos da escola estão sendo implementadas.

Neste capítulo procurou-se dialogar com o que se considera serem os principais desafios da formação empreendida pela Escola Sul e conseqüentemente pela CUT, sob a ótica dos seus formadores. Para isso, levaram-se em consideração algumas formulações que aparecem nos documentos da escola, ao longo da década de noventa.

O espaço da formação cutista é constituído basicamente por educadores que podem ser considerados como idealistas. Ainda que haja no âmbito da educação cutista posições divergentes entre os educadores, e entre os educadores e os dirigentes sindicais da CUT, a educação sindical é um espaço legítimo. E como espaço legítimo deve ser levado ao conhecimento de toda a sociedade, mesmo que sob o prisma cutista de disputa de hegemonia. Esta é mais uma bandeira histórica dos trabalhadores, e como tal deve ser empunhada dignamente por aqueles que se dizem seus representantes.

CONCLUSÃO

A pesquisa histórica envolve inúmeras variáveis no âmbito metodológico, particularmente quando o historiador aborda um objeto do momento presente. Dessa forma a dinâmica própria desse objeto impõe ao pesquisador uma atuação criteriosa.

O estudo ora desenvolvido coloca em evidência os percalços da formação cutista, com destaque para os da formação empreendida pela Escola Sul, a partir da análise das atividades de formação e das concepções teóricas que sedimentam tal proposta.

A Escola Sul nasceu e ainda caminha num período de grandes transformações históricas, caracterizado pela crise dos movimentos de esquerda no Brasil e no mundo com a ruptura do sistema socialista europeu, no final do século XX, pela implantação do paradigma neoliberal, tendo a globalização e as transformações no mundo do trabalho como uma de suas maiores expressões.

Neste contexto, em seu pequeno, porém marcante período de existência, a Escola Sul experimentou uma constante busca de definição de diretrizes político-pedagógicas como uma das instâncias executoras da Política Nacional de Formação da CUT.

Somada a isso, é cultural e documentalmente comprovada, ao longo de seus doze anos de existência, a constante busca da Escola Sul pelo pleno reconhecimento no interior do movimento sindical cutista, como também o são as dificuldades enfrentadas pela instituição para se manter financeiramente.

Os desafios enfrentados pela escola estão intimamente ligados ao entendimento divergente dentro da CUT e do movimento cutista do Sul do país, a respeito da importância da formação, como pôde ser comprovado nos depoimentos dos seus formadores.

Entre estes desafios encontra-se o agravante do diálogo conturbado, tradicionalmente existente dentro da CUT, entre os formadores (intelectuais sindicais orgânicos) e os dirigentes sindicais. Esse quase permanente distanciamento gera uma crise entre esses dois sujeitos, denunciando uma dificuldade política de encaminhar metas, que deveriam ser comuns. A questão da educação sindical deve estar alicerçada em um entendimento político e ideológico do alcance das propostas formuladas junto às bases sindicais e aos trabalhadores em geral, não podendo ser reduzida a posturas belicosas encenadas em um palco de vaidades, de ambos os lados. Estes agentes não podem reproduzir internamente as relações autoritárias de dominação encontradas na sociedade burguesa, colocando-se na condição degradante de dirigentes e dirigidos.

A Escola Sul tem sua história marcada por duas fases distintas, no que se refere ao aspecto pedagógico, que são: num primeiro momento, a formação de dirigentes sindicais cutistas e formadores voltada para o âmbito do movimento sindical da CUT e, num segundo momento, a ampliação desta educação para os chamados projetos de qualificação/formação profissional. Como parte integrante do organismo da CUT, a escola segue as diretrizes determinadas nacionalmente para a formação. Dessa forma sua política pedagógica constituiu-se num reflexo da PNF.

A atual política pedagógica da CUT está intimamente ligada às mencionadas transformações ocorridas no mundo do trabalho, a partir das quais a qualificação dos trabalhadores tornou-se o discurso recorrente. As classes patronais brasileiras há tempo têm dominado o conjunto da educação profissional dos trabalhadores. O movimento sindical cutista, temeroso de não dar ouvidos a essa visível e gritante necessidade da classe trabalhadora, decidiu interferir e propor projetos próprios voltados para essa modalidade de educação. Ao assumir essa nova tarefa em suas atividades de formação, a CUT passou a enfrentar algumas dificuldades. Estas dificuldades revelam-se, por exemplo, na estrutura montada para a formação voltada ao interior do movimento sindical, que se mostrou insuficiente para dar conta da nova e desafiadora empreitada.

Simultaneamente observa-se uma “crise de consciência” dos formadores e dirigentes sindicais cutistas, que não obstante identificarem a necessidade do redirecionamento e redefinição às suas ações formativas no ano de 1998, parecem

questionar eticamente o encaminhamento das novas ações, particularmente nos aspectos referentes ao seu financiamento. Ocorre que, por não ter estrutura suficiente para assumir tais ações, a CUT passou a absorver recursos públicos em praticamente todas as atividades formativas desenvolvidas desde 1998.

A nova opção educativa da formação cutista expandiu-se sobremaneira, crescendo assim desordenadamente e dificultando a unidade político-pedagógica e a dinâmica coletiva do trabalho formativo.

A Escola Sul e a CUT, com a nova dinâmica da formação, necessitam capacitar efetivamente os educadores que trabalham com os projetos de qualificação/formação profissional, pois grande parte destes não têm uma íntima ligação com seu movimento sindical e freqüentemente não possuem uma afinidade com os princípios político-ideológicos da Central.

A nova opção da formação da Escola Sul e da CUT não é um consenso, no interior da Central. Em não havendo um consenso torna-se difícil para essa organização sindical afirmar que a formação do trabalhador é de fato uma prioridade materializada em suas ações. Internamente diversos setores da CUT pregam o retorno da antiga dinâmica da formação, evidenciando dessa forma que não há uma definição clara sobre as prioridades da PNF.

Há que se refletir sobre as vantagens do ponto de vista do crescimento pessoal e melhoria das condições de vida dos trabalhadores, favorecidos pelo novo direcionamento da formação, da Escola Sul e da CUT. Educação é educação, não importando, se esta é feita para dentro ou para fora do movimento sindical. A educação é um instrumento de libertação, dessa forma ela deve chegar até ao trabalhador onde quer que ele esteja. É bom e desejável que em recônditos lugares do país a educação chegue através de organizações de trabalhadores.

Não obstante, não se pode negar que o quase-abandono a que foram relegados pela CUT e pela Escola Sul os seus projetos anteriores de formação de dirigentes sindicais, que objetivavam oferecer uma sólida formação política aos quadros integrantes do movimento sindical, evidencia uma fragilidade nas concepções teórico-políticas dessa central sindical.

Talvez se aplique aqui a “teoria da curvatura da vara” descrita por Demerval Saviani.²¹³ Sugere o autor uma analogia que conduz à reflexão sobre questões de educação:

²¹³ Segundo Saviani, essa teoria foi enunciada por Lênin, “...ao ser criticado por assumir posições extremistas e radicais, Lênin responde o seguinte: ‘quando a vara está torta, ela fica curva de um lado e se você quiser

quando uma vara está curvada para um lado, apresentando-se torta, seu endireitamento somente poderá ser obtido se for envergada com determinação para o lado oposto: ao soltá-la a vara terá encontrado seu ponto de equilíbrio.

Remetendo essa reflexão para as atividades de formação desenvolvidas pela Escola Sul e pela CUT, talvez se possa interpretar esse momento atual como uma envergadura “da vara” para o caminho oposto ao que esteve até então sendo implementado. É possível que o resultado dessa medida, que atualmente se apresenta com um flagrante desequilíbrio, possa definir o encontro do “caminho do meio” (como buscam os seguidores do budismo), ou de um ponto de equilíbrio que poderá conduzir a CUT a um estado de fortalecimento político de suas propostas no campo da formação.

Contudo, esse pretense equilíbrio não surgirá como fruto do acaso, como não é fruto do acaso a história construída pela humanidade. Tal condição somente poderá advir de profundas e responsáveis reflexões políticas, em todas as instâncias cutistas, suscitadas pela crise atual da formação.

Há que se buscar além das atividades formativas ora priorizadas a retomada e o fortalecimento da educação voltada para o âmbito do movimento sindical, como foi o propósito da Escola Sul até recentemente. A definição clara dessas propostas colocaria a CUT como condutora efetiva de sua PNF.

A utilização de recursos oficiais na formação não se caracteriza necessariamente como um problema, caso se atente para alguns princípios. Um destes é que os recursos são válidos desde que sejam utilizados para viabilizar ações educativas planejadas pela CUT e a Escola Sul, em sintonia com as concepções político-pedagógicas de ambas, levando-se sempre em consideração a dimensão ideológica. Outro é que a existência (ou disponibilização) de recursos, quaisquer que forem, não pode direcionar as ações educativas da CUT. O norte deve ser dado pela Central. Essas ações devem ser resultado de profundas discussões das instâncias decisórias, tanto as majoritárias como as da formação, sobre a sociedade, a educação e o papel desta nesse contexto, sem jamais advir de “conveniências” de ordem econômica. Os meios não podem se sobrepor aos fins. A finalidade do movimento sindical é interferir nas condições sociais dos trabalhadores, buscando a sua superação como classe subalterna. Tudo o que levar o movimento a se desviar desta rota deve ser abolido de suas organizações de classe. As vaidades e os interesses da estrutura não podem ter um fim em si mesmos, sob pena de se descaracterizar

endireita-la, não basta coloca-la na posição correta. É preciso curva-la para o lado oposto”. (LENIN, apud SAVIANI, 1988, p. 48-49)

todo o esforço de inúmeros teóricos que pensaram essa classe como tendo um destino revolucionário, e as próprias ações dos trabalhadores nesta direção.

Ceder a essas conveniências é tornar a CUT e a Política Nacional de Formação reféns de apelos economicistas.

É premente que a CUT implemente mecanismos que permitam a progressiva independência financeira de suas atividades de formação, principalmente as voltadas para o âmbito do seu movimento sindical, pois a dependência atual coloca a Central em uma posição no mínimo incômoda. Uma vez que, sejam extintos os recursos disponíveis no âmbito do FAT/Codefat/Planfor, não há garantias de continuidade da educação implementada dentro dos projetos de qualificação/formação profissional. Presumindo-se que estes recursos não estarão disponíveis indefinidamente, a CUT seria forçada a promover o desmonte dessa proposta educativa. Mesmo levando-se em consideração o discurso interno sobre uma certa transitoriedade desses projetos, não parece coerente que a CUT suprima abruptamente o trabalho ora realizado. De alguma forma a sociedade tem que tomar conhecimento do que está sendo feito, ou do que foi realizado, caso a CUT desista desta opção educativa, pois para exercitar a contra-hegemonia é necessária a criação de variados interlocutores. Partindo do pressuposto cutista de que há consistência na atual dinâmica da formação, os projetos de qualificação/formação profissional deveriam ser implementados com ou sem os recursos públicos, ainda que em menor escala.

A Política Nacional de Formação da CUT caminha para um novo estágio de redefinição e reorganização. Acredita-se ser possível encontrar na trilha ora percorrida um direcionamento nesse sentido, a partir de um esforço conjunto dos agentes políticos deste processo.

A educação de trabalhadores por trabalhadores não deixa de ser um marco na história da educação brasileira. Esta iniciativa abre espaços para que se discuta com o conjunto da sociedade o que pensam os trabalhadores e suas organizações de classe sobre qual seria a melhor educação do ponto de vista destes sujeitos. Dito de outro modo, tal experiência permitirá a todos conhecer quais os conteúdos considerados relevantes para essa classe, que anseia por superar sua condição de classe subalterna. Experiências dessa ordem poderão favorecer ainda o amadurecimento e fortalecimento da própria classe trabalhadora, que se flagrará na responsabilidade de refletir sobre sua condição na estrutura social e sobre a educação como um instrumento para enfrentamento dessa estrutura.

Neste sentido se justificaria a realização pela CUT do que neste estudo, se entende por exercícios de contra-hegemonia, vislumbrando a ocupação de espaços que permitam aos trabalhadores, a razão de ser da Central, condições mais favoráveis de vida e de trabalho dentro da atual estrutura social, ou quiçá em uma sociedade mais justa e fraterna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABENDROTH, Wolfgang. *A história social do movimento trabalhista europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ALCANTARA, Alcides de. *A Entidade SENAI*. Rio de Janeiro: SENAI/Departamento Nacional, 1991.

ALMEIDA, Paulo Roberto. *O movimento operário e a construção da central única dos trabalhadores no Brasil: disputa e concepções – 1977-1983*. São Paulo, 1998. 211 p. Tese (Doutorado em História Social) PUC/SP.

ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas: Pontes, 1995.

_____. *A rebeldia do Trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

APPLE, Michael W. *Educação e Poder*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

AZEVEDO, Luis; NASCIMENTO, Cláudio. *Curso de Formação de Dirigentes TMT avançado : estratégia – metodologia – trajetória – balanço*. In: CUT – *Transformações no mundo do trabalho : negociação e contratação da qualificação profissional*. São Paulo : CUT, 2000 (b), p. 24-35.

BARRANECHEA, Mauro. *Formação Sindical*. Trad. Carlos Romires Pinheiro da Silva. Rio de Janeiro: Lidador, 1965.

BATISTA, Roberto Leme. *A Educação Profissional na Década Neoliberal: O caso PLANFOR*. Marília, 2002. 240p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). FFC/UNESP.

BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1994.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Unesp Editora, 1997.

CAPRILES, René. *MAKARENKO: O nascimento da Pedagogia Socialista*. Rio de Janeiro: Ed. Scipione, 1989.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Reformas da instrução pública*. In: 500 ANOS de Educação no Brasil. Org. por Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes Faria Filho e Cynthia Greive Veiga. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do Movimento Operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação. *A CUT e o movimento sindical internacional*. São Paulo: CEDI, 1991.

CES – Centro de Estudos Sindicais. *Debate Sindical*. n.9. São Paulo: CES, set./out./nov. 1991.

CHAUVEAU, A; TETARD, Philippe. *Questões para a história do presente*. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru : EDUSC, 1999.

COGGIOLA, Osvaldo. (org.) *Marx e Engels na História*. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, Silvio. *Tendências e centrais sindicais: o movimento sindical brasileiro – 1978-1994*. Goiânia: Editora da Universidade Católica, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Fontes do Pensamento Político: Gramsci*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1981.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu Pensamento Político*. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 1989. Cap.5.

CUT – Central Única dos Trabalhadores. *5º Congresso Nacional: Resoluções*. São Paulo: CUT, 1994.

_____. *6º Concut. Resoluções e Registros*. São Paulo, CUT, 1997.

_____. *7º Concut. Resoluções e Imagens*. São Paulo: CUT, 2001 (a).

_____. *9ª Plenária Nacional da CUT: Resoluções da Plenária Santo Dias*. São Paulo: CUT, 1999 (d).

_____. *10ª Plenária Nacional: Política Nacional de Formação*. Resoluções. www.cut.org.br. 10/06/2002 – 18h30min.

_____. *10ª Plenária Nacional: Política Nacional de Formação*. Resoluções. www.cut.org.br. 10/06/2002 – 18h50min.

_____. *Avaliação de Processos Formativos*. São Paulo: CUT, 1996 (a).

_____. *Avaliação Externa da Política Nacional de Formação da CUT*. São Paulo: Xamã, 1997 (a).

- _____. *Bases do Projeto Político Pedagógico do Programa de Educação Profissional CUT - Brasil*. São Paulo: CUT, 2001 (b).
- _____. *Boletim Nacional*. São Paulo: CUT, n.21, set. 1988.
- _____. *Boletim Nacional: 3º CONCUR*. nº 21. São Paulo: CUT, set. 1988.
- _____. *Boletim Nacional: 3º CONCUR/Registro de imagens, resoluções*. Edição Especial. São Paulo: CUT, 1988.
- _____. *Caderno de Formação*. n.1. Resoluções. São Paulo: Escola Sindical Sul, abr. 2001.
- _____. *Caderno de Formação*. n.2. São Paulo: Secretaria de Formação da CUT-SP, 1987.
- _____. *Caderno de Reflexão – Proposta Político-Pedagógica*. Programa Integrar-RS. São Paulo: CUT/CNM, 1999.
- _____. *Capacitação de Conselheiros das Comissões de Trabalho e Emprego: a experiência da CUT 1998 a 1999*. São Paulo: CUT, 2000.
- _____. *Como se organizam os trabalhadores na Europa*. São Paulo: CUT, 1997.
- _____. *Conferência da PNF / Conferência da rede regional Sul de formação*. Florianópolis: Escola Sul, 1999 (f).
- _____. *Construir a Escola Sul. Aula de cidadania*. Florianópolis : Escola Sul, s./d. mimeo, (c).
- _____. *Cursos Técnicos de Turismo e Hotelaria*. Florianópolis: Escola Sul, 2000.
- _____. *Diretrizes e estratégia da política nacional de formação – 1999/2000*. São Paulo: CUT, 1999 (b).
- _____. *Estatuto da CUT*. São Paulo: CUT, 1999 (a).
- _____. *Estatuto*. Executiva Nacional da CUT. São Paulo, 1999.
- _____. *A Experiência na Formação de Formadores em 1998*. São Paulo: CUT, nov. 1999.
- _____. *Forma e Conteúdo*. São Paulo: SNF/CUT, n.1, fev. 1990.
- _____. *Forma e Conteúdo*. São Paulo: SNF/CUT, n.2, ago. 1990.
- _____. *Forma e Conteúdo*. São Paulo: SNF/CUT, n.4, set. 1991.
- _____. *Forma & Conteúdo*. São Paulo: SNF/CUT, n.6, maio 1994 (b).

- _____. *Forma e Conteúdo*. São Paulo: SNF/CUT, n.7, out. 1999. Edição Especial.
- _____. *Forma e Conteúdo*. São Paulo: SNF/CUT, n.8, out. 1999 (h). Edição Especial.
- _____. *Forma & Conteúdo*. São Paulo: SNF/CUT, n.9, dez. 1999 (e).
- _____. *Forma e Conteúdo*. São Paulo: SNF/CUT, n.10, ago. 2000.
- _____. *Formação de Formadores para Educação Profissional: a experiência da CUT 1998/1999*. São Paulo: CUT, 2000.
- _____. *Formação Sindical em debate*. n.4. São Paulo: Escola Sindical São Paulo/CUT, jul. 2000.
- _____. *Informações sobre os projetos, programas, micros e educadores formadores*. s./d. mimeo.
- _____. *O que é a CUT*. n.21. s./d. mimeo.
- _____. *Plano de Atividades 1999*. Florianópolis: Escola Sul/CUT, 1999.
- _____. *Plano de Atividades da Rede Regional Sul de Formação*. Florianópolis: Escola Sul da CUT, 1996.
- _____. *Plano Nacional de Formação da CUT 1993*. São Paulo: SNF/CUT, 1993.
- _____. *Plano Nacional de Formação da CUT 1994*. São Paulo: SNF/CUT, 1994 (a).
- _____. *Plano Nacional de Formação 95*. São Paulo: CUT, 1995 (a).
- _____. *Plano Nacional de Formação 96*. São Paulo: CUT, 1996.
- _____. *Plano Nacional de Formação 97*. São Paulo: CUT, 1997.
- _____. *Plano Nacional de Formação 98*. São Paulo: CUT, 1998 (a).
- _____. *Plano Nacional de Formação 99*. São Paulo: CUT, 1999 (c).
- _____. *Política Nacional de formação: história, princípios, concepção e organização nacional*. 2.ed. São Paulo: CUT, 2000 (a).
- _____. *Política Nacional de Formação da CUT: Diretrizes e Estratégias para o período de 2001/2003 – 14º ENAFOR*. São Paulo: CUT, 2001 (c).
- _____. *Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros: Membros das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho e Emprego – 1998/1999*. Florianópolis: Escola Sul, s./d. mimeo, (e).
- _____. *Programa Nacional de Formação de Formadores para a Educação Profissional – 1998/1999*. Florianópolis : Escola Sul, s./d. mimeo, (d).

_____. *Projeto Terra Solidária: Projeto Político Pedagógico*. Florianópolis: CUT/Escola Sul, 2001.

_____. *Rede Sul de Formação da CUT. Uma idéia que veio para ficar*. Florianópolis: Escola Sul da CUT, s.d.

_____. *Reestruturação Produtiva, Formação Profissional e Gênero*. São Paulo: CUT, 2001.

_____. *Resoluções da 7ª Plenária Nacional Zumbi dos Palmares*. São Paulo: CUT, 1995.

_____. *Transformações do mundo do trabalho: negociação e contratação da qualificação Profissional*. São Paulo: CUT, 2000 (b).

CUT – Escola Sul. *Avaliação Geral da Escola Sul - 1990*. Florianópolis: Escola Sul, 1990. mimeo.

_____. *Avaliação Parcial das Atividades da Escola Sul da CUT – 1994 (março-julho)*. Florianópolis: Escola Sul, 1994. mimeo.

_____. *Balanço e Avaliação da Escola Sul da CUT 1992*. Florianópolis: Escola Sul, 1992. mimeo.

_____. *Balanço e Avaliação da Escola Sul 1993*. Florianópolis: Escola Sul, 1994. mimeo.

_____. *Breve Histórico da Escola Sul*. Florianópolis: Escola Sul. s./d. mimeo.

_____. *Escola Sul*. Florianópolis: Escola Sul, s./d. mimeo (b).

_____. *Histórico da Escola Sul*. Florianópolis: Escola Sul. s./d. mimeo (a).

_____. *Observatório Social – Uma iniciativa pela globalização dos direitos*. Florianópolis: Escola Sul, s./d. mimeo (f).

_____. *Perspectivas da Escola Sul: papel da formação sindical*. Florianópolis: Escola Sul, 1993. mimeo.

_____. *Plano de Atividades 1991*. Florianópolis: Escola Sul, 1991. mimeo.

_____. *Plano de Formação da Rede Regional Sul*. Florianópolis: Escola Sul, 1995 (b).

_____. *Projeto de Construção da Sede Própria*. Florianópolis: Escola Sul, 1995. mimeo.

_____. *Projeto de Implantação da Escola Sindical Sul*. Florianópolis: Escola Sul, 1990. mimeo.

_____. *Rede Regional Sul de Formação da CUT: uma idéia que veio para ficar*. Florianópolis: Escola Sul, s./d.

_____. *Relatório da 8ª Reunião do Coletivo Regional Sul de Formação*. Florianópolis: Escola Sul, 1996. mimeo.

_____. *Relatório de Atividades da Rede/Escola - 1999*. Florianópolis: Escola Sul, 1999. mimeo (g).

_____. *Relatório de Atividades de 1991*. Florianópolis: Escola Sul, 1991. mimeo.

_____. *Relatório do 11º Encontro do Coletivo Regional Sul de Formação*. Florianópolis: Escola Sul, 1997. mimeo.

_____. *Relatório do 14º Encontro do Coletivo Regional Sul de Formação*. Florianópolis: Escola Sul, 1999. mimeo.

_____. *Relatório do 3º Encontro Regional Sul de Formação*. Florianópolis: Escola Sul, 1995.

_____. *Relatório dos Seminários da Escola Sul*. Florianópolis: Escola Sul, 1990. mimeo.

_____. *Relatório Final da Avaliação das Atividades de Formação da Escola Sul/Rede/parcerias - 2000*. Florianópolis: Escola Sul, 2000. mimeo.

CUT/Projeto Integrar. *Revista do Projeto Integrar*. Porto Alegre: CUT/FTIA, nov. 2000.

D'ANDREA, Flávio Fortes. *Desenvolvimento da Personalidade: enfoque psicodinâmico*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Instrução elementar no século XIX*. In: 500 ANOS de educação no Brasil. Org. por Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes Faria Filho e Cynthia Greive Veiga. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FERNANDES, Florestan. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular. 1930-1945*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FERRETTI, Celso J. *Brasil: educação e formação profissional nos anos recentes. Formação Sindical em debate*. São Paulo: escola sindical São Paulo / CUT. n.2, p.6-15, 1999.

FIDALGO, Fernando. *A formação Profissional Negociada: França e Brasil, anos 90*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999.

FIORI, Giuseppe. *A vida de Antonio Gramsci*. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FISCHLOWITZ, Estanislau. *A Formação Profissional*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1966.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a Crise do Capitalismo Real*. 4ª ed. São Paulo: Cortez ed., 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A, 1984.

_____. *Os intelectuais e a organização da Cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

_____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*: Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3ªed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1978.

INSTITUTO GRAMSCI. *Política e História em Gramsci*. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A, 1978.

JAKOBSEN, Kjeld A. *Cooperação internacional para a educação sindical*. In: Forma & Conteúdo, São Paulo: CUT, n.10, p.12-13, ago. 2000.

JESUS, Antonio Tavares de. *Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci*. São Paulo: Cortez: Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1989.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1986.

LIBÂNIO, José Carlos. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Cortez, 1986.

LIMA, Almerico. *Projeto Nacional de Metodologias em Qualificação Profissional: rumo a uma política nacional de Qualificação Profissional da CUT?* Formação sindical em debate. São Paulo: Escola Sindical São Paulo / CUT. n.2, p.62-71, 1999 (b).

_____. *A CUT e o FAT* : apontamentos para uma análise da atuação recente. In: Forma & Conteúdo. São Paulo : SNF/CUT, nº 10, agosto/2000 (a).

MACCIOCCHI, Maria Antonieta. *A favor de Gramsci*. 2ª ed. Trad. Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. Cap.6.

MANACORDA, Mario Alighiero. *História da educação: da antiguidade aos nossos dias*. Trad. Gaetano Lo Monaco. 3ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

_____. *O Princípio Educativo em Gramsci*. Trad. William Lagos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MANFREDI, Silva Maria. *Educação em Sindicatos. (Quem disse que a gente não sabe?)*. São Paulo, 1983. 347p. Tese (Doutorado em Sociologia) – FFLCH /USP.

_____. *Educação sindical entre o conformismo e a crítica*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

_____. *Formação Sindical: História de uma prática cultural no Brasil*. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.

_____. *Leitura e construção de uma história da educação sindical – Brasil 1945/1990*. Campinas, 1994. 219p. Tese (Livre Docência) Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

_____. *Política e Educação Popular*. São Paulo: Autores Associados, Editora Cortez, 1981.

_____. *A Política Nacional de Formação da CUT*. In: Avaliação Externa da Política Nacional de Formação da CUT. São Paulo: Xamã, 1997.

_____. *Trabalho, qualificação e competência profissional: das dimensões conceituais e políticas*. Educação e Sociedade, Campinas: UNICAMP, ano 19, n.64, p.7-49, set. 1998. Especial.

MANFREDI, Silva Maria; BASTOS, Solange. *Experiências e Projetos de Formação Profissional entre trabalhadores brasileiros*. Educação e Sociedade, Campinas: UNICAMP, ano 17, n.60, p.17-142, dez. 1997.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *Crítica da educação e do ensino*. Lisboa: Moraes Editores, 1978.

_____. *Manifesto do partido comunista*. 6.ed. São Paulo: Global Editora, 1986.

MATTE, Deborah. *A Formação da CUT de Norte a Sul do Brasil: Março a Dezembro/2000*. São Paulo: Secretaria Nacional da CUT, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de historia oral*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

MEJÍA JIMÉNES, Marco Raul. *Sindicato e pedagogia: rumo a uma escola enraizada na educação popular*. Ijuí: UNIJUÍ, 1989.

MÉSZÁROS, Istvan. *Marx: A teoria da alienação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

NASCIMENTO, Claudio. *A “Formação” da Formação Sindical da CUT*. Forma e Conteúdo. São Paulo: SNF/CUT, n.6. p.8-21, maio/1994.

_____. *Mutações no Sindicalismo e na Formação*. 2000. mimeo.

NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.

PEREIRA, Marco Antônio Nascimento. *Trabalhadores, Empresários, Estado: Todos juntos na formação profissional? Formação sindical em debate*. São Paulo: Escola Sindical São Paulo/CUT. n.2, p.16-22, 1999 (b).

PERSPECTIVAS e dilemas da educação popular. Org. por Vanilda Paiva. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. 11ªed. São Paulo: Cortez, 1991.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Trad. Angelina Peralta. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil - (1930/1973)*. 14ªed. Petrópolis: Vozes, 1991.

RUMMERT, Sonia Maria. *Capital e Trabalho Convergências e Divergências quanto a Educação Básica*. Trabalho e Educação, Belo Horizonte: UFMG, n.4, p.21-39, ago./dez. 1998.

SÃO PAULO: o povo em movimento. Org. por Paul Singer. Petrópolis: Vozes, 1983.

SAVIANI, Demerval. *Escola e Democracia*. 20ª ed. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1988.

SCHÜRMAN, Francisca Albertina. *Sindicalismo e democracia: os casos do Brasil e do Chile*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a Sociedade Civil: Cultura e Educação para a democracia*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

SENAC/Departamento Nacional. *Tudo o que você precisa saber sobre SENAC e SESC*. Rio de Janeiro: SENAC, 1996.

SENAI/Departamento Nacional. *O sistema SENAI*. Rio de Janeiro: SENAI, 1971.

SENAI/Departamento Nacional/ASPLAN. *Desafios e Oportunidades: subsídios para discussão de uma nova política de formação profissional para a Indústria no Brasil*. Rio de Janeiro: SENAI, 1994.

SOCHACZEWSKI, Suzanna e outros. *Diálogo Social, Negociação Coletiva e Formação Profissional no Brasil*. Aportes para el Dialógo Social y la Formación. Montevideo: CINTERFOR, n.3, p.53-58, 2000.

SOCIEDADE, e política no Brasil pós-64. Org. por Maria Hermínia T. de Almeida, e Bernardo Sorj. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

TRAGTENBERG, Maurício. *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo: Cortez Editores, v.1, 1982.

- TREVISAN, Antônio Theolindo. *Senai – Paraná – 50 anos*. Curitiba: Champagnat, 1995.
- TUMOLO, Paulo Sérgio. *A Política Nacional de Formação Sindical da Central Única dos Trabalhadores diante do novo padrão de acumulação de Capital*. São Paulo, 1998. 283p. Tese (Doutorado em Educação: História e Filosofia da Educação) – PUC.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo. *Movimento Popular, política e religião*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- WEINSTEIN, Barbara. *(RE) Formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Cortez CDAPH – IFAN – Univ. São Francisco, 2000.

ANEXOS

Anexo 1: Ata de Constituição da Escola Sul (p. 285)

Anexo 2: Estatuto da Escola Sul (p. 288)

Anexo 3: Capa da Cartilha lançada na Campanha de Construção da Escola Sul (p. 298)

Anexo 4: Bônus da Campanha de Construção da Escola Sul vendido na Alemanha (p. 299)

Anexo 5: Fotografias da Escola Sul e Escola de Turismo e Hotelaria (p. 300)

Anexo 6: Representação Gráfica da Rede Nacional de Formação da CUT (p. 302)

Anexo 7: Localização da CUT no Brasil e abrangência das Escolas Sindicais (p. 303)

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados - MS, 30 de julho de 2002.

SERGIO ALVAREZ DA SILVA